

Regina Clare Monteiro

Regina Clare Monteiro

**CACS (CAMPUS AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL):
Uma Análise Crítica**

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
1990

Regina Clare Monteiro

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida por Regina Clare Monteiro e aprovada pela Comissão Julgadora em 09/03/90.

Data: 09 de Março de 1990

Assinatura: Luiz Silveira Araujo

CACS (CAMPUS AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL):

Uma Análise Crítica

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

1990

Dissertação apresentada como exigên-
cia parcial para obtenção do Título
de MESTRE EM EDUCAÇÃO na Área de
Concentração: Metodologia do Ensi-
no, à Comissão Julgadora da Faculda-
de de Educação da Universidade Esta-
dual de Campinas, sob a orientação
da Profa. Dra. Lucila Schwantes A-
rouca.

Comissão Julgadora:

Ameli-Dominique de Castro

Luísa Schwantes Aronca

[Signature]

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de pesquisa não é um compartimento estanque, onde o pesquisador se desfaz de sua condição humana para elaborá-lo. Pelo contrário, geralmente o que nos move a analisar determinado assunto é, justamente, algo que nos inquieta por inteiro, intelectual e emocionalmente.

Como este é um longo caminho, dele faz parte um grupo grande de seres humanos que contribuíram, em algum momento e de alguma forma, às vezes mesmo sem o saber, para aumentar gradualmente minhas inquietações profissionais e pessoais que, certamente, estão interligadas.

Há muito o que agradecer.

Agradecer, por exemplo, ao Departamento de Filosofia e História da Educação, ao Pedro, Gilberta, Hermas, Regis, Dedê, Terezinha, Rubem, Zé Luiz e todos os outros, pela convivência estimulante e afetiva durante dez anos;

ao Augusto, grande amigo de todas as horas;

ao Aquiles, pelo apoio e pelo estímulo;

ao Carlão, pela troca de experiências, pelas discussões e conversas... agradecer...

à doçura da D. Jandira, minha mãe, quem primeiro me ensinou a amar, pela constância de seu amor e carinho;

às companheiras de busca interior: Sônia, Marga e Júnia;
aos irmãos Rita, Luiz, Onofre, Tereza, Cesar... agradecer...

ao carinho das minhas crianças: Priscilla, Patty, Paola, Caio, Vini, Gabriela, Flavinho, Daniela, Ricardo e Rafael...

aos amigos Graciette e Lafayette, pelo incentivo;

à amiga Regina Jomini, que pacientemente discutiu comigo este trabalho, ajudando a enriquecê-lo;

agradecer à amiga Nadir, sempre acreditando em mim...

a todos os colegas funcionários da FE, pela convivência de tantos anos...

aos colegas de curso e aos professores, pelas amizades estabelecidas, ao enfrentarmos juntos as "batalhas" acadêmicas.

Preciso agradecer à Lucila, que antes de ser Orientadora dedicada e competente, foi amiga de muitas horas e, sei, continuará sendo.

Agradecer, enfim e especialmente, ao Luiz Carlos Kuhn Martinelli, às vezes pai, às vezes irmão, mas amigo, sempre.

A todos, o meu carinho.

E, à população de Cruzeiro do Sul, minha eterna gratidão e respeito, por ter sido, através de sua espontânea afetividade, sua sede e ânsia de saber mais, a principal responsável pela realização deste trabalho.

DEDICATÓRIA

Ao meu MESTRE, que me colocou no ofício de ensinar, tendo, no ato de sua profunda sabedoria, a intenção de me fazer aprendiz, na convivência humana.

R E S U M O

Este trabalho pode ser dividido em dois momentos. O primeiro que reconstitui a história do Projeto Rondon, desde seu surgimento, em meio à turbulência política pós-64, até sua extinção, já em plena "Nova República", em outubro de 1988.

Para tanto, nos reportamos aos acontecimentos do período, optando por uma visão histórica que melhor nos auxiliasse a compor o quadro de motivos que levaram à criação e sustentação do Projeto Rondon.

O segundo momento refere-se, especificamente, ao CACS (Campus Avançado de Cruzeiro do Sul), Campus sob os cuidados da Unicamp e ligado ao Projeto Rondon, que funcionou no período de 71 a 86.

Para conceituar criticamente a atuação da Unicamp, em Cruzeiro do Sul, utilizamo-nos de análise documental, entrevista e questionários, envolvendo quatro universos humanos: a) docentes em geral da Unicamp; b) ex-rondonianos -- alunos que participaram desses trabalhos; c) professores coordenadores das áreas envolvidas e d) população de Cruzeiro do Sul, Acre.

A intenção primeira deste trabalho era servir como instrumento de apoio, entre outros, para que as atividades junto ao CACS fossem reestruturadas, a partir da contribuição obtida com os depoimentos dos diversos segmentos envolvidos neste trabalho. Chegamos ao término deste, porém, com a paralisação definitiva do Campus.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO

I PARTE

- . O Conceito de Extensão Universitária 01
- . As Atividades de Extensão no Brasil 07
- . Contextualização Político-Social 12
- . Nasce o Projeto Rondon: Programa Oficial de Apoio à Ex-
tensão Universitária 31
- . O Programa Campus Avançado 47

II PARTE

- . O Campus Avançado de Cruzeiro do Sul 65

III PARTE

- . Um Pouco da História de Cruzeiro do Sul 87

IV PARTE

- . Opção Metodológica: Pesquisa Qualitativa 123
- . Características da Abordagem Qualitativa 127
- . A Abordagem Etnográfica junto aos Fenômenos Educacionais 130

. Quanto aos Procedimentos	131
. Quanto à Análise dos Dados	137
. Justificativa	140
. Passos Metodológicos	142
. Análise da Parte Experimental	145
A. A Posição dos Professores	145
B. A Posição dos Alunos	157
C. A Posição dos Coordenadores de Área	167
D. A Posição da Comunidade	177
CONCLUSÃO	189
BIBLIOGRAFIA	200
ANEXOS	

I N T R O D U Ç Ã O

As universidades brasileiras não têm esgotado as formas e iniciativas possíveis de implementação de sua função de serviço de extensão à comunidade local e nacional. Aliás, tornam-se, a partir dos anos 60, palco de acirradas polêmicas tanto sobre seus aspectos de organização interna, como sobre as suas relações com a sociedade, sendo questionadas, mais do que nunca, em seus compromissos e em sua razão social.

Tradicionalmente a modalidade utilizada pela universidade para desimcumbir-se de seu papel social foi o ensino, tanto no aspecto de preparação profissional, como no de formação cultural. Com o decorrer do tempo, a instituição foi levada a desdobrar-se em mais uma função: a pesquisa⁽¹⁾.

(1) Cf. FAGUNDES, J. Universidade e Compromisso Social. Extensão, Limites e Perspectivas. Tese de Doutorado. FE/UNICAMP, 1985, p. 2 e ss.

Entretanto, estes dois aspectos evidenciavam por de mais o caráter elitista da universidade por atenderem, diretamente, uma clientela reduzida da sociedade, o que tornava a instituição de ensino superior, um alvo fácil às críticas sobre sua razão social. "*Como justificar uma universidade instituída e mantida pelo conjunto da sociedade que, em contrapartida, serve apenas a alguns segmentos desta?*"⁽²⁾

Mediatiza-se o compromisso social da universidade pe la Extensão Universitária, enquanto uma modalidade de prestação de serviços voltada para setores mais amplos da sociedade.

Embora citada em documentos legais desde 1912⁽³⁾, a extensão universitária vai se tornar formalmente componente dos objetivos do ensino superior, somente com o Decreto 19.851, de 11.04.31, que se constituiu no 1º Estatuto das Universidades Brasileiras. Entretanto, foi com a reforma de 68 -- a Lei 5.540 de 28 de novembro -- que um passo a mais foi dado em relação ao com prometimento da universidade com a sociedade. Numa maior ênfase à Extensão Universitária, esta Lei fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior que estabelecia três funções básicas à Universidade: ensino, pesquisa e extensão. No artigo 40, a línea "a", a Lei determina:

(2) FAGUNDES, J. Op. cit., p. 2.

(3) Segundo CUNHA, a primeira instituição de ensino superior a desenvolver atividades de extensão universitária no Brasil, foi a Universidade Popular Livre de São Paulo, que funcio nou de 1911-1917. Ver CUNHA, L.A. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp. 177-189.

"às instituições de ensino superior, proporcionar aos corpos discentes, oportunidades de participação por meio de atividades de extensão, em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento."(4)

Atualmente, e no decorrer dos últimos vinte e cinco anos, ocorreram diversas experiências extensionistas, tais como Centros Sociais Urbanos, extensão rural, mas duas foram as mais marcantes pela sua sistematicidade e abrangência, parecendo ser as que melhor consubstanciavam a política social do Governo em relação à extensão, a ponto de servirem de paradigma da Extensão Universitária.⁽⁵⁾ Uma delas é o CRUTAC -- Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária -- que se espalhou por mais de vinte universidades brasileiras. Nasceu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte com dois objetivos básicos: a) Treinamento rural universitário e b) prestação de serviços às comunidades da área de treinamento.⁽⁶⁾ A outra modalidade é tema deste trabalho: o Projeto Rondon.

O Projeto surgiu em meio a um grande torvelinho político dentro da universidade, o qual marcava um momento de transformação social, no país. A extensão universitária, realizada por ele,

(4) AROUCA, L. S. A Extensão Universitária, a Universidade e o Projeto Rondon, 1984, p. 16 (mimeo)

(5) Cf. FAGUNDES, J. Op. cit., p. 60 e ss.

(6) Para maiores detalhes verificar: FAGUNDES, J. Op. cit.; SILVA, O.L. da CRUTAC E CINCRUTAC. Natal, Imprensa Universitária, 1972; MARCHETTI, M.L. Universidade: Produção e Compromisso, Fortaleza, Ed. UFC, 1980; e outros.

foi considerada como um mecanismo, através do qual, distorções se riam corrigidas, enviando, a regiões menos desenvolvidas, aqueles que se encontravam nos grandes centros e possuíam condições de ter uma formação razoável, a fim de prestar serviços.

Entretanto, o estigma de ter sido apoiado pelos minis térios militares e concebido no auge do triunfalismo do "milagre econômico", a fim de funcionar como uma espécie de antídoto à agita ção esquerdista no meio universitário, o acompanharia até sua ex tinção, em outubro de 1988. Embora tentasse, em várias ocasiões , repensar sua filosofia e sua prática, não conseguiu de todo apagar a marca carregada de alienação política, que adquiriu em seu nasci mento. Os próprios membros de sua diretoria admitiam serem vistos sempre como um instrumento do Estado para afastar os estudantes dos movimentos políticos. Um pecado original que o perseguiu e do qual sempre foi muito difícil se desvencilhar.

Entretanto, com a chegada dos "novos tempos" acena da pela posse do Presidente José Sarney, entreviu-se, também, uma possibilidade de mudanças efetivas no Projeto Rondon. Porém, a ins tabilidade que se instalou nos órgãos públicos federais, as cons tantes modificações nos ministérios, fizeram com que a instituição também contasse com diferentes dirigentes em curto espaço de tem po, chegando a ficar um período sem presidente, até sua extin ção definitiva, em 15 de outubro de 1988. Antes disso, contudo, houve tempo para que surgisse o documento "Ação Rondon", que estabelecia diretrizes para o trabalho da entidade, no período de 88 a 90. Tal

documento trazia reformulações ideológicas, refletindo um amadurecimento maior da instituição e seus membros, procurando, através da mobilização e organização das comunidades, levá-las ao "exercício da plena cidadania e de uma maior e mais efetiva participação, no processo de desenvolvimento social." (7)

Este nosso trabalho não contava, em seu início, com a extinção da Fundação Projeto Rondon e tencionava um levantamento das atividades junto ao Campus Avançado de Cruzeiro do Sul, no Acre, no intuito de fornecer novos dados sobre os trabalhos lá realizados, auxiliando a repensar tais atividades de forma mais efetiva, dialógica e conscientizadora.

Com o novo ideário proposto pelo Rondon, seria interessante observar como a entidade e as universidades se comportariam, uma vez que o mesmo parecia ir ao encontro de antigas reivindicações das instituições de ensino superior, consideradas críticas e de vanguarda, além de refletir um posicionamento sempre defendido pelos estudantes: um trabalho realmente comprometido, politicamente, com a melhoria do nível de vida das regiões carentes.

Com sua extinção, esta pesquisa procurou reconstituir sua história, o que se encontra na Parte I deste trabalho, com uma rápida menção ao surgimento da modalidade Extensão nos estatutos da universidade, recriando, a seguir, o momento político do surgi-

(7) PRORONDON, Diretoria de Planejamento. Participação e Desenvolvimento. Ação Rondon 1988/90. Brasília, 1988.

mento de suas atividades, com ênfase no programa Campus Avançado.

Sem essa colocação prévia, não poderíamos encaminhar esta pesquisa ao nosso ponto de análise: o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul (CACS), sob os cuidados administrativos e técnicos da UNICAMP, desde 1971. Na II Parte, tratamos de conceituá-lo e expor seu mecanismo de funcionamento pela Coordenadoria do CACS, em Campinas, que selecionava os estagiários, montava as equipes e as preparava para sua atuação junto à comunidade de Cruzeiro do Sul.

É esta comunidade que tencionamos retratar na III Parte deste trabalho, procurando fornecer ao leitor dados que o auxiliem a melhor compreender a região, com informações desde seu surgimento, enquanto povoado, até sua situação atual.

Na Parte IV encontra-se uma descrição da opção metodológica que orientou essa pesquisa, a qual procurou ouvir os diferentes segmentos envolvidos nas atividades do CACS (professores , alunos e população), por considerarmos que suas colocações é que reconstituiriam a real história desse trabalho, seus pontos positivos e negativos. Nessa parte encontram-se as respostas que obtivemos e a análise e comentário das mesmas.

Embora a intenção primeira deste trabalho fosse servir como instrumento de apoio, entre outros, para que as atividades junto ao CACS fossem reestruturadas, chegamos ao término deste com a paralisação definitiva do Campus.

Neste ponto, há algo que precisamos ressaltar, ou seja, este encerramento dos trabalhos do P.Ro. é pertinente, se levarmos em conta que seus objetivos primários pouco se preocupavam com a satisfação das necessidades básicas da população, mas antes eram ligados à defesa dos territórios, no campo do desenvolvimento econômico (ver p. 28); sua meta era meramente assistencialista e, dentro desse plano, ele cumpriu plenamente seus objetivos (v. citação de Fagundes, p. 50).

Portanto, o Estado pode ter considerado que, no momento de transição política em que se encontrava, a extinção do P.Ro. era mais do que acertada, eliminando-se, assim, um órgão ligado aos governos militares.

O contraponto desta questão é que os diversos segmentos, envolvidos com o P.Ro., não foram consultados sobre sua paralisação.

Para seus funcionários, não havia apenas a questão do vínculo empregatício, mas também a ideológica, já que os mesmos esperavam que a mudança de governo apoiasse a mudança filosófica dos trabalhos do Rondon.

Para as comunidades, em especial as mais distantes e carentes, foi uma interrupção abrupta e, da mesma forma como não foram consultadas (sobre o que queriam e precisavam) quando levadas de estudantes e professores começaram a invadir-lhes o espaço, tam

bém não foram consultadas sobre a paralisação de algumas ativida
des que haviam se tornado até essenciais, em algumas localidades .
Mais uma vez o povo teve seu destino definido sem que participas
se dessa decisão. Sua reação foi enviar documentos (p. 84), solici
tando o retorno dos trabalhos, mas isso não foi considerado.

Já a classe universitária ficou dividida. Houve quem,
apostando nas mudanças, se posicionasse contra a extinção do P.Ro,
e houve, também, aqueles que cumpriam meramente um serviço burocrá
tico-administrativo e se sentiram aliviados com tal decisão.

No nosso caso específico, não são poucos, dentre os
que se envolveram com o CACS, que saem sem a sensação do devem cum
prido. Será que não havia, realmente, nada que a universidade pu
desse fazer para conseguir autonomia de ação junto ao seu campus?

Embora não fosse o objetivo do P.Ro, passar auto-sufi
ciência reflexiva e crítica àquela comunidade poderia ter sido o
nosso objetivo. Na verdade, tivéssemos optado pelo diálogo consci
entizador, ao invés do messianismo imediatista, e teríamos a certe
za, cuja falta agora nos inquieta, da organização e mobilização da
quela população, em busca de seus direitos, enquanto cidadãos des
te país.

"Já se disse que as grandes idéias vêm ao mundo mansamente, como pombas. Talvez então, se ouvirmos com atenção, escutaremos, em meio ao estrépito de impérios e nações, um discreto bater de asas, o suave acordar da vida e da esperança. Alguns dirão que tal esperança jaz numa nação; outros, num homem. Eu creio, ao contrário, que ela é despertada, revivificada, alimentada por milhões de indivíduos solitários, cujos atos e trabalho, diariamente, negam as fronteiras e as implicações mais cruas da história. Como resultado, brilha por um breve momento a verdade, sempre ameaçada, de que cada e todo homem, sobre a base de seus próprios sofrimentos e alegrias, constrói para todos."

Albert Camus

I P A R T E

. O Conceito de Extensão Universitária

As atividades de extensão universitária desenvolveram-se, em grande escala, na Inglaterra e países nórdicos, mais especificamente na Dinamarca, já no século passado, e difundiram-se para o Canadá e os Estados Unidos. Na América Latina desenvolveram-se as atividades de difusão cultural, programas de educação continuada e de educação básica de massas, desenvolvimento de comunidades rurais e também atividades assistenciais. (1)

A extensão foi uma modalidade projetada na intenção de suprir à universidade a falta de contato com um público maior, já que tradicionalmente a modalidade utilizada pela universidade para desimcumbir-se de seu papel social foi o ensino, tanto no

(1) Cf. PAIVA, V.P. "Extensión Universitaria en Brasil". In: Nueva Sociedad, San José, nº 15, novembro/dezembro, 1974, p. 69.

aspecto de preparação profissional como no de formação cultural. Com o decorrer do tempo, a instituição foi levada a desdobrar-se em mais uma função: a pesquisa. Capaz de produzir novos conhecimentos de acordo com as necessidades de seu meio, a pesquisa, ainda quando se destina a servir aos interesses de grupos restritos, também desempenha uma função social.⁽²⁾

Entretanto, estes dois aspectos evidenciavam por de mais o caráter elitista da universidade por atenderem, diretamente, uma clientela reduzida da sociedade, o que tornava a instituição de ensino superior, um alvo fácil às críticas sobre sua razão social.

"Como justificar uma universidade instituída e mantida pelo conjunto da sociedade que, em contrapartida, serve apenas alguns segmentos desta?"⁽³⁾

Mediatiza-se o compromisso social da universidade pela Extensão Universitária, enquanto uma modalidade de prestação de serviços voltada para setores mais amplos da sociedade.

Mas o que é Extensão Universitária?

Paulo Freire⁽⁴⁾, numa análise semântica do termo, tentando recuperar a verdadeira conotação da palavra extensão,

(2) Cf. FAGUNDES, J. Universidade e Compromisso Social. Extensão, Limites e Perspectivas. Tese de Doutorado, FE/UNICAMP, 1985, p. 2 e ss.

(3) FAGUNDES, J. Op. cit., p. 2.

(4) FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 3.ed., Rio de Janeiro, 1977, p. 28 e ss.

diz que o extensionista estende seus conhecimentos e suas técnicas e, se sua ação se desse diretamente sobre o fenômeno natural, sem considerar a presença humana, o conceito de extensão não teria sentido. Mas, ainda que sua ação se dê no domínio do humano e não do fenômeno natural, não equivale dizer que esta extensão dos conhecimentos e técnicas se faz aos homens para que possam transformar melhor o mundo em que estão. Entendemos que o autor coloca que a ação extensionista envolve a necessidade que aqueles que a praticam sentem de ir até regiões distantes, consideradas inferiores, para, a sua maneira, "normalizá-la", fazê-la mais ou menos semelhante a seu mundo. Estes termos envolvem ações que, transformando o homem em quase coisa, o negam como um ser de transformação do mundo, uma vez que a extensão está impregnada, na concepção do extensionista, do conceito de messianismo, de fazer com que aqueles que recebem a ação substituam seus conhecimentos por outros, que, obviamente, são os conhecimentos do extensionista.

Paulo Freire lembra, então, que o verbo estender é transitivo: quem estende, estende alguma coisa a alguém, dando a idéia de um sujeito e um objeto da ação. Porém, quando o tipo de trabalho que se realiza é educativo, todos são sujeitos: o educador-educando e o educando-educador se confundem, porque em ambos há aprendizagem, mudança. O autor sugere o uso do termo comunicação, que envolve a idéia de diálogo.

"Na comunicação, não há sujeitos passivos. (...) O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo".(5)

Comunicação, ação comum, isto é, todos os elementos envolvidos engajados para objetivos comuns na comunidade.

Saviani⁽⁶⁾ trata com brilhantismo essa questão da conotação assistencialista que impregna a mentalidade universitária no que diz respeito as suas atividades de extensão. Depois de fazer uma longa dissertação sobre a lógica do sistema capitalista, enfatiza que tais ações não se tratam de um favor da universidade, pois, segundo ele, "*favor quem está prestando são aqueles que são vítimas do imposto regressivo, são aqueles que nada têm e dos quais tudo é tirado*"⁽⁷⁾, uma vez que esses (a população) é que sustentam, na verdade, essa infra-estrutura montada pelo Estado e da qual tomam posse os privilegiados. E aí situam-se os universitários, pois estes estão na relação daqueles que têm chance de ingressar na universidade, ou seja, configura-se uma relação de privilegiados e não privilegiados. Nesse ponto Saviani questiona: "*Qual é, então, a responsabilidade daqueles que usufruem desse privilégio, perante aqueles que não usufruem?*"⁽⁸⁾ Essa responsabilidade não é, absolutamente, a nível

(5) FREIRE, P. Op. cit., p. 67.

(6) SAVIANI, D. "Extensão Universitária: uma abordagem não-extensionista". In: Revista Educação & Sociedade, 1981, 3(8): 61-73.

(7) SAVIANI, D. Op. cit., p. 66.

(8) SAVIANI, D. Op. cit., p. 67.

assistencialista ou caritativo, mas uma responsabilidade real, de quem *"deve a possibilidade desses privilégios à sustentação daqueles que trabalham no setor produtivo."*(9)

Saviani também ressalta que o significado assistencialista da palavra extensão é traído enquanto este significa estender, pois isto cria uma direção unilateral, ou seja, só vai da universidade para a sociedade e o inverso não é considerado, e, para que de fato se efetive a inserção da universidade na sociedade, é extremamente necessário que se considere o caminho inverso: o conhecimento que está presente na comunidade, nas massas, seja considerado pelo saber universitário.

"Ora, a questão da elaboração do saber é fundamental, porque, em verdade, tudo aquilo que uma sociedade elabora, tudo aquilo que uma sociedade produz, ela retira dela mesma; (...) o saber também deriva dessa relação dos homens com a natureza e dos homens entre si."(10)**

É importante, assim, deixar claro que o trabalho de extensão é uma ação educativa e que jamais deveria assumir um caráter assistencialista e paternalista que só prejudica os comunitários, por estes não se sentirem co-responsáveis pela ação. Da mesma forma, as atividades de extensão devem respeitar os valores da comunidade porque, sendo os elementos extensionistas, geralmente estranhos ao viver do local assistido, trazem os seus

(9) SAVIANI, D. Op. cit., p. 67.

(10) SAVIANI, D. Op. cit., p. 67.

valores como os válidos, somando-se os riscos de se realizar um trabalho de fora para dentro, de imposição, o que se transforma num ato de violência para com os comunitários, deixando de ser um trabalho educativo.

Segundo Fagundes, embora a universidade resulte do esforço conjunto da sociedade, isto não significa que ela se volte espontaneamente para o atendimento de todos os segmentos sociais.

"Pelo contrário, quando se observa a história, percebe-se que a universidade tende, estruturalmente, a servir os interesses das classes dominantes e dos grupos dirigentes. A ampliação e diversificação do compromisso da universidade só ocorrem em determinadas circunstâncias, mediante as pressões e reivindicações daqueles setores preocupados ou comprometidos com a socialização dos bens produzidos na universidade."(11)

Se, portanto, a universidade é parte integrante da comunidade, se ela age e recebe influência da comunidade em que está inserida, toda linha de ação da universidade deve ter relação com a comunidade. Caso contrário, ela se torna um quisto, um elemento estranho no organismo social, que necessitará ser extirpado.

(11) FAGUNDES, J. Op. cit., p. 10.

. As Atividades de Extensão no Brasil

No Brasil, a extensão universitária é mais ou menos recente, por volta da segunda metade dos anos 60, incentivada pelo MEC e o CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), isto porque é nesse período que a extensão adquire status de terceira função básica da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, graças à Lei 5.540, que instala a Reforma Universitária de 68.

Numa análise histórica da extensão universitária, Rocha⁽¹²⁾ coloca a existência de três momentos bem definidos.

A) O período das experiências pioneiras que se situa entre 1912 e 1930, onde surgem, como marcos principais, a criação da Universidade Popular Livre de São Paulo, de caráter positivista e a fundação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa :

Segundo Cunha⁽¹³⁾, a Universidade 'Passageira' de São Paulo (1911-1917) sendo a primeira instituição que realizou atividades extensionistas, fê-lo sob a forma de conferências semanais abertas e gratuitas, onde o objetivo era o contato da popu

(12) Cf. ROCHA, R.M.C. "Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?", In: Educação em Debate. Fortaleza, 6/7, (2/1):53:60, jul/dez de 1983, jan/jun de 1984.

(13) CUNHA, L.A. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980, pp. 177-189.

lação com os intelectuais. Nos três últimos anos de seu funcionamento, a universidade desenvolveu cursos sobre assuntos que versavam desde o Fogo Sagrado da Idade Média, a Latinidade da Rumania, até a Importância e Progresso da Otorrinolaringologia, e estranhou-se, nessa época, que as classes populares não compreendessem esta atenção que a Universidade lhes dedicava. (14)

Já a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (MG), em 1929, sob a direção do professor americano Henry Rolfs, começa a dar assistência técnica a fazendeiros da região. Marca assim o início da extensão, enquanto função, sob a forma de serviço de assistência técnica rural. (15)

B) O período das experiências isoladas e da disseminação de idéias e desenvolvimento de ações a partir dos movimentos sociais, que vai de 1930 a 1968, coincidindo com a época do nacional-desenvolvimento populista e com o momento crítico entre 1964/1968.

Nesse período, embora houvesse projetos extensionistas de iniciativa dos docentes, a mais importante contribuição deve-se ao movimento estudantil que, em sua luta em prol da reforma universitária, sempre incluía a extensão como ponto preponderante. Veja-se, por exemplo, o Congresso da UNE na Bahia, em

(14) Cf. CUNHA, L.A. Op. cit., p. 177-189.

(15) Cf. CUNHA, L.A. Op. cit., p. 177-189.

1961, onde os estudantes ressaltavam:

" . abrir a Universidade para o povo, através da criação nas Faculdades, de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos como organizadores (ou as próprias Faculdades) de cursos de alfabetização de adultos (ao alcance de qualquer Faculdade), cursos para líderes sindicais;

. colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistência jurídica, médica, odontológica, técnica (habilitações, saneamento de vilas ou favelas, etc). Que isto não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua em que vivemos. É necessário, sobretudo, despertar a consciência popular para seus direitos. Entretanto, enquanto se vai lutando não podemos deixar que milhares de pessoas morram do nosso lado;

. colocar a Universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados. Promover, por exemplo, o levantamento topográfico de uma cidade do interior, traçar-lhe uma rede de esgotos, realizar pesquisas demográficas, etc. Isto pode ser realizado como trabalho curricular no período de férias."(16)

Também nesse período se dá o início das tentativas nacionais de institucionalização da extensão, sendo expressivo o conteúdo do Estatuto das Universidades de 1931 e os documentos legais de constituição da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal, que dão uma dimensão especial à extensão. Do Decreto 19.851, de 11.04.31, que se constituiu no 1º Estatuto das Universidades Brasileiras, destacam-se os seguintes

(16) GURGEL, R.M. Extensão Universitária. Comunicação ou Domesticação? São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986, p. 50.

artigos, relativos à Extensão Universitária:

"Art. 34 - a extensão se fará através de cursos de extensão, destinados a divulgar, em benefício coletivo, as atividades técnicas e científicas dos institutos universitários;

Art. 42 - a extensão deverá se processar de cursos e conferências, de caráter educacional ou utilitário, uns e outros organizados pelos diversos institutos da Universidade.

Art. 109 - a extensão é vista como difusão de conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos em benefício do aproveitamento individual."(17)

E o Decreto Municipal 5.513, de 04.04.35, institui a universidade do Distrito Federal e estabelece entre seus objetivos: *"propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular."*(18)

Nas décadas seguintes afirmariam-se o Centro Popular de Cultura; a extensão da Universidade de Brasília; o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco; a Universidade Volante do Paraná; o primeiro CRUTAC e o Projeto Rondon.

C) É o período de maior institucionalização da extensão universitária, compreendido entre 1968 e 1976, que teve como pontos básicos: o advento da Lei 5.540; a disseminação de idéias

(17) FÁVERO, M.L. Universidade e Poder. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980, pp. 155-170.

(18) FÁVERO, M.L. Op. cit., p. 165.

extensionistas pelo Conselho de Reitores; o aparecimento dos Cam
pi Avançados, como propostas estratégicas de extensão e o surgi-
 mento da Coordenação Nacional dos CRUTACs (Centros Rurais Univer-
 sitários de Treinamento e Ação Comunitária): o CINCROTAC.⁽¹⁹⁾

No período antecedente à reforma de 68, que enfatiza
 a Extensão Universitária, não se pode deixar de citar o trabalho
 da UNE - União Nacional dos Estudantes - que empreendeu vários
 programas de educação de adultos e cultura popular, assim como
 uma participação ativa nos Centros Populares de Cultura (CPCs) e
 nos Movimentos de Cultura Popular (MPCs) que se estendiam por to-
 do o país. Apesar da dimensão ampla desses movimentos, que con-
 tavam também com a participação de professores, a extensão não
 chegou a envolver a universidade como instituição.⁽²⁰⁾

Há também os trabalhos de Paulo Freire⁽²¹⁾ junto à
 Universidade de Recife que, em 1968, liderou uma equipe técnica

(19) Como a questão da extensão universitária é só o respaldo pa-
 ra a apresentação do Projeto Rondon, real objetivo deste
 trabalho, ficaremos com esta breve colocação do seu his-
 tórico. Para maiores informações sobre a Extensão Univer-
 sitária no Brasil, verificar: RODRIGUES, M. de M. Exten-
são Universitária - Origem, Desenvolvimento e Função, Pi-
 racicaba, UNIMEP, 1983; PAIVA, V.P. Op. cit.; FAGUNDES,
 J. Op. cit.; ROCHA, R.M.C. "As oito teses equivocadas so-
 bre a Extensão Universitária". In: A Universidade e o
Desenvolvimento Regional. Fortaleza, Ed. UFC, 1980, p.
 216-244; CARNEIRO, M.A. Extensão Universitária: Versões
& (Per)Versões, Rio de Janeiro, Presença Ed., 1985 e ou-
 tros.

(20) Cf. PAIVA, V. P. Educação Popular e Educação de Adultos. São
 Paulo, Loyola, 1973, pp. 203-258.

(21) Para maiores detalhes sobre o trabalho de Paulo Freire, ver
 FÁVERO, O. Educação de Adultos em Projetos Rurais. Rio
 de Janeiro, PUC, 1973 (Tese de Mestrado).

batizada SEC - Serviço de Extensão Cultural e que sistematizou seu método de alfabetização de adultos, além de organizar atividades culturais para a população de alguns estados do Nordeste e de São Paulo. Este movimento atuou por pouco tempo, pois veio a sucumbir com o Golpe de 64.

. Contextualização Político-Social

É com o golpe de 64 que iniciamos a contextualização do momento social e político em que surgiu o Projeto Rondon.

Façamos um breve retrospecto. Alves⁽²²⁾ coloca que:

(22) ALVES, M.H.M. Estado e Oposição no Brasil: 1964/1984. 3.ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

"O desenvolvimento dependente* e os específicos interesses internacionais e nacionais a ele associados formam o pano de fundo indispensável à avaliação da conspiração civil e militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart, no Brasil, a 31 de março de 1964. Esta conspiração foi consequência direta de uma série de tendências e condições que vinham ganhando vulto nos anos anteriores. O governo de Goulart promovera uma série de restrições aos investimentos multinacionais, configurados, entre outras medidas, numa severa política de controle das remessas de lucros, de pagamentos de royalties e de transferências de tecnologia, assim como em legislação antitruste e em negociação para a nacionalização de grandes corporações estrangeiras. Adotou também uma política nacionalista de apoio e concessão de subsídios diretos ao capital privado nacional, sobretudo aos seus setores não vinculados ao capital estrangeiro."(23)

(*) Alves conceitua desenvolvimento, de uma forma mais ampla, como termo referente a todo o espectro de mudanças em procedimentos tecnológicos, sociais, políticos e culturais que acompanham e facilitam a expansão da capacidade produtiva de uma sociedade. Num sistema econômico "autônomo" evidencia-se a capacidade de gerar seu próprio crescimento, implicando, sobretudo, a faculdade de criar novas tecnologias, de expandir o setor de bens de capital e de controlar seu sistema financeiro e bancário. Já as economias "dependentes" funcionam na periferia do sistema mundial, distantes dos pontos de concentração dos recursos para o crescimento autogerado. A economia dependente, em caso extremo, restringe-se ao papel de fornecedora de matérias-primas às economias industriais avançadas. E, ainda quando ela não está limitada apenas a esta função, o mercado internacional restringe drasticamente suas possibilidades de desenvolver a capacidade tecnológica, industrial e financeira necessária ao crescimento autogerado. "Frise-se que uma situação de dependência não significa necessariamente subdesenvolvimento permanente e estagnação econômica. O que ela efetivamente implica, na melhor das hipóteses, é um processo de desenvolvimento distorcido - mantêm-se sem solução consideráveis problemas sociais como as desigualdades regionais, graves disparidades na distribuição da renda, altos índices de desemprego e níveis de vida aberrantemente baixos para a maioria da população". ALVES, M.H.M. Op. cit., pp 19-30.

(23) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 21.

Com isso, uma participação maior de setores da sociedade, marginalizados até então, pôs em confronto exigências e interesses "irreconciliáveis num sistema de desenvolvimento dependente-capitalista"⁽²⁴⁾ e, assim, contradições fundamentais vieram à tona com a manifestação desses interesses irreconciliáveis, uma vez que as instituições da democracia formal mostraram-se incapazes de resolver tais contradições. Grupos e facções rivais enfrentavam-se na busca de apoio eleitoral, resultando disso que as expectativas populares chegaram a um inevitável ponto de defasagem entre o nível das aspirações e o dos resultados, gerando frustrações em determinados contingentes eleitorais.

"Nesses casos, o governo pode não ser capaz de cobrir os custos de sua própria legitimação, enfrentando uma crise em suas instituições democráticas formais. Foi em reação a este tipo de crise que as classes clientelísticas brasileiras vieram a desempenhar um papel decisivo na criação e desenvolvimento de uma forma autoritária de capitalismo de Estado. É nesse contexto que podemos compreender a ideologia da segurança nacional - um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente."⁽²⁵⁾

Uma política de desestabilização muito bem esquematizada, que envolveu corporações multinacionais, o capital brasi

(24) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 22.

(25) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 23.

leiro associado-dependente, o governo dos Estados Unidos* e militares brasileiros (principalmente um grupo de oficiais da Escola Superior de Guerra - ESG), precedeu a tomada de poder do Estado. A ESG coordenava as iniciativas de conspiradores civis e militares. (26)

Com o Golpe de Estado inicia-se a censura aos meios de difusão de massa e nos centros de ensino. É o período em que a população começa a ser bombardeada com propaganda ideológica intensiva, pois a ação psicológica é de capital importância.

"el hombre individual no existe, los pueblos son mitos. Lo que existe son las naciones, y fuera de la nación el hombre no existe (...) La guerra es la condición del hombre (...) Los hombres deben defenderse y pactar entre ellos, porque por si solos no pueden hacerlo. (...) El mundo y la vida humana es tan definidos por la categoría fundamental del 'amigo-enemigo'". (27)

(*) Alves menciona documentos tornados públicos recentemente, os quais demonstram que o governo norte-americano, através da CIA, agiu em coordenação com civis e oficiais militares - membros das classes clientelísticas - no preparo e realização de planos para desestabilizar o governo Goulart. Cf. ALVES, M.H.M. Op. cit., pp. 23-24.

(26) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 24. Para um contato maior com a análise da política de desestabilização e da coordenação de civis e militares no planejamento do golpe, ver a obra de René-Armand Dreifuss, 1964: A Conquista do Estado, Ação, Política, Poder e Golpe de Classe. Rio de Janeiro, E. Vozes, 1981.

(27) Los Conceptos Basicos de la Ideologia de Seguridad Nacional. Texto xerocopiado, sem indicação de autor ou data.

Com base nesses princípios, toda crítica, ao Regime que se instalara com a Revolução, é fortemente reprimida e caracterizada como ameaça à "nação" e ao povo que, incitado pela propaganda ideológica, era chamado constantemente à defesa do Estado.

Aqui é que se torna essencial, para a teoria de Segurança Nacional, o conceito de "fronteiras ideológicas", oposto ao de "fronteiras territoriais".

"Na guerra revolucionária, a guerra ideológica substitui a guerra convencional entre Estados no interior das fronteiras geográficas de um país. Este ponto é fundamental para a teoria do 'inimigo interno' e da agressão indireta. Diz o Manual Básico da ESG: (...) A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando à conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes, com o acirramento dos ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente. Desse modo a guerra revolucionária assume formas psicológicas e indiretas, de maneira a evitar o confronto armado, tentando conquistar 'as mentes do*

(*) O Manual da ESG estabelece dois tipos de guerra: a clássica, ou convencional, politicamente declarada e a não-clássica, não-declarada, definida como guerra de subversão interna. Este último conceito abrange a guerra insurrecional e a guerra revolucionária. Guerra insurrecional: conflito interno em que parte da população armada busca a de posição de um governo. Guerra Revolucionária: conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado, geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação. Manual Básico da ESG, citado em ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 37.

povo', e lentamente disseminar as sementes da rebelião até encontrar-se em posição de iniciar a população contra as autoridades constituídas. Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional, ela recruta seus combatentes entre a população do 'país-alvo'. Por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de 'inimigos internos' potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados".(28)

E nesse tipo de "guerra revolucionária" era preciso afastar, previamente, todos os simpatizantes possíveis da subversão, onde quer que se encontrassem, "sobretudo nas instituições difusoras de idéias (Escola, Universidade, Igreja)".(29)

Uma vez identificada a Universidade como local propício à subversão e, levando-se em conta que aqueles que não podem demonstrar, cabalmente, que não são subversivos, são inimigos em potencial, passou-se a vigiar esta instituição e seus membros.

"A estratégia de ação indireta determina o estabelecimento de diferentes frentes de ação no seio da população, assim como de um método especial de propaganda psicológica e controle ideológico. Segundo a definição, existem duas espécies de 'público-alvo'. O público interno inclui militares da ativa e da reserva ou civis que trabalham em Ministérios Militares, assim como a Política Militar e outras forças paramilitares. O público externo é composto de estudantes, líderes sindicais, meios de comunicação impressos e eletrônicos, grupos sociais influentes como os intelectuais, profissionais, artistas e mem

(28) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 37-38.

(29) COMPARATO, F.K. "Segurança Nacional". In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1981, 1(1):51-57.

bros de diferentes ordens religiosas. Esta classificação também inclui setores organizados da vida política e da sociedade civil, como organizações de trabalhadores, estudantes e camponeses (...). O principal problema para o Estado, no combate a esta estratégia indireta do comunismo, consiste em que, potencialmente, o inimigo está em toda parte."(30)

Obviamente, uma doutrina como esta põe seriamente em risco a defesa dos direitos humanos. Uma vez impossibilitado de se determinar, com exatidão, quem deve ser tido como inimigo do Estado e quais atividades encaixadas no "permissível" ou "intolerável", já não pode haver garantias para o império da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que tais direitos sejam mantidos na Constituição, eles só existem na prática, segundo o Arbítrio do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. *"Todos os cidadãos são suspeitos e considerados culpados até provarem sua inocência."*(31)

Em abril de 64, o então Ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, instalou comissões especiais de inquérito (parte dos chamados IPMS - Inquéritos Policial-Militares) em todas as universidades brasileiras, envolvendo, pessoalmente, o Ministério da Educação na contratação e demissão do pessoal universitário. *"Uma Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) composta de professores, reitores e funcionários indicados pelas au*

(30) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 39.

(31) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 40.

tonidades foi instalada em cada universidade para levar à efeito os expurgos." (32)

Já a 13 de abril de 1964 a UnB - Universidade de Brasília - sofreu a intervenção decretada pelo governo*, mas, antes mesmo da posse do Presidente Castelo Branco, a Instituição, no dia 09 de abril (1 dia após oficializado o golpe), já havia sido invadida por quatrocentos soldados da Polícia Militar que aprisionaram professores e estudantes. (33) A Universidade de São Paulo foi invadida por tropas e a Faculdade de Filosofia quase totalmente destruída. Quanto à universidade de Minas Gerais foi submetida à intervenção militar direta, sendo nomeado um reitor militar pelo período de um ano. Entretanto, devido a intensos protestos, o Ministro da Justiça foi obrigado a ceder, afastando o indicado. Essa mesma oposição interna conseguiu reduzir sensivelmente o número de expurgos dentro da UFMG que, numa relação inicial, incluía mais de 400 professores e pesquisadores. (34)

(32) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 66.

(*) A intervenção na UnB talvez tenha sido o caso mais sério de interferência, uma vez que esta instituição tivera, no governo de João Goulart, uma ação pioneira no intuito de harmonizar seu currículo às necessidades de uma sociedade em desenvolvimento. Os militares, porém, consideraram seu currículo subversivo e de inspiração comunista e assim, o total desmantelamento da Universidade e sua reformulação eram o objetivo prioritário dos grupos que tomaram o poder com o golpe de 64. Ver SANFELICE, J.L., Op. cit., ALVES, M.H.M. Op. cit. e outros.

(33) Cf. SANFELICE, J.L. Movimento Estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986, pp. 70 e 71.

(34) Cf. ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 67.

Com uma perseguição aberta aos movimentos universitários, a UNE, pela importância política de sua organização, teve sua diretoria dissolvida. No próprio dia da deflagração do golpe (1º de abril), a sede da UNE, no Rio de Janeiro, também foi invadida por tropas e seu prédio incendiado.

Os estudantes recusavam-se a ver sua organização -- tão fortemente engajada como grupo político de pressão face ao governo -- transformada em simples promotora de atividades recreativas, com tarefas administrativas da vida estudantil, que era o que lhe concedia o projeto Suplicy. Numa espécie de Colegiado, os estudantes organizaram um manifesto de repúdio ao projeto que extinguiu, arbitrariamente, a UNE como órgão representativo dos estudantes. A Lei Suplicy de Lacerda foi aprovada e, segundo ela, os órgãos representativos dos estudantes do ensino superior, passariam a ser:

"a) o Diretório Acadêmico (DA), em cada estabelecimento de ensino superior; b) o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada universidade; c) o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de estado, território ou Distrito Federal, onde houvesse mais de um estabelecimento de ensino superior; e d) o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), com sede na Capital Federal". (35)

(35) SANFELICE, J.L. Op. cit., p. 81.

O Diretório Nacional dos Estudantes, controlado pe los Ministros de Educação, acabou também sendo fechado por não ter conseguido representatividade entre os estudantes. A UNE, porém, funcionava na clandestinidade, fortalecendo-se cada vez mais, apoiada por 98% dos estudantes que votaram pelo apoio à organização ilegal.*

Era, portanto, vedado, aos órgãos de representação estudantil, qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, situação facilmente controlável, uma vez que estes órgãos estavam sob a fiscalização dos órgãos oficiais.

Num Manifesto, os estudantes assim expressaram sua posição de repúdio às manobras do governo, que se pronunciava, a uma certa altura, pelo "diálogo" com intelectuais e trabalhadores:

(*) "O Governo forçou todos os estudantes a votar nas organizações locais, pois pretendia trazer à tona a voz da 'maioria' silenciosa que, presumia, não apoiava a liderança da UNE. O resultado, entretanto, foi que os estudantes se viram compelidos a participar e discutir as eleições. O programa do governo para as universidades podia assim, ser debatido e criticado, de tal modo que nossa posição viu-se enormemente reforçada". Jean Marc Von der Weid, eleito presidente da UNE, em congresso clandestino realizado em Ibiúna, São Paulo, em 1968, citado por ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 68. Para maiores detalhes, verificar, também, sua análise do movimento estudantil nos primeiros anos do Estado de Segurança Nacional, in: VON DER WEID, Jean Marc, Brazil: 1964 to the Present - A Political Analysis, Québec Editions Latin America, 1972.

"São pois os autores da perseguição e da violência que hoje falam em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana dos Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3.000 universitários presos, expulsos, expatriados, desde 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes, ferido na Guanabara.

O que na verdade propõem é que abandonemos um diretor da UNE, Heitor de Laola, preso há meses no Ceará. Propõem anular a juventude, moldá-la fascista, violenta, corrupta, transformá-la em força de peliquismo e não de renovação.

E é consciente do compromisso assumido, e do risco que daí advém, que continuamos exigindo liberdade e o respeito aos direitos humanos. Permanecemos lutando por Democracia, embora sabendo que espancamentos serão nossas medalhas. Queremos justiça, mesmo que injustamente sejamos presos."(36)

Propunham que os intelectuais os apoiassem nessa recusa ao diálogo, aceitando-o no momento em que terminassem as perseguições e violências.

Em 67, o Decreto-Lei nº 252 (Art. 11 e § único) reiterava a repressão política aos estudantes e vedava:

"aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares. Parágrafo único: a inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do DA ou do DCE."(37)

(36) SANFELICE, J.L. Op. cit., p. 91.

(37) AROUCA, L.S. A Extensão Universitária, a Universidade e o Projeto Rondon. 1984, p. 16 (mimeo)

E, em 1969, o Decreto-Lei nº 477 reprime qualquer manifestação grevista, ou agitação de caráter político, ao membro do corpo docente, discente e administrativo que

"pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios (...) conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza (...) use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à ordem pública..."(38)

É nesse clima que, na tentativa de aproximação da Universidade, para melhor controle ideológico desta, é levado a efeito o 1º Seminário de Educação e Segurança Nacional, realizado na ECEME (Escola de Comando e Estado Maior do Exército) -- Praia Vermelha -- em outubro e novembro de 1966, tendo como Comissão Diretora a Universidade do Estado da Guanabara (UEG), hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a PUC-RJ, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a ECEME e o Conselho de Segurança Nacional.

A Secretaria Geral do encontro ficou a cargo do Prof. Wilson Choeri, da UEG, e dos oficiais: Cel. Otávio Costa, T.C. Bernardo Luna Freire e Mj. Sérgio Mário Pasquali, da ECEME.

As entidades presentes ao acontecimento chegaram a

(38) Decreto-Lei 477 de 25 de fevereiro de 1969. Anexo III, In: SANFELICE, J.L. Op. cit., p. 234.

41, entre representantes das universidades cariocas, do Ministério da Educação e outros, de instituições científicas e demais interessados no assunto.

Segundo artigo do Jornal do Brasil de 8/12/69 (p.44 do 1º caderno)⁽³⁹⁾, este Seminário teria tido seu início em uma crítica à Revolução de 64, feita pelo Prof. Choeri, ao então comandante da ECEME, General Bina Machado. O professor teria criticado a Revolução por deixar de lado o estudante no processo revolucionário, ao invés de integrá-lo à realidade brasileira. O general, por sua vez, tê-lo-ia desafiado a fazer algo à respeito e, desse desafio, surgiria um dos maiores movimentos extensionistas envolvendo a classe universitária brasileira.

Nesse Seminário o Prof. Choeri defendia a mobilização estudantil em diferentes etapas para estagiar no interior do país, em especial nas regiões menos desenvolvidas. Analisada por uma das Comissões do Seminário, sua proposta foi convertida em recomendação, que propunha.

"criação de caravanas de universitários que por um determinado tempo permaneçam em regiões afastadas do território nacional, onde não só estudem a situação dessas regiões, mas também prestem serviços de assistência social, cultural, sanitária, técnica e científica às populações locais."(40)

(39) Cf. "Projeto Rondon: um desafio ao universitário". In: Revista Rondon. São Paulo, abril/set. 1979, pp. 12 a 14.

(40) Revista Rondon, Op. cit., p. 14.

De semelhante teor é outra Recomendação, sugerida pela Comissão nº 4⁽⁴¹⁾, que propõe, às autoridades civis e militares, um estudo onde universitários de diversas especialidades

"possam realizar estágios participando lado a lado com as técnicas militares e contribuindo, através de um plano previamente estabelecido e especial para cada comunidade, para uma completa ação de integração dos habitantes da comunidade."

E esta Comissão completava:

"a conjugação dos diversos órgãos das Forças Armadas, das Universidades, dos Ministérios, entidades federais, regionais e empresariais poderá tornar esse estágio uma verdadeira ponta de lança da Universidade na participação da luta diária pela resolução dos problemas nacionais e dará ao jovem, capacidade de chegar a soluções realísticas para o Brasil e o não uso de soluções inadequadas à realidade brasileira."(42)

Esse movimento volta, assim, sua atenção para a juventude universitária, a partir da preocupação com o processo de desenvolvimento e do papel que cabe à educação aí desempenhar. Considera que

(41) Revista Rondon, Op. cit., p. 14.

(42) Revista Rondon, Op. cit., p. 14.

"a não participação da juventude universitária nos destinos do país criava-lhe um profundo sentimento de frustração, não só pelo reconhecimento do papel que lhe cabia nesse processo, como pelo potencial de mão de obra qualificada que permanecia à margem do desenvolvimento brasileiro."(43)

e colocava-se também, como sendo o "organismo por excelência promotor da mobilização da juventude brasileira, para engajá-la nesse processo de desenvolvimento, ora em curso no Brasil."(44)

O interessante é observar que essa mesma juventude que fora silenciada pelo movimento militar de 64 -- exatamente por colocar em questão a discussão dos grandes problemas nacionais, nos anos 60 -- era, no momento, convidada a participar dos "destinos do país", como forma de suplantar seu sentimento de frustração. A questão é que a diferença entre a participação estudantil na década de 60 e as formas que ora foram propostas, era fundamental. Se num momento anterior os estudantes estavam na vanguarda e queriam influir no encaminhamento dos problemas dos diferentes setores da vida nacional, agora lhes era reservado um papel caudatário. "São vistos como um potencial de mão de obra, cuja interiorização pode contribuir para integrar as comunidades interioranas e as regiões, distantes e carentes, ao projeto de desenvolvimento nacional."(45)

(43) GUIMARÃES, N. da S. "Projeto Rondon - Extensão Universitária". CRUB - X Aniversário. 1966-1976. Brasília, s/ed, 1976, p. 40.

(44) GUIMARÃES, N. da S. Op. cit., p. 51-52.

(45) FAGUNDES, J. Op. cit., p. 76.

Bem, aqui faz-se necessário outro retorno ao ideário do grupo que promoveu o golpe de 64.

Dentro da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, há um elemento de extrema importância: o desenvolvimento econômico. Já nesse ponto instala-se uma dualidade: *"não pode haver Segurança Nacional sem um alto grau de desenvolvimento econômico"*, como define a ESG:

"A segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território, assim como o treinamento de força de trabalho especializada."(46)

São enfatizados então, como fatores de grande importância para a "segurança" de um país, sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia de seus setores industriais⁽⁴⁷⁾. O Manual da ESG define, como meta do desenvolvimento econômico, *"a conquista de completa integração e completa segurança nacional, em especial considerando-se que um país, subdesenvolvido é particularmente vulnerável à estratégia*

(46) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 48.

(47) Cf. Manual da ESG, citado em ALVES, M.H.M. Op. cit., pp.24-30 e 33-51. Sobre o assunto, ver principalmente tópico 2 Geopolítica: o Papel do Brasil no Contexto Internacional, pp. 46-48.

indireta do inimigo comunista." (48) Mas o General Golbery do Couto e Silva, autor de 'Geopolítica no Brasil' (um dos mais influentes dos estudos geopolíticos dentro da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento), é ainda mais enfático. Afirma que as extensões de terras inaproveitadas e despovoadas são "vias de penetração" e devem ser eficazmente "tamponadas". Assim, sua proposta de política econômica não se destina a obter o apoio da população, mas a integrar o território nacional, em três fases distintas:

"1ª fase: articular firmemente a base ecumênica da nossa proteção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país, ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovuada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração;

2ª fase: impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península Centro-Oeste no todo ecumênico brasileiro;

3ª fase: inundar de civilização a Hiléia Amazônica, a coberto de nódulos fronteiriços partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão Este-Oeste, segundo o eixo do grande rio". (49)

Ora, é evidente que, para a Doutrina de Segurança Nacional, a defesa militar, mais do que as necessidades materiais básicas da população, é considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico. Assim, o desenvolvimento de extensões

(48) ALVES, M.H.M. Op. cit., p. 48.

(49) Golbery do Couto e Silva, Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro, liv. José Olympio Ed., 1981, pp. 131-132. Citado em ALVES, M.H.M. Op. cit., pp. 48-49.

no interior do país e da região amazônica é feito, principalmente, com o intuito de "tamponar possíveis vias de penetração" e não com o objetivo de elevar os níveis de vida das populações destas áreas. Isso fica ainda mais claro quando recordamos o potencial de riquezas minerais que se encontra na maioria dessas regiões. Essas riquezas eram consideradas pelo General Golbery como "trunfos" do Brasil para aumentar seu poder de barganha na arena geopolítica internacional⁽⁵⁰⁾. Integrar tais regiões significava manter o controle dessas localidades, frente a possíveis instalações, nessas áreas, de focos comunistas.

Assim, o Projeto Rondon cooptou o idealismo natural que envolve o jovem estudante e "dourando a pílula", levou os universitários, sem envolvimento político, ao ufanismo.

"Esta viagem deu-nos uma certeza: não basta olhar o mapa do Brasil aberto sobre a mesa de trabalho ou pregado à parede de nossa casa. É preciso andar sobre ele para sentir de perto as angústias do povo, as suas esperanças, seus dramas ou suas tragédias, a sua história, a sua fé no destino da nacionalidade.

São então se compreenderá que a responsabilidade desta geração é simplesmente formidável. Tudo indica, porém, que agora começou, para alegria nossa, a batalha longamente esperada da integração de nossos irmãos abandonados na comunhão nacional."(51)

(50) Cf. ALVES, M.H.M. Op. cit., pp. 48-51.

(51) Equipe de Filosofia do PRO III. Jardim, Mato Grosso, 1969. Citado em MEC/CFE. A Dimensão Atual do Projeto Rondon. Brasília, MEC/DDD, 1979.

Inserida no contexto estudantil em que foi (momento de maior efervescência política universitária), esta atividade surge no intuito de esvaziar o movimento dos estudantes e pre_{miar} os "bons alunos", ou seja, os mais ajustados aos fins do sistema político vigente, escamoteada sob a égide de integração nacional. (52)

No discurso do governo, mencionava-se que o Projeto Rondon estava acima da política partidária, não se imiscuindo nas correntes da política estudantil. *"Naturalmente que as participações pressupunham a observação de um código de ética, regulando os direitos e deveres de cada um e todos assinariam termo de responsabilidade como garantia desse conhecimento."* (53)

De qualquer forma, o Projeto Rondon ficou mal visto pelas entidades representativas dos estudantes, por ter sido apoiado pelos ministérios militares e concebido no auge do triunfalismo do "milagre econômico", para funcionar como uma espécie de antídoto à agitação esquerdista no meio universitário.

(52) No Brasil, a doutrina de Segurança Nacional encontrou um organismo combatido podendo crescer e desenvolver-se livremente; a sociedade civil, minada pelo centralismo estatal, pela inexistência de real vivência democrática, pelas deficiências do sistema educacional que não suscitava nos educandos a consciência crítica, pelas más condições de vida do povo, entregou a Nação a esta nova dominação do militarismo tecnocrático. A fundamentação filosófica e a influência do ideário das Forças Armadas coloca em prática a doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Ver COMPARATO, F.K. *Op. cit.*, p. 57 e também AROUCA, L.S. *Op. cit.*, pp. 3-6.

(53) "Rondon abre a Universidade para o Brasil". In: *Revista Interior*, Ano IV, nº 33, jul/agosto 1980, p. 4.

Pinheiro da Fonseca, diretor de Operações do Proje
Rondon em 86, afirmou: *"sempre fomos vistos como um instrumento*
do Estado para afastar os estudantes dos movimentos políti-
cos(...). Esse é um pecado original do qual é muito difícil se
desvencilhar."(54)

. Nasce o Projeto Rondon: Programa Oficial de Apoio à Extensão
Universitária

A partir do Seminário de Educação e Segurança Nacional, surgiu, então, o que viria a ser mais tarde o Projeto Ron
don. Junto com o Prof. Omir Fontoura, o Prof. Choeri organizou a
primeira expedição. Escolheu-se o Território Federal de Rondônia
como objetivo dessa primeira viagem e depois de intensos preparati
vos e um exaustivo estudo sobre a região, desceu em Porto Ve
lho, na manhã de 11 de junho de 67, a metade dos 30 universitá
rios que compunham a equipe. A outra metade viria no dia seguin
te, no mesmo avião, que era pequeno para o transporte de todos

(54) "Projeto Rondon sobrevive na ação comunitária". In: Revista
Veja, 20/agosto/1986, p. 27.

ao mesmo tempo. A expedição foi apoiada pelos Ministérios do Interior, que forneceu o C-47 para o transporte, e da Saúde, que forneceu o suprimento de medicamentos.

Foram 30 dias de trabalho, parte na capital e parte no interior do Território. O grupo era composto pelas seguintes especializações: Medicina, Engenharia, Geociências e Documentação e Comunicação.

Essa viagem ficou batizada, mais tarde, de operação zero e adotaram o tema *Integrar para não Entregar*, inspirado na frase do Capitão Lauro Bastos Filho, do 5º BEC - Batalhão de Engenharia e Construção: "*O Batalhão está trabalhando noite e dia para integrar a região amazônica e não entregá-la à cobiça, à miséria e ao pauperismo.*"(55)

A repercussão da experiência, ampliada pelos meios de comunicação, foi intensa, atraindo a atenção não apenas dos universitários, mas também das autoridades e

"a inquietação que, desde a segunda metade dos anos 60 acometia a juventude em todo o mundo, foi então devidamente capitalizada no Brasil, em benefício de expressivos contingentes humanos, sem descartar o proveito que trouxe aos próprios jovens."(56)

(55) "Rondon abre a Universidade para o Brasil". In: Revista Interior. 1980, 6(33), p.9.

(56) Idem, Ibidem, p. 9. Grifos nossos.

Houve um editorial de "O Globo", intitulado "Sabor de Grandeza", que traduziu a euforia dos jovens que participaram da Expedição, levando ao conhecimento da sociedade como um todo, a idéia da integração nacional com os serviços de extensão universitária.

Ao se propor a próxima viagem, mais de mil alunos haviam se inscrito.

No ano seguinte, janeiro/fevereiro de 1968, surgia a primeira turma do Projeto Rondon, conhecida como PRO-1, com a participação de 648 estudantes que, deixando a Guanabara, Estado do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, se deslocaram por 420 municípios da Amazônia, Nordeste e do Centro-Oeste.

Ao contrário da Operação Zero, que encontrou muitas dificuldades para sua organização e concretização, essa viagem já contava com o apoio de todos os Ministérios, transportes e instalações do Exército, Marinha e Aeronáutica, colocados à disposição, e o movimento ganhou condições de se executar em caráter regular e permanente.

Nesta viagem o trabalho foi considerado significativo: 176 mil atendimentos médico-odontológicos, dez mil vacinações de animais, levantamento geológico de 17 áreas, 17 projetos arquitetônicos para residências, escolas, pontes, estradas e redes de esgoto.

Acontecia, assim, o trabalho que seria conhecido co-

no Operação Nacional, caracterizado pelo deslocamento de equipes de diferentes pontos do território nacional em direção a regiões opostas, com intenção de facultar o conhecimento de diferentes realidades nacionais aos seus participantes.

O Projeto Rondon foi assim batizado inspirando-se na figura do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, descendente de índios e com idéias filosóficas humanistas, que o fizeram optar pelas atividades sertanistas e ser considerado, pelos organizadores do Projeto, como o pioneiro da integração nacional. O Marechal Rondon faleceu "célebre e desconhecido" em 19 de janeiro de 1958. (57)

Oficializado o Projeto, após o PRO-1, ampliaram-se as condições de absorção dos efetivos, e a Operação Regional de 68 incorporaria 3.065 universitários, quando então o Ministério do Interior chamou a si a coordenação das atividades do Projeto.

O Rondon começou com um Grupo de Trabalho instituído em 1968 pelo Decreto nº 62.927; em 1970, a 6 de novembro, através do Decreto nº 67.505, foi-lhe concedido autonomia administrativa e financeira; em 1975, com a Lei nº 6.310 de 15 de dezembro, foi autorizada a instituição da Fundação Projeto Rondon, que, em 1979, após acordo com os Ministérios do Interior e Educação, a já Fundação Projeto Rondon passou a ser apoiada pelos dois Mi-

(57) Para detalhes sobre a vida do Marechal Rondon, verificar PAIVA, M.G. da A grande aventura de Rondon. Brasília, INL/MEC, 1971.

nistérios.⁽⁵⁸⁾ Essas sucessivas modificações no status jurídico do Projeto Rondon se refletiram na forma como suas atividades foram desenvolvidas. Basicamente permaneciam as Operações Nacional e Regional seguidas logo da implantação dos Campi Avançados, das Operações Especiais e do Projeto de Interiorização.

O Projeto Rondon definiria que seus três grandes comprometimentos seriam com a universidade, com os universitários e com a comunidade.

"Compromisso com a Universidade.

Quando digo comprometido com a universidade, quero referir-me a 'uma universidade sem fronteiras, que está onde estão as necessidades nacionais'; como disse o Ministro Eduardo Portella.

Uma universidade que, com sua criatividade e inteligência, com o potencial de seus docentes, mestres, doutores e a força dos jovens, possibilite a construção de um projeto de sintese cultural dos diversos Brasis, não somente partindo de uma diretriz de Governo, mas, sobretudo, de sua própria base cultural e, conseqüentemente, de inspiração nitidamente democrática.(...)

As Forças Armadas se encontram na Amazônia desde os primórdios da colônia(...). E no interior da Amazônia encontramos em profusão outra grande instituição, a Igreja(...). Hoje temos uma terceira instituição na Amazônia: é a universidade brasileira(...). É uma instituição que vai dar outro sentido à ocupação da Amazônia, porque entrou com outro objetivo, com a intenção de valorizar o homem, de valorizar as comunidades e de fazer democraçia, integrando e desenvolvendo.

(58) Ver Anexo I, Lei 6.310; Anexo II, Estatutos da Fundação Projeto Rondon e Anexo III, Normas de Organização e Funcionamento.

Compromisso com o Universitário.

(...) Primeiro com sua dimensão humana, seu valor como pessoa, sente e quer participar. Idealista, generoso, disponível e desejoso de ser útil. Segundo, com a formação da consciência social desse universitário, enquanto pessoa, enquanto futuro profissional e enquanto cidadão, através do conhecimento da realidade brasileira. Por último, com a formação de sua consciência histórica de compromissos, enquanto futuro dirigente, com o estudo e solução dos problemas das comunidades mais carentes do País, ou seja, o Projeto Rondon quer dar aos jovens a oportunidade de participar do processo de desenvolvimento nacional (...).

Compromisso com a Comunidade.

O Projeto Rondon se define também comprometido com a participação ativa e consciente das populações mais carentes do País na solução dos seus próprios problemas.

Nós temos vários exemplos de envolvimento de comunidades em função da presença dessa idéia Projeto Rondon (...). Temos um exemplo (...) a partir de um projeto de desenvolvimento urbano e outro de saúde, apresentados pela Universidade de Brasília, os prefeitos e lideranças comunitárias da região do Médio Araguaia, apresentavam uma série de questões relevantes sobre o assunto.

Os prefeitos e lideranças discutiram com a universidade as ponderações apresentadas e chegaram a um acordo quanto à reformulação dos projetos, atendendo à realidade da comunidade que veio a participar de sua implantação..."(59)

Em relação ao compromisso com a universidade, "uma universidade sem fronteiras, que está onde estão as necessidades nacionais", a colocação era importante, pois possibilitava um bloqueio no crescente elitismo que dominava as universidades e

(59) Texto extraído da Exposição do Ex-Presidente da Fundação Projeto Rondon, Sérgio Mário Pasquali. In: MEC/CFE, Op. cit., p. 21 a 23.

voltava-as para um trabalho junto às necessidades do país. Entretanto, isso era mais teórico do que prático, porque a maioria dos trabalhos eram imediatistas, curativos, paliativos. Não houve um real comprometimento da universidade brasileira no sentido de integrar e desenvolver as regiões carentes: primeiro, porque apenas alguns segmentos desta apoiavam os trabalhos do Rondon, pelo próprio preconceito que este criara entre a comunidade universitária; segundo, porque a maioria dos problemas essenciais das regiões carentes era de ordem econômica e social, num nível tal, que só uma política adequada do Governo poderia sanar.

Quanto ao compromisso com o universitário, este sempre manteve uma postura aberta à participação (vide Princípios da UNE); "idealista, generoso, disponível e desejoso de ser útil", porém, como aludimos anteriormente, sua participação era agora solicitada num apelo ufanista, sem a postura crítica que a classe discente universitária sempre defendeu e pela qual havia lutado.

Já as comunidades, distantes e carentes, viam pela primeira vez a possibilidade de algum conforto em suas necessidades e, certamente, aceitaram de bom grado a mão paternalista do Estado em sua direção. Porém, as bases políticas de conscientização e participação dessas mesmas comunidades não chegaram a ser desenvolvidas, até porque não eram objetivos do P.Ro.

Quanto a sua atuação, condensou-se a Fundação, na época, em três grandes programas -- de Operações Especiais, de

Áreas Prioritárias e de Interiorização --, atingindo ássin, uma fração significativa dos universitários brasileiros -- mais ou menos 120 mil por ano. A participação em um dos programas mencionados acima não excluía o universitário dos demais.

Concedendo uma ênfase muito especial à ação comunitária nas regiões urbanas, o Programa de Operações Especiais (PROESP) oferecia continuidade, durante todo o ano, ao trabalho dos estudantes. Tal programa englobava, assim, os trabalhos assistenciais e educativos em favelas e na periferia das grandes cidades.

Já o programa de Áreas Prioritárias, que foi a base do Rondon, se estendeu a todos os Estados. Era integrado pela Operação Nacional, realizada nas férias de janeiro/fevereiro; pela Operação Regional, no mês de julho; e pelo Projeto de Interiorização que, depois de permanecer alguns anos desativado, foi retomado em 1980 para ser extinto novamente a seguir.

O Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior (PROEX) oferecia respaldo às escolas de nível superior para que exercessem a extensão universitária naquela modalidade que lhe fosse mais conveniente ou compatível. Tanto podia se envolver numa participação permanente, como a do Campus, como eventual, mediante seminários de estudos integrados, ciclos de conferências e as viagens de Estudo (Operação Mauá).

Especificando-se um pouco mais as modalidades das a tividades do Projeto Rondon, temos:

. Programas de Áreas Prioritárias -- atingia, com ação permanente, áreas selecionadas em estados brasileiros nos quais estivessem sendo realizados projetos prioritários dos governos federal e estadual. Nesse programa estavam englobadas a Operação Nacional e as Operações Regionais. Na Operação Nacional, que ocorria nas férias de início de ano, os estudantes se deslocavam de sua área de origem para outra com realidade completamente diferente. Nas regionais, realizadas nas férias de julho, a atuação dos estudantes se limitava ao estado de origem.

. Programa de Apoio à Extensão Universitária. Este programa abrangia dois subprogramas, o de campi avançados e o de seminários. O Projeto Rondon possuía campi avançados em locais considerados estratégicos do país, funcionando o ano inteiro com revezamento de equipes, no intuito de assistir às comunidades carentes e interiorizar tecnologia moderna. Os Seminários tinham como tema problemas brasileiros e visavam proporcionar aos participantes exame e debate da problemática do desenvolvimento nacional.

. Programa de Operações Especiais -- este tinha ca ráter eminentemente social, e era dirigido para atividades específicas nas áreas urbanas.

Segundo o Cel. Sérgio Mário Pasquali, pretendia-se , através desses programas de atuação, buscar uma maior integração com as instituições de ensino superior, com o Ministério da Educação e Cultura, com os órgãos do Governo e com a comunidade. E para a concretização dessa ação é que se criaram as comissões:

"a) MEC-MJNTER, visando estudar e propor aos ministros, soluções que viessem dinamizar a integração do Projeto Rondon com as universidades e proporcionar a possibilidade de participação de um número maior de universitários;

b) a Comissão Projeto Rondon/Conselho de Reitores, (...) que visa também, já em um nível diferente, propor soluções(...) e fortalecer essas ligações;

c) uma Comissão interna do próprio Ministério do Interior, voltada mais para o problema de ação comunitária, que visa propor ao Ministro do Interior uma política de ação comunitária para o MJNTER, na qual estaria inserido, prioritariamente, o Projeto Rondon."(60)

Com estas comissões o Cel. Pasquali, então Presidente da Fundação Projeto Rondon, tencionava dinamizar os trabalhos, principalmente no que dizia respeito a um maior prazo de permanência das equipes junto às comunidades, obtenção de créditos e até mesmo modificações curriculares. Surgiram então documentos oficiais de apoio a estas questões, tais como: Indicação 8/70 e o Parecer 1.293/73 do Conselho Federal de Educação, que acentuavam a participação mais duradoura dos universitários lon

(60) Exposição de Sérgio M. Pasquali. In: MEC/CFE. Op. cit., p. 24.

ge de suas atividades acadêmicas regulares , e o Parêcer 4.120/74, de 5 de dezembro de 1974, também do C.F.E., que estabeleceu a concessão de créditos em Educação Moral e Cívica (ou Estudos de Problemas Brasileiros) aos participantes do Rondon.⁽⁶¹⁾

Em 85, com a mudança do Governo, mudou também a estrutura da Fundação Projeto Rondon. Na verdade, o imprevisto das circunstâncias com que assumiu a presidência, o senhor José Sarney, refletiu mais exatamente em incertezas e indefinições do que propriamente mudanças, no andamento dos programas da Fundação.

O Projeto Rondon viu-se afetado pela demora na escolha de seu novo dirigente e inclusive pela dúvida quanto a sua continuidade como instituição. Tudo isto provocou uma redução dos trabalhos e até mesmo a paralisação de algumas atividades , como o Campus Avançado, pela total falta de Recursos que financiassem o subprograma.⁽⁶²⁾

Dessa forma, o Projeto Rondon teve que redefinir seu espaço de atuação para adequar-se ao novo contexto político do país.

Realizaram-se, então, Seminários regionais de debates sobre o que havia sido o órgão até então, e quais propostas

(61) Cf. MEC/CFE, Op. cit., p. 24.

(62) PALERMO, M. "Ação Rondon no ano das mudanças". In: Repórter Rondon. Brasília, Ano IX, nº 2, fev/86, p. 6.

novas poder-se-iam formular para o seu futuro. O resultado desta iniciativa foi o documento "Ação Rondon" que continha os princípios, compromissos, diretrizes e estrutura de programas e projetos que constituiriam a nova política da instituição para o período de 88 a 90. (63)

Nesse documento, lançado *"a partir de um posicionamento crítico em que o processo de resgate de sua autonomia, de ocupação do seu verdadeiro papel institucional e função social se tornam prioritários"*, a Fundação Rondon complementava sua filosofia

"assume novos compromissos e reformula suas ações, considerando, principalmente, o momento em que a Sociedade Brasileira busca a mudança como forma de obter uma condição de vida compatível com os padrões de bem-estar e desenvolvimento social."(64)

É nesse sentido que se reformulou a estrutura de Programas da Fundação, numa ênfase maior à regionalização de seus trabalhos, facilitando a integração de interesses comuns com as comunidades, Instituições de Ensino e órgãos envolvidos, selecionando atividades compatíveis com as demandas de cada Estado, em uma ação coerente nas diferentes áreas de interesse. (65)

(63) PRORONDON. Diretoria de Planejamento. Participação e Desenvolvimento. Ação Rondon 1988/90. Brasília, 1988.

(64) PRORONDON. Op. cit., p. 7.

(65) PRORONDON. Op. cit., pp. 7-9.

A matriz programática garantiria a unidade política em relação à ação nacional. Todavia, a prática participativa e descentralizada iria favorecer a identidade e autenticidade de cada estado.

Os Novos Programas ficaram:

1. PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO -- privilegiando a ação de resgate do incremento ao Ensino Básico no país e à melhoria das condições do aluno no processo ensino-aprendizagem.

2. PROGRAMA DE SAÚDE COMUNITÁRIA -- contribuindo para suprir carência de profissionais nas regiões envolvidas com os trabalhos do Rondon, apoiando programas de Saúde Pública, treinamento para formação de agentes de saúde, etc.

3. PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO E ALIMENTAÇÃO POPULAR -- apoiando atividades com trabalhadores rurais sem terra e com pequenos produtores, e também a programas governamentais que visassem a melhoria alimentar das camadas de baixa renda.

4. PROGRAMA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER -- enfatizando a cultura enquanto infra-estrutura social (traços materiais, modo de produção e relações de trabalho, tecnologia, moradia, etc) e superestrutura (traços ideológicos: leis, religiões, arte, educação, política, etc).

5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA -- tendo como fundamento a utilização racional e inte

gral do espaço físico para suprir necessidades de abrigo e subsistência, conforto e lazer do homem, respeitando o meio ambiente.

6. PROGRAMA DE APOIO À MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO CO-MUNITÁRIAS -- tencionando um trabalho que dotasse as comunidades de mecanismos de participação e intervenção nas ações do poder público, partindo das necessidades e interesses das mesmas.

7. PROGRAMA DE APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS -- a Fundação pretendia assumir, com este programa, o papel de Órgão de Apoio a Estudos e Pesquisas que viessem em benefício das comunidades atuadas e/ou cujos resultados fossem voltados para a contribuição ao desenvolvimento regional. Esse apoio referia-se tanto às instalações físicas como à inserção de estudantes e técnicos em projetos específicos.

8. PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL - articulando o desenvolvimento de atividades-meio, com as atividades-fim dos de mais programas. Tinha como fundamento a valorização dos recursos humanos nas relações internas de trabalho e da interação com o estudante voluntário, professores, colaboradores e membros da comunidade.

9. PROGRAMA EDITORIAL -- incluía a publicação de textos de aula, fascículos e manuais, no intuito de transmitir conhecimentos e informações para a integração do estudante e das comunidades na realidade brasileira. Visava a complementação cul

tural do estudante através de ensinamentos universais e transferência de conhecimentos e informações práticas que refletissem num trabalho de melhor nível junto às populações.⁽⁶⁶⁾

Organicamente⁽⁶⁷⁾ o P.Ro teve, após a posse do Presidente Sarney, o Sr. Romero Jucá Filho como presidente, logo sendo substituído por Sílvio Tavares de Amorim. Entretanto, a instabilidade que se instalara nos órgãos públicos federais, as constantes mudanças nos Ministérios, fez com que a Instituição permanecesse um período sem presidente -- com a demissão de Amorim -- até sua extinção definitiva, em 15 de outubro de 1988, em cumprimento a medidas governamentais para o controle do déficit público.

O documento "Ação Rondon" que estabelecia diretrizes para o trabalho da entidade, no período de 88 a 90, trazia reformulações ideológicas, refletindo um amadurecimento maior da instituição e seus membros, procurando, através da mobilização e organização das comunidades, levá-las ao *"exercício da plena cidadania e de uma maior e mais efetiva participação no processo de Desenvolvimento Social."*⁽⁶⁸⁾

Seria interessante, nesse contexto, observar como a Entidade e as universidades se comportariam com este "novo ideá

(66) Vide Anexo IV, uma descrição completa de cada programa.

(67) Vide Anexo V, Estrutura Organizacional e Operacional da Fundação Projeto Rondon, 1988.

(68) PRORONDON, Op. cit., p. 5.

rio" que, a nosso ver, parecia ir de encontro às antigas reivindicações das instituições de ensino superior, consideradas críticas e de vanguarda, além de refletir um posicionamento sempre defendido pelos estudantes: um trabalho realmente comprometido , politicamente, com a melhoria do nível de vida das regiões carentes.

Quando acena-se a possibilidade de uma maior integração entre os ideais da classe universitária, politicamente com prometida, e um órgão do Estado, as ações não chegam a se concretizar. Nesse ponto estratégico -- e talvez exatamente por ele -- a Fundação Projeto Rondon é oficialmente extinta.

. O Programa Campus Avançado

Como objeto mais específico desse trabalho, vamos nos deter um pouco mais sobre o programa "Campus Avançado".

O governo defendia que a vivência dos problemas relacionados com a distância e o isolamento de muitos municípios da Amazônia, sobretudo, levaram a que se pensasse em uma atuação de caráter permanente que proporcionasse articulação de esforços da comunidade e dos órgãos governamentais, dando apoio técnico, acionando fatores de desenvolvimento cultural e econômicos dessas áreas. A universidade poderia ser a instituição capaz de cumprir tal função de importância estratégica.⁽⁶⁹⁾ Isto poderia fazer-se, inclusive, cumprindo objetivos de integrar cultural e tecnicamente regiões geográficas distantes, constantes no projeto de desenvolvimento definido pelo Governo pós-64.

Esse movimento manifestava-se, principalmente, na Universidade Federal de Santa Maria, onde a proposta de lançamento de uma "Base de Operações Avançadas" começou a ser articulada em abril de 69, pelo Reitor José Mariano da Rocha Filho. Este fez, então, contatos pessoais com o coordenador do Grupo Tarefa do Projeto Rondon, Tenente Mauro da Costa Rodrigues, que levou a idéia às Universidades Estadual da Guanabara (hoje Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Federal de Juiz de Fora que,

(69) Cf. MEC/CFE, Op. cit., p. 15-18.

de uma certa forma, já estavam envolvidas, face à atuação de seus alunos e professores, em suas respectivas áreas, através da Operação Nacional.⁽⁷⁰⁾

O Programa Campus Avançado surgia, assim, como fruto também de uma evolução institucional do Projeto Rondon.

Para marcar o início de sua caminhada em Roraima, a UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) enviou, ao Território, Rubens Fabrício, médico e professor, e Lauro Antonio do Canto Petrocci, médico veterinário, que realizaram um trabalho de pesquisa e reconhecimento das mais urgentes e principais necessidades da região. Com base nos relatórios desses profissionais, a UFSM autorizou a instalação do Campus em primeiro de agosto de 1969.

Iniciaram-se, então, esforços para a implantação da infra-estrutura local, no intuito de criar condições básicas para o que se chamou Campus Avançado, e efetivaram-se contatos com a Força Aérea Brasileira para o transporte sistemático de alunos e professores para as áreas de atuação, oficializado com a assinatura de um convênio entre esses órgãos.

Parte então, a 4 de agosto de 69, a primeira equipe *"para desbravar os sertões do até então quase desconhecido Território de Roraima"*⁽⁷¹⁾. O Grupo foi liderado pelo Cel. Alexandre

(70) "No selo a marca de um trabalho de dez anos". In: Revista Rondon, São Paulo, abril/set., 1979, p. 6-11.

(71) Idem, Op. cit., p. 10.

Máximo Chaves de Amêndola e o Economista Eliseo Blaya Perez e continha estudantes de quase todas as áreas, com um reforço maior na de agro-ciências, para verificação da Fazenda Bom Intento, local onde se instalara o Campus e de onde, segundo as expectativas, poderia sair, um dia, a auto-suficiência deste e até mesmo a redenção da pecuária, que era a principal fonte de rendimento do Território. Entretanto, além de outras dificuldades encontradas pelos estudantes, a fazenda reage negativamente ao serviço, pela seca causticante e inicia-se a abertura de um poço-cisterna, para obtenção de água, por alunos e professores. A equipe, apesar das dificuldades, continuou seu trabalho, em grande parte, dirigido à lavoura de arroz.

Os pioneiros da instalação de um Campus Avançado persistiam em seus trabalhos, percorrendo, todos os meses, mais de cinco mil quilômetros de Santa Maria a Boa Vista.

O Coronel Alexandre Amêndola conta:

"Quando aqui chegamos, em 1969, não existia nada; tudo isso que se vê agora era planície deserta, ladeada por extensa floresta. Os universitários pioneiros vieram aqui conscientes de que precisavam esquecer o conforto urbano e se adaptarem à realidade desconhecida que iriam enfrentar (...). Coragem, desprendimento e vontade de ajudar ao próximo seriam os princípios que deveriam nortear todas as ações daqueles grupos que dali em diante chegariam a Roraima." (72)

(72) Idem, Op. cit., p. 10.

Existia, realmente, uma preocupação explícita do Projeto Rondon com a mudança da mentalidade do universitário, visando do inseri-lo na perspectiva governamental de desenvolvimento:

"Trabalhando com a juventude universitária, sua atuação proporciona condições para uma mudança de atitudes e mentalidade, indo se refletir na Instituição Universitária, incentivando-a não apenas a uma participação mais efetiva naquele desenvolvimento, mas também à interiorização de seus recursos humanos qualificados para integração das regiões mais carentes."(73)

Entretanto, pelo que se sabe, são poucos os rondonistas que foram trabalhar nas regiões onde estagiaram, quando completaram seus cursos. E, quanto ao desenvolvimento de comunidades, Fagundes ressalta.

"trata-se de um empreendimento extremamente complexo e com resultados discutíveis. O principal óbice ao desenvolvimento de um trabalho comunitário consistente e significativo situa-se no fato de se deslocar a atenção para os efeitos, sem levar-se em conta os fatores que se congregam para produzir uma determinada situação. A atuação - seja pelas condições objetivas do estágio (local, tempo e recursos delimitados), seja pela própria filosofia do Projeto Rondon - detêm-se naquilo que a comunidade revela à primeira vista: a sua miséria, o seu abandono e a sua impotência em dimensionar os seus problemas efetivos, dadas as condições em que se encontra. Daí a tendência 'humanitária' de socorrê-la em suas necessidades prementes e manifestas, sem descer a

(73) GUIMARÃES, N.da.S., Op. cit., p. 51.

raiz dos problemas, cujas soluções dependem de fatores estruturais que exigem, por conseguinte, outra postura e outro tipo de encaminhamento."(74)

De qualquer modo, ao cabo de 5 anos já eram 22 campi avançados instalados, onde mais de 30 instituições de ensino superior desenvolviam ações de natureza diversa, definida por elas próprias.⁽⁷⁵⁾

Quanto à mecânica de funcionamento, os passos eram os seguintes. A Fundação definia, através de entendimentos com a Superintendência do Desenvolvimento Regional competente e lideranças políticas locais, a área adequada à instalação do campus avançado. Iniciavam-se, então, os contatos entre a Fundação e diversas universidades interessadas em assumir o campus, podendo mais de uma universidade responsabilizar-se por ele, através de convênios.

O convênio para implantação de um campus avançado, com duração média de cinco anos, reunia, além da(s) universidade(s) e a Fundação Projeto Rondon, a Superintendência Regional de Desenvolvimento e os governos estadual e municipal.⁽⁷⁶⁾

À universidade coube a responsabilidade de organizar, administrar e avaliar a atuação no campus, devendo constituir

(74) FAGUNDES, J. Op. cit., p. 79.

(75) Vide Anexo VI, Relação das Instituições de Ensino Superior Envolvidas no Programa "Campus Avançado".

(76) Para maiores detalhes sobre as responsabilidades específicas de cada conveniente, ver Anexo VII.

também, internamente, um grupo de trabalho para coordenar tais atividades (Grupo de Trabalho Universitário -- GTU) e, em comum acordo com as outras entidades envolvidas, estabelecer a programação anual. Era ela também que deveria nomear o diretor do campus, dentre seus professores, e o administrador; recrutar, selecionar e treinar os participantes, compatibilizando sua permanência no Campus Avançado com os encargos curriculares e departamentais e estabelecer a escala de equipes que deveriam deslocar-se para a área. Os professores atuariam por conta de sua vinculação ordinária à Universidade.

Ao Projeto Rondon caberia prover as condições materiais, financeiras e logísticas para o funcionamento do campus. Ele é quem movimentaria, mensalmente, as equipes e transferiria, ao diretor do campus, os recursos financeiros necessários a sua manutenção. A ligação entre todos os campi avançados entre si e com o Projeto Rondon, em Brasília, foi mediada através de um rádio, numa rede de ondas médias em 4 Canais. (77)

O programa, de caráter totalmente novo, ressentiu-se da rapidez com que ^{veio} a envolver universidades tradicionalmente estruturadas para atividades regulares em salas de aula. Era preciso abreviar a permanência do estudante ou do professor na área, para não lhes prejudicar a freqüência e outras atividades curri-

(77) MEC. Op. cit., p. 18. Vide Normas de Funcionamento do Campus Avançado, Anexo VIII.

culares que prosseguiam na universidade. Isto trazia , problemas de continuidade, necessária à participação em programas mais du radouros, desenvolvidos pelas comunidades e governos locais.

Para contornar tais problemas, relativos às atividades curriculares que prosseguiam na universidade, é que surgiram, como já mencionamos anteriormente, (à p. 40 deste trabalho) documentos de expressão oficial como: a Indicação nº 8/70 e o Parecer nº 1.293/73, de 8/8/73, do Conselho Federal de Educação.

Posteriormente, o Parecer nº 4.120/74, de 5/12/74 , também do CFE, ampliou os anteriores e disciplinou a concessão de créditos em Educação Moral e Cívica (Estudo de Problemas Brasileiros, no curso superior) aos estudantes que participassem do Projeto Rondon.

Nesta fase do processo de aproximação -- Projeto Rondon e instituições de ensino superior -- deve-se mencionar a criação da Comissão MEC/MINTER (Ministério da Educação e Ministério do Interior, em 1974 (aludido à p. 40 deste trabalho). Ela delineou, a nível ministerial, os aspectos básicos que norteariam e deveriam identificar a ação do Projeto Rondon, pelo Ministério do Interior, e das instituições de ensino superior, pelo Ministério da Educação e Cultura. Como decorrência desta Comissão, foi criada a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), ligada ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC, que , em seu primeiro documento "Plano de Trabalho da Extensão Universitária", de abril de 1975, destaca o Projeto Rondon como um dos

organismos de apoio às instituições de ensino superior, pelo potencial educativo que propicia aos universitários que dele participam ao deslocarem-se a outras regiões do país.

Em seguida, através do Aviso Circular nº 513, de 25/6/75, o Ministro de Estado da Educação e Cultura recomendava a todos os reitores e diretores das instituições de ensino superior brasileiras:

"A Universidade procure conhecer e melhor articular a participação de docentes e de discentes nas operações desenvolvidas pelo Projeto Rondon, a nível nacional, regional e nas de caráter especial, procurando, se possível, compatibilizá-las com suas necessidades de treinamento ou estágio." (78)

Chegou-se a compreender, então, que era preciso conceber os campi avançados como uma atividade típica de extensão universitária, ou seja, a prática de uma nova dimensão do ensino e pesquisa de grau superior.

Os Ministros do Estado de Educação e Cultura e do Interior, em despacho conjunto de 10/05/79, decidiram pela formação de uma comissão interministerial, com a finalidade de sugerir formas alternativas de programação para consecução de objetivos comuns aos Ministérios do Interior (Fundação Projeto Rondon) e da Educação e Cultura (Instituições de Ensino Superior).

(78) Aviso Circular nº 513, de 25/6/75 - MEC. Citado in: BRASIL MEC. Uma visão do "Campus" Avançado. CRUB/FPRO. Brasília, MEC/DDD, 1980, p. 16.

Tal Comissão, em suas proposições básicas, recomenda:

"Que as instituições de ensino superior do Sul e Sudeste do País e o Projeto Rondon procurem envolver, gradativamente, nas atividades dos campi avançados, as instituições de ensino superior das regiões onde estão localizados os campi avançados.

Que as instituições de ensino superior, nas atividades conjuntas com o Projeto Rondon, procurem incentivar a participação de professores como orientadores, supervisores, consultores ou coordenadores-técnicos e, na impossibilidade destes, credenciem profissionais outros que atendam aos requisitos estabelecidos pelos órgãos acadêmicos no planejamento das atividades."(79)

A modalidade Campus Avançado conservou, contudo, seu caráter de programa de vanguarda. Este, a rigor, não seria um programa. Segundo definição da própria Fundação, seria uma "estratégia de interiorização do desenvolvimento pela universidade, uma estrutura aberta e flexível para programas a serem planejados pelas universidades"(80). Cada Campus possuía uma vitalidade diferente, assim como cada universidade possuía um ambiente, um momento e um potencial específicos. Sua eficácia social portava sempre a medida e a marca da universidade a que estava entregue.

Com o tempo se tornaram diversas e descontínuas as experiências nos campi avançados, os quais pretendiam ser uma oportunidade, à disposição da universidade brasileira, para:

(79) MEC, Op. cit., p. 17.

(80) MEC, Op. cit., p. 17.

- " . implementação de programação curricular de estágios obrigatórios e não obrigatórios;
- . relacionamento estreito com as comunidades interioranas, seus valores e suas culturas;
- . desencadeamento de um processo educativo que tenha como resultado a participação da comunidade em seu próprio processo de desenvolvimento;
- . contribuição aos esforços governamentais e privados para o desenvolvimento de regiões interioranas;
- . reflexão e experiência com vistas ao aperfeiçoamento de objetivos e métodos de ensino e pesquisa na universidade;
- . atendimento de preocupações político-estratégicas ligadas a vazios demográficos, econômicos e culturais existentes no País, o que constitui responsabilidade nacional.
- . uma experiência sui generis para o enriquecimento humano, social e profissional, sobretudo do jovem universitário."(81)

E o que se encontraria ao se chegar em um dos campi avançados?

"Um grupo de estudantes, vivendo uma vida em comum, em alojamento simples, envolvidos no problema de uma área carente do interior do País, e realizando um trabalho programado naquilo que lhes parece mais próximo, viável e condizente com o desenvolvimento daquela comunidade interiorana. Pois o serviço que ali se presta não é prefixado pela Fundação Projeto Rondon, que mantém o grupo na área de trabalho. Preparam-se recursos humanos para o desenvolvimento local, (...). Promovem-se ações de organização da vida econômica e de assistência técnica a unidades de produção. Somam-se esforços a iniciativas e investimentos governamentais. Realizam-se atividades de estímulo e mobilização das forças vivas da comunidade. Desenvolvem-se pesquisas de base sobre recursos naturais e possibilidades econômicas, sobre problemas sanitários e de nutrição. Estudam

(81) Cf. MEC, Op. cit., p. 18.

-se processos de criação ou adaptação de tecnologias diversas para necessidades da região."(82)

Porém, se o Rondon interiorizou poucos profissionais universitários e não conseguiu resolver os problemas das comunidades onde atuou, talvez encontremos outra razão que justifique seu surgimento. Para Paiva essa razão era a de influir politicamente sobre o estudante universitário⁽⁸³⁾, e Fagundes ressalta que essa ação sobre os estudantes teria duas dimensões. Por um lado, canalizando suas energias, desviar-lhe a atenção dos problemas da região onde viviam, para os problemas de uma região mais distante e mais carente. E por outro lado, através de contatos passageiros com os graves e complexos problemas do interior, levá-los a reformularem sua própria visão da realidade brasileira e assim exercerem um efeito multiplicador em suas instituições de origem⁽⁸⁴⁾, instituições estas, segundo Demo⁽⁸⁵⁾, um fenômeno elitista, cujos privilégios se fazem às custas dos não-privilegiados e que tem a necessidade de participar da política social do governo, da qual faz parte.

(82) BRASIL/MEC, Op. cit., p. 17.

(83) PAIVA, V.P. Op. cit., p. 12.

(84) FAGUNDES, J. Op. cit., p. 80.

(85) DEMO, P. "Extensão Universitária: algumas idéias preliminares". In: A Universidade e o Desenvolvimento Nacional, Fortaleza, Ed. UFC, 1980, pp. 120-121.

Com a paralisação das funções do Projeto Rondon em 1985, em virtude da transição governamental, os campi foram todos fechados, por se constituírem, entre outros aspectos, no programa que consumia 80% do orçamento da Fundação, além de outros recursos captados para este Programa.

Numa entrevista em novembro de 85, Sívio Tavares de Amorim, quando então Diretor de Operações da Fundação, revelou:

"O primeiro subprograma que passou por toda uma reciclagem foi o de Campus Avançado, devido ao seu altíssimo custo e até mesmo, em alguns casos, pela ineficiência. Este ano, para manter um universitário 30 dias num Campus, o Rondon gastaria 10 milhões mas, devido a redução das atividades, o custo médio de um universitário subiu abundantemente, variando entre 25 a 30 milhões(...).

Em 1986, os campi para funcionar terão que obedecer a três pré-requisitos: 1) utilização plena do Campus Avançado (35 a 40 universitários, havia campus com apenas 10 estudantes); 2) programas que realmente reflitam na comunidade; 3) estada mínima de 60 dias dos universitários."(86)

Uma comissão foi criada para estudar a questão dos Campi Avançados, a partir de estudos feitos com base no desempenho das Universidades, nas potencialidades do trabalho a ser feito com a comunidade e os custos.

Esta comissão propôs que alguns Campi fossem reativados, por apresentarem bom desempenho em relação à comunidade e

(86) "Diretor explica reativação do Campus Avançado". In: Repórter Rondon. Brasília, Ano VIII, nº 11, nov/85, p.8.

já que as universidades possuíam um compromisso institucional com o programa, sugeriu que outros fossem reformulados, devido ao interesse da Universidade em deixar o Campus para atuar em seu próprio Estado, o que então suscitaria contatos com as Instituições de Ensino locais, para verificar a viabilidade do engajamento destas na ação. A mesma comissão estudou a desativação do Campus Avançado de Roraima* , em função do cumprimento dos objetivos propostos, sendo, então, criada uma Unidade Descentralizada do Território, uma vez que o Projeto Rondon pretendia permanecer no interior, mantendo seu compromisso com a comunidade.

A proposta, submetida à avaliação dos Coordenadores Estaduais da Fundação Projeto Rondon, no Encontro da Entidade ocorrido entre os dias 19 e 22 do mês de novembro de 85, foi a-

(*) No dia 03 de dezembro de 85, foi realizada, no Palácio da Cultura em Boa Vista, a solenidade que assinalou a criação de uma unidade descentralizada do Rondon naquele território e a conseqüente despedida da Universidade de Santa Maria que lá atuou durante 16 anos (a pioneira na instalação de um Campus Avançado). Após esse tempo, a Universidade de Santa Maria considerou concretizados seus objetivos naquela região, já que seria fundada em breve, no local, a Universidade de Roraima. Os dois campi que os Territórios possuíam (o de Roraima e o de Rondonia -- sob os cuidados da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso) foram assim substituídos pela prestação de serviços que o Projeto Rondon tencionava manter evitando o assistencialismo clássico, procurando estimular a participação comunitária e apoiando todas as iniciativas relacionadas à melhor utilização dos recursos regionais na solução dos problemas da população. (Cf. Artigos: "Campus Avançado de Roraima é desativado", In: Repórter Rondon, Ano VIII, nº 12, dez/85, p. 6 e "Coordenadores se reúnem no Distrito Federal: Metas para 1986". In: Repórter Rondon, Ano VIII, nº 11, nov./85, pp. 4 e 5).

provada da seguinte forma:⁽⁸⁷⁾

a) Campi Reativados

Nome do Campus	Local	Universidade(s) Responsável(is)
. Alto Solimões	Amazonas	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC/RS
. Tefé	Amazonas	Universidade Federal de Juiz de Fora
. Humaitá	Amazonas	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP
. Cruzeiro do Sul	Acre	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
. Marabá	Pará	Universidade do Estado de São Paulo USP
. Altamira	Pará	Universidade Federal do Pará
. Amapá	Amapá	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
. Barreiras	Bahia	Universidade Federal da Bahia
. Santarém	Pará	Universidade Federal do Pará
. Parintins	Amazonas	Universidade Estadual do Rio de Janeiro

b) Campi Reformulados

Nome do Campus	Local	Universidade(s) Responsável(is)
. Médio Araguaia	Goiás	Universidade de Brasília - UnB
. Imperatriz	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão e Universidade Federal do Paraná

(87) Repórter Rondon, Op. cit., p. 4.

. (cont.)

Nome do Campus	Local	Universidade(s) Responsável(is)
. Itaituba	Pará	Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
. Irecê	Bahia	Universidade Mackenzie
. Picos	Piauí	Universidade Federal de Goiás e Fundação Universidade Federal do Piauí
. Xapuri	Acre	Universidade Federal do Acre
. Limoeiro do Norte	Ceará	Universidade Estadual de Londrina
. Parnaíba	Piauí	Universidade Federal do Espírito Santo
. Cáceres	Mato Grosso	Universidade Federal de Pelotas ; Pontifícia Universidade Católica de Pelotas (PUC/Pelotas) e Fundação Universidade Federal do Mato Grosso
. Rondônia*	Roraima	Fundação Universidade Federal do Mato Grosso

Ficou incerto, apesar dessas reformulações, o futuro do subprograma Campus Avançado. Algumas universidades foram consultadas sob a possibilidade de assumirem financeiramente este projeto, mas a maioria foi contrária a esta idéia. Afinal, se o Estado não tem verbas para arcar com as despesas, muito menos as universidades.

* Onde as atividades passariam a ser desenvolvidas pela Unidade Descentralizada de Rondônia.

Entretanto, as comunidades atendidas pelo subprograma Campus Avançado têm se ressentido da ausência de estagiários atuando em suas regiões e manifestaram-se concretamente a respeito, enviando documentos, ofícios e cartas solicitando o retorno das atividades*.

A questão é que alguns segmentos da universidade sempre criticaram o tipo de atuação desenvolvido pelo Projeto Rondon nas comunidades distantes, uma vez que os resultados, de fato, eram muito questionáveis. E, ao que parece, tal preocupação também foi sentida a nível interno do Projeto Rondon no momento de sua reestruturação filosófica.

Segundo Apollo Barcellos, coordenador do Rondon no Distrito Federal em 1986, o que realmente ocorria com estas viagens nacionais

"era uma intervenção cultural e não integração!... a maioria dos estudantes ia nessas operações, de uma região para outra, apenas para fazer turismo, conhecer novas terras, sem se importar com o trabalho que deveria ser desenvolvido junto à comunidade (...). Isso abalou a credibilidade do programa, já que não havia continuidade no trabalho, com ações muito regulares."(88)

Essa credibilidade é que o Rondon pretendia recuperar, junto à comunidade e aos próprios estudantes, quando reforç

(*) Informações fornecidas pela Diretoria de Operações, em Brasília.

(88) "Mudar para Integrar". In: Revista Interior, Brasília, Ano XII, nº 64, jan/fev., 1986, p. 15.

mulou suas diretrizes, expressas no "Ação Rondon", porém não houve tempo para que isso envolvesse as universidades e tais intenções fossem realizadas.

Com a extinção da Fundação Projeto Rondon, extingue-se, também, a modalidade de Extensão Universitária que envolveu quase todas as Instituições de Ensino Superior do País e um número altamente significativo de seus alunos e professores.

"... a princípio imaginava que nada houvesse a lêm da terra, virgem, viçosa e atrativa, e do homem, filho dela, nascido do seu calor e da sua umidade. Dois elementos que se cruzam, se confundem e se completam. (...) Numa manhã descobri, abismado, que o congraçamento natural não se resumia no homem e na terra..., havia um outro elemento igualmente essencial: O Terceiro Elemento. Para esse convergiam as mágoas e os sofrimentos dos outros dois. Ele, o elemento sanador, divisor, a balança. (...) Não apenas a terra e o homem, mas o coração, o sentimento. Um outro personagem. Cada rondoniano, um terceiro elemento do complexo natural...

Preocupava-me sobremaneira com a idéia, ela feria o meu amor próprio. O fato é que não admitia pertencer ao terceiro elemento (...). Queria ser apenas algo provisório, descompromissado, independente. (...) Uma semana depois, quando puxei as cortinas de minha casa e deparei com os meandros do Juruá atravessando a imagem trêmula do edifício à frente, o Juruá prateado sob o sol, com alguns batelões solitários, compreendi todo o meu fracasso. Quando senti-me sufocado dentro de casa e saí à rua, quase desesperado, procurando nas camisas dos transeuntes o emblema do Rondon, compreendi que nada ficara esquecido. A banana amassada com mel, o Mário que me chamava e aquela saudade doída que me contorcia por dentro, triturando-me. Descobri então, que toda minha resistência resultara nula. Não mais a balança, não mais a solução... Que falta senti daquele mundo, daquele povo. E eu que quisera apenas ser um simples estagiário, uma figura passageira e provisório. Que ilusão! Do calor e da umidade da terra amazônica nascem os homens, que depois morrem, consumidos pela mesma umidade e mesmo calor. Senti-me assim. A terra exigia a minha volta, a saudade era a prova. Eu jamais deixaria de ser o terceiro elemento."

I I P A R T E

A Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP - desenvolveu, desde o início de suas atividades acadêmicas, uma série de trabalhos extensionistas junto à comunidade, fosse no município de Campinas, ou em tóda a região.

Ao longo de sua existência, a UNICAMP tem procurado aperfeiçoar e aumentar suas programações extensionistas, o que torna, portanto, uma descrição pormenorizada do assunto, um outro trabalho de pesquisa que fugiria do nosso tema principal e estenderia, por demais, este trabalho.

Entraremos, assim, diretamente no tópico extensionista da UNICAMP, que nos interessa diretamente - o CACS - por integrar a maioria dos Institutos, Faculdades e Departamentos da Universidade, em suas atividades.

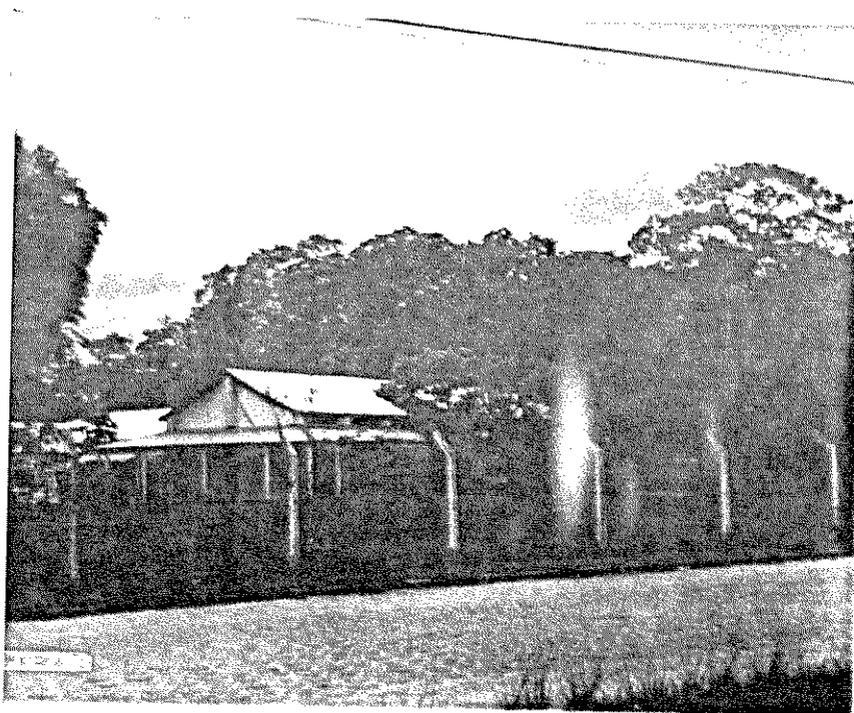
. O Campus Avançado de Cruzeiro do Sul

O Campus Avançado foi instalado mediante convênio firmado em 04 de fevereiro de 1971, entre a UNICAMP, Projeto Rondon, Governo do Estado do Acre, Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul e Prelazia do Alto Juruá. Sua data de implantação é 09 de julho de 1971, período em que professores, alunos e técnicos passaram a participar, desenvolvendo trabalhos de ação comunitária. (1)

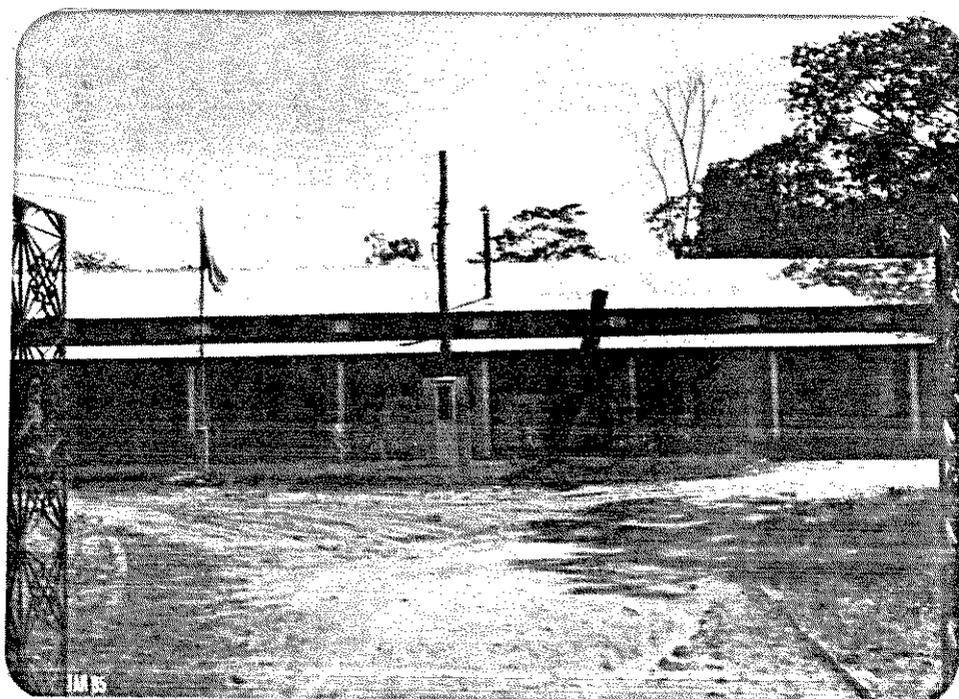
A sede do Campus Avançado de Cruzeiro do Sul localiza-se a 4,5 Km do centro urbano, dotada de alojamento para os estagiários (ala feminina e masculina com 03 quartos cada uma e sanitários), biblioteca, sala de trabalhos para o estagiário (com máquinas de datilografia, materiais de escritório em geral), escritório administrativo, sala de lazer, refeitório, cozinha, lavanderia e alojamento para o Diretor do Campus, tudo cercado por um bosque e a 500 metros das instalações do 7º BEC. O Campus também possui suprimento de medicamentos, rádio para comunicação com a UNICAMP e a Fundação Projeto Rondon, em Brasília, telefone e veículos de transporte.

A área de influência do Campus Avançado em Cruzeiro do Sul envolve três municípios: Tarauacá e Feijó, em direção à capital do Estado, e Mâncio Lima, em direção ao Peru.

(1) Cf. BRASIL/MEC, Op. cit., pp. 45 e 46.



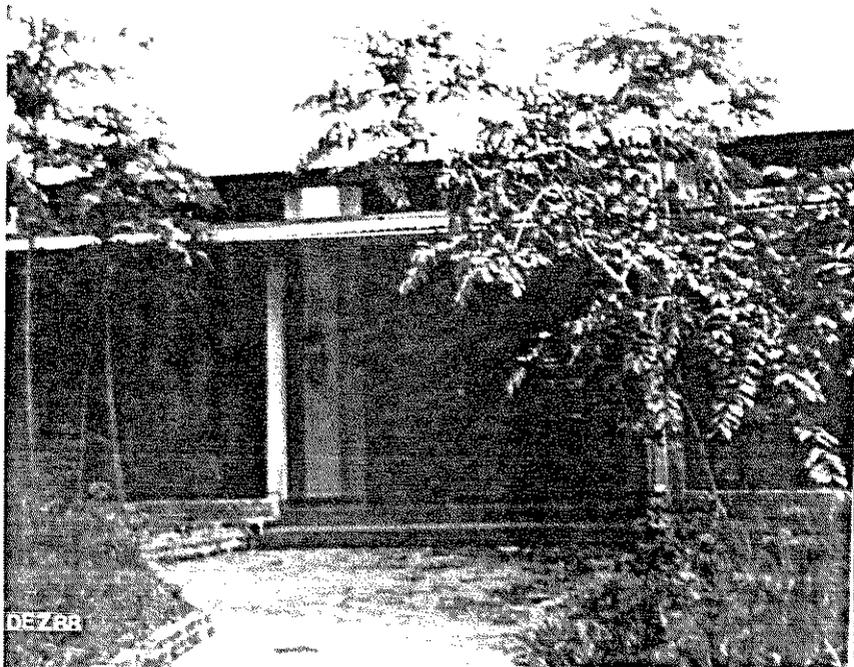
Vista lateral da sede do CACS



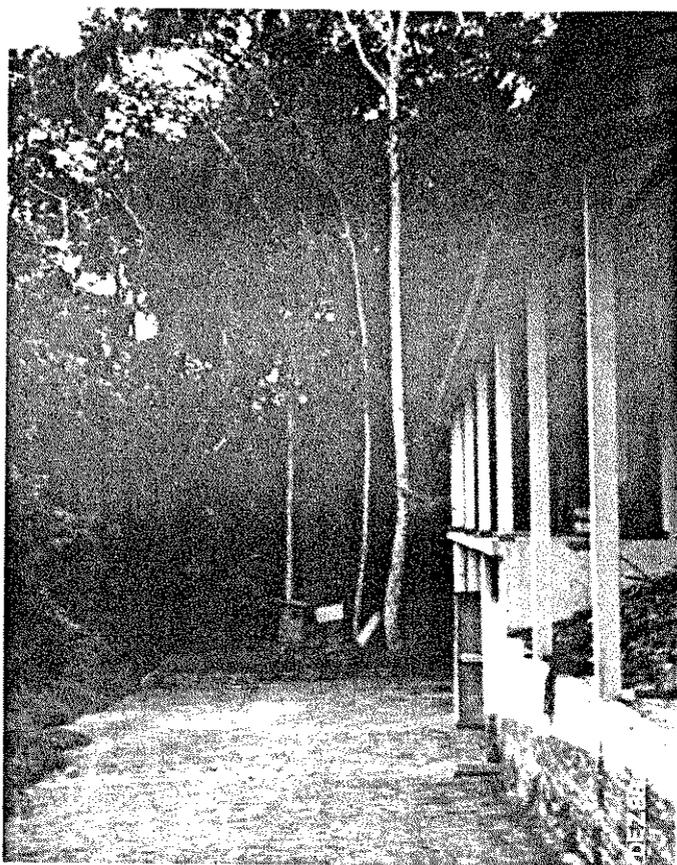
Entrada principal da sede do CACS



Entrada lateral



Entrada lateral



Fundos da Sede do CACS



Fundos da Sede do CACS

Quando o CACS foi instalado, em 71, já haviam passado por Cruzeiro do Sul algumas equipes do P.Ro., com estudantes vindos de vários lugares. Uma delas deixou marcas muito negativas na região. O Dr. Luiz Antonio Pompeo de Camargo coordenou as primeiras equipes de alunos da Unicamp que tomaram parte na Operação Nacional, em diferentes lugares da Amazônia e, quando lhe foi solicitado, devido a sua experiência anterior, que se dirigisse a Cruzeiro do Sul, no Acre, para sondar junto às autoridades, a possibilidade da instalação de um Campus Avançado da UNICAMP, naquela região, ele não imaginou que teria tanto trabalho. Ele conta como foi:

"... mas uma equipe, não me lembro direito de onde, fez um papel muito desagradável, em Brasília. Os rapazes ficaram todos bêbados, as moças fizeram 'strip tease' num bar e quando fui conversar com o Prefeito de Cruzeiro do Sul, sobre a intenção de instalarmos um Campus na cidade, ele me disse: 'Óia doutô, nós somos tudo ignorante, muito analfabeto aqui, mais nós sabemos o que presta e o que num presta. Se é pra mandã um bando de bêbado e de puta aqui nós num precisa disso. Nós num queremos essas coisa, nós num queremos aprendê. Nós somos ignorante, mais nós sabemos o que é bom e o que num é.' Você imagina o trabalho que eu tive para convencê-lo de que seria diferente, era outra Universidade, mais preparada, etc. Com muito custo consegui convencê-lo a uma nova experiência, que eram pesoas diferentes, etc. Então, eu dizia aos alunos, que nossa responsabilidade era muito maior, porque se nós fracassássemos agora, eles eram capazes de nos expulsarem a machadadas, iriam nos esperar de arma na mão. Claro, além de deixarmos eternamente gravada neles, a imagem de arnuaceiros e irresponsáveis... Consegui desmanchar a imagem ruim que a outra equipe deixou."(2)

(2) Depoimento gravado do Dr. Pompeo, a nós concedido. O Dr. Luiz Antonio Pompeo de Camargo é médico e professor aposentado da UNICAMP, primeiro diretor do CACS e, posteriormente, atuou na Coordenadoria do GTU, em Campinas.

O Dr. Pompeo instalou o Campus e foi seu primeiro diretor, num período em que não havia sede própria para o mesmo. Os alunos e o diretor ficavam no Educandário da Fundação Eunice Wiver, controlada pela Prelazia do Alto Juruá, onde alugavam uma parte do prédio. O número de estudantes, naquela época, variava em torno de 10 a 12, chegando, às vezes, a mais de 15 alunos. Como fosse mais difícil a manutenção de equipes maiores (acomodações, transporte, etc), manteve-se um número menor de alunos por equipe.

A atuação era feita também na região de Porto Valter, Taumaturgo, Rodrigues Alves até Tarauacá (levava-se dias de barco) e os estagiários eram levados, junto com o diretor, a essas localidades mais distantes, de avião, pela FAB.

Era um período em que a região era muito pouco desenvolvida e, por mais que se preparassem os alunos, alguns se ressentiam da falta de conforto, de divertimentos, etc.

"Mas ao lado desses alunos, havia outros, que a gente ficava até admirando. O senso de responsabilidade, improviso, o desejo de colaborar de outros alunos nos incentivava. Havia um rapaz que era entomologista. Ele se metia na selva sozinho e às vezes eu dizia: você quer que guarde comida, alguma coisa? E ele dizia: não, doutor. Eu levo um sanduíche e me arranja com outras coisas no mato, fique tranquilo." (3)

(3) Depoimento gravado, Dr. Pompeo.

Devido à precariedade da comunidade em vários setores, eram montadas equipes que atendessem as áreas de saúde, educação, agropecuária e serviço social. Porém, no início dos trabalhos no CACS, a área mais solicitada era a de saúde -- médicos, dentistas, enfermeiros -- pela total inexistência desses profissionais na região. A intenção era, num primeiro momento, melhorar o nível do pessoal que fazia tal serviço, sem nenhuma formação técnica. Foram ministrados cursos de parteiras curiosas e de dentistas práticos, até o momento em que os profissionais dessas áreas começaram a se estabelecer na região. Outro curso sempre lembrado pela coordenadoria e pela comunidade, nos primórdios da instalação do CACS, foi ministrado por um professor do Colégio Técnico da Unicamp e dava formação de Técnico em Eletricidade e Mecânica.

"... porque lá não existiam mecânicos, reparadores de peças, etc. Então o sujeito ia para Manaus e comprava um motor de popa para embarcação, o motor ia funcionando e no dia em que encrascava, ele jogava fora, porque não tinha ninguém que consertasse. Ai ele comprava outro motor novo, enquanto que aquele poderia voltar a funcionar com um conserto simples. Por falta desse tipo de técnico se perdia muitos motores, aparelhos, máquinas, que acabavam se tornando irrecuperáveis pelo abandono prolongado, à mercê das chuvas, etc. Então se pensou em ensinar alguns elementos da população a mexer com isso, e com eletricidade também. O Prof. Garutti fez isso. Deu o curso, formou já umas duas ou três turmas e hoje aqueles rapazes são disputados na área de consertos. Estão muito bem colocados, muito procurados, porque são os 'técnicos de eletricidade'. Não adiantava ir

atê lã ensinar coisas mirabolantes. Era o terra a terra, o feijão com arroz que era necessário para eles."(4)

Além da UNICAMP, outras instituições de ensino superior participavam dos trabalhos no CACS: USP (Escola de Engenharia Florestal e Agronomia Luiz de Queiróz) e PUCCAMP (Cursos de: Letras, Educação Física, Enfermagem, Direito, Medicina, Farmácia, Biblioteconomia, Psicologia, Administração de Empresas e Similares, Serviço Social, Artes Plásticas, Engenharias Civil e Sanitária). Estas são as duas instituições que colaboravam no momento de sua interrupção (1986), embora nos primeiros tempos outras também houvessem participado: UNESP e Faculdade de Serviço Social de Piracicaba. Esta última, esporadicamente, ainda participava, porém a UNESP passou a atuar em seu próprio Campus: Humaitá, no Amazonas, instalado para atividades de suas diversas unidades, espalhadas pelo Estado de São Paulo.

No momento da interrupção de seus trabalhos (85/86), a Coordenadoria do CACS em Campinas, o GTU, pretendia que futuros projetos, a serem desenvolvidos naquela região, privilegiassem os alunos da Unicamp "porque inclusive este é um gasto da Unicamp: manter a Coordenadoria, por exemplo. O proveito deve referir-se principalmente a ela."⁽⁵⁾ É claro que isto não exclui

(4) Depoimento gravado, Dr. Pompeo.

(5) Depoimento gravado com o Prof. Dr. Hélio Drago Romano, último Diretor do GTU, em Campinas, antes da extinção do P.Ro.

ria a possibilidade de que alguns cursos, que não fazem parte do contexto da Unicamp (Serviço Social, Psicologia, Direito, etc), e laborassem projetos importantes e seus alunos participassem das atividades no CACS.

De 71 -- quando iniciou seus trabalhos -- a 85 (a última equipe, de nº 164, atuou no período de 24/02/86 a 25/03/86), passaram pelo CACS, 1801 estagiários e professores. A disposição por anos é a seguinte:

QUADRO II

ANO	Nº DE PARTICIPANTES
1971	54
1972	115
1973	124
1974	118
1975	205
1976	192
1977	118
1978	111
1979	125
1980	128
1981	128
1982	128
1983	86
1984	119
1985*	34
1986	16
TOTAL	1801

* as atividades de 85 foram paralisadas durante os meses de junho, julho, agosto e setembro, só recomeçando em outubro. Em 86 foram apenas 02 equipes.

São cinco os setores que envolviam a Universidade e as Faculdades que atuavam em Cruzeiro do Sul:

QUADRO III

SETORES DE ATUAÇÃO

- SAÚDE:** . Medicina
 . Odontologia
 . Farmácia
 . Enfermagem
 . Bioquímica
- EDUCAÇÃO:** . Pedagogia
 . Educação Física
 . Letras
 . Biblioteconomia
 . Psicologia
- SÓCIO-ECONÔMICO:** . Direito
 . Ciências Contábeis
 . Administração de Empresas
 . Ciências Sociais
 . Estudos Sociais
 . Serviço Social
 . Artes e Comunicações
 . Ciências Domésticas
- AGROPECUÁRIO:** . Engenharia de Alimentos
 . Engenharia Agrícola
 . Engenharia Química
 . Biologia
 . Engenharia Agronômica
 . Veterinária
- TECNOLÓGICO:** a) Nível Superior
 . Engenharia Civil
 . Engenharia Mecânica
 . Engenharia Elétrica
 . Tecnologia Sanitária
 . Tecnologia em Construção Civil
 . Tecnologia em Obras e Solos
 . Geologia e Mineração
- b) Nível Médio
 . Edificações e Estradas

c) Área Sócio-Econômica

- . Curso de administração para os funcionários da prefeitura local
- . Levantamento do índice de analfabetismo em Cruzeiro do Sul
- . Assistência jurídica aos detentos da colônia penal
- . Projeto fundiário -- Operação Terra
- . Organização e assessoramento às bibliotecas locais
- . Assessoramento técnico-administrativo-contábil às instituições locais
- . Assistência jurídica à comunidade
- . Assessoramento de jornalismo e relações públicas aos órgãos locais
- . Levantamento e tombamento do acervo patrimonial da Prefeitura Municipal
- . Curso de Orientação Familiar
- . Projeto Delta: pesquisa sobre extratificação social

c) Área Agropecuária

- . Campanha de vacinação contra febre aftosa
- . Curso de horticultura para crianças e adolescentes
- . Assistência aos pecuaristas da região
- . Trabalho de sustentação de taludes na estrada Transacreana
- . Cursos de técnicas agrícolas veterinárias
- . Inspeção e orientação sanitária aos matadouros municipais
- . Ação integrada de extensão agropecuária
- . Utilização do leite de soja na alimentação da criança

Como principais projetos e atividades, os programas estavam assim divididos:

a) Área de Saúde:

- . Curso sobre higiene e hábitos alimentares
- . Campanha de higiene bucal nas escolas e rádio local
- . Campanha de combate à verminose
- . Programa profilático da cárie dental através da fluoretização
- . Atendimentos médico-odontológicos: preventivos e curativos
- . Campanha de Vacinação
- . Atendimento médico-laboratorial
- . Curso para parteiras legais
- . Curso de primeiros socorros
- . Educação Sanitária
- . Campanha de saúde dentária
- . Treinamento para atendente hospitalar

b) Área de Educação:

- . Preparação de monitores para curso de alfabetização
- . Curso de alfabetização de adultos
- . Curso de especialização em pré-primário
- . Curso de "Noções de Didática para Professores Locais"
- . Curso de atualização pedagógica: reciclagem de professores
- . Atividades de educação física
- . Assessoramento psicopedagógico aos estabelecimentos educacionais
- . Curso de Educação Física
- . Treinamento de professores de 1ª série do 2º grau
- . Orientação pedagógica e didática para o ensino de ciências

- . Assessoria às indústrias alimentares locais e no mercado
- . Estudo da fruticultura e horticultura de Cruzeiro do Sul
- . Levantamento dos recursos naturais e agropecuários da região

d) Área Técnica

- . Levantamento planaltimétrico da cidade de Cruzeiro do Sul
- . Assessoria técnica às entidades locais
- . Cadastramento imobiliário
- . Atividades de engenharia elétrica
- . Curso de introdução à mecânica de automóveis
- . Levantamento topográfico
- . Cursos técnicos profissionalizantes
- . Pesquisa para implantação de fontes de energia
- . Campanha do lixo

Quanto à preparação e envio dos estagiários, cada Equipe que se deslocava mensalmente, para o Campus Avançado, era montada conforme a estrutura básica dos cinco setores mencionados acima. Em princípio, os alunos que integravam as Equipes deveriam ser dos últimos semestres de seus Cursos e estar envolvidos em projetos elaborados por suas áreas de formação.

Antes da reformulação por que passou o Projetor Coordenador nadoria abria vagas, a cada mês, e as Unidades Universitárias fa

ziam a seleção indicando nomes, tendo em conta que os universitários que se deslocassem para Cruzeiro do Sul deveriam ser informados das normas de ação em vigor para o Programa CACS e "tendo em conta a responsabilidade moral e a conduta do candidato a estagiário."(6)

"Art. 31 - São considerados estagiários do 'Campus' Avançado os professores, universitários, alunos de Cursos de Nível médio e funcionários que se tenham deslocado para o estágio normal, por suas habilidades ou qualificações, ao Estado do Acre.

§ único - Constituem obrigações dos Estagiários:

I - Ter em mente que funcionam como verdadeiros representantes de seu Estado, da UNICAMP e da FUNDAÇÃO PROJETO RONDON;

II - Manter padrão moral irrepreensível durante as viagens e estadas no 'Campus' Avançado;

III - Cumprir a missão específica para a qual forem designados com a maior perfeição e dedicação possível;

IV - Estar ciente que sua meta no "Campus Avançado" é servir e que as distrações e compensações são apenas conseqüências;

V - Colaborar com a Equipe e a todo custo manter o 'espírito' de equilíbrio e saber 'viver em coletividade';

VI - Colaborar com o 'Corpo Permanente' do 'Campus' Avançado, para tornar as realizações uma vitória comum".(7)

Com o novo ideário da Fundação, estabeleceu-se uma nova consciência: a de que deveriam ser desenvolvidos projetos maiores com uma duração maior, acompanhamento, financiamento, em fim, projetos mais comprometidos com a população e não apenas pa

(6) Regimento Interno, CACS, Cap. XII, Art. 32, §3. Vide Anexo IX. Grifos nossos.

(7) Regimento Interno, Cap. XI, Art. 31.

liativos e/ou esporádicos.

"Esses projetos menores que não tinham maior contribuição externa, um patrocínio, gastavam pouca coisa, ia um estudante de enfermagem, de direito, mas era para pequenas coisas, a nível assistencial (...). Eles faziam algumas coisas, às vezes com muita dedicação, mas com pouco entrosamento (...). O estudante vai lá, vê o Campus e volta, cinco meses depois vai outro... Isso definitivamente não irá mais acontecer."(8)

A permanência da Equipe no CACS sempre teve a duração aproximada de quatro a cinco semanas. Nesse período de atuação, o aluno tinha sua frequência às aulas computadas nas atividades universitárias, como se delas participasse na UNICAMP, tendo em vista o desempenho de sua tarefa no CACS. As atividades acadêmicas, durante o período de ausência do aluno da UNICAMP, tais como relatórios, trabalhos práticos e provas, poderiam, sem prejuízo do aluno, ser realizadas após seu regresso.⁽⁹⁾

Os candidatos a participarem do Programa Campus Avançado recebiam um treinamento considerado de "grande importância", pois visava assegurar-lhes uma maior compreensão para o trabalho interdisciplinar.

Tal treinamento possuía duas modalidades, um básico e outro específico; o treinamento básico visava informar, ao par

(8) Depoimento gravado, Dr. Drago Romano.

(9) Cf. Governo do Estado de São Paulo, UNICAMP, Normas e Portarias, Câmara Curricular, Portaria GR 35/73.

ticipante, os objetivos, finalidades e campo de ação do Projeto Rondon. Pretendia levar o universitário a "*compreender a comunidade como um organismo vivo, com culturas e valores próprios, devendo, portanto, serem respeitados.*"⁽¹⁰⁾ A outra modalidade era o treinamento específico, que objetivava preparar o aluno para desincumbir-se a contento, perante a comunidade; oportunizava o planejamento de um trabalho, execução, acompanhamento e avaliação dos projetos.⁽¹¹⁾

Porém, na prática, os treinamentos se mostraram ineficientes, em especial o treinamento básico, fornecido pelo GTU.

Esse "treinamento" consistia em 4 a 5 reuniões realizadas no prédio da Coordenadoria (no centro de Campinas) com a participação de todos os componentes das equipes (alunos e professores), funcionários da Coordenadoria (eventualmente seu Diretor e/ou Diretor Associado) e ex-participantes. Tencionando levar o universitário a "compreender a comunidade como um organismo vivo, com cultura e valores próprios", eram projetados slides da cidade de Cruzeiro do Sul e região, além da exposição oral de ex-participantes. Segundo depoimentos de alunos, essa exposição deixava muito a desejar, porque fornecia uma "vaga" idéia do que realmente se encontraria lá:

(10) BRASIL/MEC, Op. cit., p. 45.

(11) Cf. Regimento Interno do CACS.

"É nosso primeiro contato com a realidade de Cruzeiro do Sul, através de fotos, slides e relatórios... mas é tudo muito superficial, não chega a influir positivamente no que se vai desenvolver naquele local..."*

"...mas ao invés de ajudar, até atrapalha(...). Nos colocam uma porção de senões, restrições, sobre nossa conduta e não nos auxiliam com dicas ou noções sobre nosso trabalho e a cidade, que realmente nos auxiliem no trabalho que vamos desenvolver..."**

Num segundo momento, o "treinamento" procurava preparar o grupo para atuar como uma verdadeira equipe e para tanto fornecia pequenos textos sobre convivência grupal e comportamentos sociais⁽¹²⁾, não se esquecendo de mencionar as "regras" de conduta junto ao Campus. Esse foi um aspecto bastante criticado pelos alunos, no sentido de que criava, a priori, um comportamento anti-natural guiado pela ansiedade em não desrespeitar, sob pena de represálias, as "regras de conduta" pessoal, dos participantes.

"o treinamento estava baseado na nossa conduta, muita preocupação no sentido da maneira de agirmos, mas não como profissionais, como pessoas. Isso criou dificuldades no meu relacionamento com a cidade (...), diziam que tomássemos 'cuidado' com os rapazes de lá e, os rapazes com as moças, que não chegássemos fora do horário ou perderíamos o certificado, que não nos envolvêssemos com a política local e mantivêssemos um bom relacionamento com o pessoal do exército(...). Sabe, isso tira a sua naturalidade... quando resolvi apagar tudo e aprender com a cidade e suas pessoas, para depois poder transmitir

(*) Respostas obtidas em questionários enviados aos ex-rondonienses.

(**) Idem.

(12) Vide Anexo IX, Arts. 31 e 32.

*realmente alguma coisa, já era hora de vir embora (...). Isso me deixou um sentimento de grande frustração..."**

Quanto ao treinamento específico, variava de acordo com o setor. Isso porque alguns coordenadores de área nunca haviam estado em Cruzeiro do Sul e, através de informações recebidas e solicitações da cidade, montavam um projeto de atuação para seus estagiários que, em algumas vezes, chegava a ser elaborado uma semana antes da partida do aluno. Isso era mais freqüente com áreas que participavam esporadicamente, ou seja, um estagiário a cada 6 ou 8 meses, às vezes havendo um intervalo entre eles de mais de um ano.

*"... o coordenador, apesar de sua boa vontade, nunca esteve lá e não dispunha de dados muito concretos (...) o projeto foi feito às pressas e não havia certeza de sua real necessidade. Além disso, o outro estagiário da minha área havia estado lá há 7 meses e o pior é que depois de mim, não iria mais ninguém..."***

Ao lado desses, houve coordenadores que estiveram em Cruzeiro do Sul mais de uma vez, procurando atualizar constantemente seu esquema de trabalho no sentido de acompanhar o desenvolvimento da região. Esses coordenadores foram recompensados pelo reconhecimento da população e pela satisfação pessoal de terem visto seus trabalhos frutificarem.

(*) Resposta de ex-rondoniano, à questionário.

(**) Idem.

Em relação à composição das equipes, estas, anteriormente, se compunham de um número maior de estudantes, como já dissemos em outro momento. Nos últimos doze anos, os participantes eram em torno de dez elementos, apesar de existirem mais interessados. Essa redução no número de alunos deveu-se aos aspectos econômicos, embora nos planos estabelecidos para 88, pelo Projeto Rondon, um dos pontos que iria caracterizar o Programa Campus Avançado, seria a utilização de seu potencial máximo em número de componentes. (13)

Entretanto, havia reclamações dos universitários quanto à falta de apoio da Universidade para a questão do distanciamento das atividades acadêmicas durante sua atuação em Cruzeiro do Sul. Isso porque apesar da existência da Portaria GR 35/73, de 18/04/73 e da Resolução CC nº 83/77 da Câmara Curricular de 29/09/77, os alunos criticavam certos professores que não mudavam dias de prova e acabavam por prejudicá-los no andamento do curso (14). Isso comprova que a Universidade, apesar de tudo, não incentivava a participação dos alunos. Eram raras as palestras, cartazes e simpósios sobre o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul, o que gerava desconhecimento no meio universitário.

"A própria universidade como instituição não se conscientiza da importância do Projeto Rondon e das consequências benéficas de um trabalho dirigido e

(13) Veja citação de nº 86, da I Parte deste trabalho.

(14) Cf. AROUCA, L.S. Op. cit., p. 25.

*aplicado na região; desta forma como pode contagiar o aluno?" **

Porém, pelo que pudemos absorver dos depoimentos de alunos e professores envolvidos com os trabalhos do CACS, essa "distância" da UNICAMP não era devido a uma postura crítica, baseada no profundo questionamento político dos trabalhos do Projeto Rondon ou da eficácia da atuação de seus membros naquela região. Antes, devia-se a uma grande falta de entrosamento entre a Coordenação do GTU e a Reitoria da Universidade, o que, conseqüentemente, traduzia em falta de apoio e colaboração num envolvimento maior da comunidade universitária, em todos os seus segmentos. Com a limitação do conhecimento interno -- e a sensível limitação de apoio -- um grupo restrito, às vezes com boa vontade, mas sem a elaboração de projetos de real necessidade, revezava-se nos trabalhos junto ao CACS. Mantinha-se o número, a quantidade necessária ao funcionamento do Campus, porém perdia-se em qualidade, porque é racional que se um maior número de pessoas se envolvessem dentro da universidade, maior a discussão em torno de seus trabalhos, maior o número de projetos apresentados, maior a chance de se realizar atividades efetivamente necessárias, com resultados positivos.

Antes da paralisação, em virtude de mudança governamental (85/86), o GTU era composto de vários membros que coordena-

(*) Resposta de Docente da Unicamp à questionário enviado.

navam as diversas áreas de atuação junto ao CACS. Com a nova proposta de trabalho, o número de professores coordenadores de área foi consideravelmente reduzido.

"... nossa intenção é reduzir o GTU e ficar só com essas áreas que estarão operando com projetos contínuos e até com recursos externos, fazendo algum trabalho realmente novo. (...) Nós ainda não reestruturamos o GTU, estamos para fazê-lo pelas áreas. Vamos esperar realisticamente quais são as pesquisas que vão se concretizar lá. Tais pesquisas vão se transformar em áreas. Vamos esperar que estas áreas frutifiquem(...). A idéia é não ter muitos canais, mas poucos, dando alunos suficientes e eficientes..."(15)

O GTU estava assim disposto, aguardando o reinício dos trabalhos, antes da extinção oficial do Projeto Rondon, em outubro de 1988.

- . Coordenador do CACS, ou Diretor do GTU: Prof. Dr. Hélio Drago Romano.
- . Diretor Associado: Prof. Dr. Carlos Eduardo Negreiros de Paiva
- . Coordenador da Área de Biologia: Prof. Dr. Nelson da Silva Cordeiro (Depto. de Parasitologia - Instituto de Biologia)
- . Coordenador da Área de Agropecuária: Prof. Archimedes Perez Filho (Faculdade de Engenharia Agrícola)

(15) Depoimento gravado, Dr. Drago Romano.

- . Coordenador da Área de Engenharia: Prof. Dr. Roberto Lopes de Moraes (Faculdade de Engenharia Civil)
- . Coordenador da Área de Odontologia: Prof. Miguel Morano Júnior (Faculdade de Odontologia de Piracicaba)
- . Coordenador da Área de Educação: Profa. Dra. Lucila Schwantes Arouca (Faculdade de Educação)
- . Coordenador da Área de Educação Física: Prof. Wagner Wey Moreira (Faculdade de Educação Física)
- . Coordenador da Área de Engenharia de Alimentos: Profa. Maria Antonia Martins Galeazzia (Faculdade de Engenharia de Alimentos)
- . Coordenador da Área de Enfermagem: Prof. José Francisco Filho (Departamento de Enfermagem - Faculdade de Ciências Médicas)

Quanto ao diretor do Campus, deveria ser, prioritariamente, um professor da Unicamp. Os nomes eram enviados à Coordenadoria que, por sua vez, propunha esses mesmos nomes ao Reitor que então o selecionava.

"Quando é para substituir o diretor eu faço uma ficha e passo nos diversos lugares para ver quais os professores que se candidatam. Embora seja lucrativo é um tipo de vida muito diferente, a pessoa precisa ter um espírito aventureiro e não ter muitas raízes aqui." (16)

(16) Depoimento gravado, Dr. Drago Romano.

A média de permanência no Campus girava em torno de dois a três anos, mas não havia leis ou normas a respeito, "se a pessoa está bem lá, se está se adaptando, vai ficando, a menos que haja interesse de outras pessoas em estarem lá." (17)

De qualquer forma, pareceu-nos que não havia muitos interessados nesse cargo e na época das substituições era quase uma "caça" aos candidatos. "Sempre há muito poucas pessoas que querem ir para o Campus, porque os professores estão engajados em suas vidas aqui, de modo que as escolhas quase que se impõem, aparece um ou dois candidatos." (18)

Até a extinção do Projeto Rondon, em outubro, o CACS funcionava apenas em seu aspecto administrativo. O Prof. Flávio Martins Bonilha, que assumiu a direção do Campus em setembro de 1985, encontrava-se em Cruzeiro do Sul mantendo as atividades primárias do Campus em termos de manutenção e conservação. Os hóspedes esporádicos nos últimos dois anos foram, na sua maioria, professores conveniados com a UNICAMP ou em trabalhos de pesquisa financiados pelo FINEP, CNPq, FAPESP, etc, que permaneciam no campus por tempo limitado.

Desde sua paralisação, em 86, a Coordenadoria do GTU tem recebido cartas, ofícios, documentos da população com inten

(17) Depoimento gravado, Dr. Drago Romano

(18) Idem.

ções de saber quando os trabalhos seriam reiniciados e declarando do seu ressentimento pela inatividade do Campus. Alguns desses documentos foram enviados primeiro à Fundação, em Brasília, e outros diretamente ao Presidente da República.

"temos recebido ofícios de autoridades locais pedindo do nossa reativação, que encaminhamos a Brasília. Essas pessoas da chamada liderança local, têm pedido a volta das equipes."(19)

Esse foi um aspecto que pudemos comprovar pessoalmente, quando de nossa estada na região, em novembro de 88. As autoridades locais, em reunião conosco e com o ex-Diretor do Campus (porém ainda responsável pelo prédio e seus pertences), esboçou um documento que seria enviado ao Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP, Prof. Dr. José Carlos Valladão de Mattos, solicitando o estabelecimento de um vínculo cooperativo entre esta universidade e aquela região, de tal forma que convênios fossem firmados entre órgãos Federais, Estaduais e/ou Municipais, que financiassem a ida de profissionais da UNICAMP, até aquela localidade, no intuito de conservar sua presença e atuação, junto à comunidade cruzeirense.

O convênio que se conseguiu formar, nesse sentido, foi através da UFAC (Universidade Federal do Acre) e a UNICAMP, de tal sorte que qualquer cooperação entre nossa universidade e

(19) Depoimento gravado, Dr. Drago Romano.

a região de Cruzeiro do Sul deve percorrer os caminhos delimitados por este convênio. A UFAC fica sendo o órgão intermediário e solicitador para qualquer contribuição da UNICAMP àquela localidade.

É um laço tênue, devido às burocracias que certamente nele existem, porém não está de todo desfeito o vínculo que uniu a região de Cruzeiro do Sul à Unicamp, por 15 anos. Talvez se possa, com um trabalho sério e comprometido, recuperar anos de frágil apoio assistencialista, transformando-o em um trabalho cooperativo conscientizador.

"... A região como um todo, monstruosa, intacta, cujos rios e igarapés mudam constantemente seus leitos e cujas águas, na cheia, arrastam pontes e aterros construídos no verão, contorcendo-se como um elemento orgânico vivo, definhou. Nada ganhou em importância ao homem, o homem acreano, que descia o rio em seu batelão, a nossa canoa, e dirigia o seu apelo a um de nós. O homem, súbito, sobrepujou a terra, ganhou posição. (...) O contínuo contato com aqueles rostos, aquelas expressões abertas do tipo nordestino, dia a dia, minuto a minuto, todos eles procurando-me e depositando em minhas mãos os seus interesses e em minha consciência seus segredos; aqueles homens que apertavam minha mão e cuspiam em minha cara ao falar, revelaram-se para mim a figura humana das plagas acreanas... (...) e um deles lembrei-me de ter perguntado onde morava.

-- No Paranã Grande, dotô.

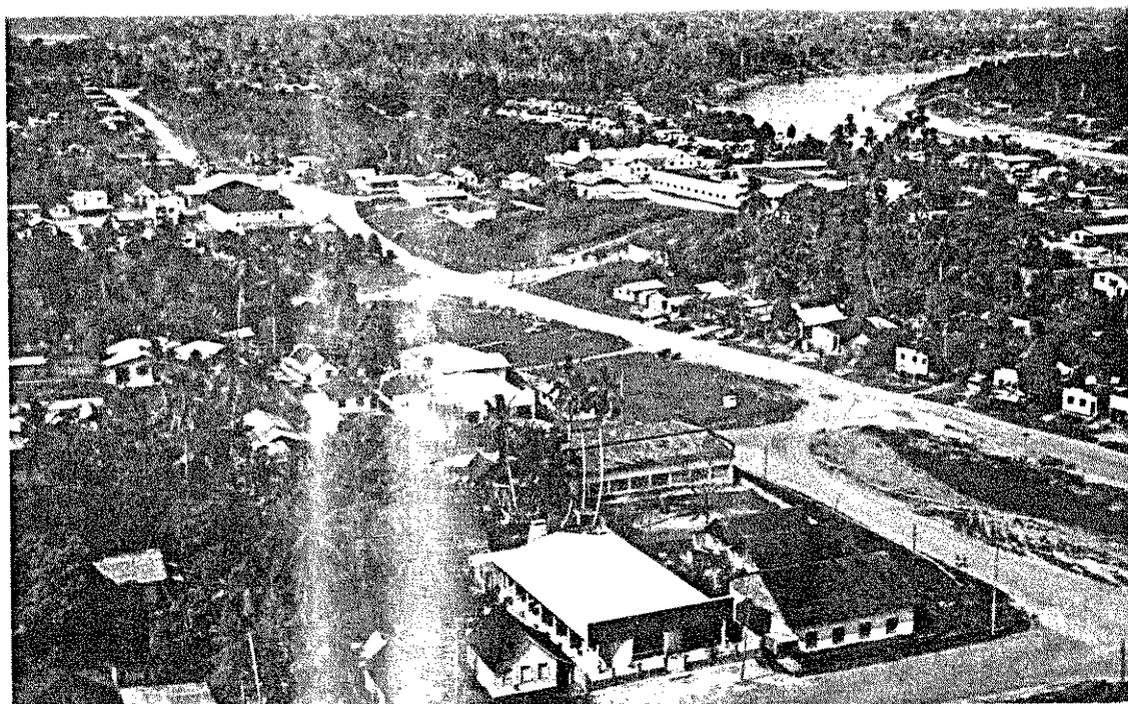
-- Onde fica isso?

-- Cinco, seis hora rio acima, dotô. Coisa pôca.

Incrível. Já havia passado duas semanas entre eles, vivendo com eles, falando com eles... Viajavam dias, rio abaixo ou acima, vencendo distâncias incalculáveis para mendigar um direito."



Vista aérea da cidade de Cruzeiro do Sul



Vista aérea da cidade de Cruzeiro do Sul

I I I P A R T E

. Um Pouco da História de Cruzeiro do Sul

Até a metade do século XIX, a região que compreende o Estado do Acre era considerada uma zona não descoberta que, de acordo com etnologistas, era habitada por grandes famílias indígenas denominadas "panos" e "aruaques". A primeira localizava-se na Bacia do Rio Juruá, compreendendo os atuais municípios de Cruzeiro do Sul, Tarauacá e Feijó; e a segunda na Bacia do Purus, compreendendo a faixa de terra ocupada hoje pelos municípios de Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri e Brasiléia.

As tribos que povoavam primitivamente a área onde hoje se instala o Município de Cruzeiro do Sul, eram: Nauas -- tribo de maior poderio entre as demais -- Jaminauas e Chiminauas.

Na opinião do antropólogo acreano Terri Vale de Aquino, os Nauas foram os grandes heróis da resistência à penetração dos seringalistas e seringueiros brasileiros e dos caucheiros peruanos. Morreram todos, lutando no Estirão dos Nauas (local que pode ser visto do alto da Vila Rodrigues Alves), última trincheira destes índios. (1)

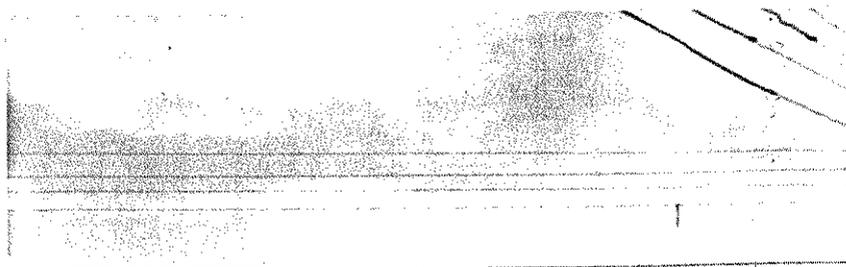
Por volta de 1877 a região começou a ser colonizada por nordestinos, principalmente cearenses, norte-riograndenses e paraibanos, que emigravam em grande número, para escapar ao flagelo da seca e à procura de meios para um progresso econômico através da riqueza da borracha.

Formaram-se, então, os seringais e surgiu um novo elemento sócio-econômico, o seringueiro, que permanecia na terra pela abundância de caça, de pesca e especialmente pelo lucro rápido e farto na extração do látex.

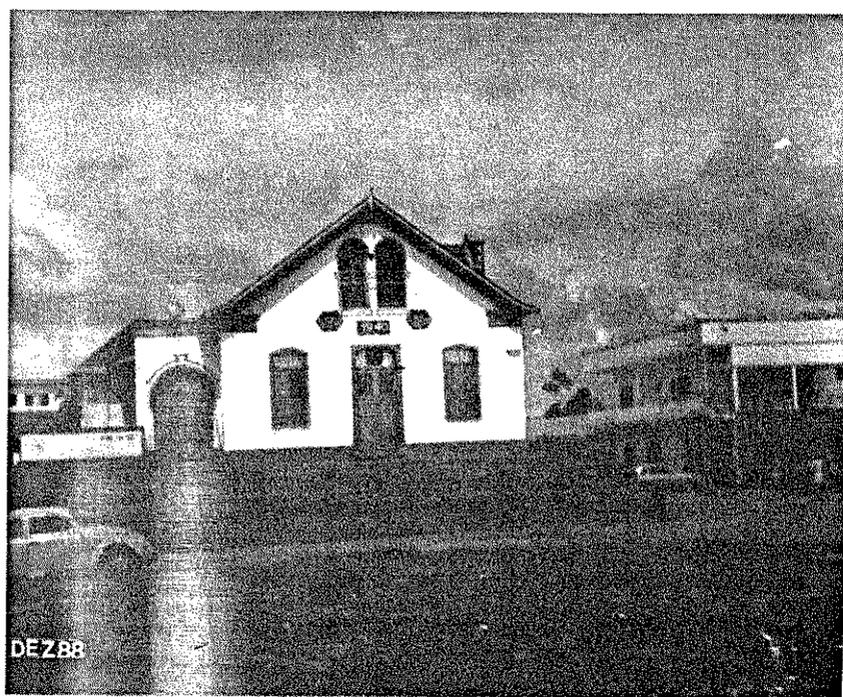
No auge das secas, as próprias autoridades imperiais e provinciais tomaram medidas que possibilitassem a imigração das populações vitimadas, para a Amazônia.

"Esse fluxo migratório, segundo dados dos Relatórios dos presidentes das províncias do Amazonas, de aproximadamente 5.000 pessoas ao ano, continuando, ininterruptamente durante todo o período áureo da

(1) Cf. "Os Índios e a Luta dos Direitos". In: Folha do Acre. Edição Especial Comemorativa dos 80 anos de Cruzeiro do Sul, set/84, p. 24. Ver também: "Conheça o Acre e sua História". Governo do Estado do Acre, Departamento de Geografia e Estatística, 1972.



Fórum de Cruzeiro do Sul



Casa do tempo áureo da borracha

borracha. Estima-se que entre 1890 e 1913 a população da Amazonia tenha aumentado para mais de 600 mil habitantes. Deste total, cerca de 40 mil nos destinos ocuparam a região banhada pelo Juruá e afluentes..."(2)

Antes do final do século XIX, com uma população de mais de 50 mil habitantes que consolidava a ocupação brasileira no Acre, com intuito de produzir borracha, surgem os conflitos com a Bolívia, legítima dona do território acreano, segundo o Tratado de Ayacucho.

Após inúmeras batalhas é assinado, em 17 de novembro de 1903, o Tratado de Petrópolis, levado a efeito pelo Barão de Rio Branco e que deixava definitivamente as terras acreanas para o Brasil, que indenizou a Bolívia em 2(dois) milhões de Libras Esterlinas. (3)

Já a 25 de fevereiro de 1904, a Lei 1.181 determina a primeira organização administrativa do Acre, dividindo em três os Departamentos Administrativos: Departamento do Alto Acre, Departamento do Alto Purus e Departamento do Alto Juruá, que abrangia a Região de Tarauacá.

Para a organização do Departamento do Alto Juruá foi designado o Coronel Thaumaturgo de Azevedo que, a 12 de setembro

(2) AQUINO, T.V. "Kaxinawa: do seringueiro 'caboclo' ao peão 'acreano'". In: Repórter Rondon, Ano IV, nº 1, jan/fev 1981 p. 4.

(3) Cf. Governo do Estado do Acre. O Borrachinha da Sorte. Rio Branco, 1983.

de 1904, instala a sede provisória do Departamento do Alto Juruá, no lugar de nome "Invencível", na foz do Rio Moa. A 28 de setembro do mesmo ano, cumprindo o Decreto nº 8, que autorizava a transferência da sede do Departamento, o Coronel Thaumaturgo fundou Cruzeiro do Sul, em terras do ex-seringal Centro Brasileiro, à margem esquerda do Rio Juruá.

A planta de Cruzeiro do Sul foi traçada pelo Coronel Thaumaturgo de Azevedo, que era engenheiro militar e, até hoje, a cidade mantém esse traçado original.

Thaumaturgo foi, assim, o primeiro prefeito da cidade. Construiu edifícios públicos, organizou a justiça, a instrução pública, fundou uma biblioteca pública, construiu escolas, o Fórum, determinou a expedição de engenheiros militares para levantar ou corrigir a cartografia dos afluentes do Juruá, construiu estradas para ligação com municípios ou vilas. Ainda na parte da legislação, Thaumaturgo patrocinou severa fiscalização dos impostos, organizou e equilibrou as finanças do Departamento. (4)

O Município de Cruzeiro do Sul, com sede na cidade do mesmo nome, só foi criado em 1922, com um corpo de eleitores alistados, de conformidade com a Lei nº 2.129 de 02/08/1916, e de seu regulamento através do Decreto-Lei nº 12.193 de 06/09/1916, na Presidência de Wenceslau Braz. A primeira eleição, para

(4) Cf. "A criação de Cruzeiro". In: Folha do Acre, op. cit., p. 3.

a Constituição do Conselho Municipal, foi realizada com declaração de votos em Cartório, devido à falta de livros próprios ao funcionamento do Pleito regular.⁽⁵⁾ Mas as eleições propriamente ditas, para a Constituição do Conselho Municipal de Cruzeiro do Sul, ocorreram em janeiro de 1924.

Foi, entretanto, o governo provisório, após a Revolução de 30, que integrou o Território do Acre no contexto brasileiro com a devida igualdade de direitos, entre os quais, o de influir no destino da Nação por meio de representantes de sua escolha, na Assembléia Constituinte, direitos que a Revolução de 34 manteve, ampliando-se com a garantia de sua elevação a Estado logo que atingisse a população de 300.000 habitantes.

A Lei nº 356, promulgada a 30 de dezembro de 1936, entrou em vigor a 1º de janeiro de 1937, dotando o Território de organização modelada pelo que, a seu respeito, estabeleceu a cidade Constituição, voltando este à vida normal de que fora afastada pela desorganização resultante da Revolução triunfante de 1930⁽⁶⁾. Após estes acontecimentos, começa a vida menos acidentada de Cruzeiro do Sul.

A densidade populacional tem crescido muito nos últimos dez anos e, em 88, a população era de 65.060 hab., numa área

(5) Cf. "Município de Cruzeiro do Sul". In: Paroara. Boletim Informativo da Associação dos Rondonianos do Campus Avançado de Cruzeiro do Sul, Ano I, nº 2, março/abril 1980, p.3.

(6) Idem. p.3.

de 32.000m², distribuídos em 21.178 hab na zona urbana e 43.882 hab na zona rural. (7)

Os meios de acesso à região são: hidrovia (dista 45 dias de Manaus), aéreo (2 vôos semanais) e rodovia (durante 06 meses ao ano) com viação comercial. (8)

"... uma comunidade isolada. Isolada pela falta de meios de transporte, porque a única forma de se chegar e sair de Cruzeiro do Sul é via fluvial ou via aérea. Não existe uma estrada de trânsito permanente durante todo o ano. A estrada que liga Cruzeiro do Sul a Rio Branco é transitável apenas seis meses por ano e ainda assim, dificilmente transitável ... então, é uma via de acesso com a qual não se pode contar. Resta o transporte pela via fluvial, mas aí a ligação não se faz com Rio Branco, mas com Manaus. É muito mais distante e essa viagem dura de Manaus a Cruzeiro do Sul 45 a 60 dias, porque é contra a corrente do rio. E de Cruzeiro do Sul para Manaus leva-se de 30 a no máximo 45 dias. Ora, uma comunidade que está a 30 dias de distância de qualquer lugar é realmente distante e isolada e essa é a situação de Cruzeiro do Sul."(9)

Neste aspecto, a instalação do 7º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) em Cruzeiro foi a principal força propulsora do desenvolvimento do município no último decênio; ao lado da missão específica de construir estradas, sua implantação gerou novos empregos, fortaleceu a economia da região e possibi

(7) Cf. MEC, Op. cit., p. 45.

(8) Cf. IBGE. Delegacia do Acre, Relatório de 88. SEPLAN, Governo do Estado do Acre, 1988.

(9) Depoimento gravado com o Prof. Dr. Carlos Eduardo Negreiros de Paiva, Diretor Associado do GTU.

litou a formação de profissionais especializados, diversificando o mercado de trabalho até então muito restrito.

O 7º BEC foi criado pelo Decreto de 06 de junho de 1969, aquartelando-se em 17 de julho do mesmo ano, nas instalações da 8ª Companhia de Fronteira, em Cruzeiro do Sul.⁽¹⁰⁾

Desde sua criação, o Batalhão realizou as seguintes tarefas:

. implantou 425 km da BR-364 entre Cruzeiro do Sul e Manoel Urbano, tornando possível a ligação de Cruzeiro do Sul com o resto do país, por via rodoviária, na época de verão na Amazônia;

. pavimentou 12 km de Tarauacá e Feijó, chegando a executar a proteção de base de solo cal com imprimação de asfalto;

. implantou 114 km da BR-307 de Cruzeiro do Sul à região de Ipixuna, esta estrada fará a ligação efetiva entre Cruzeiro do Sul e o Rio Solimões;

. construiu a pista de pouso do Aeroporto Internacional de Cruzeiro do Sul que antes era de barro batido (construído por Mâncio Lima com ajuda de índios e brancos). A pista atual é considerada a melhor do Estado;

(10) Cf. "7º BEC, Progresso e Segurança", Folha do Acre, op. cit. p. 8.

. implantou 8 km da BR-307 a partir de Benjamin Constant - AM, para o Sul;

. implantou 7 km de rodovia entre a la. Companhia Especial de Fronteira até o Aeroporto Local (Estirão do Equador).⁽¹¹⁾

O 7º BEC, ao se instalar em Cruzeiro do Sul, em 69 , encontrou uma pacata cidade onde se agregavam o isolamento geológico e político, além da falta de infra-estrutura que assegurasse a posição de segunda maior cidade do Acre, que hoje sustenta.

Como um efeito colateral de seus trabalhos específicos, o 7º BEC gerou empregos e movimentou a economia na região de Cruzeiro do Sul. Trouxe para a área novas atividades profissionais especializadas, desde operadores de máquinas de construção , até topógrafos, desenhistas, ferramenteiros, engenheiros, dentistas, médicos e administradores. Influuiu profundamente nos hábitos da vida local.

"... numa localidadezinha como Cruzeiro do Sul, sem recursos, eles fazem o papel de prefeitura, porque fazem terraplenagem de ruas, abrem ruas na cidade, etc. Fazem o papel de polícia, porque não é atividade do exército pegar bandidos, ou coisas assim, mas eles fazem. Fazem o papel de integração, porque aqui no sul, os rapazes procuram fugir do serviço militar. Lá é o contrário, eles se sentem frustrados quando já está completo o quadro. Para eles é muito frustrante, porque eles vêm dos seringais, analfabetos, em geral com doenças, verminoses, desnutrição , etc, sem preparo técnico para nada. Quando chegam no

(11) Idem, Op. cit., p. 8.

exército e são selecionados eles são alfabetizados, cuidam da saúde, acabam com as verminoses, aprendem a manobrar as máquinas, a serem tratoristas, carpinteiros, ferreiros, todas aquelas atividades que um batalhão de engenharia precisa. São alfabetizados e muitos vão trabalhar em escritórios, aprender a bater à máquina... Isto abre para aqueles rapazes novos horizontes. Quando eles saem do exército já têm uma profissão. São motoristas, mecânicos, datilógrafos, uma série de coisas. Aprendeu a ler, a escrever, entrou em contato com gente de todas as partes do Brasil, saiu mais rico em experiência."(12)

Quanto às atividades econômicas, as principais se vinculam ao extrativismo vegetal -- borracha, madeira, frutas e etc. O arroz e a mandioca são culturas locais e há um pouco de gado. Porém, todo o resto vai de Manaus em barcaças ou balsas reboçadas: gás combustível, gás de cozinha, açúcar, farinha de trigo, biscoitos, bolachas, cigarro, leite em pó, sal, feijão, enfim, toda a subsistência básica. Tudo o que vai para Cruzeiro do Sul sofre uma sobretaxa de frete, devido à distância e ao difícil acesso. O resultado é que tudo naquela localidade é muito mais caro, gerando sérios problemas econômicos para a população.

"... o cigarro, vem nesse selinho: preço no varejo tanto, lá é tanto mais o frete. É como se não fosse Brasil, o preço daqui não vale lá. E isso pra continuar ad infinitum, porque até agora não se tem condições de alterar isto. E no entanto, a população, até recentemente, que trabalhava e continua trabalhando, ganhava um salário mínimo diferenciado, me-

(12) Depoimento gravado, Dr. Pompeo.

nor do que nas regiões do sul e sudeste quando deveria ser muito maior o salário. O custo de vida lá é superior ao custo de vida do Rio de Janeiro, de São Paulo. Mas muito pouca gente está preocupada com Cruzeiro do Sul, aliás, muito pouca gente está preocupada com o Brasil, essa é que é a verdade."(13)

Em meados de 83 foi nomeado para a função de subsecretário das atividades agrícolas do Vale do Juruá e Coordenador da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA), sediada em Cruzeiro do Sul, o zootecnista João Alberto Capiberibe que, em apenas seis meses, juntamente com sua mulher Janete, ajudou a fundar 12 sociedades agrícolas e as manteve funcionando com um mínimo de recursos. Os agricultores uniram-se com muito entusiasmo em torno do que consideraram como realmente seu, pois nas proximidades existe o NARI (Núcleo de Apoio Rural e Integrado), construído pelo governo e praticamente abandonado. Os agricultores preferiram algo conseguido por seus próprios meios e luta. *"Uma coisa que é feita com os esforços da gente, a gente entra lá e fica acomodado. Fica dentro satisfeito. No dia em que quisermos reunir não precisamos pedir a chave pra ninguém."*(14)

Quando assumiu a coordenadoria, Capiberibe encontrou todo o setor desorganizado. Os núcleos agrícolas estavam desativados e seu maquinário irrecuperável. O polo hortigranjeiro estava tomado pelo mato sem parceleiros e a Fazenda Modelo do Governo,

(13) Depoimento gravado, Dr. Negreiros.

(14) Joel Soares Cavalcanti, diretor da Sociedade Agrícola da Colônia Assis Brasil. In: "Os agricultores organizados não querem nada de graça". Folha do Acre, Op. cit., p. 22.

sem suas matrizes, com equipamentos extraviados e outros veículos encostados.

Então, a coordenadoria recuperou tudo e restaurou a credibilidade junto aos agricultores. Comprou barcos, construiu carroças, financiou bois e pediu tratores ao governo. Há um trabalho com os produtores na construção de núcleos e postos de saúde. Orientações para a formação de viveiros e a diversificação de culturas. Incentivo à criação de aves, porcos e bois em pequenas propriedades, garantindo a assistência técnica. Segundo Capiberibe, "*o projeto final é gerar atividades econômicas para que o pequeno produtor tenha uma vida razoável no campo.*"⁽¹⁵⁾

Porém, Capiberibe deixou a SDA em 86 e, a partir daí, a rotatividade na ocupação desse cargo tem sido alta e improdutiva, segundo funcionários do setor. O atual coordenador é o Engeneheiro Agrônomo José Farias de Almeida, que ocupa o cargo há 5 meses, embora corra o risco de, tão logo assuma o prefeito eleito, ser demitido de seu posto.

"... infelizmente o cargo aqui é de confiança, é um cargo político. Com esse que está ocupando o cargo agora são 4 que já passaram por aqui, nessa administração. Dois deles ao menos eram agrônomos, os outros não possuíam nenhuma especialização. Foi pura indicação política (...). Nosso principal problema tem sido a falta de verbas. Estamos tão abandonados que a maioria dos funcionários passa seu tempo ocioso aqui, lendo, conversando... Veja, não po

(15) Cf. "Os agricultores organizados não querem nada de graça". In: Folha do Acre, Op. cit., p. 23.

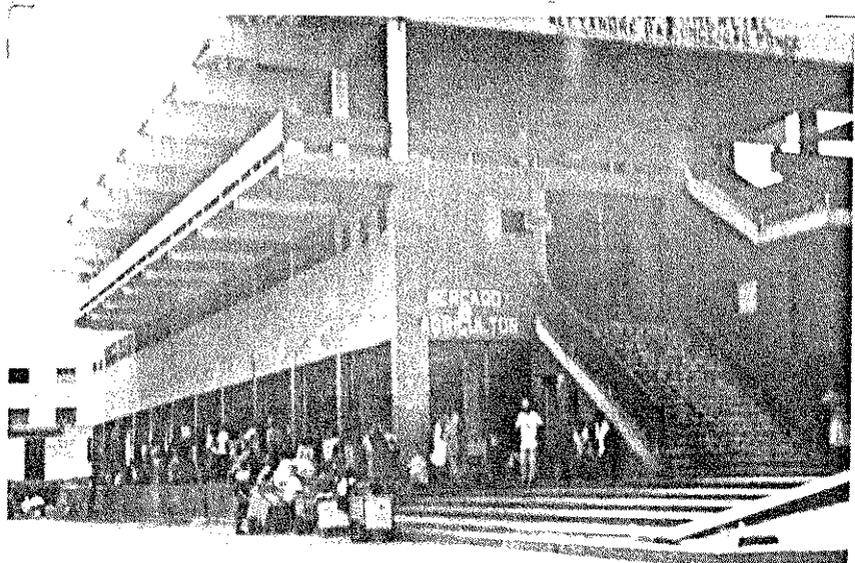
demos percorrer as fazendas porque não possuímos condução. Estão sempre quebradas e quando são consertadas, aí não temos a gasolina para abastecer. Não recebemos incentivos nem municipais, nem estaduais, nem federais. Nosso trabalho aqui, por falta de um coordenador atuante, arrojado, comprometido com o setor, que traga novas energias para ele, tem sido extremamente prejudicado."(16)

Além do pessoal administrativo, a SDA conta com 02 agrônomos, 02 veterinários e 01 zootecnista. Há também 08 técnicos agrícolas, sendo um deles técnico em Hevicultura, mas todos eles estão à disposição da EMATER. Nenhum deles trabalha, atualmente, junto à SDA.

O que a Secretaria tem feito, no momento, devido ao seu precário estado financeiro e político, tem sido a distribuição de sementes (feijão, milho, arroz, guaraná, café, etc); algumas mudas (especialmente citros), embora o setor esteja prejudicado pela falta de recursos; assistência às colônias no transporte de sua produção agrícola até a cidade, e o auxílio na preparação de terras, cedendo 02 tratores aos pequenos produtores, que os vem solicitar.

A SDA mantém a Fazenda Modelo com granjas, açude, viveiros para mudas que está, no momento, sofrendo terríveis perdas pela falta de investimento em seus projetos.

(16) Depoimento de profissional da SDA, em entrevista realizada junto a este setor.



Aspecto do Mercado do Agricultor



Aspecto do Mercado do Agricultor

"... nós temos elaborado uma série de projetos que envolvem aspectos agrícolas e veterinários, temos enviado aos órgãos estaduais e não obtemos nenhuma resposta. Tudo nessa região é movido à política e não temos tido nenhum homem dessa área que demonstrasse real interesse pelos nossos projetos, pelo nosso setor. E a cidade, a região toda, que recebe, ou recebia, auxílio dos técnicos especializados da SDA tem se sentido prejudicada..."(17)

A SUDEPE (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) também faz parte da SDA e credencia os pescadores com carteiras, para que estes possam vender seus produtos no Mercado Municipal, com apoio do Estado. A SUDEPE também auxilia no comércio com os peixes, para que os pescadores não tenham prejuízos, pois não há frigorífico para peixe na região, e o que é pescado deve ser vendido no mesmo dia.

Atualmente o número de pescadores credenciados é de 420, embora apenas 250 sejam considerados profissionais, por viverem exclusivamente deste trabalho.

Estas são tentativas de se estabilizar a economia da região, abrindo alternativas de produção para os habitantes, já tão massacrados pelas conseqüências do seu isolamento do resto do país, um isolamento geológico que, pela indiferença dos governantes, acarreta um isolamento político.

"... o Estado do Acre está isolado de todo o Brasil, porque a estrada de Rio Branco a Rondônia, a Porto Velho é uma droga, vive esburacada, a pavimentação

(17) Depoimento de profissional da SDA.

dela é muito precária, pior ainda é que dali para frente não existe mais nada. Então é uma forma de sobreviver nas condições as mais adversas. Tudo o que se imaginar e tudo o que se fizer para ligar o Acre ao Brasil, mantê-lo ligado ao Brasil, não apenas fisicamente (porque está colado ali, né?), deve ser feito."(18)

Devido a essa falta de funcionalidade na região de Cruzeiro do Sul, houve uma proposta do Senador Jorge Arbaggio , pelo Acre, que pretendia que Cruzeiro do Sul fosse feito zona franca. Isto baseado no grande intercâmbio que existe entre Cruzeiro do Sul e Pucalpa, no Peru.

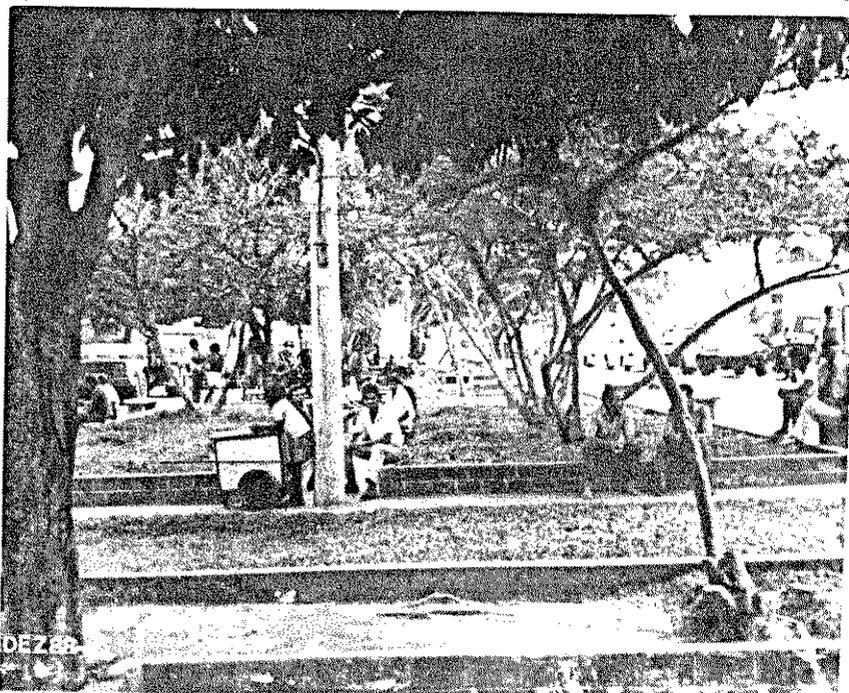
"Para você ter uma idéia, batata, tomate, alface , verduras, todas essas coisas, vinham todas de Pucalpa, é mais perto e saía mais barato. As hortas em Cruzeiro do Sul sofrem danos graves pelo peso das chuvas. Não há alface que resista a baldes d'água , dias seguidos. Como em Pucalpa chove menos, as hortaliças, essas coisas todas, vêm de Pucalpa. você já viu avião transportar batata, tomate... é o fim do mundo. Ovos. Às vezes faltava ovos em Cruzeiro do Sul, então iam ovos para Cruzeiro de Pucalpa. Às vezes sobrava ovos em Cruzeiro e eram levados para Pucalpa. Esse comércio -- não sei se é legal -- só sei que como toda a população se beneficia ninguém se preocupa. (...) então, a zona franca em Cruzeiro do Sul, de certa maneira, não apenas legalizaria este comércio, mas seria também uma porta de entrada para o desenvolvimento da região."(19)

(18) Depoimento gravado, Dr. Negreiros.

(19) Idem.



Vista do Mercado Público



Praça Central



Centro Comercial



Avenida Central

Já em termos de infra-estrutura urbana, o problema não é menor. Há questões sérias, como, por exemplo, o esgotamento sanitário e pluvial.

A cidade não tem serviço público de esgotamento sanitário. Com a inexistência do sistema, cada domicílio é responsável pela eliminação de seus esgotos, ocorrendo então soluções diversas, muitas das quais gerando problemas, devido à falta de orientação.

O esgotamento das unidades domiciliares varia de acordo com as condições sociais de seus habitantes, podendo uma mesma rua apresentar disparidades quanto ao método empregado, acarretando, em decorrência, uma inevitável desvalorização no aspecto urbano. Por exemplo, no banheiro é comum a utilização do vaso ou privada turca. Os dejetos são depositados em fossas negras ou sépticas, conforme o caso. Como frequentemente existe o problema da baixa permeabilidade do solo, em períodos prolongados de chuvas, ocorre o transbordamento dos dejetos e seu consequente espalhamento pelo solo, tornando o ambiente propício a proliferação de doenças.

As águas servidas do chuveiro e lavatório podem ter o mesmo destino dos dejetos, ou simplesmente serem despejadas diretamente no solo, em local abaixo do assoalho da casa ou atrás desta, acarretando o aparecimento de valas e o encaminhamento das águas sem destino estabelecido.

Na cozinha, a utilização da pia encaminha as águas servidas para uma caixa de gordura ou, conforme a condição, despeja-se diretamente no solo, provocando a mesma situação acima descrita.

Dessa situação ocorre o inevitável aparecimento de esgotos a céu aberto, em locais distintos da cidade, comprometendo gravemente a saúde urbana.

Quanto ao esgotamento pluvial, as principais vias urbanas possuem, em suas laterais, calhas de alvenaria para o recebimento dessas águas, que são endereçadas para caixas de profundidade, localizadas nos extremos dessas vias. Porém as calhas acabam por acumular material carreado de regiões mais altas, bem como detritos locais, causando entupimentos no sistema e, não raro, recebendo, também, águas servidas de domicílios, principalmente no inverno (época de muita chuva).

Por falta de um sistema eficiente de drenagem superficial, fica o sistema existente comprometido, causando uma reversão no seu principal objetivo, acabando por servir como local propício à proliferação de doenças.

A limpeza sistemática dessas valas contribui, em muito, para a melhoria do sistema, mas não evita o seu uso, pela população, para outros fins que não aquele para o qual foi criado.

- Energia

Em termos de energia elétrica, a cidade possui uma usina geradora, denominada João Mariano da Silva, que também abastece a cidade de Mâncio Lima.

Essa usina possui um consumo médio mensal de 500.000 litros de óleo diesel e 8.500 litros de lubrificantes. Atende, atualmente, à demanda urbana, com pico médio diário de 2.700kw, com apenas 6 consumidores na área rural. A usina funciona 24 horas, atendendo a 4.059 consumidores, com um total de 9.767Mwh.⁽²⁰⁾ Essa produção só é prejudicada quando a maré do rio abaixa e as embarcações que transportam o material necessário (diesel e lubrificantes), demoram a chegar, obrigando ao racionamento de energia.

- Água

Quanto ao abastecimento de água, a captação localiza-se a 4km do centro da cidade, no Igarapé São Salvador, sendo realizada por dois conjuntos moto-bombas idênticos, que revezam-se no funcionamento. Essa estação de captação trabalha 24 horas por dia, seguindo a água bruta, para a Estação de Tratamento de Água (ETA) por uma adutora que, em determinado ponto, rami

(20) Cf. IBGE, Op. cit., p. 23.

fica-se em duas linhas, seguindo cada uma para uma unidade de tratamento, as ETA I e ETA II.

A ETA I é uma unidade compacta, com capacidade para 90m³/hl e encontra-se há mais de oito meses desativada, em decorrência de reparos na bomba. A adutora que segue para a ETA I também está fechada. A ETA II é, então, a única em funcionamento, com capacidade para 145m³/hl.

A água tratada segue para reservatórios apoiados com capacidade para 100.000 e 220.000 litros, situados um ao lado do outro, na estação.⁽²¹⁾ Exames físico, químico e bacteriológico da água são feitos regularmente. Não obstante, 90% da população urbana possuem vermes.

O consumo médio diário da cidade é de 3.840.000 lts, ocorrendo, por não existir hidrometração aos usuários, muitas perdas por desperdício, as quais prejudicam não somente a comunidade, como também a melhoria do atendimento e qualidade dos serviços.

Esse sistema não atende, atualmente, à demanda urbana, sendo a distribuição realizada por esquema de manobras, que visam racionar a distribuição de água em diferentes bairros. Por exemplo, um determinado bairro é abastecido 8 horas por dia, enquanto o centro é abastecido 15 horas por dia. Onde se localiza o Hospital Geral, o abastecimento é de 10 horas por dia, sendo

(20) Cf. IBGE, Op. cit., p. 25.

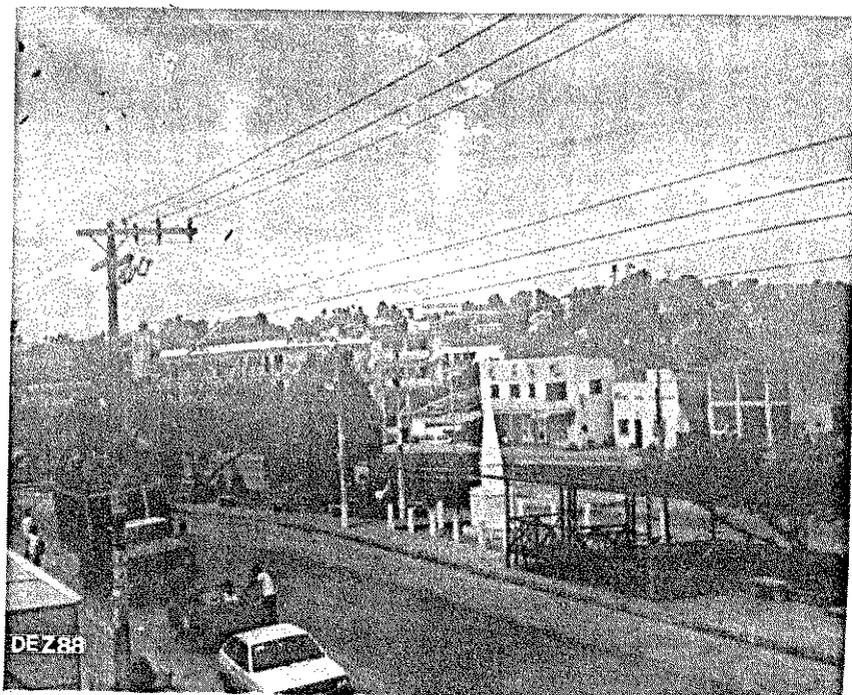
fácil suportar os transtornos por que passa tal Instituição e as adaptações que se fazem necessárias num ambiente como esse. Há ainda outros bairros que sequer são atendidos pelo abastecimento de água.

Uma das alternativas da população é aproveitar a água das chuvas, captando-as de diversas maneiras. Algumas casas constroem reservatórios especificamente para esse fim. A cidade possui, no centro, um reservatório elevado, com capacidade para 220.000 litros, que poderia ser abastecido pela SANACRE, mas encontra-se desativado.

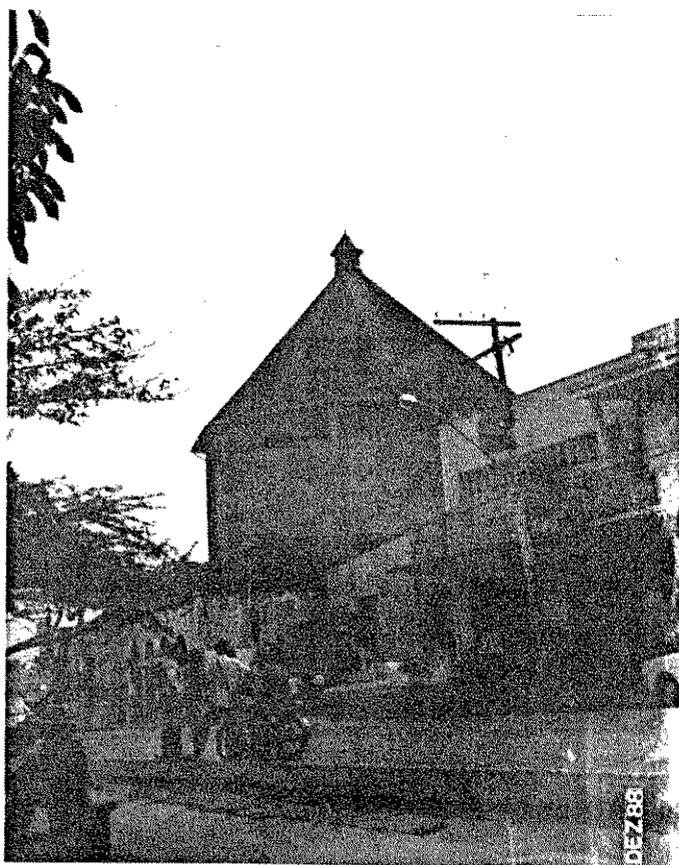
- Saúde

Já em termos de infra-estrutura social, os serviços públicos de saúde são prestados à população, através de:

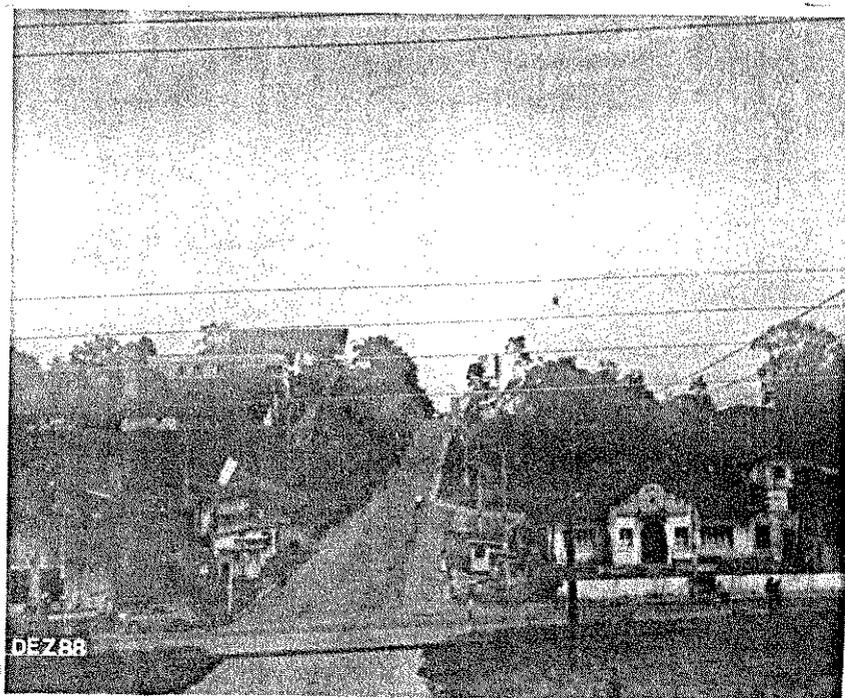
- . 02 Centros de Saúde: Cruzeiro do Sul e Dr. Jesuíno de Souza Lins;
- . Hospital Geral de Cruzeiro do Sul;
- . Pronto Socorro;
- . Colônia de Hansenianos Ernani Agrícola;
- . 56 postos de notificação da SUCAM (zona urbana e rural).



Avenida Central



Ao fundo, nave da Matriz de Cruzeiro do Sul, construída com auxílio de missionários alemães



Rua do setor central da cidade



Avenida que leva ao centro da cidade

No Centro de Saúde Cruzeiro do Sul, que está situado num bairro muito distante do centro urbano, são desenvolvidas atividades de:

- . atendimento à tuberculose e hanseníase;
- . serviços de imunização;
- . farmácia e
- . serviço de fiscalização sanitária.

Esse Centro, porém, encontra-se com dificuldades de desenvolver os programas de Saúde Pública que lhe são atribuídos, estando suas funções voltadas, em geral, para atividades curativas.

Com relação a isso, pesam, principalmente, doenças como tuberculose e hanseníase, para as quais não é realizado nenhum trabalho preventivo, ou mesmo um acompanhamento sistemático dos casos detectados. Desde 1985 foi desativado o Programa Controle de Hanseníase, que se realizava através de viagens periódicas feitas às zonas rurais e populações ribeirinhas, no intuito de detectar novos casos da doença e dar acompanhamento aos já catalogados. Assim, os ribeirinhos encontram-se, hoje, totalmente desassistidos, o que contribui para o fato de ser, Cruzeiro do Sul, a região do Estado do Acre, onde há o mais alto índice de hanseníase.

O próprio Centro de Saúde não conta com um médico dermatologista ou ortopedista, para uma assistência mais eficiente ao hanseniano.

Com relação ao programa Materno-infantil, não existe nenhuma atividade. Atualmente, para a implantação do programa, está sendo efetuada a aquisição de material permanente.

A falta de recursos financeiros inviabiliza o desenvolvimento das atividades de fiscalização sanitária. O setor não conta, sequer, com um veículo para fazer rondas e visitas. Há também necessidade de melhor qualificar os profissionais deste setor, no que se refere ao desenvolvimento de atividades educacionais de saúde pública.

Outro fator determinante da inviabilização de um trabalho de fiscalização sanitária eficiente, é a falta de saneamento básico da cidade.

Diante das condições de trabalho existentes, a fiscalização sanitária é exercida apenas nos aspectos de abate de animais e vigilância de remédios.

Ainda com relação às carências existentes, podemos citar a grande falta e atraso dos medicamentos (soro e vacinas) da CEME - Central de Medicamentos do Ministério da Saúde - provocado, em grande parte, pelas dificuldades de acesso ao Município.

Quanto ao Centro de Saúde Dr. Jesuíno de Souza Lins, mais próximo ao centro urbano do que o anterior, são as seguintes as atividades desenvolvidas:

. consultas médicas com atendimento de 03 médicos;

- . farmácia da CEME;
- . imunização;
- . atendimento aos hansenianos;
- . pré-natal (apenas consultas médicas).

Este Centro de Saúde também não cumpre com os programas preconizados pelo Ministério da Saúde, em sua função básica de desenvolver a medicina preventiva e curativa. Não possui nem mesmo recursos humanos necessários para implantação de programas de Saúde Pública. Caracteriza-se muito mais como um ambulatório do que como Centro de Saúde, já tendo funcionado com atividades mais próximas à sua função real. Atualmente não conta sequer com atendimentos à tuberculose.

O atendimento dispensado ao hanseniano limita-se a um trabalho meramente curativo, não sendo feita nenhuma educação preventiva. O controle da doença fica a cargo somente dos pacientes acometidos pela moléstia, quando o mesmo já possui consciência da necessidade de tratamento e a possibilidade de se deslocar até um local que ofereça condições para tanto.

No centro faltam vacinas e medicamentos, em virtude da dificuldade de transporte na região.

A unidade conta com boas instalações físicas, com potencial suficiente para dar suporte ao desenvolvimento das atividades ambulatoriais, as quais estão sendo desenvolvidas, em grande parte, com recursos financeiros oriundos da Prefeitura e

que se estendem a algumas áreas da zona rural.

Postos de Saúde

Os postos de saúde, existentes nos seringais, estão abandonados, sem atendimento há mais de um ano e sem qualquer tipo de controle.

Ainda no que se refere à atuação da Secretaria de Saúde, com relação ao movimento de Reintegração dos hansenianos, a mesma não tem prestado qualquer tipo de ajuda. Há uma entidade de voluntários em relação a este problema (MORHAM), mas que se ressentente de recursos para promover campanhas esclarecedoras e orientadoras sobre hanseníase.

Hospital Geral

O Hospital Geral de Cruzeiro do Sul pertence à Secretaria do Estado, com repasse de verbas do INAMPS, e recebe doações da Prelazia.

O mesmo conta com uma equipe de 8 médicos, entre ortopedistas, cirurgiões, bioquímicos e odontólogos.

Possui 100 leitos, distribuídos em 6 apartamentos, 7 enfermarias, 2 enfermarias de cirurgia, 1 enfermaria pediátrica e 1 quarto para isolamento.

A estrutura do hospital não comporta a demanda da população. Há necessidade de mais recursos humanos (médicos, atendentes de enfermagem) e ampliação do setor de maternidade e pediatria, o que virá melhorar, sensivelmente, o problema de espaço físico, neste setor.

O centro cirúrgico e a farmácia precisam também de ampliação. Falta material para cirurgias especializadas, o que torna obrigatório o encaminhamento de pacientes para um centro mais desenvolvido. No entanto, devido às dificuldades financeiras da população e de transporte do município, torna-se inviável recorrer a este tipo de providência.

Como um todo, a edificação necessita de manutenção e reposição de seus equipamentos, tais como, instalações hidráulicas, elétricas, etc.

Há carência de material permanente, como colchões e leitos, e insuficiência de verbas para alimentação.

Pronto Socorro

O Pronto Socorro presta serviço à população com atendimento em Clínica Geral, Ginecologia e Pediatria. Possui ambulatório odontológico, efetuando somente extrações. Faz atendimento de urgência, com pequenas cirurgias, engessamento, etc. Possui, ainda, um setor de Serviço Social.

Esta unidade de saúde funciona em condições precárias

rias, em todos os sentidos, não tendo estrutura para suportar a demanda da população. Faltam recursos humanos (enfermeiras, aten- dentes de enfermagem, médicos em geral). Faltam equipamentos médicos de trabalho, as instalações físicas são precárias, necessiti- tando de manutenção e reparos. As condições ambientais e de higiene são insatisfatórias.

Por falta de suporte necessário, em geral os pacien- tes são encaminhados ao Hospital Geral e à Santa Casa de Misericórdia.

Pacientes com problemas mentais são internados no Pronto Socorro sem a menor condição de atendimento. Cruzeiro do Sul não dispõe de nenhum hospital que atenda, especificamente, a esses doentes.

Santa Casa de Misericórdia

Constitui-se numa entidade filantrópica, recebendo recursos do Governo Federal, através do INAMPS e da Secretaria de Saúde. Atende pacientes dos Centros de Saúde, Hospital, Pron- to Socorro e clientela de Municípios adjacentes.

Possui um corpo clínico de 7 médicos, oferecendo a tendimentos em pediatria, clínica médica, cirurgias e obstetrícia.

Atualmente passa por forte crise de falta de recur- sos, tendo cancelado as cirurgias eletivas, fazendo apenas as de

emergência, e está prestes a desativar parte de seus 60 leitos ,
a fim de reduzir as despesas.

Há carência de tudo: material permanente, de consumo, da CEME e recursos humanos. O abastecimento de água é precário , com necessidade de construção de um poço artesiano.

Postos da SUCAM

No que se refere à SUCAM, a mesma realiza seus atendimentos na zona urbana e rural, através de 56 postos de notificação. No Município, a SUCAM possui um laboratório para realização de exames.

Percebe-se que, além de causas naturais -- falta de recursos financeiros -- causas a nível administrativo também interferem no funcionamento do trabalho da Secretaria de Saúde. A centralização de direção deste órgão, na Capital, constitui-se na delas.

Em virtude das dificuldades nas vias de acesso da Capital ao Município, é difícil realizar um trabalho de integração com o mesmo, ocasionando problemas sérios na remessa de medicamentos, soros e vacinas, assim como a deficiência na parte da realização de supervisão e fiscalização a ser feita pela Secretaria de Saúde.

Com relação aos tipos de prestação de serviços de previdência social, estendidos à população, o Município de Cru

zeiro do Sul conta com um órgão de representação do INPS, o qual assume os encargos de benefícios e serviços de previdência.

Como se trata apenas de um órgão de representação, sem qualquer autonomia para homologação de casos, todas as providências a esse respeito são tomadas em Rio Branco, e isso demanda muito tempo até que se chegue à fase final de cada processo.

Além destes entraves, inerentes ao processo burocrático, a falta de uma fiscalização mais eficiente e eficaz, do próprio INPS prejudica o atendimento aos direitos do segurado.

Com relação aos serviços de reabilitação profissional, nem mesmo Rio Branco conta com esse serviço, sendo que os casos são encaminhados para Belém, no Pará.

No que diz respeito à Assistência Médica prestada pelo INAMPS, a mesma fica representada por repasse de verbas feitas ao Hospital e à Santa Casa de Misericórdia.

- Educação

Na área educacional, a rede pública de ensino atende à população através de 97 escolas estaduais, sendo 74 localizadas na área rural e 23 na zona urbana. As escolas da zona rural possuem apenas até a 4ª série. Quando as colonianças querem

concluir o primeiro grau, precisam vir à cidade. Das escolas estaduais na área urbana, apenas 4 possuem o 1º grau completo (até a 8ª série). Uma delas, a Escola de 1º Grau Craveiro Costa, possui apenas classes de 5ª a 8ª séries, nos três períodos: manhã, tarde e noite. É para onde converge a maioria dos egressos de 4ª série de outras escolas.

Há somente uma escola estadual que oferece o 2º grau: o Colégio Flodoardo Cabral, que possui cursos de Magistério e Contabilidade.

Na rede municipal são 130 escolas: 126 na zona rural e 04 na zona urbana, sendo que todas elas possuem, apenas, classes de pré a 4ª séries.

Há, porém, duas escolas particulares, com muito bom nível de ensino, ambas religiosas. O Instituto Santa Terezinha, dirigido pelas freiras e mantido pela Prelazia do Alto Juruá, que possui classes de pré ao 2º grau, com a formação em Magistério. E o Seminário Nossa Senhora da Glória, de Irmãos Maristas que, além do 1º e 2º graus, também possui cursos de Filosofia e Teologia, a nível superior.

Há uma escola no Seringal Miritizal que mantém uma classe especial e, na zona urbana, as escolas Rodrigues Alves e João Kubitscheck também possuem uma classe especial, cada uma. Porém, a escola que maior ênfase dá a esse aspecto, é a Escola de 1º Grau Padre Alfredo Nuss, localizada no Bairro da Cohab, distante do centro urbano.

Essa escola possui, atualmente, 11 classes funcionando entre pré, 1ª e 2ª séries e classes especiais. Estas últimas estão divididas em 2 classes de aprendizagem lenta, uma para deficientes auditivos e uma para crianças mudas.

Segundo sua diretora, Profa. Eliuda Araújo de Vasconcelos, o apoio recebido do Estado e do Município, para manutenção dessa escola, num sentido de dedicar-se mais às crianças deficientes, é praticamente nulo. Não há verbas para compra de material específico e nem para a manutenção dos poucos que possuem. O improvisado também se faz necessário, tendo que transformar em sala de aula até mesmo o pequeno salão para refeitório.

As dificuldades com as instalações, a própria distância em que se encontra a escola do centro urbano, impedem-na de um trabalho mais amplo, embora a direção se empenhe em realizar o melhor. Paralelo ao aspecto físico, existe a questão didática, o preparo pedagógico e específico para esse tipo de trabalho. Das professoras que trabalham na Alfredo Nuss, 12 possuem o Magistério Completo, 02 o estão concluindo e 02 professoras, que ministram aulas no pré, possuem o 1º grau completo. Não há nenhum preparo específico para o trabalho com deficientes, "apenas boa vontade", como alega a Profa. Eliuda. Esta é licenciada em Estudos Sociais e possui cursos de especialização em Didática, Ensino Especial, Alfabetização, Pré-escola, entre outros, e transmite, na medida do possível, as informações necessárias a um melhor trabalho de suas professoras.

Mas a formação precária dos professores é facilmente detectada na região. Ora, se professores mal formados saem das escolas e vão lecionar, conseqüentemente formam mal os alunos que, por sua vez, irão também cursar o magistério, futuramente.

Para uma idéia mais clara, fizemos um levantamento da formação dos professores. Estes se relacionam às escolas estaduais, mas não diferem das municipais, uma vez que alguns professores lecionam, esporadicamente, em ambas as categorias e, obviamente, são todos formados pelo mesmo sistema.

QUADRO IV

Nível de Atuação e de Formação do Corpo Docente						
Rede de Ensino	Nível Superior	Nível Superior Incompleto	Nível Secundário	Nível Sec. Incompleto	Nível Primário	Total
Pré-Escola	--	01	42	13	29	85
1º Grau	36	05	258	57	235	591
2º Grau	48	05	04	--	--	57
Total	84	11	304	70	264	733

QUADRO V

NÚMERO DE ESCOLAS

Rede de ensino	Número de Escolas	
Pré-Escola	38	Obs: sendo 36 anexo ao 1º grau
1º Grau	223	
2º Grau	2	
Total	263	

Obs: Pessoal docente em exercício, rede pública e particular - 1988.
 FONTE: IBGE/Acre e Inspetoria de Ensino de Cruzeiro do Sul

Essa realidade educacional é extensiva aos outros mu
nicípios do estado, onde o setor funciona com muita dificuldade
e empecilhos.

Há necessidade da construção de novas escolas, en
tretanto a recuperação e ampliação das já existentes é extrema
mente urgente.

Visitamos escolas com salas de aula funcionando em
pátios internos, em refeitórios, em depósitos desativados, onde
o material é amontoado em um canto para que o resto da sala se-
ja ocupado com carteiras. Classes mal iluminadas, com janelas
para espaço interno e não externo, acomodações precárias para
professores; salas de direção que funcionam, também, como secre-
taria e sala de professores, ao mesmo tempo.

Em alguns estabelecimentos há apenas um banheiro pa
ra alunos e professores, sem distinção até mesmo de sexo. E ain
da outras situações como: paredes condenadas, buracos nos pátios,
janelas quebradas e sem segurança e por aí afora.

A falta de material permanente, didático e de consu
mo, é uma constante, bem como o atraso na distribuição e a insu
ficiência da merenda escolar.

É insuficiente, também, o número de serventes e de ou
tros funcionários administrativos. Há extrema necessidade de ca
pacitação e reciclagem de professores e diretores, etc.

Estas dificuldades incidem, em maior grau, na zona rural, sendo ainda mais agravada tal situação, pela falta de transporte para que seja feita supervisão e acompanhamento às escolas. A Secretaria de Educação do Estado também falta com seu compromisso de supervisão ao município, resumindo sua atuação a uns poucos "cursos de atualização" aos professores, fornecendo-lhes certificados que auxiliam na contagem de pontos para melhor remuneração. Os professores da zona rural, entretanto, têm pouco, ou nenhum acesso a este trabalho, a menos que sejam considerados obrigatórios pela Secretaria de Educação. E quando é assim, nada é feito para facilitar o transporte dos professores rurais até a zona urbana e, uma vez lá, não existem centros de alojamentos para esses professores que se deslocam do interior.

Já a falta de perspectiva profissionalizante no 2º grau cria uma situação desconfortável na região. Como só existem as modalidades: Magistério e Contabilidade, não raro o aluno cursa as duas, indo depois trabalhar como bancário e professor, que se constituem nas duas categorias profissionais, com alguma especialização, mais saturadas na região.

Diante dessa falta de perspectiva, a evasão escolar tem um índice elevado no município.

Veja, no quadro seguinte, os dados das matrículas e da evasão escolar, da zona urbana e rural, em 1987.

QUADRO VI

SÉRIES	MATRÍCULAS	EVASÃO	PORCENTAGEM
1ª	2339	713	30,4%
2ª	1555	254	15,3%
3ª	1119	163	14,5%
4ª	787	201	25,5%
5ª	416	107	25,7%
6ª	116	55	47,4%
7ª	197	36	18,2%
8ª	96	13	13,5%

Fonte: Inspetoria de Ensino de Cruzeiro do Sul, 1987

A evasão escolar na zona rural se dá, em sua maioria, pela imigração da população para a zona urbana. Mas há outras causas, provenientes das condições insatisfatórias em que funciona o sistema de ensino da região.

Já na zona urbana, a maioria dos alunos é oriunda de supletivos, com pouca base para ingressar no 2º grau. A baixa condição financeira também implica na falta de assiduidade e na disponibilidade do aluno, em tempo para o estudo. Mas há ainda outras questões: a falta de interesse pelos cursos oferecidos, falta de acompanhamento pedagógico, baixo padrão alimentar e de saúde, além da imigração, para outros centros, de alunos na faixa do supletivo e do 2º grau.

Quanto ao ensino superior, por ser Cruzeiro do Sul a segunda cidade do estado, a Universidade Federal do Acre - UFAc, sediada em Rio Branco, está implementando o curso de licenciatura curta em Letras, levando professores da UFAc para Cruzeiro do Sul, a fim de ministrar aulas aos alunos que não possuem condições financeiras para sair da cidade. O exame vestibular é realizado também em Cruzeiro, só não nos foi possível identificar se este é diferenciado do exame realizado em Rio Branco.

Muitos jovens têm se sentido motivados a sair de Cruzeiro do Sul e procurar outros campos de trabalho e estudo, mas é sempre uma porcentagem pequena em relação à população como um todo. Dos que saem, poucos retornam para trabalhar na cidade depois de cursarem uma universidade. E os que se vão apenas à procura de um emprego "melhor", nos grandes centros, também não se sentem incentivados a se radicarem novamente em Cruzeiro do Sul, local de poucos recursos e um alto custo de vida.

- Lazer

É uma cidade com pouco a oferecer, em termos de lazer, cultura e esportes. Estes são setores deficitários que não proporcionam opções de atividades para a população.

A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, Desportos e Assistência Social, iniciou a estruturação da Comissão de Cultura e Desportos, para futura criação de um Departamento com o mesmo nome.

Como ainda se encontra em fase de estruturação, iniciaram-se algumas atividades, tais como:

- . realização de festival de música;
- . organização de festas carnavalescas.

Existe na cidade um teatro que se encontra sem nenhuma atividade, necessitando de reparos e manutenção.

A Prefeitura Municipal dispõe, ainda, de uma biblioteca com um acervo de 6.000 títulos em obras gerais. O público de maior frequência situa-se na faixa escolar de 5ª a 8ª séries.

O material de pesquisa é razoável, havendo carência de livro didático. A biblioteca é mantida com verbas da Educação Municipal e doações, entretanto ressentem-se de uma estrutura capaz de dar maior incentivo e promover atividades culturais para o público. Muitos dos livros que lá se encontram foram levados pelas equipes do Projeto Rondon ou resultaram de uma campanha feita pelo Prof. Bonilha, último coordenador do Campus, que escreveu aos ex-rondonianos e a órgãos do estado de São Paulo, solicitando essa colaboração. Quase 2.000 livros resultaram dessa campanha.

Há também uma emissora de ondas curtas, a Rádio Verdes Florestas, pertencente à Diocese, que oferece algumas programações de lazer, transmitindo músicas de repertório popular, como também leva ao ar alguns programas de conteúdo cultural, enfatizando alguns aspectos nas áreas de saúde e educação, dirigindo

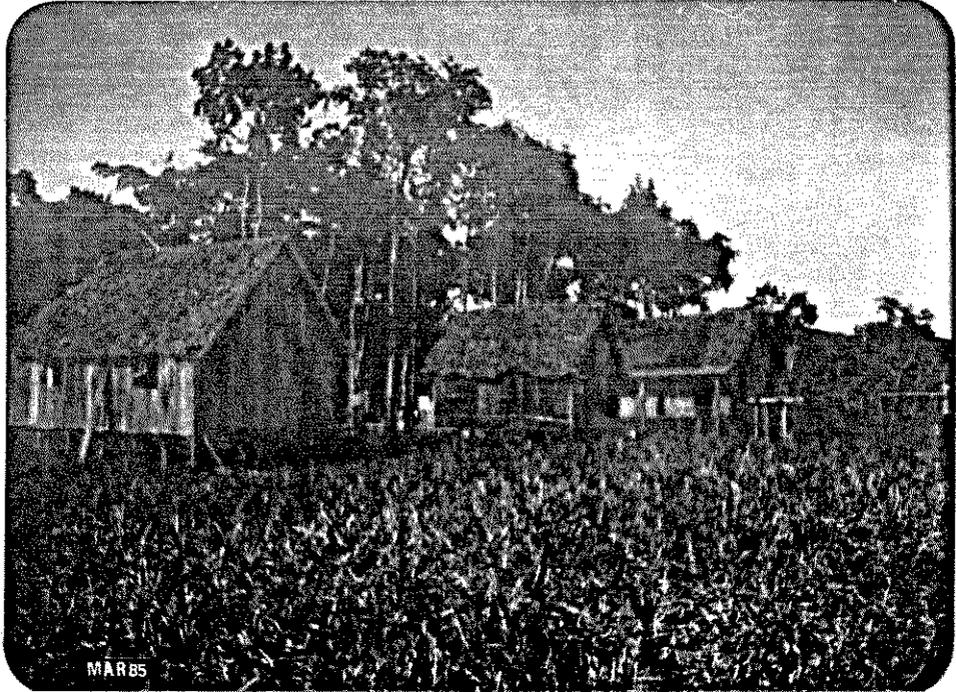
-se, mais especificamente, ao homem do meio rural.

Com relação ao setor de esportes, Cruzeiro do Sul possui a Liga Cruzeirense de Desportos, com 8 times de futebol de salão, 14 times de futebol e 8 times de voleibol.

São realizados campeonatos entre os Municípios e estão sendo construídas 03 quadras de Esporte, embora, atualmente, existam outras necessitando de material de iluminação e reposição de piso.

Recentemente foi comprado material de esportes para estes times, satisfazendo suas necessidades a este respeito.

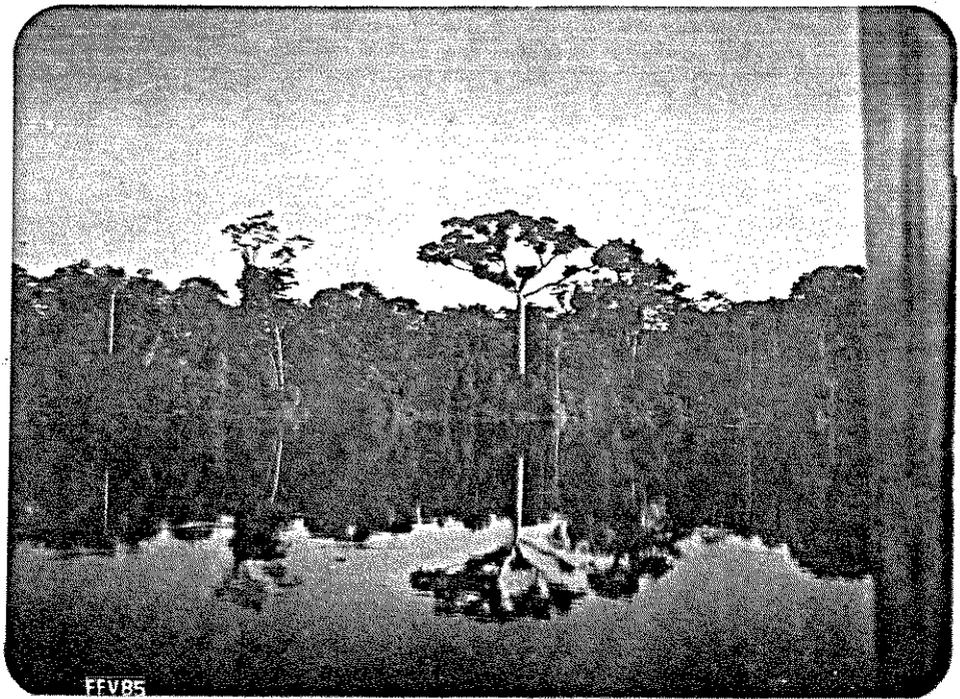
Este é o quadro do município de Cruzeiro do Sul e sua situação social. Esperamos ter passado, com fidelidade, as dificuldades e condições precárias em que subsiste, a comunidade, em suas necessidades básicas. Esse retrato certamente pode se considerar como extensivo há muitos e muitos outros pequenos municípios, esquecidos e abandonados pelo Estado, sendo tratados, por este, com descaso e indiferença.



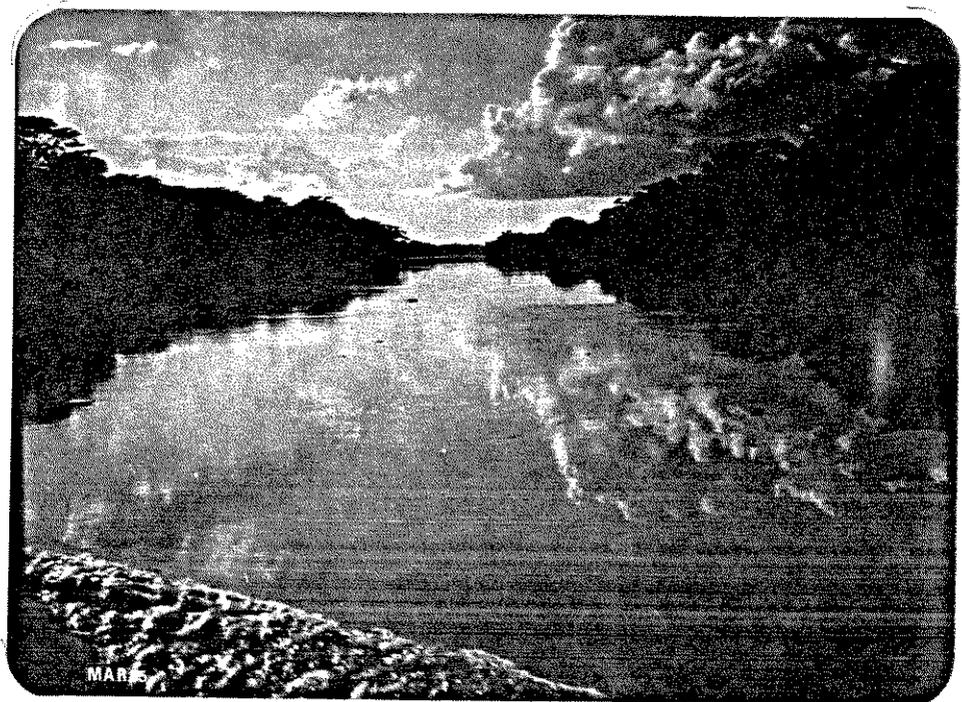
Casas do Bairro Miritizal



Casa do Bairro Miritizal



Vista parcial do Rio Juruá



Vista parcial do Rio Juruá

"Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em re-invenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o 'como' de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. É como sujeito e somente enquanto sujeito que o homem pode realmente conhecer. Por isto mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isto mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o apreendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é 'enchido' por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende. Para isto, é necessário que, na situação educativa, educador e educando assumam o papel de sujeitos cognoscentes, mediatizados pelo objeto cognoscível que buscam conhecer. A nada disto nos leva a pensar o conceito de extensão."

Paulo Freire

I V P A R T E

. Opção Metodológica: Pesquisa Qualitativa

Em muitos lugares -- no Brasil e no Exterior -- continuam ainda prevalecendo as pesquisas guiadas pelas técnicas ditas convencionais, usadas de acordo com um padrão positivista de observação, no qual, como expressa Thiollent⁽¹⁾, a preocupação que se manifesta é em torno da quantificação de resultados empíricos, "*em detrimento da busca de compreensão e interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas.*"⁽²⁾

As Pesquisas com abordagem qualitativa, denominadas "etnográfica", "qualitativa", "fenomenológica", "de campo", "ob-

(1) THIOLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo, Cortez, 1985.

(2) THIOLENT, M. Op. cit., p. 7.

servação participativa", ou ainda "pesquisa participante"⁽³⁾, inciaram-se na Antropologia, por servirem melhor aos propósitos dessa área e por, originariamente, a etnografia consistir em uma disciplina da área citada. Porém, atualmente tal pesquisa está ganhando maior audiência em vários meios sociais. Na Educação passou a ser mais explorada recentemente, embora Bolster⁽⁴⁾ defenda o fato de que tal pesquisa é a metodologia que possui maior probabilidade de gerar conhecimentos que sejam, ao mesmo tempo, intelectualmente rigorosos e de utilidade para a melhoria do ensino. *"Este autor acredita que o requisito fundamental de qualquer investigação, que pretenda estar em consonância com a perspectiva dos professores sobre o ensino, é o de considerar o comportamento humano, como reflexivo"*⁽⁵⁾. Ou seja, as pessoas sendo vistas tanto como criadoras quanto produtos das situações sociais em que vivem.

Vimos em Lüdke e André⁽⁶⁾ que a pesquisa pode ter uma concepção de atividade momentânea, de interesse imediato e continuado (fruto da atividade investigativa dos indivíduos a partir e em continuação do que já foi elaborado e sistematizado anteriormente) bem como uma dimensão social, uma vez que a pesquisa e o pesquisador estão naturalmente implicados numa corren

(3) GRUNWALDT, I.S. "A pesquisa etnográfica aplicada à educação: uma revisão". In: Educação, PUC/RS, Ano IX, nº 10, pp.117-137.

(4) Citado em GRUNWALDT, I.S., Op. cit., p. 117.

(5) GRUNWALDT, I.S. Op. cit., p. 117.

(6) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação, abordagens qualitativas. São Paulo, E.P.U., 1986.

te de vida em sociedade, com seus interesses e ambições, além da procura de um conhecimento científico que, por sua vez, virá impregnado pelos sinais do seu tempo, "*comprometido com sua realidade histórica e não pairando acima dela como verdade absoluta.*"(7)

Ora, enquanto atividade humana e social, a pesquisa traz consigo a carga de valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador, e este, como membro de um determinado tempo e de uma determinada sociedade, refletirá em seu trabalho de pesquisa, os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade e naquele tempo. Os pressupostos que orientam seu pensamento serão os mesmos a nortear sua abordagem de pesquisa: "*A construção da ciência é um fenômeno social por excelência.*" (8) e, portanto, não poderia a pesquisa realizar-se além das atividades comuns do ser humano, sofrendo, certamente, as injunções típicas dessas atividades.

Rubem Alves diz que "*todo ato de pesquisa é um ato político*"(9), não havendo, portanto, condições de se estabelecer uma separação nítida e asséptica entre o pesquisador e o seu trabalho de pesquisa, nem tampouco quanto aos objetivos almejados.

(7) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 2.

(8) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 2-3.

(9) Citado em LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 5.

O comportamento humano, como coloca Grunwaldt⁽¹⁰⁾, é influenciado de modo complexo, pelo contexto em que ocorre; por isso qualquer projeto de pesquisa que retira os atores do cenário natural pode estar negando a influência destas forças e, portanto, obscurecendo sua compreensão.

A abordagem qualitativa tem sido também chamada de fenomenológica, sendo causa de interesse e utilização em muitos campos das ciências humanas e sociais. E, uma vez situada entre as ciências humanas e sociais, o estudo sobre os fenômenos educacionais não poderia ficar indiferente às evoluções ocorridas naquelas ciências e, seguindo o mesmo caminho destas, o fenômeno educacional foi estudado, anteriormente, como se pudesse haver uma perfeita separação entre o sujeito da pesquisa, o pesquisador e o seu objeto de estudo. E, portanto, o pesquisador deveria manter-se separado, o mais possível, do objeto de estudo, para assim garantir objetividade, isto é, "os fatos, os dados, se apresentariam tais quais são, em sua realidade evidente."⁽¹¹⁾

Quanto a isso, Wilson diz que

"The danger exists even in quantitative systematic observation that the failure to understand the meanings of hitting events may results in miscoding, the under or overestimation of relationships, or the total neglect of powerful concepts and hypothesis related to the researcher's interests".⁽¹²⁾

(10) GRUNWALDT, I.S. Op. cit., p. 119.

(11) GRUNWALDT, I.S. Op. cit., p. 127.

(12) WILSON, S. "the use of ethnographic techniques in educational research". In: Review of Educational Research 47:245-265, 1977.

Mesmo assim, Thiollent considera que ambas fazem parte de uma busca de novas alternativas ao padrão de pesquisa convencional.

Essa "ação" proposta por Thiollent não se manifesta isoladamente, mas num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas, pois coloca que "*os aspectos estruturais da realidade social não podem ficar desconhecidos*"⁽¹⁶⁾ e tal ação é então orientada em função da resolução de problemas efetivamente detectados nas coletividades consideradas.

. Características da Abordagem Qualitativa

Lüdke e André⁽¹⁷⁾ dizem que Bogdan e Bicklen, em seu livro A Pesquisa Qualitativa em Educação, apresentam cinco características básicas que servem de referencial para discutir a pesquisa qualitativa. São elas:

1) A pesquisa qualitativa tem o seu ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, supondo, portanto, o contato direto e prolongado do pesquisador com a justificativa de que os fenômenos são muito influenciados pelo seu contexto, sendo imprescindível serem tratados em seu ambiente natural.

(16) THIOLENT, M. Op. cit., p. 14.

(17) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 46.

2) Os dados coletados são predominantemente descritivos. Encontram-se descrições de pessoas, situações, acontecimentos, incluindo descrições de entrevists, depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de documentos. Sendo considerados importantes todos os dados da realidade, o pesquisador deve atentar para o maior número possível de elementos presentes na situação estudada.

3) A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto. O pesquisador deve verificar como um determinado problema se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas.

4) O "significado" que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Deve haver a tentativa de captar a "perspectiva dos participantes" , ou seja, a maneira como estes encaram as questões que estão sendo enfocadas.

5) A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. Não é preocupação dos pesquisadores buscar evidências que comprovem hipóteses definidas a priori. As abstrações se formam ou se consolidam a partir da inspeção de dados, num processo de baixo para cima. Essa não colocação de questões formuladas, a priori, não significa a inexistência de um quadro teórico que oriente a coleta e a análise dos dados. O processo é como um funil: no início questões ou focos de interesses amplos, que no

final se tornam diretos e específicos⁽¹⁸⁾.

Quanto à pesquisa-ação, devido ao seu aspecto específico de intervenção direta no problema estudado, achamos esclarecedor colocar a estratégia metodológica citada por Thiollent:

"a) há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada;

b) desta interação resulta a ordem de prioridade dos problemas a serem pesquisados e das soluções a serem encaminhadas sob forma de ação concreta;

c) o objeto de investigação não é constituído pelas pessoas e sim pela situação social e pelos problemas de diferentes naturezas encontrados nesta situação;

d) o objetivo da pesquisa-ação consiste em resolver ou, pelo menos, em esclarecer os problemas da situação observada;

e) há, durante o processo, um acompanhamento das decisões, das ações e de toda a atividade intencional dos atores da situação;

f) a pesquisa não se limita a uma forma de ação (risco de ativismo): pretende-se aumentar o conhecimento dos pesquisadores e o conhecimento ou o 'nível de consciência' das pessoas e grupos considerados".(19)

(18) Cf. LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 11, citando as características mencionadas por BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. Qualitative Research for Education. Boston, Allyn and Bacon, In. 1982.

(19) THIOLENT, M. Op. cit., p. 16.

. A Abordagem Etnográfica junto aos Fenômenos Educaçionais

Como dissemos anteriormente, a etnografia é uma modalidade de pesquisa que tem suas raízes na antropologia, e Spradley⁽²⁰⁾ a definiu como "estudo da cultura", sendo, pois, em quanto técnica, usada quase que exclusivamente por antropólogos e sociólogos. Quando no início da década de 70 os pesquisadores da área de Educação começaram a utilizá-la, foi feita, nesse transplante, uma série de adaptações. Por isso Lüdke e André nos alertam: *"denominar de etnográfica uma pesquisa apenas porque utiliza observação participante, nem sempre será apropriado"*.⁽²¹⁾

Em diversos países já existe uma tradição de pesquisa participativa e pesquisa-ação mais especificamente, em formação de adultos, educação popular, formação sindical, etc⁽²²⁾, porém é mais rara no setor convencional da educação (1º e 2º graus) e Thiollent considera que sua aplicação, neste setor, seja mais difícil, talvez por causa de resistências institucionais e hábitos professorais⁽²³⁾.

Entretanto, percebe-se nos últimos tempos, afirma Thiollent, uma disponibilidade maior quanto a esta abordagem, e considera que isto talvez se deva a uma desilusão para com a me

(20) Citado em GRUNWALDT, I.S. Op. cit., p. 126.

(21) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 13.

(22) Vide DOMINICÉ, P. "A Biografia educativa: instrumento de pesquisa para a Educação de Adultos". Trad. AROUCA, L.S. e outros (texto mimeografado).

(23) THIOLENT, M. Op. cit., p. 74.

metodologia convencional "cujos resultados, apesar de sua aparente precisão, estão muito afastados dos problemas urgentes da situação atual da educação." (24)

No Brasil, tal pesquisa ocupa um espaço crescente junto à Educação, inclusive com apoio institucional. Tem sido vista como metodologia derivada da observação antropológica e "como forma de comprometimento dos pesquisadores com causas populares relevantes." (25)

. Quanto aos Procedimentos

Os pressupostos sobre o comportamento humano estão, segundo Wilson⁽²⁶⁾, baseados em dois conjuntos: a) ecológico-naturalistas e b) qualitativo-fenomenológicos, sendo que em relação ao primeiro (a), afirma ser um comportamento humano significativamente influenciado pelo contexto em que se situa. "Many social scientists believe that human behavior is significantly influenced by the settings in which it occurs." (27)

Em relação ao segundo conjunto (b), Wilson diz ser quase impossível entender o comportamento humano sem tentar en-

(24) THIOLENT, M. Op. cit., p. 74.

(25) THIOLENT, M. Op. cit., p. 74.

(26) WILSON, S. Op. cit., p. 247.

(27) WILSON, S. Op. cit., p. 247.

tender o quadro referencial dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações. "... *the social scientist cannot understand human behavior without understanding the framework within which the subjects interpret their thoughts, feelings and actions.*"(28)

Quanto aos métodos, embora tenha havido algumas tentativas de especificar o processo de coleta e análise de dados, Lüdke e André nos dizem que não existe um método recomendável como o melhor ou mais efetivo, e essa mesma colocação é percebida nos demais textos. Não há uma tentativa de estabelecer um método-modelo.

Segundo Stubbs e Delamont "a natureza dos problemas é que determina o método, isto é, a escolha do método se faz em função do tipo de problema estudado."(29)

Grunwaldt tenta elucidar o aspecto da especificação dos dados, colocando que qualquer investigação ou análise consistiria em tentar responder a uma ou mais das seguintes questões : "Quais são as características de um determinado fenômeno social, as formas que assume, as variações que apresenta?" "Quais são as causas de um fenômeno social específico, as formas que assume, as variações que apresenta?" e, finalmente, "Quais são as conseqüências de um certo fenômeno social, as formas que assume, as variações que apresenta?"(30). Propõe, então, que responder à pri-

(28) WILSON, S. Op. cit., p. 249.

(29) Citado em LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 15.

(30) GRUNWALDT, I.S. Op. cit., p. 127. Grifos nossos.

primeira questão é fazer uma análise qualitativa e, ao responder à segunda e terceira questões, faz-se uma análise quantitativa. A partir disso afirma que o pesquisador qualitativo tem, como tarefa principal: delinear formas, variedades e tipos de fenômenos sociais e, documentá-los ordenada e detalhadamente.

Segundo Lüdke e André, o pesquisador desenvolve sua investigação passando por três etapas: exploração, decisão e descoberta.

Na primeira fase estão contidas a seleção e definição de problemas, bem como escolha do local onde se efetuará o estudo e o estabelecimento dos contatos necessários para a entrada em campo.

Num segundo passo, busca-se mais sistematicamente os dados já selecionados pelo pesquisador como mais importantes para compreender e interpretar o fenômeno estudado. E, num terceiro momento, temos a explicação da realidade, ou seja, uma tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas num contexto mais amplo. É esta fase, segundo Lüdke e André, que envolve o desenvolvimento de teorias, um processo que vai sendo preparado durante todo o desenrolar do estudo.

De posse desses parâmetros, constata-se que uma das estratégias sempre mencionadas na coleta de dados é a observação. Ora, sabendo que a mente humana é extremamente seletiva e, portanto, duas pessoas podem ter percepções diferentes de um mesmo

objeto, influenciados pela história pessoal de cada um, questiona-se: como então confiar na observação como método científico?

Lüdke e André nos dizem que para que se torne instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser, antês de tudo, controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador⁽³¹⁾. Tal preparação nos remete ao primeiro passo da investigação, determinando com antecedência "o quê" e o "como" observar. Isso inclui também, segundo Lüdke e André, uma aprendizagem do pesquisador quanto a fazer registros descritivos, saber separar os detalhes relevantes dos triviais, aprender a fazer anotações organizadas e utilizar métodos rigorosos para validar suas observações. É o que também afirma Wilson:

"because the qualitative researcher does not use the familiar quantitative methods of standardizing subjects expression or researcher's observations, those not acquainted with participant observation fear that data will be polluted with the observes subjective bias. However well-executed ethnographic research uses a technique of disciplined subjectivity that is a through and intrinsically objective as are other kinds of research."(32)

(31) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 25.

(32) WILSON, S. Op. cit., p. 258.

O fato é que, embora ainda receba muitas críticas, a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens da pesquisa educacional.

Outro método é a entrevista, que também representa um instrumento básico na coleta de dados dentro da pesquisa qualitativa. A entrevista sendo bem empregada pode ser de grande utilidade para a pesquisa em educação, pois contém um caráter de interação que a permeia e que permite uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde. As que não são totalmente estruturadas são ainda mais eficientes na coleta das informações que detém o entrevistado -- as quais são a razão da entrevista -- porque pode discorrer livremente sobre o tema, sem uma ordem rígida de questões. (33)

Para Ferreira⁽³⁴⁾, o método da entrevista ainda é o mais importante na pesquisa social, tornando-se seu "caminho áureo". Cita, então, as três atitudes fundamentais do entrevistador, segundo Gordillo, quais sejam: aceitação, compreensão e sinceridade. Define, por aceitação, o respeito pela pessoa e sua expressão durante a entrevista; por compreensão, a necessidade de ver as coisas como o entrevistado as vê, com empatia, com os olhos do outro e por sinceridade, a necessidade de ser coerente.

(33) FERREIRA, B.W. "A Entrevista como Instrumento de Pesquisa", In: Educação, PUC/RS, Ano IX, nº 10, 1986, pp. 107-115.

(34) FERREIRA, B.W. Op. cit., p. 110.

Além disso, Bohoslawsky⁽³⁵⁾ também ressaltava a necessidade de o entrevistador tornar-se um observador participante, comprometido com a situação e transmitir tal confiança e empatia que adquira aceitação e disponibilidade dos participantes, possibilitando a expressão dos verdadeiros pensamentos e sentimentos do entrevistado.

É interessante também que o pesquisador fique atento não somente ao roteiro preestabelecido e às respostas verbais que obtém durante a entrevista, mas também a toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo, toda uma comunicação não-verbal importante para a compreensão e validação do que foi dito.

Há, também, a análise documental como uma técnica valiosa, embora pouco explorada. Através dela se pode complementar as informações obtidas através de outras técnicas.

Muitos autores aprovam e enfatizam o uso da análise documental na pesquisa. Segundo Caulley⁽³⁶⁾ *"a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse."*

Também Guba e Lincoln⁽³⁷⁾ destacaram o fato de que os documentos constituem uma fonte rica e estável. *"Persistindo*

(35) Citado em GRUNWALDT, I.S. Op. cit., p. 130.

(36) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 38.

(37) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 39.

ao longo do tempo, os documentos podem ser consultados várias vezes e inclusive servindo de base a diferentes estudos, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos."⁽³⁸⁾

. Quanto à Análise dos Dados

Diferentemente das outras pesquisas, onde os passos metodológicos são rigidamente seguidos na ordem estabelecida, nesse tipo de trabalho eles ocorrem todos ao mesmo tempo, embora, segundo Spradley⁽³⁹⁾, seja possível identificar todos os passos. "Analisar dados qualitativos significa 'trabalhar' todo o material obtido durante a pesquisa".⁽⁴⁰⁾

Após a organização de todo material e de sua divisão em partes -- relacionando-se essas partes -- procura-se identificar nele tendências e padrões relevantes, os quais serão reavaliados, buscando relações e inferências num nível de abstração maior.

Bogdan e Biklen⁽⁴¹⁾ sugerem que o pesquisador iniciante se utilize de uma série de estratégias, a fim de que não termine a coleta com uma porção de informações difusas e irrelevantes e sugerem como procedimentos: 1) a delimitação progressi-

(38) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 39.

(39) Citado em GRUNWALDT, I.S. Op. cit., p. 130.

(40) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 45.

(41) Citados em LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 46.

va do foco de estudo (o processo de coleta semelhante a um funil -- fase inicial mais aberta, permitindo uma visão mais ampla e tornando-se aos poucos mais concentrada e produtiva); 2) a formulação das questões analíticas (tais questões possibilitam a articulação entre os pressupostos teóricos do estudo e os dados da realidade); 3) aprofundamento da revisão da literatura (relacionar as descobertas feitas durante o estudo com o já existente na literatura, auxilia a tomada de decisões mais seguras quanto às direções mais válidas para se concentrar o esforço e as atenções); 4) Testagem de idéias junto ao sujeito; 5) Uso extensivo de comentários, observações e especulações ao longo da coleta (o pesquisador não deve limitar-se a descrições detalhadas do que observa, mas registrar também suas próprias observações, sentimentos e especulações ao longo do processo de coleta. É importante que ele reveja, freqüentemente, suas anotações).

Após esses passos, iniciando-se propriamente a análise dos dados, constrói-se um conjunto de categorias descritivas. A primeira classificação parte geralmente do referencial teórico do estudo, porém, é preciso "*ler e reler o material até chegar a uma espécie de 'impregnação' do seu conteúdo*"⁽⁴²⁾. Lüdke e André também colocam que a apresentação dos dados, de forma clara e coerente, necessita de uma revisão das idéias iniciais, repensando-as, reavaliando-as e novas idéias poderão surgir.

(42) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 46.

É importante que o pesquisador ultrapasse a mera descrição, procurando acrescentar algo ao já existente sobre o as assunto estudado, o que pode significar desde um conjunto de proposições bem estruturadas, que forneçam uma nova perspectiva teórica, até o simples levantamento de novas questões que poderão ser exploradas em estudos futuros.

Lüdke e André sugerem, como última etapa, um novo julgamento das categorias, quanto à sua abrangência e delimitação, e colocam a sugestão de Guba de que

"quando não há mais documentos para analisar, quando a exploração de novas fontes leva à redundância das informações ou a um acréscimo muito pequeno, em vista do esforço despendido e quando há um sentido de integração na informação já obtida, é um bom sinal para concluir o estudo". (43)

Entretanto, são sugestões que não pretendem ser definitivas. Como a análise de dados qualitativos está toda impli- cada no processo criativo do pesquisador em detectar padrões, temas e categorias e este não passa por testes estratégicos que lhe digam se tal observação é ou não significativa, Patton⁽⁴⁴⁾ coloca que os pesquisadores "*devem basear-se na sua própria inte*ligência, experiência e julgamento."

Quanto à questão da fidedignidade, Lüdke e André res

(43) Citado em LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 44.

(44) Citado em LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 44.

saltam:

"o que se espera não é que observadores totalmente isentos cheguem às mesmas representações dos mesmos eventos, mas sim que haja alguma concordância, pelo menos temporária, de que essa forma de representação da realidade é aceitável, embora possam existir outras igualmente aceitáveis."(45)

O importante é manter uma atitude flexível e aberta, admitindo que outras interpretações podem ser sugeridas, discutidas e aceitas.

Justificativa

O trabalho alternativo proposto pela pesquisa com a bordagem qualitativa vem preencher uma lacuna, principalmente junto à área de Educação, criada pelas pesquisas com métodos convencionais. Isto porque, embora necessárias, pesquisas que se limitam a uma simples descrição de situações ou uma avaliação de rendimentos escolares têm se revelado insuficientes.

A busca de uma maior interação entre o trabalho teórico e seu respectivo comprometimento com as causas populares e a população em si, tem permitido o crescimento da pesquisa-participante entre outros segmentos de estudo, que não unicamente a

(45) LUDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Op. cit., p. 44.

antropologia e a sociologia.

Embora ainda seja relativamente cedo para se ter uma avaliação da amplitude e dos resultados realmente alcançados, conforme Thiollent, muitos pesquisadores têm procurado se aprofundar em suas características e aplicações, confiantes em seus resultados.

Alguns partidários da metodologia convencional vêm, nestas pesquisas, um grande perigo, "o do rebaixamento do nível de exigência acadêmica"⁽⁴⁶⁾, porém, ainda que existam riscos e exageros na concepção e na organização de pesquisas alternativas (abandono do ideal científico, manipulação política, etc), Thiollent reitera que "nosso desafio consiste em mostrar que tais riscos, que também existem em outros tipos de pesquisa, são superáveis mediante um adequado embasamento metodológico."⁽⁴⁷⁾

Com o desenvolvimento dessas exigências metodológicas, as propostas de pesquisa alternativa (participante e ação) poderão vir a desempenhar um importante papel nos estudos e na aprendizagem dos pesquisadores e de todas as pessoas ou grupos implicados em situações problemáticas. Para Thiollent, "um dos principais objetivos dessas propostas (qualitativas) consiste em dar aos pesquisadores e grupos de participantes, os meios de se tornarem capazes de responder com maior eficiência aos problemas da situação em que vivem..."⁽⁴⁸⁾

(46) THIOLENT, M. Op. cit., p. 8.

(47) THIOLENT, M. Op. cit., p. 8.

(48) THIOLENT, M. Op. cit., p. 8.

Um aspecto importante a ser reiterado é em relação à diferença fundamental que este tipo de pesquisa apresenta, em oposição à abordagem quantitativa e que se refere ao tratamento das hipóteses. Não há hipóteses definidas a priori, pois as proposições se formam num processo de baixo para cima, a partir da inspeção dos dados, e esse procedimento não implica o distanciamento, ou o não estabelecimento, de um quadro teórico que embase, fundamente e oriente a coleta e análise dos dados.

Nessa abordagem, o pesquisador segue um processo in dutivo, não deixando de lado sua condição humana, nem sua histó ria de vida no momento da pesquisa.

Acreditamos seja essa abordagem mais autêntica e fiel em relação ao pesquisador, que não necessita despir-se de sua visão de mundo, seus princípios, suas crenças, seus ideais, seu conhecimento prático e teórico, seus juízos de valores, para proceder a uma pesquisa séria e com resultados efetivos.

. Passos Metodológicos

Para análise dos trabalhos desenvolvidos junto ao CACS, seus efeitos, sua amplitude e ressonância, estabelecemos 4 universos humanos que pudessem nos apresentar suas opiniões, con ceitos e propostas para futuros trabalhos. Estes universos são:

a) docentes em geral da UNICAMP; b) ex-rondonianos -- alunos que participaram dos trabalhos junto ao CACS; c) professores coordenadores de áreas que efetuaram trabalhos no CACS e d) população de Cruzeiro do Sul, Acre.

Tencionávamos fazer entrevistas pessoais com os três primeiros segmentos -- a, b e c -- porém vários obstáculos se nos apresentaram nesse sentido. Primeiro, o número de docentes que havíamos selecionado, como parcela mínima para consulta, era demasiado grande e este dado nos pareceu relevante. Quanto aos ex-rondonianos, defrontamo-nos com a obviedade das diferentes localidades em que ^{se} encontravam, tendo em vista sua formatura e engajamento profissional até mesmo em outros estados. Ainda um terceiro elemento -- as paralisações em virtude de greves, que ocorreram no campus universitário -- contribuiu para que nos decidíssemos por questionários enviados, então, aos professores, coordenadores e ex-rondonianos (Vide Anexo XI).

Ainda em Campinas pudemos contactar os responsáveis pela Coordenação dos trabalhos do CACS até seu encerramento, quais sejam o Prof. Dr. Hélio Drago Romano, Coordenador do Grupo Tarefa Universitário (GTU), e Prof. Dr. Carlos Eduardo Negreiros de Paiva, seu Coordenador Associado, registrando seus respectivos depoimentos.

Contamos, ainda, com a gentil colaboração do Prof. Dr. Luiz Antonio Pompeo de Camargo, primeiro diretor do CACS (tendo, posteriormente, atuado também como Coordenador do GTU),

que nos forneceu interessantes informações sobre os primeiros contatos entre a UNICAMP e a região de Cruzeiro do Sul.

Já em relação à população de Cruzeiro do Sul, lá passamos todo o mês de novembro de 88, em contatos diretos com órgãos públicos, escolas, Inspetoria de Ensino e população em geral. Para esta última havíamos montado um questionário (Anexo XI) que servisse de roteiro para nossas entrevistas, mas deixávamos que estas corresse livres e depois encaixávamos, suas colocações, às solicitações que fazíamos em nosso questionário. No decorrer da conversa, às vezes sem que indagássemos, eram dadas as respostas às questões formuladas em nosso roteiro.

Além da população em geral, foram gravados, também, depoimentos de autoridades responsáveis por diversos setores da comunidade: saúde, educação, saneamento, administração pública, etc, assim como do último diretor do CACS, Prof. Dr. José Flávio Martins Bonilha, atualmente residindo em Cruzeiro do Sul.

Estivemos, também, em Brasília, colhendo informações junto à Fundação Projeto Rondon, antes de sua extinção e, nesse sentido, a colaboração do Prof. Renato Hilário dos Reis (UnB) e do Sr. Cesar Ferreira (FPRO) nos foram extremamente úteis.

Quanto ao aspecto documental, além da bibliografia consultada para recuperação do histórico do Projeto Rondon e sua contextualização sócio-política, coletamos e analisamos documentos junto à Fundação, em Brasília, e junto à Coordenação do

CACS, em Campinas. Nesta última, ainda consultamos os Relatórios de Estagiários das áreas de Saúde, Educação e Serviço Social (as mais solicitadas e atuantes), dos últimos 05 anos no intuito de nos integrarmos quanto ao tipo de trabalho efetuado junto à comunidade de Cruzeiro do Sul.

Já em relação à montagem do perfil da cidade de Cruzeiro do Sul, fizemos observações descritivas, contatos pessoais com as diversas entidades e locais citados e consultamos o relatório anual do IBGE, referente a 1988, da Delegacia Regional do Estado do Acre.

Como é do procedimento qualitativo, possuíamos, no início de nossa pesquisa, um leque grande de informações e dados, que fomos, posteriormente, reduzindo e priorizando para a finalização de nosso trabalho.

. Análise da Parte Experimental

A. A Posição dos Professores

Enviamos 180 questionários para os docentes em geral da UNICAMP, pertencentes aos diversos Institutos, Faculdades e

Departamentos, escolhidos aleatoriamente, numa porcentagem significativa por Unidade.

Nossa intenção era constatar até que ponto os docentes da Unicamp, em geral, mantiveram contatos ou possuíam informações sobre os trabalhos que eram desenvolvidos no CACS.

Por se tratar de um ambiente acadêmico, onde a pesquisa "é respeitada", acreditávamos receber um número grande de respostas, senão o total delas. Porém, para nossa surpresa, foram-nos devolvidos 21 questionários (11,6%), o que nos causou uma enorme decepção junto aos colegas pesquisadores desta Universidade.

Num primeiro momento, ponderamos sobre a possibilidade de enviar novamente alguns questionários para tentar a obtenção de um número maior de respostas, porém decidimos permanecer com estas colaborações e fazer disso uma denúncia e uma crítica ao comportamento indiferente e facetado que encontramos dentro da universidade, tão pródiga em seu discurso e tão falha em sua prática.

O quadro seguinte relaciona as Unidades a que pertencem os professores que colaboraram conosco, seu tempo de serviço na Unicamp e o nível em que atuam como docentes.

QUADRO VII

Unidade de Vinculação	Nível em que atuam*	Ano de Ingresso na UNICAMP
FEC	G e PG	1975
FCM	G	1977
"	G e PG	1976
"	G e PG	1979
"/Enf.	PG	1980
FEL	G	1976
FOP	G	1978
IMECC	G e PG	1971
"	G e PG	1980
FEA	G e PG	1975
"	G	1986
IB	G e PG	1979
"	G e PG	1967
"	G	1965
IFGW	G	1981
IG	G e PG	1986
FEEL.	G e PG	1976
IQ	G e PG	1984
FEAgri	G	1980
FE	G	1986
IA	G	1986

TOTAIS: 60% ingressaram antes de 1980

40% ingressaram após 1980

53% lecionam na G e PG

41% lecionam na G

06% lecionam na PG

(*) G - Graduação; PG - Pós-Graduação

Siglas utilizadas:

FEC - Faculdade de Engenharia de Campinas (Mecânica)

FCM - Faculdade de Ciências Médicas

FCM/Enf. - Faculdade de Ciências Médicas, Departamento de Enfermagem

FEL - Faculdade de Engenharia de Limeira, atualmente

FECC - Faculdade de Engenharia Civil de Campinas

FOP - Faculdade de Odontologia de Piracicaba

IMECC - Instituto de Matemática, Estatística e Ciência da Computação

FEA - Faculdade de Engenharia de Alimentos

IB - Instituto de Biologia

IFGW - Instituto de Física Gleb Wataghin

IG - Instituto de Geociências

FEEL - Faculdade de Engenharia Elétrica

IQ - Instituto de Química

FEAgri - Faculdade de Engenharia Agrícola

FE - Faculdade de Educação

Como discorremos anteriormente (Parte I deste trabalho), consideramos a Extensão Universitária como o elo de retorno ou, como diria Saviani, "o caminho inverso" do conhecimento processado pela universidade à sociedade que a mantém como Instituição Pública. Com o sentido de saber como esse conceito é veiculado na Universidade, como os seus membros docentes o consideram, perguntamos aos professores: "Qual seu conceito sobre Extensão Universitária?" Do total, 49% responderam ser um trabalho de integração com a sociedade, com a comunidade; 39% disseram se tratar de cursos de complementação acadêmica, oferecidos pela Universidade e 12% deram respostas incompletas, desconexas, do tipo: "*É uma atividade necessária*"; "*É fundamental para o país*"; "*É parte das funções da Universidade*".

Somadas as duas últimas categorias, temos 51% de respostas contrárias à que, acreditamos, deveria ser, também, de conhecimento dos docentes universitários, o que nos faz refletir sobre a desinformação a este respeito, dentro da universidade.

Fortalecendo essa nossa colocação, temos as respostas à questão seguinte: "Tem conhecimento dos trabalhos de Extensão Universitária da Unicamp?", onde 49% responderam que não, alegando que

*"a tramitação de informações é difícil e demorada";
"A FEL é uma ilha dentro da Unicamp, onde poucas informações a respeito das realizações da universidade, como um todo, chegam."*

Mesmo dentre os que responderam sim a esta questão , as justificativas foram restritas. Um exemplo disso são as colocações abaixo:

"Meus conhecimentos se limitam à minha área, cursos que envolvem a área de saúde. Quanto ao resto não tenho informação."

"Só conheço aqueles que a minha unidade desenvolve, mesmo assim, relativas ao meu departamento"..."

Ao pedirmos a opinião dos entrevistados, a respeito desses trabalhos de Extensão, que eram de seu conhecimento, a maioria (80%) respondeu serem eles trabalhos úteis e positivos , alguns ressaltando, porém, que a continuidade deve ser levada em conta, assim como a produtividade junto à comunidade.

"Na medida que tornam-se trabalhos regulares e se dirigem para fornecer autonomia àqueles que recebem os serviços da universidade, tem meu apoio pessoal e político. Por outro lado, se forem voltados para uma perspectiva assistencialista, não tem minha concordância pessoal."

Quanto ao Projeto Rondon, especificamente, 80% dos professores o conhecem, ou ouviram falar. Porém, tais informações vieram, na sua maioria, através de divulgação da própria Fundação PRO (panfletos, revistas, etc); apenas 03 disseram ter recebido tais informações da Unicamp. E o CACS é conhecido por apenas 04 professores. O restante não possui informações sobre ele.

Ao perguntarmos: "Acha válida a atuação do estagiá

rio no CACS? Por quê?", 09 não responderam ou disseram ser invál_u lido tal trabalho. Um alegou que

"(...) tudo não passa de um grande desperdício de dinheiro por parte da nação, pois a maioria dos alunos e outros participantes vão apenas passear, andar de avião. Os programas são desconexos e superficiais."

Com essa colocação percebemos a imagem negativa que sempre passou o PRo dentro do setor docente da Universidade.

De fato, muitos trabalhos desconexos, sem continuidade, contribuíram para ratificar tal conceito, porém, ao lado desses, outros de grande importância foram realizados, na opinião dos que receberam os efeitos desses trabalhos. Acreditamos que isso vem complementar nosso pensamento de que, anexo às dificuldades com grandes distâncias e investimentos financeiros, o que faltou foi um empenho maior das universidades assumirem os cam pi enquanto reais oportunidades de trabalho sério, contínuo, pro gramado, acompanhado e avaliado, junto a seus membros e à comuni dade assistida. (Vide respostas da população)

Ainda nesse sentido tivemos outra resposta interes_{ante} sante:

"No nosso campo de atividade (FOP) não é válido. O aluno fica muito tempo deslocado do seu campo real de trabalho, o que prejudica, em parte, seu apren- dizado. A distância é muito grande e a realidade encontrada é completamente diversa (clima, condi-

ções de trabalho, costumes, etc)". (Grifos nossos)

Aqui ficou-nos a questão: Qual é o campo real de trabalho de um profissional? À nós sempre pareceu que fosse aquele onde houvesse a necessidade dos seus préstimos profissionais. Quanto às diferentes realidades, ao invés de prejudicarem a formação do estagiário, só poderiam ajudar, na medida em que este se prepararia para situações diversas na prática de sua profissão, que não apenas aquelas criadas dentro do ambiente universitário, cercado sempre por profissionais mais experientes e com toda uma infra-estrutura moderna de apoio. Essa colocação fica ainda mais intrigante, em se tratando de uma área como a odontologia, onde sabemos ser necessário que o profissional procure outros locais de trabalho que não os grandes centros, já saturados. E o trabalho desses profissionais se faz imensamente necessário em regiões de baixa renda e difícil acesso.

De qualquer forma, a maioria (90,4%) considerou o trabalho realizado no CACS, positivo e "*importante para o processo de formação do aluno*", para a "*interação estudante/comunidade, adquirir novos conhecimentos e prestar colaboração*", afirmando que "*o contato com necessidades desperta a busca de soluções*", afinal "*... os conhecimentos acadêmicos de nada servem se ficarem contidos na própria universidade*".

Os professores que concordaram com tais trabalhos também consideraram seu prévio planejamento indiscutível e neces

sário: "Acho válido, desde que planejado e integrado a um programa de no mínimo 05 anos".

Na opinião dos entrevistados, o que o aluno traz de positivo para a universidade, com a participação no PRO é, principalmente, a "contribuição para sanar ou melhorar os problemas apresentados nas regiões onde atuam" (50%) e depois a "realização pessoal" (30%); mas foram citados também: "o desenvolvimento do potencial profissional do aluno, nos contatos com problemas práticos"; "o retorno da realidade brasileira à universidade" ; "nova visão das oportunidades de serviço"; "maior experiência na relação com os indivíduos."

Houve, porém, uma opinião contrária: "não acredito que haja resultados significativos. É demasiado longe, há dificuldades de supervisão, o custo é por demais elevado".

Para ilustrarmos a forma como o desconhecimento e os resultados negativos conseguidos podem criar barreiras junto ao intuito de novos trabalhos, queremos colocar a fala de um dos habitantes de Cruzeiro do Sul, que contrapõe a opinião expressa acima:

"Para a Unicamp talvez não seja importante o que fazem aqui, mas para nós, que estamos isolados de tudo, pertencemos a um estado pobre, tudo o que recebemos é importante, melhora a qualidade de vida da nossa comunidade. Seja em pequena ou grande escala, tudo ajuda nossa população. Não queremos interferência cultural, queremos auxílio de quem sabe mais, teve mais chances de progresso técnico, e mesmo intelectual, do que nós."

Ao perguntarmos: "Seus alunos o consultam para informações a respeito dos trabalhos desenvolvidos no CACS?", apenas 04 responderam afirmativamente, sendo que, desses, apenas 01 não conhecia pessoalmente o CACS. Porém, todos eles pertencem a áreas que atuaram com bastante freqüência naquela localidade (FCM e IB) e talvez isso deva ser levado em consideração.

Na opinião dos professores entrevistados, o que leva os alunos a desejarem participar do PRO é, em primeira instância, a "realização pessoal" (55%), seguida de "necessidade de adequar sua formação acadêmica à realidade nacional"; "participação e integração do estudante ao compromisso social junto à comunidade assistida"; "conhecimento das condições do interior do país" e "espírito de aventura".

Ao solicitarmos sugestões para futuros trabalhos no CACS, por suas unidades específicas, alguns consideraram não poder opinar por inexperiência em relação ao CACS; outros disseram que gostariam de participar, porém não possuem informações suficientes:

"Seria importante conhecer o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul e ter maiores informações para poder opinar";

"Gostaria, se eu soubesse quais as condições em que nossos alunos ou estagiários iriam atuar";

"Gostaria de conhecer melhor as áreas e os trabalhos desenvolvidos no Cav";

"O IMECC não é como a FCM, a FEF, o JFCH. Nossos alunos têm participado de diferentes atividades de extensão: Cuiabá, Guarapuava, Ponta Grossa, Poços

de Caldas, com microcomputadores, modelos matemáticos, cálculo. Não sei como se enquadraria em outro tipo de atividade, como no caso do CACS";

"Gostaria de obter mais informações e saber de que maneira 'as Artes' poderiam acrescentar algo à Cruzeiro do Sul".

Apenas um se posicionou contra os trabalhos no CACS, dizendo não acreditar em sua validade, alegando que "um dos grandes problemas é o da falta de continuidade."

Recebemos, porém, sugestões que demonstraram a intenção de uma participação efetiva pelos professores junto ao CACS. Do IB (Zoologia), a idéia de "estudos sobre a composição da fauna e flora, com os respectivos usos pela população local";

Da FE (DEME): "Gostaríamos de acompanhar mais de perto, alguns trabalhos desenvolvidos lá e, se possível, fazermos um levantamento das necessidades de professores que atuam na área de ensino da saúde, no 1º e 2º graus e pré-escola, quanto ao conteúdo, metodologia, etc, que poderiam utilizar no dia a dia de suas salas de aula. Também nos interessamos pela educação da saúde que se processa fora do sistema escolar, tipo: grupos de mães, idosos, diabéticos, etc";

Do IQ: "a contribuição de nossa unidade poderia ser na parte de tratamento de água e esgoto e também na parte de poluição ambiental".

Algumas áreas ressaltaram a falta de informação, dificultando a colaboração dessas unidades:

"Acredito que a 'Tecnologia de Alimentos', área em que atuo, poderia ajudar muito no CACS. Acho que poderíamos passar muitas informações úteis e práticas que poderiam resultar em benefícios incalculáveis para essa gente. Desconheço o pessoal do Rondon ligado à Unicamp e nunca soube do contato deles conosco. Acho que esta seria a única forma de solicitar e obter nossa ajuda". (Grifos nossos)

Essa é outra colocação que nos faz refletir sobre o entrosamento do GTU, sediado em Campinas, com a comunidade universitária no campus. Mais de um comentário, entre os professores e os alunos, referiu-se a esta "distância" de informações, divulgação de trabalhos, etc, entre o GTU e a Unicamp.

Ainda na pergunta acima, outras respostas mencionavam que a dificuldade se encontra na descontinuidade dos trabalhos e na realidade econômica da região. "A rotatividade das equipes e o trabalho desconexo tornam-se grande empecilho para que qualquer programa tenha êxito."

"No campo da engenharia civil, a falta de maturidade econômica da prefeitura de Cruzeiro do Sul, que dificilmente terá condições de implantar qualquer programa mais sério, em minha sincera opinião, faz com que sejam remotas as possibilidades de êxito de qualquer programa de engenharia civil na região".

Essas opiniões, acrescidas das colhidas em Cruzeiro do Sul, demonstram o quanto um entrosamento maior entre ambas as partes e uma programação eficiente, poderia unir essas duas intenções: a de colaborar e a de receber colaboração. Segun

do um engenheiro sanitário da Prefeitura de Cruzeiro do Sul:

"a área de engenharia aqui é muito carente. Pouquíssimas pessoas podem sair para estudar fora e, uma vez de volta para trabalhar, como no meu caso, sair novamente para se atualizar é ainda mais difícil. Sei que a Unicamp tem técnicas alternativas e poderíamos aproveitar muito se esse intercâmbio fosse realizado. Um trabalho topográfico feito por estagiários de engenharia, há tempos já, está até hoje sendo utilizado por nós, na Prefeitura."

Já entre os professores que acompanharam mais de perto os trabalhos no CACS, a sugestão é no sentido de um acompanhamento sério, efetivo que possa conduzir a um real aproveitamento do que for desenvolvido na região.

"Plano de ação de no mínimo 5 anos, com acompanhamento constante das metas a serem alcançadas e daquelas não atingidas. Melhoria da infra-estrutura pessoal e de ação comunitária".

E considerações críticas ao que tem sido feito até o momento:

"Que o trabalho seja programado em equipe, visando benefícios para todos, pois o que tem sido feito não tem sido avaliado e não tem tido continuidade. Talvez se houvesse um grupo de professores que pudesse ficar responsável pelo trabalho com frequência periódica a Cruzeiro do Sul, vivendo a realidade e implementando programas reais de trabalho. O que tem sido feito é esporádico, sem a responsabilidade de ninguém. Os alunos fazem o que querem sem programa e sem avaliação." (Grifos do professor)

O que nos ficou muito claro é que a maioria dos entrevistados não desaprova os trabalhos no CACS. Pelo contrário, sugerem pesquisas a serem realizadas, propõem auxílio em suas áreas específicas e demonstram interesse em saber como poderiam colaborar com esses trabalhos.

O que ressaltam é o que nós também acreditamos: falta um entrosamento mais sério com a comunidade para a elaboração de projetos reais, que venham beneficiar efetivamente a população, fornecendo-lhe subsídios para que possa manter-se atuante, independente da presença dos profissionais da Unicamp, um auxílio que lhe possibilite a abertura de novos campos de trabalho em sua própria região, melhorando a qualidade de vida da comunidade.

B. A Posição dos Alunos

Enviamos 80 questionários a ex-rondonianos, escolhidos aleatoriamente, nos arquivos do GTU - Coordenadoria do CACS em Campinas, das diversas áreas de atuação. Recebemos 32 respostas (40%). O quadro que se segue permite visualizar o perfil dos ex-estagiários que nos responderam.

QUADRO VIII

Curso que efetuaram	Idade	Sexo	Ano de Conclusão	Situação Profissional atual
Biblioteconomia	41	F	1973	(1)
"	42	M	1975	(1)
Direito	28	M	1983	(1)
"	26	M	1984	(1)
Enfermagem	29	F	1983	(1)
"	28	F	1984	(1)
"	29	F	1985	(1)
"	27	F	1985	(1)
"	28	F	1985	(1)
"	28	F	1985	(1)
"	27	F	1986	(1)
"	26	F	1986	(1)
"	34	M	1986	(1)
Eng. Alimentos	25	M	1988	(4)
Letras	28	F	1983	(2)
"	25	F	1985	(1)
Linguística	24	M	1985	(2)
Medicina	31	M	1985	(1)
"	29	M	1986	(1)
"	29	F	1986	(1)
Odontologia	25	F	1984	(1)
"	25	M	1985	(1)
"	26	M	1986	(2)
Pedagogia	28	F	1983	(1)
"	28	F	1984	(3)
"	26	F	1984	(2)
"	25	F	1985	(1)
"	25	F	1985	(1)
Serviço Social	31	F	1981	(1)
"	24	F	1985	(3)
"	24	F	1986	(3)
Tecn. Sanitária	26	F	1986	(3)

- * (1) Trabalha como profissional na área de formação
 (2) Faz curso de pós-graduação
 (3) Trabalha em outras áreas que não a de sua formação
 (4) Está desempregado

Para os entrevistados, o conceito de Extensão Universitária está ligado à atividade junto à comunidade (51%) e, durante seu período na universidade, a maioria teve contato com outros trabalhos que não o CACS, porém apenas quando eram de sua própria área: *"Projetos envolvendo profissionais da universidade e a rede pública de ensino. Vim a conhecê-los dentro do meu curso"*.

Outros, entretanto, alegaram que "foram atrás" de informações, porque a divulgação interna era difícil e deficiente:

"Não tive contato, acho que por falta de divulgação. A tramitação das informações aqui dentro é deficiente.";

"Agora começaram a sair uns jornaizinhos. Mesmo assim as informações chegam atrasadas. No meu período de graduação, nem isso tinha. Se a gente queria alguma informação, tinha de ir atrás."

Quanto ao PRO, a maioria o conheceu através de propagandas da própria Fundação, ou de amigos que haviam participado. Apenas 09 disseram ter adquirido tal informação através da Unicamp.

Isso nos faz questionar a importância que a Unicamp atribuía ao trabalho realizado no CACS, por seus alunos e professores; ou ainda, o entrosamento entre o GTU e os demais elementos da comunidade universitária, informando-os, incentivando-os,

o que certamente faria com que o número de trabalhos propostos e de áreas envolvidas fosse muito maior. Conseqüentemente, o nível dos projetos também seria melhor, pela própria seleção natural.

Também reafirmou-se tal colaboração, ao perguntarmos se a Universidade incentiva a participação no PRO.. 90,6% responderam que não:

"a divulgação das atividades do Projeto é mínima dentro do campus, restringe-se aos contatos entre ex-rondonianos e o pessoal mais próximo";

"os professores, em geral, não acreditam muito neste trabalho e não o incentivam..."

"acredito que faltem conhecimentos dentro da própria universidade..."

"(...) não se apóia uma coisa em que não se acredita. A Unicamp não acredita no seu campus em Cruzeiro do Sul..."

Sobre o CACS, os alunos consideram suas instalações bem montadas, práticas, "bonitas", porém não totalmente aproveitadas, embora possam servir de base de apoio a pesquisadores:

"Em termos de acomodações o campus está muito bem instalado, entretanto administrativa e operacionalmente, demonstra um entrosamento superficial com os trabalhos a serem realizados";

"É muito bonito e prático. Deve ser mantido e servir mais como base de apoio para pesquisadores da universidade";

"É muito bem montado, mas as instalações não são bem aproveitadas. Sei que existe um projeto que visa a sua ampliação, com a construção de um ambulatório."

Sob esse aspecto, achamos ilustrativo transcrever parte do depoimento do Prof. Bonilha, atual diretor do Campus , a respeito das instalações do CACS:

"... agora o PRO tem essa paralisação sem razão de ser e nós temos aqui esse patrimônio inestimável. Um prédio que abriga comodamente 24 pessoas, um mini hotel de 3 estrelas; um pessoal de infra-estrutura que sempre funcionou muito bem; uma área de terreno de 10.000m², cercado por um bosque (...). Eu fiz um levantamento de custos e enviei ao Coordenador, o Prof. Drago. Se a Unicamp estiver disposta a continuar com esse prédio, ela vai ter um gasto mínimo."

Em relação aos trabalhos realizados junto à comunidade, através do CACS, os alunos ponderaram:

"Acho que deveria mudar sua estrutura de funcionamento, no que diz respeito a trabalho mais direto com a comunidade, não só da área urbana, como também dar maior ênfase à comunidade rural e também as cidades vizinhas."

Quanto ao preparo do aluno por um coordenador de área, para sua atuação em Cruzeiro do Sul, a maioria (81%) foi preparada para os trabalhos que deveria efetuar na região e quanto aos problemas que lá encontrariam, com exceção de alguns casos, onde a experiência na área era escassa e descontínua:

"na área de biblioteconomia fomos os primeiros a desenvolver algum trabalho na região. Nos anos posteriores, os ex-estagiários é que davam orientação aos seguintes";

"não fui preparada porque o coordenador de engenharia atuava na área de topografia";

"Ele me mostrou o que estava sendo feito e disse que eu poderia fazer o que quisesse lá".

São colocações assustadoras, mas reais visto que algumas áreas eram tão esporádicas que os planos de atuação eram estruturados 24 horas antes do embarque do estagiário. Esse des caso, por parte dos membros envolvidos, também contribuiu para uma imagem negativa do trabalho junto ao CACS.

Ao perguntarmos da validade de sua experiência no CACS, a totalidade (100%) respondeu positivamente, embora alguns ressaltassem que tal experiência foi mais enriquecedora a nível pessoal do que profissional:

"profissionalmente não, pois faltou orientação adequada para atuarmos de maneira correta. Como experiência de vida sim, pois o contato com culturas diferentes da nossa é muito válido";

"o convívio com formandos de outras áreas, empenhados em projetos diversos, porém com finalidades semelhantes (promover melhorias junto à comunidade) aliado ao entrosamento que surge dentro da equipe é uma excelente oportunidade de enriquecimento";

"foi válido, mas não pelos trabalhos previstos e realizados (a cartilha, para a composição da qual fizemos uma coleta lexicográfica nunca foi feita e o teste de inteligência, a ser aplicado em crianças com idade escolar, era uma bobagem). Foi válido porque visitei a Aldeia Katukina e escrevi uma fonologia da língua Katukina, o que não estava previsto";

"sim, foi válida. Conheci o Acre, a realidade delas, tive experiências. Mas não sei se para a cidade foi bom."

Quanto a esta última colocação, podemos distinguir dois aspectos negativos no andamento operacional dos trabalhos relacionados com o CACS. Primeiro, a falta de acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos em Cruzeiro e sua conseqüente divulgação, para que os alunos, ao retornarem a Campinas, pudessem saber dos efeitos de seu trabalho naquela região, que se lhes apresentaria com uma relevância gratificante. E em segundo lugar, a própria distância em relação à população, seus anseios, suas idéias, suas opiniões. No momento seguinte, quando avaliamos a posição da população, fica claro que se essa distância não existisse, a colocação acima não teria sido feita.

Sobre as condições de aplicação "in loco" de projetos elaborados pelos coordenadores de área, na universidade, a maioria (81%) respondeu que sim, embora ressaltassem que era necessário um tempo maior de atuação, recursos técnicos e humanos, compatíveis com o trabalho a ser realizado, e orientações mais efetivas, por parte dos coordenadores.

"Sim, mas algumas ressalvas devem ser feitas: o coordenador, apesar de toda a sua boa vontade, nunca esteve lá e não dispunha de dados muito concretos. Além disso, o projeto foi feito às pressas e não havia certeza de sua real necessidade";

"acredito que possibilidade de aplicação existe, o que precisaria ser visto com mais atenção, é a real necessidade da população local e aplicabilidade por esta, dos projetos a serem levados. Penso que o fundamental seria julgar-se a possibilidade de cada projeto e, uma vez aplicado, manter-se atuante, independente da presença do estagiário."

Em relação ao treinamento dado aos estagiários pela Coordenadoria do CACS em Campinas - GTU, os ex-alunos acreditam que deveria sofrer modificações gerais em sua metodologia e conteúdos (90,6%):

"Deve-se, também, acabar com velhos militares que retocam o treinamento com ares de Segurança Nacional";

"Devem preparar o estagiário para o que de real poderá ser feito. Como enfermeiro tive dificuldades...";

"O que existe é tentativa de controle da conduta pessoal do aluno, é doutrinação".

Consideraram que esse treinamento, pouco prático e pouco objetivo, auxiliou apenas na formação de uma primeira visão, ainda que superficial, da cidade de Cruzeiro do Sul: *"é nesse treinamento que nós temos o primeiro contato com a realidade do local onde nós iremos trabalhar, através de slides, fotos e relatórios. Mas é tudo muito superficial..."; "... pouco influenciou esse treinamento, na verdade posso dizer que nada acrescenta".*

A maioria dos comentários sobre este treinamento foram negativos, passando um descontentamento em relação a ele:

"este treinamento não auxiliou, apenas instigou medo aos participantes. Na época, chegou-se, por exemplo, a levar as moças participantes, para outra sala, para avisá-las do 'perigo' da viagem (os homens de Cruzeiro), o que consideramos ridículo. Também a conversa de um velho coronel sobre a 'invasão

peruana' contribuiu para dar uma idéia totalmente distorcida da realidade de Cruzeiro do Sul";

"O treinamento foi fraco e acredito que se não tivesse passado por ele, minha atuação teria sido a mesma. Ele consistiu, quase que exclusivamente, de técnicas de dinâmica de grupo, sem apresentar dados sobre o local que fossem realmente úteis";

"o treinamento tem linhas por demais genéricas, de modo que pouco pode influir no trabalho de campo";

"o treinamento estava baseado na nossa conduta, muita preocupação no sentido da maneira de agirmos, mas não como profissionais, como pessoas. Isso criou dificuldades no meu relacionamento com a cidade";

"acho que deveria ser muito mais objetivo, dando condições para os estudantes conhecerem melhor a cidade (urbana e rural) mostrando toda a complexidade da região";

"(...) eles passam slides, mostram fotos da cidade, mas não informam, com precisão, as dificuldades (nem procuram facilitá-las pra nós, naquilo que até poderiam) e há também as técnicas de dinâmica de grupo... não deixa de ser interessante e até oportuno, mas do modo como é feito fica parecendo que vamos fazer uma excursão ao Jardim Zoológico... 'obedeçam o chefe da equipe', 'não cheguem tarde em casa', 'cuidado com os namoros...' e por aí afora";

"... sinto realmente que é uma oportunidade perdida de ajuda efetiva aos estagiários".

Fica-nos claro, que as reuniões feitas com os elementos da equipe, antes da viagem, foram, infelizmente, mal aproveitadas. Poderia ser um momento de incentivo ao trabalho a ser desenvolvido, com votos de confiança aos alunos participantes, fornecendo informações relevantes sobre a cidade, a população e a infra-estrutura existente nas diversas áreas de atuação, retirando dúvidas e auxiliando a melhor estruturar o esquema de trabalho dos estagiários.

Quanto à população, os ex-rondonianos disseram que recebe muito bem as esquipês, embora exista um certo descrédito no ar, pela descontinuidade de muitos trabalhos.

"Recebem bem, mas nos últimos anos em que participei, a população via com desconfiança os estagiários..." (este ex-rondoniano esteve em Cruzeiro do Sul, com equipes diferentes, cinco vezes)

"Recebe bem, mas de maneira receosa, pois de tempos em tempos é cortada a verba destinada ao projeto e este pára e interrompe os trabalhos já iniciados, quebrando uma seqüência";

"As pessoas mais instruídas (e são poucas) nos recebem bem e aceitam nossas sugestões e trabalhos. No entanto, várias vezes ouvi um argumento que justificava um pouco de descrédito de alguns trabalhos dos estagiários: não há continuidade. Por exemplo, antes de mim, o outro estagiário de engenharia de alimentos participou há 03 anos. Depois de mim não foi mais ninguém e nem havia planejamento nesse sentido";

"A população recebe bem, aliás muito bem, os estagiários. Entretanto, acredito que aproveite muito pouco de seu trabalho. Isto porque em geral as atividades esgotam-se em si mesmas, em raras oportunidades se realiza um projeto em que a população adquira conhecimentos e com eles alguma autonomia. Em geral a postura da comunidade é de uma certa reverência para com o estagiário, que às vezes, inconscientemente, incentiva esta postura, resultando num trabalho paternalista, com frutos apenas imediatos."

Pelo global de seus depoimentos, os alunos se sentiram realizados pessoalmente pela experiência propiciada pelo Rondon, o confronto com nova cultura, novos costumes. E, embora a falta de uma programação adequada, em certas áreas (ou na maioria delas), um preparo relativo para o trabalho a ser realizado

"in loco" fossem prejudiciais, a oportunidade de contatos profissionais, com uma realidade diversa da enfrentada regularmente na universidade e nos grandes centros, foi por eles considerada enriquecedora e positiva. Não houve, na maior parte das colocações, nenhuma negação direta ao trabalho junto ao CACS. Pelo contrário, afirmaram ser possível e válido, desde que seriamente elaborado dentro das reais necessidades da população e das possibilidades da UNICAMP.

C. A Posição dos Coordenadores de Área

Quanto aos Coordenadores de Área, recebemos, da Secretaria do GTU, uma relação de oito nomes que compunham o último quadro do Grupo Tarefa Universitário que passaria a atuar tão logo fossem retomadas as atividades no CACS (Veja pp. 82 e 83).

Num primeiro momento enviamos questionários a todos eles e recebemos 03 respostas. Ponderamos, então, que alguns desses coordenadores estavam assumindo tal cargo pela primeira vez e não haviam tido tempo para elaborar projetos e avaliar a atua

ção de estagiários. Preparamos, então, outros 05 questionários contemplando, desta vez, alguns professores que haviam atuado como coordenadores anteriormente a estes, agora representantes de suas áreas, e repetimos alguns nomes, para os quais já haviamos enviado a mesma correspondência, em outro momento.

Teríamos, então, 08 professores que, esperávamos, nos respondessem. Porém, ainda nesta segunda tentativa só obtivemos 02 respostas e, vale ressaltar, nenhuma delas referente aos coordenadores a quem havíamos enviado a mesma correspondência, duas vezes. Da Área de Educação, contamos com a colaboração do ex-coordenador, Prof. Dr. Carlos Alberto Vidal França, e da coordenadora atual (e que exerceu a função por 09 anos), Profa. Dra. Lucila Schwantes Arouca.

Compõem o quadro abaixo os 07 coordenadores, ou ex-coordenadores, que colaboraram com nossa pesquisa, identificados por área e período de atuação, bem como as áreas que ficaram sem resposta.

QUADRO IX

ÁREA QUE COORDENA(OU)	UNIDADE A QUE PERTENCE	TEMPO NA FUNÇÃO
Eng. Civil	FEL	maio/73
Enfermagem	FCM	1988*
Educ. Física	FEF	1988*
Biologia	IB	1982
Educação	FE	83 a 85
Educação	FE	78-83 a 83-88
Eng. Agrícola	FEAgri	1988*
Odontologia	FOP	---
Tec. Alimentos	FEA	---

* Estes professores, embora não tivessem tido oportunidade para atuar como coordenadores, participaram dos trabalhos no CACS como docentes, em outros momentos.

Pedimos aos coordenadores que citassem os projetos elaborados em sua gestão, para atuação no CACS e, num segundo momento, solicitamos que esclarecessem em que dados se basearam para a elaboração de tais projetos e se houve alguma enquete junto à população atendida, a esse respeito. Todos responderam terem feito algum tipo de consulta, ou recebido alguma solicitação da comunidade para os trabalhos que foram projetados e realizados.

"Foi a pedido do Sr. Prefeito Municipal";

"Houve consultá à comunidade, através de órgãos municipais, escolas e entidades de saúde como hospitais e ambulatorios, além da prefeitura e prelazia".

Outros ainda ressaltaram que alguns projetos resultaram da própria pesquisa "in loco" feita pelo coordenador:

"Os projetos também foram elaborados baseados nas necessidades constatadas através da pesquisa feita pelo coordenador quando esteve em Cruzeiro do Sul".

Ao perguntarmos se já haviam estado em Cruzeiro do Sul, todos responderam positivamente, sendo que alguns ainda o fizeram por mais de uma vez.

Pedimos, então, aos coordenadores, que expressassem sua opinião sobre o Projeto Rondon e o trabalho no CACS. As respostas foram positivas quanto à oportunidade de trabalho. Porém, com críticas ao seu sistema de funcionamento e entrosamento universidade X comunidade.

"Há necessidade de modificar a sua forma de atuação e diminuir os custos. O CACS precisa ter maior participação de seus membros";

"O Projeto Rondon deverá executar projetos de interesse da comunidade de Cruzeiro do Sul e, excepcionalmente, pesquisas de interesse da universidade";

"a idéia é basicamente boa. A maior parte dos universitários não possuem maturidade suficiente para levar projetos para frente. O rodízio de equipes também não ajuda";

"Considero muito bom... mas é sempre necessária uma reavaliação crítica das nossas atividades.

Devido às condições de trabalho "in loco" e do incentivo precário, recebido pela universidade, como um todo, houve quem manifestasse surpresa, ao primeiro contato: *"Nos pareceu um ato de coragem e de heroísmo a atuação de equipes anteriores no CACS"*.

Perguntamos, então, como a Unicamp encara o Projeto Rondon e o trabalho no CACS e notamos que se confirmaram as posições, já manifestadas pelos professores e alunos, da indiferença da universidade quanto ao seu campus avançado e o trabalho nele realizado.

"A UNICAMP ignora o Projeto Rondon, assim como o trabalho no CACS";

"A universidade, como um todo, não acredita no Projeto e muitas vezes se utiliza do mesmo apenas para pesquisa";

"Acho que a universidade o vê com um certo descaso. Há muitas críticas quanto à atuação dos estagiários, porém, poucos docentes e/ou coordenadores interessam de fato em utilizar o potencial de Cruzeiro do Sul".

Para confirmar, indagamos se acreditavam que a universidade incentiva a participação dos alunos no PRO e como o faz. Um não respondeu, outro colocou que o incentivo acontece a partir da Coordenadoria em Campinas (GTU). O restante, porém, acredita que a universidade não incentive tal participação.

"Não, apenas algumas unidades vêem o valor, na formação do profissional, dessa experiência";

"Acho muito frágil este incentivo. Ele parte apenas da motivação do professor-coordenador";

"Não... principalmente porque os professores não se encontram devidamente esclarecidos sobre a importância do Projeto";

"Não. Penso que os departamentos, inclusive, desestimulem bastante".

Procuramos verificar, a seguir, se na opinião dos coordenadores, o trabalho e suas áreas específicas atingiam os objetivos da universidade e da população de Cruzeiro. Um professor se sentiu impossibilitado para responder, por não ter contatos recentes com a comunidade. Um outro afirmou categoricamente que não.

"Nunca foi elaborada uma pesquisa pura, nesse sentido (de mestrado ou doutorado) assim como nunca foi colocado em prática um dos projetos, por exemplo : construção de casas populares, fossas negras, plano diretor da cidade".

Um docente acredita que atinjam os objetivos da universidade, na medida em que presta um serviço à mesma, e esta se satisfaz porque muitos projetos são executados após levantamentos das necessidades locais. O restante acredita que satisfaçam os objetivos da universidade e do aluno que participa.

Ora, se atinge os objetivos da universidade "porque presta um serviço à comunidade", está feita uma colocação altamente questionável. Uma universidade, politicamente comprometida, não presta simplesmente "qualquer serviço", mas elabora e produz um tipo de contribuição (não assistencialista) que encaminhe soluções e proveja a comunidade de instrumentos que a tornem auto-suficiente, na medida do possível, e cônica de seus direitos, sempre.

Quanto ao aluno, solicitamos que os coordenadores as sinalassem o que este traz de positivo para a universidade, com sua participação no PRO. Fornecemos as seguintes alternativas:

- "() a sua realizaçãõ pessoal
- () contribuiçãõ para sanar ou melhorar os problemas apresentados
- () mencione outros aspectos positivos".

80% acreditam que o aluno se realiza pessoalmente e traz esse aspecto positivo para a universidade; 40% acreditam que haja contribuiçãõ para sanar ou melhorar os problemas apresentados. Quanto a outras colocações, surgiram: "*o contato com outra realidade*"; "*exercer, com plenitude, a cidadania brasileira*"; "*um crescimento do aluno, no sentido humano*" e "*a possibilidade de retorno ao local de atuaçãõ, apõs a sua formaçãõ*".

Perguntamos, na seqüência, se as críticas ou sugestões contidas nos relatórios dos estagiários foram aproveitadas e de que forma.

Dois professores se viram impossibilitados de responder, enquanto coordenadores. Outro afirmou que não, estas não são aproveitadas e que, portanto, os relatórios devem ser reformulados. 60% responderam que eram utilizadas como forma de corrigir possíveis falhas da coordenação, sendo que um deles completou: *"isto levou à instalação de projetos sem continuidade, completos em si, devido à dificuldade de coordenar projetos que dependessem de julgamento e iniciativa por parte dos estagiários"*.

Gostaríamos de fazer aqui um parêntesis. Sem dúvida, em se tratando de graduandos, que ainda não completaram seus cursos de formação e, portanto, com conceitos inacabados, em alguns aspectos, atitudes improvisadas nem sempre podem ter um resultado positivo. Entretanto, quando um projeto é elaborado com cuidados (levando-se em conta o estágio dos participantes), visando as necessidades constatadas do local a ser assistido, a margem de imprevistos é sempre menor. E, ao contrário de ser um "problema", é um aspecto positivo na experiência profissional do estagiário. Portanto, fica-nos uma sensação estranha em relação a "projetos sem continuidade". Até que ponto, dessa forma, eles realmente contribuíam para sanar ou melhorar as solicitações da comunidade?

Ao perguntarmos quais teriam sido as principais críticas dos rondonianos, durante a gestão destes coordenadores,

o autor da resposta acima colocou que poucas foram as críticas à sua área (!?). 60% responderam que diziam respeito à falta de continuidade nos trabalhos. Houve também respostas relativas ao comportamento de docentes com os estagiários:

"criticavam os professores por 'castigá-los' com provas de matérias que não assistiram e não tiveram meios, nem tempo, para recuperar".

Denunciavam, assim, a posição marginal que ocupavam os trabalhos no CACS, junto à comunidade universitária. Ao invés de incentivados, eram "punidos". A falta de entrosamento com o diretor do Campus Avançado e a dificuldade de aceitar o treinamento oferecido pela Coordenadoria do GTU também foram citados.

Fizemos, então, a seguinte questão: "O senhor(a) crê que com a avaliação das atividades desenvolvidas pelos alunos (em Cruzeiro do Sul), através dos relatórios de participação dos estagiários, e com a presença descontínua "in loco" do professor coordenador, é possível:

- () descobrir desvios e falhas
- () perceber que as atividades se distanciaram dos objetivos
- () avaliar o processo de acordo com o desenvolvimento do programa
- () ter uma atitude crítica e, num espírito de humildade, necessários ao planejador, aceitar erros cometidos
- () buscar uma forma mais eficiente de avaliação

() mencione outras variáveis"

Os dois primeiros itens empataram nessa questão, ob-
tendo cada um 40% das opções. Um professor acredita que seja di-
fícil coordenar à distância e sugere a utilização de "pós-gra-
duandos, quando possível".

Finalmente, questionamos os coordenadores a respei-
to do treinamento fornecido, até 86, pela Coordenadoria do GTU ,
em Campinas.

Dois não responderam, alegando não possuírem elemen-
tos para opinar. 80% acreditam que deva sofrer reformulações ge-
rais. Apenas um, porém, forneceu sugestões para possíveis mudan-
ças:

*"dar prioridade a atividades de pós-graduação, quan-
do existir, especialmente cursos de treinamento, en-
volvendo elementos do Estado do Acre (quando possí-
vel) e infra-estrutura para atividades de tese. A-
cho isto fundamental para alcançar a maior parte
dos objetivos do programa. Alunos de graduação são,
de modo geral, despreparados para assumir responsa-
bilidades do tipo exigido pelo programa."*

D. A Posição da Comunidade

Com a população utilizamos um questionário como ro teiro, embora deixássemos correr livre a entrevista e os depoi mentos, porque, de início, percebemos que apenas as respostas di retas, às questões formuladas, eram pobres, além de inibirem os entrevistados. Apenas encaminhando as questões, em diálogos aber tos, pudemos coletar informações mais proveitosas.

Foram 100 pessoas entrevistadas, das mais diversas profissões e ocupações, idade, estado civil e com um período lon go ou curto de contato com os trabalhos do CACS. Veja-se quadro a seguir.

QUADRO X

PROFISSÃO: Dona de Casa/Doméstica = 40%
 Professores = 35%
 Bancários = 10%
 Outros = 15%
 (Médicos, dentistas, seringueiros, assistentes sociais, agrônomos, vereadores, militares, estudantes, aposentados, enfermeiros)

IDADE: 16 a 84 anos
 média = 25 a 35 (60%)

SEXO: Feminino = 65%
 Masculino = 35%

ESTADO CIVIL: Casado ou convivendo maritalmente = 57%
 Solteiro = 25%
 Separado/Abandonado pelo Cônjuge = 10%
 Viúvo = 08%

TEMPO EM CZ DO SUL: Habitante de Cz do Sul há mais de 20 anos = 60%
 Habitante de Cz do Sul há mais de 10 anos = 25%
 Habitante de Cz do Sul há menos de 10 anos = 06%
 Nascido em Cruzeiro do Sul = 09%

Ao perguntarmos se e em que a presença da Unicamp contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população de Cruzeiro do Sul, a quase totalidade das respostas foi positiva (97%):

"Ah, ajudou muito a gente. Ajudou a aprender primeiras socorros, coisas sobre higiene, muita coisa que eu não sabia. Agora eu faço tudo direitinho, do jeito que eles ensinavam. E todo mundo lá no bairro fala a mesma coisa";

"Ajudou a melhorar o nível dos professores, com cursos que eram trazidos para cá; novas informações, novas técnicas. Isso na minha área, mas o que sempre ouvi das pessoas é que auxiliou em todos os sentidos, orientando, conversando..."

"Ah, ajudou muito. Lá no meu terreno, eu não sabia fazer as coisas... quer dizer, eu achava que sabia. Aí os moços da agronomia ensinaram a gente e eu aprendi melhor... melhorei a minha plantação...";

"Certamente. Veja, foram dados cursos profissionalizantes: auxiliar de enfermagem, atendentes hospitalares, técnicos eletricitas, mecânicos e outros, além de cursos de aperfeiçoamento. Isso melhorou a mão de obra na cidade, além de abrir campos de trabalho para os jovens daqui que, dificilmente conseguem sair para estudar fora."

Perguntamos, também, se haviam surgido dificuldades no contato entre membros das equipes e a população, ou vice-versa. A maioria respondeu que não (96%):

"Não, eles eram muito educados conosco. Tinham uma atenção especial com os menos esclarecidos...";

"Eles explicava tudo direitinho, ensinava a gente, brincava com as crianças, eles eram muito educado";

"Haviam elementos que nos sensibilizavam, em algumas equipes, pela disposição em enfrentar problemas";

mas que se apresentavam em nosso serviço, afinal os recursos eram sempre poucos e o pessoal muito carente. Eles traziam força, idéias, muitas idéias em todos os sentidos, até na administração do CSV. Davam palestras, cursos, auxiliavam as mães de família a colaborar no orçamento doméstico... Demonstravam um amor muito grande pelo menor carente. Traziam experiência de trabalhos de outros locais e ajudavam inclusive materialmente, com roupas, brinquedos, livros, o que podiam. Nós só temos a lamentar esse rompimento". (CSV - Centro Social da Várzea)

Outra preocupação foi constatar, no parecer da população, se esta considerava ter havido um aprendizado também por parte dos estagiários e professores, dividindo, assim, o proveito desse trabalho, descaracterizando uma posição passiva da comunidade, como a única receptora de experiência e aprendizado. Neste sentido, os entrevistados responderam afirmativamente (87%):

"Acho que eles aprenderam também. Conheceram outra região, muito diferente do que vocês têm lá, não é? Acho que foi uma experiência de vida importante para eles também";

"Acho sim, eles fizeram novas amizades, conheceram coisas diferentes, lugares diferentes. Olha, até hoje eu recebo carta de estagiários... E nós também aprendemos com eles, sobre a vida de vocês, lá em baixo."

"Olha, mais de uma vez ouvi comentários dos estagiários sobre a importância de seu período aqui. Como experiência de vida e profissional mesmo. Um exemplo concreto: um deles nos acompanhou uma vez até uma comunidade, pelos lados de Tarauacá, onde faríamos vacinação nas crianças e, chegando lá, tinha acabado de ocorrer um acidente com uma embarcação e havia muitos feridos. Éramos dois médicos, ele e eu, e uma auxiliar. Tivemos que nos dividir para a-

tender a todos e era cada um para si, com pouquíssimos recursos. No final ele me disse: 'Dr. ... acho que só agora me sinto pronto para trabalhar'. Essa experiência prática e principalmente o improvisado, a adaptação às condições adversas é que acredito terem acrescentado muito a eles, profissionalmente".

Para informações a respeito da participação da população nos projetos realizados em Cruzeiro do Sul, perguntamos: "A população participa na elaboração de soluções para seus problemas junto às equipes do Rondon?" Nesta questão, a maioria das respostas (61%) foi negativa, embora alguns não justificassem sua resposta.

"Nunca perguntaram não senhora, mas tudo o que vem a gente aproveita, e é sempre bom";

"Pra mim, nunca perguntaram não senhora. Acho que eles falam é com o prefeito, não é?"

De fato, essa outra parte da população, as pessoas que compunham as chamadas lideranças locais (vereadores, médicos, Inspetora de Ensino, assistentes sociais, agrônomos, etc) responderam positivamente. Disseram terem sido consultados:

"Sim, solicitávamos cursos específicos e eles providenciavam. Geralmente era um processo muito demorado. Às vezes até perdia o sentido";

"Sim, eles nos questionavam, mas também propunham certos trabalhos e nós concordávamos. Afinal, qualquer auxílio profissional para nós era importante. E as propostas eram boas, só que às vezes não havia continuidade".

Podemos apreender, assim, que a população, em geral, pouco participava da elaboração de projetos de atuação naquela região. Ao que nos parece, segundo as falas da população, as pesquisas eram um tanto quanto superficiais; a maior parte dos trabalhos era preparada nos escritórios da universidade por pessoas que, na sua grande maioria, nunca haviam estado em Cruzeiro do Sul.

Quanto ao aspecto positivo, alegado pela população, fica por conta da extrema carência da região, onde tudo é necessário e "qualquer ajuda é bem-vinda" e, também, -- precisamos ser justos -- pelo grupo que desenvolvia um trabalho consciente de auxílio àquela comunidade, com propostas coerentes, voltadas às reais necessidades da população.

Ao perguntarmos "De que maneira as equipes do Rondon poderiam melhorar sua contribuição à população", a maioria (65%) não respondeu, ou simplesmente disse: "*como sempre, do jeito que eles faziam tava bom*". Porém, entre o pessoal mais esclarecido, a resposta foi direta:

"com cursos mais intensivos. Infelizmente a reciclagem é muito grande e só se sente continuidade em alguns trabalhos de atendimento à população: Hospitais, Assistência Social, etc. Em outras áreas vinha um aluno hoje, outro em seis meses e por aí afora...";

"Um trabalho mais contínuo. Os cursos de reciclagem, por exemplo, eram bons, mas muito curtos (20 ou 30 dias) e não havia acompanhamento dos resultados".

Ao solicitarmos que apontassem algumas mudanças concretas efetuadas pelos trabalhos das Equipes na região, foram citados:

- . Cursos de Auxiliar de Enfermagem;
- . Cursos de Atendentes Hospitalares;
- . Cursos de Técnicos Eletricistas;
- . Cursos de Técnicos Mecânicos;
- . Cursos de Educação Física e
- . Cursos de Reciclagem para professores.

"Nós temos aqui o aluno do segundo grau que, ao chegar nesse estágio, ou vai para o Magistério ou para a Contabilidade. Não temos outras opções. Muitas vezes ele faz o Magistério e depois Contabilidade. São dois 2º graus. Então, quando foram feitos os cursos de enfermagem e mecânicos, etc, o pessoal pôde ser aproveitado. Alguns foram trabalhar em localidades vizinhas, nos seringais, onde a carência desse profissional é muito grande";

"Nós fomos muito bem servidos na área comercial. Quando quebrava um aparelho elétrico, tínhamos que mandar para Rio Branco ou até para Manaus. Com os cursos técnicos que foram feitos, nós temos agora profissionais que consertam qualquer tipo de fusível ou motor. Isto aperfeiçoou a mão de obra na cidade";

"Para os professores foi muito importante, porque os certificados fornecidos pelo Rondon, dos cursos que eram feitos, contavam pontos na carreira do professor. Era bom na hora de escolher o profissional e era bom no salário, porque esses pontos representavam, também, um aumento salarial para os professores."

Apresentamos 10 áreas de atuação e pedimos que enu-
merassem, em ordem de importância, ficando, como segue, o quadro
composto pelos entrevistados:

1. MEDICINA e ENFERMAGEM (100%)
2. EDUCAÇÃO (93%)
3. ODONTOLOGIA (90%)
4. DIREITO (87%)
5. SERVIÇO SOCIAL (81%)
6. AGRONOMIA (70%)
7. ENGENHARIA DE ALIMENTOS (49%)
8. EDUCAÇÃO FÍSICA (38%)
9. ENGENHARIA CIVIL (30%)

Ao perguntarmos "Você gostaria que a Unicamp conti-
nuasse trazendo alunos e professores para atuarem em Cruzeiro do
Sul?", a resposta sim foi unânime e a justificativa é de que "des-
de que o trabalho do Rondon parou, nada se tem feito na região ,
na cidade".

"A nossa região, o nosso povo aqui é muito carente. É, por outro lado, é um povo que está sempre aberto para as colaborações que vêm de fora. A maneira como o povo recebe as informações, as instruções dos professores, dos estagiários, é incrível, por que eles têm uma gana muito grande de aprender. É tirar, extinguir essa colaboração que vem sendo dada até agora, vai ser podar o conhecimento que o pessoal está querendo ter aqui. É claro que é muito difícil essa população sair daqui para adquirir conhecimentos lá fora. Primeiro pelo poder aquisitivo

que é muito baixo, mas também pelas condições de isolamento. O número de elementos que sai daqui e vai conquistar alguma coisa lá fora é muito pequeno. Então, é de suma importância que esse trabalho continue, seja qual for o tipo de colaboração que possa vir";

"Nosso estado é pobre e limitado. O que ele pode transmitir, é claro, fica aquém do que pode a Unicamp. É claro que queremos que eles continuem, isso é bom para a população, auxilia nosso trabalho... mesmo para nossa atualização. Eu estou aqui há 06 anos. Sair para fazer uma atualização é muito difícil, não temos ajuda financeira e a colaboração de uma universidade de vanguarda como a Unicamp é bom para nós";

"A Unicamp e o PRO tiveram uma atuação muito proveitosa para a nossa população e só nos deixa a lamentar a sua ausência. Como profissional da comunicação, sou testemunha de que reservávamos até um horário para os estagiários, dentro das suas diversas áreas de trabalho, através dos microfones da Rádio Nacional, levando até os longínquos rincões da nossa região, orientações aos moradores ribeirinhos, seringueiros, principalmente de como se precaver de doenças, na área educacional, de agronomia e outras. Esse trabalho, através da Rádio, orientava melhor o produtor, as pessoas que necessitavam de orientação e estavam distante da cidade. Eu acho que essa colaboração deve continuar, de uma maneira que satisfaça a nossa população; com a participação e colaboração da população, das autoridades e também do governo do nosso estado";

"como prefeito eleito, me coloco à disposição para procurar convênios que possam facilitar a continuidade da Unicamp entre nós. Nosso município é pobre, mas temos muito interesse em que esse trabalho continue. Farei o que estiver ao meu alcance, junto com os representantes da comunidade para encontrarmos meios viáveis para o transporte e a manutenção de professores, entre nós, da Unicamp... Para nós é muito importante."

Solicitamos aos entrevistados que avaliássem as atividades da Unicamp em Cruzeiro do Sul, e a resposta Excelente foi dada por 78% dos entrevistados; Bom, com muitos aspectos positivos, por 22%.

Pedimos, então, que classificassem os trabalhos de desenvolvidos pelos alunos e professores da universidade, naquela localidade, entre as seguintes colocações:

"Na maioria, os trabalhos foram:

- () paliativos, meramente assistencialistas, sem chegar a propostas concretas que auxiliassem a comunidade
- () efetivas, auxiliando a população a procurar seus próprios caminhos de progresso"

Como resultado, 75% responderam que foram efetivas, auxiliando a população a procurar seus próprios caminhos de progresso. O restante (25%) assinalou as duas alternativas, justificando que houve trabalhos efetivos ("na sua maioria"), porém houve também trabalhos assistencialistas.

"Sem dúvida foram muitos, e eu diria a maioria, os trabalhos efetivos, que deixaram marcas positivas na população, porém nós sabemos que muitos foram meramente assistencialistas, aliás, como era da filosofia política do Rondon antigo. O que não significa que estes trabalhos não tenham também tido um efeito positivo junto à população. Auxiliaram-na, de qualquer forma."

"Acho que houve um pouco dos dois, embora preciso concordar que na sua maioria foram efetivos. Veja por exemplo, os cursos que citei de auxiliar de enfermagem e de atendente. Se hoje temos esses profissionais é graças ao serviço da Unicamp que os preparou aqui. Eu, como diretor do Hospital senti

mudanças efetivas a partir desses cursos no trabalho dentro e fora do Hospital. Temos enfermeiros que fizeram esses cursos e estão prestando seus serviços lá no Alto Juruá, local de difícil acesso. Mas estão lá, em local distante, ajudando a população".

Como é possível perceber, há um interesse claro e expresso da comunidade, em que o vínculo UnicampXCruzeiro do Sul não se rompa, embora ambas as entidades saibam que um trabalho, nos moldes em que se desenvolvia antes da paralisação em 86, não é mais possível. Existe a questão financeira que era suprida pela Fundação PRO, terceiro elemento deste trabalho, e que agora deve ser estudada e resolvida pelos lados interessados.

Há disponibilidade, por parte das autoridades e lideranças, em Cruzeiro do Sul, de estudar e propor convênios com órgãos de cultura estaduais e até mesmo federais. Também se cogitou sobre a possibilidade de um fundo comum para suprir projetos da Unicamp, mantido pelas prefeituras da região, que seriam beneficiadas com tais trabalhos.

Como dissemos anteriormente, o tênue laço que ainda liga as duas entidades (Unicamp e Cruzeiro do Sul), agora se faz através de um outro órgão federal: a UFAc - Universidade Federal do Acre, segundo convênio assinado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Unicamp e aquela Universidade, conforme depoimento do Prof. Dr. José Carlos Valadão de Mattos.

Se haverão trabalhos futuros, não se sabe. No momento há só especulações e uma vontade sincera daquela comunidade ,

de restabelecer esse caminho comum. A população se sente mobilizada nesse sentido. Vejamos, agora, como procederá a Unicamp diante disso, diante da mão estendida daquela comunidade. Mão essa que não está espalmada, como quem pede alguma coisa, mas em posição de cumprimento, de acordo, colaboração, amizade, de solidariedade.

C O N C L U S Ã O

Iniciamos este trabalho retomando o conceito de Extensão Universitária, tencionando esclarecer a visão que a universidade sempre teve de seus trabalhos extensivos à comunidade, tal seja, desfazer sua imagem elitista, extrapolando o âmbito de suas funções de ensino e pesquisa.

O MEC, que a partir da Avaliação da Implantação da Reforma Universitária de 75, procurou sistematizar, coordenar e controlar as atividades extensionistas (Vejam-se Planos de Trabalho de Extensão Universitária), não poupou também, suas críticas ao elitismo e ao descomprometimento da universidade com o desenvolvimento nacional e regional, assim como ao seu desconhecimento das necessidades básicas da população mais carente. Procurando embasar teoricamente, estas atividades (Coletânea de Documentos sobre Extensão Universitária), o MEC apontou, às universidades, novas tarefas, subordinando-as aos programas e projetos considerados estratégicos, pelo governo, na solução dos problemas sociais, no combate

à pobreza, através da educação e do desenvolvimento de comunidades, na formação da consciência cívica dos universitários e das comunidades atendidas, na redistribuição dos benefícios econômicos, na preservação da cultura, na produção de tecnologia, etc. Com isso, não se pode negar que se percebeu uma certa atenção, por parte do MEC, quanto a sua política extensionista, em relação às populações mais carentes. Porém, a efetivação desses trabalhos desarticulou tais comunidades, desviando-lhes a atenção dos fatores que determinam e explicam a sua marginalização, a sua falta de bem-estar e de melhores condições de vida, uma vez que tais trabalhos eram impregnados por uma ação assistencialista, de resultados ime-diatistas.

Reconstituímos, para enfatizar essa colocação, o momento político em que surgiu o Projeto Rondon, o qual, juntamente com o CRUTAC, dada a sua sistematicidade e abrangência, se tornaram as duas experiências extensionistas que melhor consubstanciaram a política social do governo, servindo, inclusive, de paradigmas da extensão universitária. (p. 10 e ss.)

Antes deles, foram várias e descontínuas as experiências extensionistas, porque não havia interesse do governo em promovê-las e mantê-las. O próprio Projeto Rondon só teve estrondosa repercussão porque motivos políticos tencionaram, de um lado, reverter o quadro de animosidade que existia dentro da universidade, e, de outro, incitar o desenvolvimento das áreas interioranas e carentes, no intuito de tamponar possíveis vias de penetração para

focos comunistas, dessa forma "dourando a pílula" de seu trabalho extensionista e levando os estudantes, despolitizados, ao ufanismo. O MEC destacou, então, o Projeto Rondon como um dos organismos de apoio às instituições de ensino superior, recomendando que todos os reitores e diretores dessas instituições procurassem conhecer, e melhor articular, a participação de docentes e discentes nas operações desenvolvidas pelo Projeto Rondon.

Entretanto, a postura assistencialista que revestia as atividades do PRO, longe de conseguir um número significativo de interiorização de seus participantes, desviou a atenção dos estudantes universitários dos problemas de sua região, atraindo-a para regiões mais distantes, isoladas e carentes, canalizando a energia dos universitários para trabalhos imediatistas, descompromissados com a autonomia dos indivíduos dessas localidades.

Após 20 anos de atividade, no momento de sua extinção (out./88), o Rondon pretendia uma reestruturação filosófica em seus objetivos e programas. Era sua intenção recuperar a credibilidade junto às comunidades que assistia, junto às universidades e seus membros, e tentar, com essa reaproximação de intenções, um trabalho mais efetivo, politicamente, junto às regiões carentes e distantes. A concretização dessas intenções não poderemos comprovar.

Com a extinção do Projeto Rondon, extingue-se, também, a modalidade de Extensão Universitária que maior número de estudantes e professores envolveu em seus trabalhos, além de quase todas as Instituições de Ensino Superior, do país.

Na II Parte deste trabalho procuramos descrever o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul, no Acre, sob os cuidados da UNI-CAMP de 1971 a 1988, embora a última equipe de estagiários tivesse atuado, junto àquela comunidade, em 1986.

Procuramos recuperar os primórdios da instalação e funcionamento do Campus, bem como as atividades burocráticas e administrativas que partiam da Coordenação do CACS, em Campinas, a qual era formada por um grupo de docentes, denominado GTU (Grupo Tarefa Universitário), constando de um Diretor Coordenador, um Diretor Associado e demais membros (professores coordenadores das áreas que atuavam em Cruzeiro do Sul).

Constatamos, segundo depoimentos de ex-alunos e professores, que o trabalho orientado por esse escritório, corroborava a filosofia assistencialista do Projeto Rondon, pelo tom apolítico com que dirigia e orientava o trabalho dos estagiários.

Entretanto, ao argumento de Fagundes: "*A afirmção de que a universidade é descomprometida e desinteressada, contribui, exatamente, para ocultar os reais compromissos e os interesses a que ela serve*"⁽¹⁾, podemos associar que essa postura, por parte da administração do GTU, servia para reiterar os propósitos alienadores do Governo gerador do Projeto Rondon, o que fa

(1) FAGUNDES, J. Op. cit., p. 145.

zia com que os estagiários trabalhassem em cima do que se lhes saltava aos olhos, à primeira vista: a miséria e a carência da comunidade para a qual, a assistência imediata, fornecia a sensação do dever cumprido.

As áreas de atuação que mais se destacaram foram : Saúde (Medicina e Enfermagem), Educação e Serviço Social -- seguidas, mais adiante, por Odontologia e Agronomia -- as quais mantinham elementos em quase todos as equipes, procurando dar seqüência ao atendimento nessas áreas. Porém, excetuando-se os cursos citados a pg. 183, que prepararam alguma mão-de-obra especializada na região, as demais atividades eram puramente assistenciais.

Quanto ao "treinamento" oferecido pelo setor administrativo do GTU, foi extremamente criticado pelos alunos, que o consideraram manipulador e alienante, sem uma ajuda efetiva ao desempenho profissional que deveria se dar junto ao CACS. Mesmo os professores coordenadores foram muito reticentes em relação ao tema . Consideraram que tal "treinamento" deveria sofrer modificações ge-rais, já que os alunos o criticavam com freqüência em seus relató-rios, porém não fizeram maiores comentários a respeito.

Entretanto, caso os trabalhos no CACS tivessem conti-nuidade e, para tanto, fossem ouvidas as considerações dos entrevistados, a administração do GTU -- de seu encaminhamento burocrático à sua postura política -- deveria passar por grandes modificações.

Acreditamos, porém, que se a Unicamp, como um todo, mantivesse melhores relacionamentos com o seu Campus Avançado, incentivando e apoiando seus trabalhos, envolvendo um número maior de profissionais em suas atividades, as chances de reciclagem e acompanhamento crítico do pensamento administrativo do GTU seriam maiores.

Com a III Parte desse trabalho tivemos a intenção de revelar a comunidade assistida, com sua realidade atual, após 15 anos de presença universitária em seu meio.

O que pudemos constatar, através dos problemas que ainda enfrenta aquela localidade, é que, subtraindo os fatores econômicos que assolam o país, como um todo, tudo o que se capta ao primeiro contato é que nenhum trabalho de estrutura básica foi, de fato, desenvolvido naquela região.

Cursos que melhoraram a mão-de-obra no município, como os citados, foram poucos, contudo sem continuidade e acompanhamento.

O setor de saúde, por exemplo, auxiliava nas consultas e atendimentos junto ao Hospital e Postos de Saúde, porém, além da experiência prática do aluno, o que acrescentavam àquela comunidade? Só fez diminuir o número de profissionais atendentes quando da paralisação das atividades no CACS. Houve cursos de auxiliar de enfermagem, atendentes hospitalares, os quais, inegavelmente, trouxeram benefícios à população. Mas quantos foram, ao longo

desses 15 anos? E a atualização desses e de outros profissionais , após formados? E a consciência política, de classe, pela luta por melhores condições de trabalho, junto aos governantes? E a luta da comunidade, pelos seus direitos, junto ao Estado?

Ora, aos estagiários não era permitido falar em política, muito menos se envolver com tais assuntos, sob pena de perder seu certificado de participação no CACS e ter sua vida acadêmica complicada. Obviamente os estudantes universitários pós-64 (e durante pelo menos 20 anos de repressão) tiveram favoráveis condições para se descompromissarem politicamente, através da alienação. O trabalho nos campi e o contato aparente e imediato com a pobreza ou miséria absoluta da grande massa oprimida e a resposta também imediata que ele, estudante (com vocação humanística por natureza), poderia oferecer, de acordo com sua especialização universitária, davam a sensação de ter colaborado com sua parcela para minorar o sofrimento de seu semelhante. O mesmo efeito alienador das campanhas de socorro ao sul inundado ou ao nordeste flagelado, ações onde a população se basta politicamente. Nesses atos, ou nos trabalhos junto aos campi, a questão do compromisso político que implica na visão real, do concreto, do mediato, do ser, não era percebida pelos estudantes e professores, referendando-se, assim, a ideologia das classes opressoras, mantendo-se as classes oprimidas amordaçadas, em seu devido lugar e "eternamente gratas."⁽²⁾

(2) Ver análise sobre trabalhos extensionistas de SANTOS, R.Q. dos Educação e Extensão. Domesticar ou Libertar? Petrópolis, Vozes, 1986.

"Assim é que toda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade. Sendo a invasão cultural um ato em si mesmo de conquista, necessita de mais conquista para manter-se. A propaganda, os slogans, os 'depósitos', os mitos, são instrumentos usados pelo invasor para lograr seus objetivos; persuadir os invadidos de que devem ser objetos de sua ação, de que devem ser presas doces de sua conquista. Daí que seja necessário ao invasor descharacterizar a cultura invadida, romper seu perfil, enchê-la inclusive de subprodutos da cultura invasora."(3)

Isto também nos confirma a Parte IV deste trabalho , quando expomos as falas dos entrevistados nesta pesquisa.

Veja-se, por exemplo, o descrédito que mantinha o trabalho no CACS junto à comunidade universitária, junto aos seus próprios pares. Os professores pouco, ou nada, sabiam do que lá era desenvolvido. Não havia um serviço de informação eficiente que integrasse a comunidade universitária à região onde mantinha seu campus e, quando tais informações chegavam, eram acompanhadas de uma aura negativa, pela sua ligação com um órgão federal, o Projeto Rondon, tradicionalmente alienante.

De fato, projetos desconexos e sem continuidade contribuíram para ratificar o aspecto negativo desse trabalho. Entretanto, os docentes foram de opinião que esse tipo de atividade é extremamente válida e viável, desde que previamente planejada com solidez, desenvolvida com coerência e acompanhada criticamente, em seus efeitos.

(3) FREIRE, P. Op. cit., p. 42.

Essa mesma posição é encontrada junto aos professores coordenadores de algumas áreas que mantiveram atividades em Cruzeiro do Sul. Esses professores, que estiveram diretamente envolvidos com esse trabalho, acreditam que a universidade não estimulava tais atividades, ao contrário, em alguns momentos até as dificultava, interferindo na vida acadêmica dos que dela participavam.

O que constatamos, infelizmente, é que a universidade assim procedia, não porque se posicionasse política e criticamente contra os princípios filosóficos do PRO, já que algumas universidades procuraram encabeçar ações conscientizadoras junto às regiões onde se instalaram seus campi. Entre nós, o que ocorreu foi que o descaso e a indiferença nortearam as atitudes administrativas da universidade em relação ao seu campus. Ninguém "brigou" realmente por ele, por um trabalho eficiente e definitivo. Os que tentaram fazê-lo, clamaram no deserto. Muitos saíram frustrados desse trabalho.

Para os alunos, a experiência de ter participado desses trabalhos enriqueceu-os pessoalmente, em primeiro lugar. Quanto a um acréscimo em termos profissionais, nem todos puderam atestá-lo, o que nos sugere que um desencontro entre o que se podia fazer, o que se queria fazer e o que era permitido fazer resultou, muitas vezes, como no caso dos professores, num sentimento de frustração. Esse sentimento acompanhava o aluno em sua viagem de volta e o fazia questionar a validade desses trabalhos para a população

que os recebia. Também para os alunos, o descompromisso da universidade e a falta de continuidade dos trabalhos eram a principal crítica às atividades no campus avançado.

Quanto à população, sua postura veio confirmar a falta de criticidade e conscientização que acompanhou os 15 anos de trabalho da Unicamp, em Cruzeiro do Sul. Veja-se que ao solicitarmos aos entrevistados que avaliassem as atividades da Unicamp naquela localidade, a resposta Excelente foi dada por 78% dos entrevistados e os restantes 22% as consideraram Boas, com muitos aspectos positivos. Não há queixas, não há críticas, não há questionamentos. Tudo o que se fez foi bom. Era a mão paternalista do Estado chegando àquela longínqua e carente região, através dos universitários. Por este gesto a população há de ser "eternamente grata".

Gratidão, é este o sentimento que a ação do Rondon suscitava quando nasceu e que, em sua nova filosofia, tentava transformar em consciência de cidadania, quando, então, foi extinto.

Certamente os inúmeros trabalhos da universidade esbarraram em muitos entraves inerentes à sua vontade, conquanto para um governo (ou vários) que trata com descaso as obras públicas de primeira necessidade, as populações isoladas e pobres não são sequer cogitadas em suas resoluções. Mas não nos iludamos: a Unicamp não fez tudo o que podia (ou devia?!) pela região de Cruzeiro do Sul, que esteve sob sua "guarda" durante 15 anos. Muito foi feito? Sim, muito foi feito de forma a abrandar o sentimento messiânico

co dos que se envolviam nessas atividades, porém, talvez nem tudo tenha sido feito para resgatar à universidade seu compromisso com a sociedade que a sustenta e a mantém com seu trabalho produtivo. Faltou o principal. Faltou o diálogo com aquela população. Um diálogo franco, aberto, realista, sem subserviência nem altivez, um diálogo que possibilitasse a organização e autonomia dos indivíduos daquela comunidade, um diálogo entre quem pode oferecer e quem tem o direito de reivindicar. Houvesse esse diálogo, e a população saberia dizer suas necessidades e o tipo de ajuda que realmente queria. Um diálogo que ninguém definiu melhor do que Paulo Freire:

"... ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é viver o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em 'seres para outro' por homens que são falsos 'seres para si'. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o 'pronunciam', isto é, o transformam, e transformando-o, o humanizam para a humanização de todos."(4)

(4) FREIRE, P. Op. cit., p. 43.

B I B L I O G R A F I A

ACRE, Governo do Estado. O Borrachinha da Sorte. História do Acre. Rio Branco, 1983.

_____. Conheça o Acre e sua História. Departamento de Geografia e Estatística, 1972.

_____. Plano de Educação e Cultura do Estado do Acre - 1980/1983. Rio Branco, 1980.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. III Plano Estadual de Educação, Cultura e Desportos. Rio Branco, 1980.

_____. IBGE. Delegacia do Acre. Relatório de 88. SEPLAN, 1988.

ALVES, M.H.M. Estado e Oposição no Brasil: 1964/1984. 3.ed., Petrópolis, Vozes, 1985.

ALVES, R. A Geração do Futuro. Campinas, SP, Papyrus, 1986.

ALVIM, T.C. (Org.) O golpe de 64: a imprensa disse não. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

ANDRÉ, M.E.D.A. "A abordagem etnográfica: uma nova perspectiva na avaliação educacional". Tecnologia Educacional, ABT, nº 24,

AROUCA, L. S. Educação Extra-Escolar e a Realidade Brasileira : Política Governamental para a Formação de Recursos Humanos . Capítulo IV: "A Extensão Universitária, a Universidade e o Projeto Rondon", PUC/SP, dez/83, pp. 125-201.

BIANCHINI, V.A. Universidade Comunidade. A Extensão Universitária Institucionalizada. Santa Maria (RS), Imprensa Universitária, 1982.

BONAZZI, M; e ECO, U. Mentiras que parecem verdades, São Paulo , Summus, 1980.

BRANDÃO, C.R. (Org.) Pesquisa Participante, São Paulo, Brasiliense, 1981.

_____. Repensando a Pesquisa Participante. São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. A questão política da Educação Popular. São Paulo, Brasiliense, 1984.

_____. Educação Popular, Coleção Primeiros Vôos, São Paulo , Brasiliense, 1983.

BRASIL. Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978. "Da aplicação da Lei de Segurança Nacional", Ministério da Justiça, Brasília, 1978, pp. 669-675.

_____. MEC/Departamento de Assuntos Universitários. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975.

_____. MEC/MINTER. Relatório da Comissão Interministerial MEC/MINTER. Brasília, outubro de 1979.

_____. MEC/MINTER. Relatório da Comissão Interministerial MEC/MINTER. Brasília, junho de 1980.

_____. Campus Avançado. Normas para Funcionamento. PROEX. Brasília, 1982.

_____. MINTER. Diretrizes e Formas de Implementação do Programa de Desenvolvimento de Comunidade. Brasília, 1979.

_____. MINTER/FPro. A Juventude no Desenvolvimento. Brasília, Assessoria de Comunicação Social, julho de 1976.

_____. Leis, Decretos, etc. O Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto nº 19.851, de 11/04/1931.

BRASIL. Lei nº 5.540 de 28/11/1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

_____. Plano de Trabalho de Extensão Universitária. Brasília, 1975, mimeo.

_____. Coletânea de Documentos sobre Extensão Universitária .

BUCKUP, L. O que é Extensão Universitária? Porto Alegre, UFRGS , mar/abr. 1983.

CARNEIRO, M.A. Extensão Universitária: Versões & (Per)Versões . Rio de Janeiro, Presença Ed., 1985.

COMPARATO, F.K. "Segurança nacional", In: Novos Estudos CEBRAP , São Paulo, vol. 1, dez/81, pp. 51-57.

CUNHA, L.A. A Universidade Temporã. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

DEMO, P. "Extensão Universitária: Algumas idéias preliminares" . In: A Universidade e o Desenvolvimento Nacional. Fortaleza , Ed. UFC, 1980.

DEMO, P. Pesquisa Participante: Mito e Realidade. Rio de Janeiro, SENAC, 1984.

_____. Avaliação Qualitativa. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1987.

DOMINICÉ, P. A Biografia Educativa: Instrumento de Pesquisa para a Educação de Adultos. Trad. AROUCA, L.S. e outros. (mimeo).

DREIFUSS, R.A. 1964: A conquista do Estado - ação, política, poder e golpe de classe. 3a. ed., Petrópolis, Vozes, 1981.

ERNY, P. Etnologia da Educação. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1981.

FAGUNDES, J. Universidade e Compromisso Social. Extensão, Limites e Perspectivas. Tese de Doutorado. FE/UNICAMP, 1985.

FÁVERO, M. de L. de A. A Universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1977.

_____. Universidade e poder. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

_____. Universidade: Poder e Participação. Educação e Sociedade. São Paulo, (16):42-61, dez/1983.

FÁVERO, O. Educação de Adultos em Projetos Rurais. Rio de Janeiro, PUC, 1973 (Tese de Mestrado)

FERREIRA, "A entrevista como instrumento de pesquisa", IN: Educação, PUC/RS, Ano IX, nº 10, 1986, pp. 107-115.

FERREIRA, M. da C. Campus Avançado: uma alternativa para o desenvolvimento sócio-educacional de comunidades interioranas em Municípios do Norte e Nordeste Ocidental do Brasil. Curitiba, UFPr, 1982, Tese de Mestrado.

FLUSSER, V. Pós-História. São Paulo, Duas Cidades, 1983.

FOLHA DO ACRE, Edição Especial Comemorativa dos 80 anos de Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul, set./84.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, 14. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

_____. Extensão ou Comunicação, 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

GONÇALVES, N. A Extensão como uma das funções básicas da Universidade. Coletânea de Documentos sobre Extensão Universitária. Brasília, MEC/DDD, 1976.

- GUIMARÃES, N. da S. "Projeto Rondon - Extensão Universitária" .
CRUB - X Aniversário, 1966-1976. Brasília, s/ed, 1976.
- GURGEL, R.M. Extensão Universitária. Comunicação ou Domesticação?
São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- GRUNWALDT, I.S. "A Pesquisa Etnográfica aplicada à Educação: uma
Revisão". In: Educação, PUC/RS, Ano IX, nº 10, 1986, pp. 117-
137.
- HERSKOVITS, M. J. Man and his works: Antropologia Cultural. São
Paulo, Ed. Mestre-Jou, 1973, Tomos I e II.
- Los Conceptos Basicos de la Ideologia de Seguridad Nacional.(Tex
to xerocopiado, sem indicação de autor ou data).
- LUDKE, M. e ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: Abordagens Qua-
litativas, EPU Ltda, 1986.
- MARCHETTI, M.L. Universidade: Produção e Compromisso. Fortaleza,
Ed. UFC, 1980.
- MATA, T.J.R. Extensão Universitária: um Estudo no Município de
Oriximiná (Pa), Niterói, UFF, 1979, 193p. Tese de Mestrado.

MEC. Uma visão do Campus Avançado. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação (DDD), 1980.

_____. Conselho Federal de Educação. A Dimensão Atual do Projeto Rondon. Brasília, MEC/DDD, 1979.

MORAIS, R. de. Entre a Educação e a Barbárie. Campinas, SP, Papirus, 1982.

MOUNIER, E. O Personalismo. Santos, SP, Livraria Martins Fontes, 1960.

PAIVA, M. G. da. A Grande Aventura de Rondon. Brasília, INL/MEC, 1971.

PAIVA, V.P. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo, Loyola, 1973.

_____. "Extensión Universitaria en Brasil". In: Nueva Sociedad, San José, nº 15, nov/dez 1974.

PALERMO, M. "Ação Rondon no ano das mudanças". In: Repórter Rondon. Brasília, Ano IX, nº 2, fev/86, p. 6.

PARANHOS, A.P. Dialética da Dominação. Campinas, Papirus, 1984.

PAROARA. Boletim Informativo da Associação dos Rondonianos do Campus Avançado de Cruzeiro do Sul. (Vários), Anos I a III, nºs de jan./80 a jun./82.

PASQUALI, S.M. Projeto Rondon: Compromissos e Perspectivas. Educação, Brasília, 8(30):107-12, abr./jun. de 1979.

PINEAU, G. Produire sa Vie: Autoformation e Autobiographie. Canadá, Ed. Sain-Martin, 1985.

_____. Vie des Histoires de Vie. Canadá, Université de Montréal, 1980.

PROJETO RONDON, Ano 15. Planejamento e Desenvolvimento. Brasília, 10(85):56-9, 1983.

PRORONDON. Diretoria de Planejamento. Participação e Desenvolvimento. Ação Rondon 1988/90. Brasília, 1988.

REIS, R.H. A extensão Universitária na Relação Universidade-População: a contribuição do Campus Avançado do Médio Araguaia/Programa Integrado de Saúde Comunitária. Brasília, FE/UnB. 1988. Dissertação de Mestrado.

REPÓRTER RONDON. Jornal de Publicação Mensal da Assessoria de Comunicação Social da Fundação Projeto Rondon. (Vários) Anos V a IX, n^os de set./82 a mar./86. Brasília.

REVISTA INTERIOR. Publicação do Ministério do Interior. "Projeto Rondon: agora mais forte com o mesmo ideário". Ano II, n^o 7, dez/75, pp. 19 a 21.

_____. "Projeto Rondon: dez anos mostrando aos jovens o que é o Brasil". Ano III, n^o 18, julho/ago. de 1977, pp. 48 a 57.

_____. "Projeto Rondon. 15 anos aproximando a Universidade da Realidade Brasileira". Ano VIII, n^o 45, jul/ago. de 1982, pp. 18 a 24.

_____. "Rondon, era de Expansão". Ano IV, n^o 52, set/out. de 1983, pp. 16-17.

_____. "Rondon: novo desafio". Ano X, n^o 55, março/abril de 1984, pp. 54 a 56.

_____. "Mudar para Integrar". Ano XII, n^o 64, jan./fev de 1986, p. 15.

REVISTA RONDON. São Paulo, abril/set. de 1979, Edição Comemorativa dos 10 anos do Programa Campus Avançado.

REVISTA VEJA. "Sem Ufanismo. Projeto Rondon sobrevive na Ação Comunitária". 20 de agosto de 1986, p. 27.

REZENDE, A.M. de O Saber e o Poder na Universidade: Dominação ou Serviço? São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.

RIBEIRO, D. A Universidade Necessária. 4.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

ROCHA, R.M.C. "Extensão Universitária: Comunicação ou Domesticação?" In: Educação em Debate. Fortaleza, 6/7 (2/1):53-60, jul/dez. de 1983, jan/jun. de 1984.

_____. Extensão Universitária: uma abordagem extensionista. Brasília, MEC/SESU, 1982.

_____. "A educação extensionista - algumas idéias preliminares" . In: A universidade e o desenvolvimento regional. Fortaleza, Ed. UFC, 1980, pp. 131-40.

RODRIGUES, M. de M. Extensão Universitária - Origem, Desenvolvimento e Função. Piracicaba, UNIMEP, 1983.

RODRIGUES, N. Por uma nova Escola. 4.ed., São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.

- SANFELICE, J.L. Movimento Estudantil: a UNE na Resistência ao Golpe de 64. São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1986.
- SANTOS, R.Q. dos Educação e Extensão. Domesticar ou Libertar? Petrópolis, Vozes, 1986.
- SAVIANI, D. "Extensão Universitária: uma abordagem não-extensionista". Revista Educação & Sociedade, 1981, 3(8):61-73.
- SODRÉ, N.W. Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984.
- SOUZA, M.R. de & SÁ, M.I.P. de "Serviços de Extensão como forma de educação continuada". Educação em Debate. Fortaleza, 6/7(21)1: 61-67, jul/dez 1983, jan/jun 1984.
- STAKE, R.E. "Pesquisa Qualitativa/Naturalista: Problemas Epistemológicos". Educação e Seleção, 7:19-27, jan/jun. de 1983.
- THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação, São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.
- WILSON, S. "The use of ethnographic techniques in educational research". Review of Educational Research, 47:245-265, 1977.

A

N

E

X

O

S

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO I

- . Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975

ANEXO II

- . Decreto nº 77.326, de 22 de março de 1976

ANEXO III

- . Normas de Organização e Funcionamento

ANEXO IV

- . Estrutura dos Atuais Programas do Projeto Rondon

ANEXO V

- . Estrutura Organizacional e Operacional da Fundação Projeto Rondon

ANEXO VI

- . Relação das Instituições de Ensino Superior Envolvidas no Programa "Campus Avançado" do Projeto Rondon

ANEXO VII

- . Campus Avançado: Entidades Convenientes e Respectiveos Encargos

ANEXO VIII

- . Normas para Funcionamento de um Campus Avançado

ANEXO IX

- . Campus Avançado de Cruzeiro do Sul - Acre: Regimento Interno

ANEXO X

- . Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969

ANEXO XI

- . Questionários Aplicados:
 - a) ao corpo docente da Unicamp
 - b) aos coordenadores de área do GTU
 - c) aos ex-rondonianos
 - d) à população de Cruzeiro do Sul
 - e) às escolas para obtenção de dados atuais
 - f) à escola normal

ANEXO XII

- . Documentos Vários, distribuídos nas reuniões de Treinamento, aos estagiários, pelo GTU.

A N E X O I

Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975

Autoriza a instituição da FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, com sede e foro na Capital Federal, uma Fundação, com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, nos termos da lei civil, denominada FUNDAÇÃO PROJETO RONDON.

§ 1º - A Fundação, vinculada ao Ministério do Interior, terá como finalidade motivar a participação voluntária da juventude estudantil no processo do Desenvolvimento, da integração Nacional e da Valorização do Homem, em cooperação com o Ministério da Educação e Cultura.

§ 2º - Para o atendimento da finalidade estabelecida no Parágrafo anterior, a Fundação terá como objetivo:

- I - no campo do desenvolvimento e da integração nacional:
- a) colaborar com o Ministério da Educação e Cultura na organização, implantação e coordenação de estágios de estudantes, no interior do País;
 - b) colaborar na execução da política de integração nacional, em consonância com os planos de desenvolvimento;
 - c) promover ou participar de programas de desenvolvimento comunitário com as populações interioranas.
- II - no campo do mercado de trabalho e mão-de-obra:
- a) promover, com os estágios de universitários, o conhecimento das condições do interior do País, abrindo perspectivas para a interiorização e fixação de técnicos de nível superior nas áreas em que atuarem;
 - b) desenvolver, junto às populações carentes, o treinamento especializado de nível médio, incentivando o mercado de trabalho e o aprimoramento da mão-de-obra qualificada;
 - c) promover ou participar de programas de desenvolvimento comunitário com as populações interioranas.
 - d) promover a interiorização de técnicos em áreas menos desenvolvidas no Território Nacional.

III - no campo da pesquisa e preparação de recursos humanos:

a) contribuir para a promoção, coordenação e realização de pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade nacional;

b) contribuir para a preparação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento.

§ 3º - Na execução dos seus programas de desenvolvimento, a Fundação, para as atividades de extensão universitária, atuará em coordenação com o Ministério da Educação e Cultura, principalmente através dos "Campi" Avançados e de outros programas similares, compatibilizando seu funcionamento com as diretrizes básicas estabelecidas por aquele Ministério.

Art. 2º - No ato de constituição da Fundação Projeto Rondon, após a aprovação do respectivo Estatuto por decreto do Poder Executivo, o Governo Federal será representado pelo Ministro de Estado do Interior.

Art. 3º - A Fundação Projeto Rondon gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar e adquirirá personalidade jurídica a partir da inscrição, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, do seu ato constitutivo, com o qual será apresentado o respectivo Estatuto e o Decreto que o houver aprovado.

Art. 4º - Constituirão o patrimônio da Fundação:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União;

II - bens doados ou adquiridos pelo Projeto Rondon;

III - doações, subvenções, auxílios, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou de direito privado;

IV - contribuições provenientes de acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;

V - rendas ou emolumentos provenientes de serviços prestados a pessoas jurídicas de direito público ou privado;

VI - bens oriundos de entidades que, nos termos desta Lei, venham a ser incorporados à Fundação;

VII - bens da União atualmente em poder do Projeto Rondon;

VIII - Outras rendas eventuais.

Parágrafo Único - O patrimônio, a renda e os serviços da Fundação gozarão da imunidade prevista na alínea "c", item III, do artigo 19, da Constituição.

Art. 5º - O orçamento da União consignará, em cada exercício, recursos suficientes ao atendimento das despesas da Fundação.

Art. 6º - As despesas necessárias à implantação da Fundação correrão à conta dos recursos orçamentários e extra-orçamentários destinados ao Projeto Rondon.

Art. 7º - Serão órgãos da Fundação, com a constituição e atribuições fixadas no respectivo Estatuto:

- a) Conselho Diretor
- b) Conselho Curador
- c) Presidência

Art. 8º - Serão extensivos à Fundação os privilégios da Fazenda Pública quanto à impenhorabilidade de bens, rendas e serviços, prazos processuais, ações especiais e executivas, juros e custas.

Art. 9º - A Tabela Provisória de Lotação de Pessoal do atual Projeto Rondon será considerada extinta, passando seus servidores, a critério da Fundação, a integrar o Quadro de Pessoal da entidade.

§ 1º - O regime de pessoal da Fundação será o da legislação trabalhista.

§ 2º - O quadro e a remuneração do pessoal da Fundação, depois de aprovados por seu Presidente, serão submetidos à homologação do Ministro de Estado do Interior, devendo observar as condições de mercado de trabalho e as diretrizes da política de pessoal do Governo Federal.

Art. 10 - A Fundação promoverá, quando conveniente, a incorporação de entidades privadas congêneres, na forma da legislação em vigor e, quando for o caso, a absorção de atividades cometidas a órgãos de Administração Federal Direta ou Indireta, desde que compatíveis com a finalidade estabelecida no § 1º do artigo 1º, da presente Lei.

Parágrafo Único - A absorção de atividades atribuídas a órgãos da Administração Federal Direta ou Indireta far-se-á mediante decreto do Poder Executivo.

Art. 11 - No prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei, o Ministro de Estado do Interior submeterá à aprovação do Presidente da República o projeto do Estatuto da Fundação Projeto Rondon.

Art. 12 - Instituída a Fundação, será considerado extinto o Projeto Rondon.

§ 1º - As dotações orçamentárias consignadas à Coordenação do Projeto Rondon no Orçamento da União serão automaticamente transferidas à Fundação, na data de sua instituição.

§ 2º - Cumprido o disposto no caput deste artigo, ficará extinto o fundo do Projeto Rondon (FUNRONDON) de que trata o artigo 13 do Decreto nº 67.505, de 06 de novembro de 1970, cujos recursos serão automaticamente transferidos à Fundação.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 29 de novembro de 1975; 154º da Independência e 87º da República.

ERNESTO GEISEL
Ney Braga
João Paulo dos Reis Velloso
Maurício Rangel Reis

A N E X O I I

Decreto nº 77.326, de 22 de março de 1976

Aprova os Estatutos da Fundação Projeto Rondon (com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 79.612, de 28 de abril de 1977).

TÍTULO I

DENOMINAÇÃO, NATUREZA, FINALIDADE E OBJETIVOS

Art. 1º - A Fundação Projeto Rondon, instituída em virtude da Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975, pessoa jurídica de direito privado, nos termos da Lei Civil, tem sede e foro na Capital Federal e reger-se-á pelos presentes Estatutos e pela legislação pertinente.

Art. 2º - A Fundação, vinculada ao Ministério do Interior, para todos os efeitos administrativos, financeiros e operacionais, nos termos dos Decretos-Leis 200 e 900, respectivamente, de 25 de fevereiro de 1967 e 29 de setembro de 1969, funcionará em estreita cooperação com o Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º - A Fundação terá como finalidade motivar a juventude estudantil ao engajamento voluntário e participativo no processo de Desenvolvimento, da Integração Nacional, da Valorização do Homem, e executará suas atividades de acordo com os programas nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social.

Art. 4º - Para o atendimento da finalidade estabelecida no artigo anterior a Fundação terá como objetivos principais:

I - No campo do Desenvolvimento e da Integração Nacional:

a) colaborar com o Ministério da Educação e Cultura na organização, implantação e coordenação de estágios de estudantes no interior do País;

b) colaborar na execução da política de Desenvolvimento e Integração de órgãos governamentais e privados;

c) promover ou participar de programas de desenvolvimento comunitário com populações interioranas.

II - No campo da Valorização do Homem:

- a) promover, com estágios proporcionados aos universitários, o conhecimento da realidade brasileira, abrindo perspectiva para a interiorização e fixação de técnicos de nível superior nas áreas em que atuarem;
- b) desenvolver, junto às populações do interior, treinamento especializado de nível médio, incentivando o mercado de trabalho e o aprimoramento da mão-de-obra qualificada;
- c) promover, juntamente com os órgãos especializados, a abertura de novos mercados de trabalho;
- d) promover a interiorização de técnicos de nível médio e superior em áreas menos desenvolvidas no Território Nacional.

III - No campo da Pesquisa e Preparação de recursos Humanos:

- a) contribuir para a promoção, coordenação e realização de pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade nacional;
- b) contribuir para a preparação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento;
- c) assegurar, em regime de estágio, a participação efetiva de universitários nas atividades da Fundação.

Art. 5º - Na execução de suas atividades, a Fundação atuará em coordenação com o Ministério da Educação e Cultura e demais Ministérios da área econômica e social.

Art. 6º - Para consecução de suas finalidades e objetivos, a Fundação poderá firmar convênios, contratos, acordos e ajustes com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, bem como entidades privadas nacionais e estrangeiras e com organismos internacionais.

Art. 7º - A Fundação atuará em todo o Território Nacional e manterá, onde convier, unidades executivas.

Art. 8º - A Fundação fica autorizada, nos termos do Artigo 10, e seu Parágrafo Único, da Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975, a promover estudos e gestões visando a incorporar entidades privadas congêneres, assim como absorver atividades cometidas a órgãos da Administração Federal Direta e Indireta, desde que compatíveis com a finalidade estabelecida no Artigo 3º destes Estatutos.

TÍTULO II

PATRIMÔNIO

Art. 9º - O patrimônio da Fundação será constituído por:

I - dotações consignadas no Orçamento Geral da União;

II - bens doados ao Projeto Rondon ou por ele adquiridos;

III - doações, subvenções, auxílios, contribuições ou legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

IV - contribuições provenientes de acordos com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;

V - rendas ou emolumentos provenientes de serviços prestados a pessoas jurídicas de direito público ou privado;

VI - bens oriundos de entidades que, nos termos do Artigo 10, da Lei nº 6.310, de 15 de dezembro de 1975, venham a ser incorporados à Fundação;

VII - bens da União atualmente em poder do Projeto Rondon;

VIII - recursos de outras origens.

§ 1º - A Fundação poderá promover a obtenção de cooperação financeira e assistência técnica interna ou externa, pública ou privada, coordenando e adquando sua aplicação às diretrizes estabelecidas nos termos dos presentes Estatutos.

§ 2º - O patrimônio, a renda e os serviços da Fundação gozarão da imunidade prevista na alínea c, item III, do Artigo 19, da Constituição e conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 4º da Lei nº 6.310 de 15 de dezembro de 1975.

TÍTULO III

ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS

Art. 10 - São órgãos da Fundação:

- a) Conselho Diretor
- b) Conselho Curador
- c) Presidência

Parágrafo Único - O Regimento Interno, a ser aprovado pelo Ministro de Estado do Interior, definirá a Estrutura Básica da Administração e as Normas Gerais de Funcionamento da Fundação.

Art. 11 - O Conselho Diretor, órgão responsável pelas diretrizes gerais e política global da Fundação, será constituído por representantes dos seguintes órgãos:

- a) Ministério da Educação e Cultura
- b) Ministério da Previdência e Assistência Social
- c) Ministério do Trabalho
- d) Ministério da Saúde
- e) Ministério da Agricultura
- f) Secretaria de Planejamento da Presidência da República
- g) Estado-Maior das Forças Armadas
- h) Conselho de Reitores
- i) Ministério do Interior

§ 1º - Poderão ser chamados a participar das reuniões do Conselho Diretor, representantes de outros órgãos públicos e privados para discutirem assuntos pertinentes às áreas respectivas.

§ 2º - Os representantes, a que se refere este artigo, serão designados pelo Ministro de Estado do Interior, mediante indicação dos titulares dos órgãos públicos e do Conselho de Reitores, com mandato de 2 (dois) anos.

§ 3º - A Presidência do Conselho Diretor será exercida pelo Presidente da Fundação, representante do Ministério do Interior.

§ 4º - Os membros do Conselho Diretor não serão remunerados pelo exercício de suas funções no Conselho, fazendo jus a reembolso de despesas de transporte e estada.

Art. 12 - Ao Conselho Diretor compete :

I - zelar pela observância das finalidades e objetivos da Fundação Projeto Rondon;

II - promover e coordenar o apoio às atividades da Fundação, com vistas a propiciar os meios necessários à consecução dos objetivos propostos;

III - aprovar o Programa Geral do Trabalho da Fundação, a programação dos recursos, a proposta orçamentária e o Plano Anual de Trabalho;

IV - aprovar a prestação de contas anual, após a apreciação do Conselho Curador;

V - examinar a programação dos trabalhos dos diferentes órgãos do Governo, nos aspectos pertinentes à finalidade da Fundação, com o objetivo de:

a) fixar uma política a ser seguida para execução de acordos de cooperação financeira e assistência técnica;

b) sugerir, à Presidência da Fundação Projeto Rondon, a absorção de atividades e a incorporação de entidades;

VI - autorizar a alienação de bens móveis e imóveis da Fundação, ouvido o Conselho curador;

VII - apreciar os assuntos que lhe forem submetidos pelo Presidente da Fundação ou por qualquer de seus membros;

VIII - aprovar e submeter ao Ministro de Estado do Interior, através do Presidente da Fundação, o Regimento Interno da Fundação Projeto Rondon;

IX - aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 13 - O Conselho Diretor reunir-se-á ordinariamente 4 (quatro) vezes por ano, e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou a requerimento de, pelo menos, um terço de seus membros.

Art. 14 - O Conselho Curador é órgão de função opinativa e será constituído por 3 (três) membros designados pelo Ministro de Estado do Interior, com mandato de 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Curador não serão remunerados pelo exercício de suas funções no Conselho, fazendo jus a reembolso de despesas de transporte e estada.

Art. 15 - Ao Conselho Curador compete:

I - conhecer e opinar sobre os trabalhos e serviços da Fundação, devendo examinar os planos de ação, prestação de contas, relatórios de trabalhos executados, balancetes, balanço e proposta orçamentária formulada para o exercício seguinte;

II - examinar e acompanhar a execução orçamentária e financeira da Fundação;

III - opinar, como órgão consultivo e quando convocado pelo Presidente da Fundação, sobre qualquer assunto que interesse à economia da mesma;

IV - aprovar seu Regimento Interno.

Art. 16 - O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, 2(duas) vezes por ano e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da fundação, sobre qualquer assunto que interessa à economia da mesma;

Art. 17 - A Presidência da fundação será exercida por um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado do Interior.

Art. 18 - Ao Presidente da Fundação compete:

I - dirigir, coordenar e orientar as atividades da Fundação e exercer sua representação externa;

II - submeter, ao Conselho Curador, as prestações de contas da administração;

III - convocar extraordinariamente o Conselho Diretor e Conselho Curador;

IV - presidir as reuniões do conselho Diretor;

V - apresentar, ao Conselho Diretor, Planos de Trabalho e o Orçamento para o exercício;

VI - submeter, ao Conselho Diretor, Relatório Anual de Atividades da Fundação;

VII - receber bens, doações e subvenções destinadas à Fundação;

VIII - submeter, ao Ministro de Estado do Interior, proposta de celebração de acordo de cooperação financeira e assistência técnica com entidades estrangeiras ou organismos internacionais;

IX - representar a Fundação, judicial ou extrajudicialmente, podendo delegar atribuições e constituir mandatários;

X - aprovar o Quadro e a remuneração do pessoal da Fundação, nos termos do disposto no Artigo 9º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.310 de 15 de dezembro de 1975, submetendo-os à homologação do Ministro de Estado do Interior, observada a política

ditada pelo Governo Federal através do Conselho Nacional de Política Salarial;

XI - propor, ao Ministro de Estado do Interior, a incorporação de entidades privadas similares e, se for o caso, a absorção de atividades cometidas a órgãos da Administração Federal - Direta e Indireta, bem como a Fundações, nos termos dos presentes Estatutos;

XII - submeter, ao Ministro de Estado do Interior, o Regimento Interno da Fundação;

XIII - designar assessores diretos e imediatos, para compor seu Gabinete, conforme previsto no Quadro de Pessoal da Fundação.

Art. 19 - Para atender aos encargos decorrentes de atividades técnicas, administrativas e burocráticas, contará a Fundação com um Superintendente, nomeado pelo Ministro de Estado do Interior, por indicação do Presidente da Fundação.

Art. 20 - Ao Superintendente compete:

I - exercer a direção das atividades administrativas e operacionais da Fundação;

II - substituir, em suas faltas e impedimentos, o Presidente da Fundação;

III - cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos aplicáveis à Fundação;

IV - admitir, promover, designar, transferir, licenciar, punir e demitir pessoal da Fundação, dentro dos limites de sua competência;

V - movimentar, juntamente com o responsável pela área financeira, as contas da Fundação, bem como ordenar despesas e autorizar pagamentos, observada a legislação vigente, podendo delegar tais atribuições;

VI - aprovar as normas de funcionamento da Fundação;

VII - autorizar, ouvidos o Presidente e o Conselho Diretor, a contratação de empresas ou de profissionais especializados, para a realização de serviços técnicos;

VIII - delegar competência para a prática de atos administrativos;

IX - conceder Bolsas para estudantes de Cursos Profissionalizantes de 2º Grau, bem como a universitários, para estágio nas unidades de Assessoramento e Executivas da Fundação ou em programas específicos desenvolvidos pela Instituição;

X - celebrar convênios, contratos e ajustes;

XI - secretariar as reuniões do Conselho Diretor.

Parágrafo Único - A remuneração do Superintendente da Fundação será fixada pelo Ministro de Estado do Interior, observada a política de pessoal do Governo Federal, através do Conselho Nacional de Política Salarial.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 - A Fundação funcionará por tempo indeterminado, e sua extinção será proposta pelo Ministro de Estado do Interior.

Parágrafo Único - O ato que extinguir a Fundação disporá sobre o destino de seu patrimônio.

Art. 22 - O regime do pessoal da Fundação será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 23 - Os Estatutos somente poderão ser alterados, ouvido o Conselho Diretor, e na forma de sua aprovação.

Art. 24 - O exercício social corresponderá ao ano civil.

Art. 25 - A Prestação de Contas anual da Fundação, acompanhada do Relatório das Atividades desenvolvidas no período será submetida, com os pareceres dos Conselhos Diretor e Curador, ao Tribunal de Contas da União, através de Inspeção Geral de Finanças do Ministério do Interior.

Art. 26 - Os convênios, contratos, ajustes e acordos firmados pelo extinto órgão autônomo Projeto Rondon, com pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, serão reexaminados pela Fundação, que sub-rogar-se-á, quando for o caso, nos direitos e obrigações deles decorrentes.

Art. 27 - As contas bancárias existentes em nome do Fundo do Projeto Rondon - FUNRONDON serão transferidas para as contas da Fundação Projeto Rondon, e passarão a ser movimentadas pelo Superintendente da Fundação, em conjunto com o Gerente de Administração.

Art. 28 - As contas do Órgão Autônomo Projeto Rondon serão encerradas na data de instituição da Fundação Projeto Rondon, para posterior apreciação pelos Conselhos Diretor e Curador.

Art. 30 - Os casos omissos, nos presentes Estatutos, serão resolvidos pelo Presidente da Fundação, ouvido o Conselho Diretor.

Brasília, 22 de março de 1976

Maurício Rangel Reis

A N E X O I I I

Normas de Organização e Funcionamento

PORTARIA Nº 356/83

Brasília, 11.10.83

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, no uso das atribuições que lhe confere o item XVII, do Artigo 18 do Decreto nº 83.400, de 03 de maio de 1979.

RESOLVE:

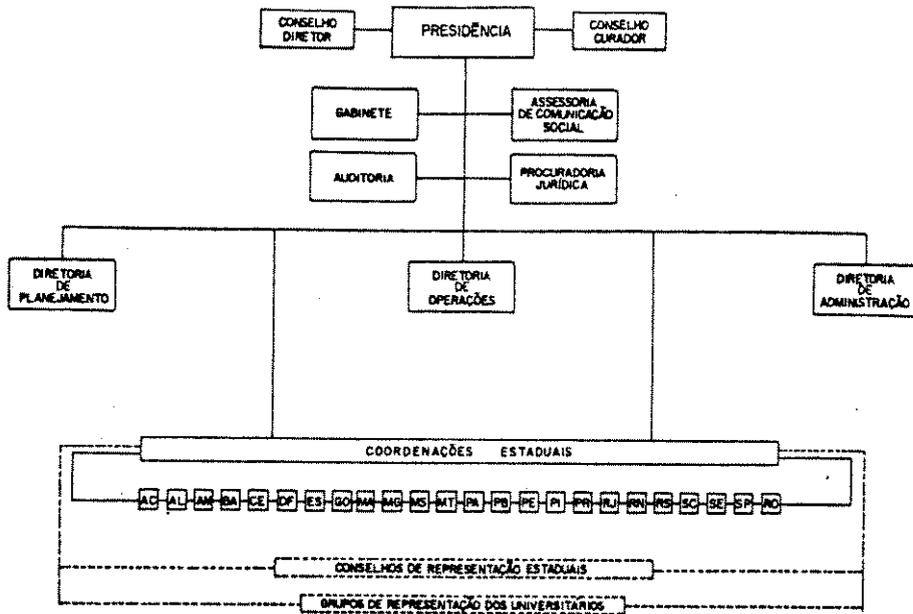
I - Aprovar as anexas Normas de Organização e Funcionamento das unidades da Estrutura Básica da Fundação Projeto Rondon, definidas nos itens III e IV, do artigo 2º do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 289, de 21 de junho de 1979, do Ministro de Estado do Interior.

II - O detalhamento destas Normas, em Manuais de Serviços, será providenciado pelos respectivos titulares conforme estabelece o art. 21 do Regimento supracitado, em articulação com a Coordenadoria de Modernização Administrativa da Diretoria de Planejamento.

III - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 11 de outubro de 1983, revogadas as disposições em contrário.

(a.) MYRIAM LEVY CARDOSO MOREIRA
PRESIDENTE

PROJETO RONDON
ORGANOGRAMA



DIRETORIA DE OPERAÇÕES

1. FINALIDADE

A Diretoria de Operações tem por finalidade coordenar e controlar a execução dos programas, através do acompanhamento de projetos e atividades desenvolvidos pelas Coordenações Estaduais.

2. ESTRUTURA OPERACIONAL

A diretoria de Operações tem a seguinte estrutura operacional:

- 2.1. Assessoria
- 2.2. Coordenadoria de Programação
- 2.3. Coordenadoria de Avaliação
- 2.4. Coordenadoria de Acompanhamento
- 2.5. Coordenadoria de Apoio Operacional
- 2.6. Serviço Administrativo

3. DESIGNAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

- 3.1. A Assessoria será composta por assessores designados pelo Diretor e nomeados pelo Presidente do Projeto Rondon com funções de assessoramento dos trabalhos desenvolvidos nas diversas unidades da Diretoria.
- 3.2. As Coordenadorias serão dirigidas por Coordenador e o Serviço por ~~Chefe, indicados pelo Diretor e designados por ato do~~ Presidente do Projeto Rondon, sendo substituídos, em suas faltas e impedimentos, por servidores por eles indicados e nomeados pelo Presidente.

4. COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

4.1. À Assessoria compete:

- a) assessorar o Diretor de Operações e as Coordenadorias nos assuntos pertinentes à sua área de competência;
- b) prestar consultoria técnica, a critério do Diretor;
- c) assessorar o Diretor na integração e coordenação das ações técnicas da Diretoria de Operações;
- d) realizar estudos necessários ao desempenho da Diretoria de Operações;
- e) desempenhar outras atividades de sua competência;

4.2. À Coordenação de Programação compete;

- a) proceder à análise e aprovação de projetos em seu nível de execução operacional;
- b) proceder ao detalhamento operacional de projetos ao nível do Núcleo Central;
- c) participar, quando solicitado, das negociações e da definição de projetos, em conjunto com a Diretoria de Planejamento;
- d) realizar estudos sistematizados para subsidiar a programação e a implantação de projetos e atividades operacionais.
- e) elaborar normas e documentos que disciplinem a programação e a implantação de projetos e atividades operacionais.
- f) elaborar normas de recrutamento, seleção e treinamento de participantes, para atendimento à programação de projetos e atividades operacionais;
- g) elaborar o Plano de Ação e a proposta orçamentária da Diretoria de Operações;
- h) proceder ao controle orçamentário da Diretoria de Operações;
- i) desempenhar outras atividades de sua competência.

4.3. À Coordenadoria de Avaliação compete;

- a) avaliar os resultados da execução de projetos e atividades operacionais do Projeto Rondon;
- b) participar na definição e atualização do sistema de avaliação, em conjunto com a Diretoria de Planejamento;
- c) analisar os dados e informações obtidos na avaliação, disseminando-os de acordo com a área de interesse das demais Unidades;
- d) fornecer informações operacionais, referentes ao ano em curso, à Presidência do Projeto Rondon e ao Gabinete do Ministro, quando solicitado;
- e) elaborar documentos de avaliação e remetê-los aos demais setores do Núcleo Central e às Unidades Descentralizadas do Projeto Rondon;
- f) fornecer à Coordenadoria de Monitoração, da Diretoria de Planejamento, dados e informações necessários à avaliação final do Projeto Rondon;
- g) desempenhar outras atividades de sua competência.

4.4. À Coordenadoria de Acompanhamento compete:

a) acompanhar a execução de programas, projetos e atividades operacionais junto às Unidades Descentralizadas do Projeto Rondon;

b) participar na definição e atualização do sistema de acompanhamento, em conjunto com a Diretoria de Planejamento;

c) acompanhar a execução de convênios operacionais celebrados no âmbito do Projeto Rondon;

d) manter estreita articulação com a Coordenadoria de Programação, da Diretoria de Operações, visando assegurar o processo de realimentação das programações do Projeto Rondon;

e) prestar cooperação técnica às Unidades Descentralizadas, visando o aprimoramento da execução de programas, projetos e atividades operacionais;

f) analisar documentos e/ou relatórios de projetos e atividades operacionais, encaminhados pelas Unidades Descentralizadas;

g) desempenhar outras atividades de sua competência.

4.5. À Coordenadoria de Apoio Operacional compete;

a) dar apoio operacional às ações desenvolvidas pela Diretoria de Operações ao nível do Núcleo Central e das Unidades Descentralizadas;

b) acompanhar os saldos financeiros dos programas, projetos e atividades operacionais;

c) elaborar e acompanhar a execução dos Planos de Transporte e de Remanejamento;

d) programar a despesa de seguro do pessoal externo ao quaro do Projeto Rondon, quando do seu deslocamento para participar da execução de projetos e atividades operacionais;

e) fornecer à Diretoria de Planejamento os dados referentes às despesas com transporte, remanejamento, bolsas de alimentação e seguro de participantes, para a elaboração da proposta orçamentária;

f) fornecer à Diretoria de Planejamento informações necessárias à apuração e apropriação de custos de transporte, remanejamento, seguro pessoal e bolsa de alimentação;

g) controlar e informar aos demais setores da Diretoria de Operações os prazos de vigência dos convênios operacionais;

h) desempenhar outras atividades de sua competência.

4.6. Ao Serviço Administrativo compete:

- a) consolidar as listas de frequência e escala de férias do pessoal lotado na Diretoria de Operações;
- b) encaminhar e controlar os documentos expedidos pela Diretoria;
- c) requisitar, estocar em pequenas quantidades e distribuir material de consumo aos servidores;
- d) executar e controlar os trabalhos de datilografia;
- e) providenciar e controlar os serviços de reprografia e encardenação de documentos;
- f) manter arquivo dos documentos de interesse da Diretoria;
- g) controlar o material permanente e equipamentos e solicitar conserto do mobiliário em geral;
- h) solicitar, à Seção de Atividades Auxiliares, da Diretoria de Administração, veículos para utilização em serviço;
- i) desempenhar outras atividades de sua competência.

5. ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

5.1. Ao Diretor, aos Coordenadores e Chefe do Serviço, incumbe , genericamente:

- a) assessorar o superior imediato no desempenho de suas atividades;
- b) dirigir, coordenar e controlar as unidades que lhes são subordinadas, promovendo seu inter-relacionamento com as demais Unidades do Projeto Rondon e com outros órgãos;
- c) opinar sobre programas, projetos e atividades quando submetidos à apreciação pelo superior imediato, na sua área de competência;
- d) aprovar os planos e programas de trabalho das unidades que lhes são diretamente subordinadas;
- e) determinar a realização de estudo, pesquisa, parecer prévio, avaliação, exposição de motivos e análise de assuntos de sua área de competência;
- f) requisitar material permanente e equipamento para as unidades que lhes são subordinadas;
- g) propor ao superior imediato a alocação de recursos humanos para as unidades que lhes são subordinadas;
- h) aprovar a escala de férias do pessoal lotado nas unidades que lhes são subordinadas;

i) proceder à avaliação de desempenho dos servidores lotados nas unidades que lhes são subordinadas;

j) zelar pelo cumprimento das normas específicas, bem como da legislação em vigor, relativas à sua área de competência;

l) propor ao superior imediato, treinamento dos servidores lotados nas unidades que lhes são subordinadas;

m) executar outras atividades que lhes sejam atribuídas pelo superior imediato;

5.2. Incumbe ainda, especificamente:

5.2.1. Ao Diretor de Operações:

a) promover a elaboração de normas e planos de trabalhos afetos à Diretoria;

b) requisitar passagens e diárias.

5.2.2. Aos Coordenadores:

. coordenar a elaboração de normas e programas de trabalho afetos à unidade.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação da presente Norma serão solucionados pelo Presidente do Projeto Arondon.

A N E X O I V

ESTRUTURA DOS ATUAIS PROGRAMAS DO PROJETO RONDON

1. PROGRAMA DE APOIO À EDUCAÇÃO

Em princípio, toda ação do rondon é educativa, considerando Educação como o conjunto das atividades que levam o indivíduo a adquirir o estatuto de sujeito social -- ou seja, ter consciência da realidade objetiva a que pertence, para agir sobre ela.

Desta forma, o Programa de Apoio à Educação fixa as seguintes diretrizes, buscando se privilegiar a ação que resgate o incremento do Ensino Básico no País, bem como a melhoria das condições do aluno no processo ensino-aprendizagem, e se dará dentro das seguintes diretrizes:

- 1.1. investir nas potencialidades das comunidades, em suas formas organizativas formais ou não, desenvolvendo trabalhos pedagógicos que privilegiem áreas do conhecimento popular articulando-se com organizações que trabalhem com essa área;
- 1.2. atuar em apoio ao processo de educação formal, em consonância com as políticas e programas do Ministério da Educação, das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, das Universidades e outros órgãos de Educação, reforçando as ações do Estado;
- 1.3. atuar em apoio às ações que busquem a melhoria das condições do alunado, principalmente na área do ensino básico;
- 1.4. alocar profissionais de educação em áreas desprovidas de recursos humanos;
- 1.5. criar condições para a prática do estudante, complementando sua formação nos aspectos social, político e profissional e, contribuindo para a sua completude como cidadão.

Objetivos:

- . contribuir para o desenvolvimento educacional, nutricional e físico de crianças de 0 a 14 anos, através da difusão de novos hábitos alimentares, criação de hortas escolares, atendimento médico-odontológico, palestras educativas, criação de creches, estímulo a banco de livros didáticos e inúmeras outras atividades que possibilitem ampliar as condições de participação e de melhoria do processo ensino-aprendizagem;

- . ampliar a participação do estudante e de sua família no convívio da escola, através da reativação ou formação de grupos de pais e do apoio a tarefas de fortalecimento do processo escolar;
- . contribuir para a melhoria das condições sócio-econômicas do jovem, e do adulto analfabetos, através de domínio dos códigos de linguagem e percepção da realidade social para tornar-se um cidadão atuante e participativo no processo de transformação social, econômico e político do País;
- . capacitar recursos humanos da comunidade para a complementação do conhecimento profissional e o desempenho de ocupações econômicas;
- . contribuir para a melhoria das atividades docentes, através, inclusive, da habilitação de professores leigos, na busca de ampliar o nível de desempenho das escolas mais afastadas dos grandes centros urbanos, atendidas pelo sistema formal de ensino.

2. PROGRAMA DE SAÚDE COMUNITÁRIA

Entendendo saúde como a capacidade de utilização integral de todas as potencialidades físicas e psicológicas do ser humano, coloca-se como um direito da população receber, do Estado, os serviços básicos de saúde, destinados a preservá-la e curá-la, por ser um bem social. Caberá, portanto, à comunidade o despertar da consciência através da mobilização e organização para reivindicar e apoiar através de ações concretas a implantação de tais serviços.

O Rondon estabelece para programa as seguintes diretrizes:

- 2.1. priorizar as ações que estejam diretamente ligadas à medicina preventiva, valorizando o saber popular e incentivando a medicina alternativa, condizente com as reais condições de vida dos segmentos mais pobres da população brasileira;
- 2.2. contribuir para suprir a carência de profissionais nas áreas de trabalho do Rondon, para atuarem na atenção primária à saúde;
- 2.3. apoiar políticas e programas de Saúde Pública (dinamização de serviços, campanhas, etc);
- 2.4. alocar profissionais de saúde, em regiões desprovidas de recursos humanos nessa área;
- 2.5. apoiar o treinamento para formação de agentes de saúde, em regiões onde a assistência médica configura-se deficitária;

2.6. repassar para a comunidade conceitos e informações básicas de saúde em linguagem de fácil compreensão.

Objetivos:

- . capacitar pessoal da própria comunidade para realizar atendimento primário de saúde (primeiros socorros, orientação pré-natal, manutenção de tratamento a doentes crônicos, etc.);
- . interiorizar profissionais de saúde;
- . contribuir para a melhoria das condições de saúde da população através de apoio à realização de campanhas de Saúde Pública de caráter preventivo-educativo;
- . apoiar atividades de ambulatorios comunitários;
- . empreender ações de orientação à Educação Sanitária;
- . realizar palestras, encontros e repassar orientações básicas de saúde visando a melhoria da qualidade de vida da população ;
- . identificar e valorizar o uso de plantas medicinais e tratamentos naturais adotados pelas populações das diferentes regiões brasileiras;
- . disseminar o conhecimento e as práticas existentes de medicina natural (popular), estimulando o seu uso, até mesmo pelo barateamento do tratamento de saúde;

3. PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO E ALIMENTAÇÃO POPULAR

Neste Programa, o Rondon enfocará por um lado as atividades com trabalhadores rurais sem terra (parceiros, arrendatários, assalariados, bóias-frias, desempregados, posseiros e colonos de projetos de assentamento) e por outro lado, atividades com pequenos produtores. A propriedade ou unidade produtiva é vista como um organismo onde se integram os elementos solo, produção vegetal, produção animal, o homem e o meio ambiente, num equilíbrio cíclico e abrangente -- que inclui até o processo de comercialização, no regime da livre concorrência.

Atuará também o Rondon no apoio a programas governamentais que possibilitem a melhoria alimentar das camadas de baixa renda.

Para isso fixa as diretrizes:

- 3.1. fortalecer ou favorecer experiências de melhoria da renda familiar, através de diferentes formas de grupos de produção alternativa, quer no campo, quer nas cidades;

- 3.2. estimular a recuperação e desenvolvimento de tecnologias simplificadas e inovadoras melhorando o rendimento das atividades de produção e evitando a destruição dos recursos naturais;
- 3.3. atuar junto a organismos governamentais para estimular a adoção dos incentivos financeiros e insumos para o trabalho com o pequeno e médio produtor rural, bem como apoiar as reivindicações ascendentes deste segmento populacional, como, por exemplo, em experiências conjuntas com o Plano de Reforma Agrária e de Abastecimento Popular;
- 3.4. prestar assistência técnica a grupos de produção alternativa, de forma a capacitá-los à transformação em microempresas, em condições de atingir níveis produtivos competitivos no mercado;
- 3.5. alocar profissionais da área em regiões desprovidas de assistência técnica;
- 3.6. contribuir para a formação de consciência agrícola na população participante de tais trabalhos;
- 3.7. criar condições para a prática do estudante, complementando sua formação nos aspectos social, político e profissional, e contribuindo para a sua completude como cidadão.

Objetivos:

- . contribuir para o aumento da produtividade e renda, através do apoio e incentivo ao pequeno produtor agrícola;
- . incentivar formas associativas de produção, comercialização e consumo;
- . contribuir no fortalecimento das ações dos pequenos produtores rurais, através do apoio à organização e fortalecimento de associações e entidades rurais.
- . captar, selecionar e difundir tecnologias apropriadas para produção do meio rural e urbano, apoiando pesquisas e ações de campo;
- . apoiar ações de assistência técnica e orientação para a produção;
- . apoiar e contribuir para o aumento da produção e da renda familiar, através da adoção de técnicas, equipamentos e formas de comercialização e financiamento, junto às indústrias caseiras de grupos de produção alternativa. Inclusive apoiando a sua transformação em unidades de microempresas;

- . contribuir para a elevação do nível nutricional da população, através de participação na divulgação e implantação de programas de alimentação popular;
- . informar à população conhecimentos básicos acerca de nutrição e alimentação, visando à melhoria dos níveis alimentares e nutricionais, com o melhor aproveitamento dos recursos naturais existentes, em uma relação de troca com os conhecimentos da própria comunidade.

4. PROGRAMA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Cultura, aqui, é o modo de produzir a vida material e os valores imateriais de uma dada sociedade, ou seja, é o resultado do trabalho do ser humano na transformação do mundo, sua própria existência. Cultura é a infra-estrutura social (traços, materiais, modo de produção e relações de trabalho, tecnologia, moradia, vestuário, ciência, etc), e a superestrutura (traços ideológicos; leis, religiões, arte, educação, política, lazer, enfim, modo de expressão da consciência das diferentes classes existentes). Assim, a cultura de um povo compõe-se pela herança histórica recebida de seus antepassados, como também por novos estímulos que influenciam a formação de sua consciência e, por decorrência, a maneira de representar e transformar o mundo para a satisfação de suas infinitas necessidades.

Neste universo de ação, serão diretrizes do Programa:

- 4.1. desenvolver ações de resgate, preservação e fortalecimento nas manifestações que representam os valores da cultura popular, incluindo-se aquelas ameaçadas de extinção pela cultura de massa, incentivando a reativação dos valores culturais locais, fortalecendo os círculos naturais de agregação e expressão popular;
- 4.2. disseminar, junto às comunidades, os legados da cultura regional e da cultura universal;
- 4.3. favorecer o acesso da população a informação de livros e publicações (cultura escrita formal), bem como estimular a recuperação e disseminação da cultura comunitária;
- 4.4. estimular a formação de recursos humanos para o trabalho com o acervo de bibliotecas locais;
- 4.5. alocar profissionais da área em regiões carentes de atendimento;
- 4.6. mobilizar e organizar a comunidade para o atendimento das necessidades de práticas de esporte e lazer;
- 4.7. mobilizar e organizar a comunidade para práticas desportivas -- como instrumentos do crescimento das relações sociais;

- 4.8. criar condição para a prática do estudante, complementando sua formação nos aspectos social, político e profissional, e contribuindo para a sua completude como cidadão.

Objetivos:

- . criar mecanismos para resgate, preservação e dinamização das manifestações e tradições culturais;
- . incentivar a reflexão crítica sobre a realidade das comunidades através da divulgação de produções, peças teatrais, musicais, cinema e do estímulo a manifestações culturais locais;
- . favorecer à população o acesso a manifestações próprias da cultura regional e da cultura universal, através da divulgação de produções, peças teatrais, música, cinema e outros;
- . criar condições para o acesso da população à informação, através do apoio e implementação de bibliotecas;
- . capacitar recursos humanos para exercer atividades ligadas a bibliotecas comunitárias;
- . treinar monitores e agentes disseminadores de técnicas de esporte e lazer para a comunidade;
- . apoiar a criação de grupos de práticas desportivas como forma de incentivar o espírito comunitário, por diferentes faixas etárias, enfatizando o trabalho com crianças e jovens, valorizando inclusive, as modalidades já adotadas pela população;
- . incentivar, divulgar e apoiar produções artísticas e culturais, no meio estudantil, principalmente aquelas ligadas à música, teatro, cinema, dança, artes plásticas e literatura.

5. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E PRESERVAÇÃO ECOLÓGICA

O Rondon propõe como fundamento neste programa a utilização racional e integral do espaço físico para suprir necessidades de abrigo e subsistência, conforto e lazer do homem, respeitando o meio ambiente.

Frequentemente se debate a questão do Homem como predador da natureza, visto que o ambiente, como se sabe, sofre o reflexo da ação humana. O Homem e o ambiente compõem uma teia natural e o que quer que aconteça a um de seus fios, modificará todas as relações, alterando o equilíbrio necessário à vida. Neste sentido, é preciso despertar a consciência do ser humano de que habitabilidade é um conceito que inclui casa e demais condições adequadas de saneamento e convívio com a natureza.

Por outro lado, existem no País milhões de pessoas que, compondo o chamado déficit habitacional, convivem com as piores condições de moradia sem a mínima infra-estrutura necessária para viverem os padrões mínimos compatíveis com as condições humanas.

Partindo de tais pressupostos, o Projeto Rondon define as seguintes diretrizes para este programa:

- 5.1. apoiar, através da mobilização e organização das comunidades, o assentamento habitacional tanto rural como urbano, para os mais desfavorecidos da população;
- 5.2. trabalhar na dimensão social dos projetos de construção habitacional, obras de saneamento e preservação ambiental, em um papel coadjuvante, de apoio às populações envolvidas em programas governamentais do setor;
- 5.3. apoiar atividades comunitárias em cidades de porte médio, buscando-se a diminuição do fluxo migratório para os grandes centros urbanos;
- 5.4. repassar para a população formas e processos de construção simplificada de casas e infra-estrutura urbana visando a melhoria do padrão de habitabilidade das comunidades carentes;
- 5.5. alocar profissionais da área em regiões carentes de atendimento;
- 5.6. repassar conhecimentos acerca da preservação do meio ambiente como forma de melhorar o nível de qualidade de vida da população;
- 5.7. criar condição para a prática do estudante, complementando sua formação nos aspectos social, político e profissional e contribuindo para a sua completude como cidadão.

Objetivos:

- . apoiar as ações de legalização dos terrenos invadidos e consolidados em assentamentos populacionais em condições mínimas de habitabilidade;
- . mobilizar e organizar comunidades com vistas à intervenção nos programas habitacionais, baseando-se nos seus anseios e no encaminhamento de soluções, com a utilização da metodologia participativa;
- . apoiar programas e ações que possibilitem o acesso a terrenos urbanos e à casa própria do maior número de pessoas, prioritariamente através da identificação e difusão de processos e técnicas alternativas de construção;
- . cooperar na preparação e implantação de projetos de saneamento básico e abastecimento d'água, prorizando tecnologias intermediárias, em núcleos de periferia urbana e municípios de pequeno porte;

- . despertar a população sobre a importância do equilíbrio ecológico e conservação do meio ambiente, através da participação em campanhas de preservação e criação de área verde, aguadas e diminuição da poluição ambiental;
- . promover debates com a população, com vistas a delimitar e garantir, legalmente, áreas de preservação ambiental;
- . apoiar estudos e trabalhos acerca de proteção do meio ambiente.

6. PROGRAMA DE APOIO À MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIAS

Neste programa a comunidade é entendida como o local onde a população convive permanentemente, desenvolve ou se propõe a desenvolver algumas ações em comum. Tem unidade territorial no modo de produção econômica (proletários, subempregados, oriundos do êxodo rural, etc) e condições materiais de vida, como moradia, infra-estrutura urbana, transporte, cultura, etc., apesar de interesses algumas vezes distintos e processos diferenciados de convivência.

O trabalho de mobilização e organização de comunidades por diferentes agentes tem sido fundamental para dotá-las de mecanismos de participação e intervenção nas ações do poder público, partindo-se, sempre, de suas necessidades e interesses.

A história da resistência popular no Brasil demonstra a importância deste tipo de atuação voltada para o fortalecimento dos laços culturais, o apoio às expectativas do povo e à democratização dos serviços públicos, quando o agente externo tem um projeto identificado com os anseios das classes desfavorecidas. Este é o compromisso do Projeto Rondon.

Partindo de tais premissas, algumas diretrizes são determinadas:

- 6.1. fortalecer a articulação entre a sociedade civil e o Estado mediante a mobilização da comunidade para organizar-se, assumir a voz e vez no processo democrático atualmente em curso no País;
- 6.2. contribuir para a melhoradas condições físicas das associações e entidades da comunidade como base para a organização comunitária;
- 6.3. instrumentalizar a comunidade para o fortalecimento da sua organização;
- 6.4. buscar a ampliação de espaços dos Conselhos, Grupos Representativos, etc., junto às Instituições Federais, Estaduais, Municipais e Entidades Privadas;

- 6.5. alocar profissionais em regiões carentes de atendimento;
- 6.6. ampliar o nível do entendimento das Associações e Grupos Representativos Comunitários, em suas relações com Instituições Governamentais e Privadas, visando realçar a importância do papel da mobilização e organização, com vistas a atingir as metas econômicas, sociais e políticas preconizadas para o País;
- 6.7. criar condição para a prática do estudante, complementando sua formação nos aspectos social, político e profissional, e contribuindo para a sua completude como cidadão.

Objetivos:

- . buscar a participação do indivíduo nas questões da sua comunidade, através da mobilização social, visando contribuir para a solidificação das Instituições da sociedade civil como canal de influência nas determinações do Estado, através do fortalecimento e/ou organização comunitária das classes desfavorecidas.
- . orientar a população para o pleno exercício da cidadania, através do apoio individual, para obtenção de documentação civil, conhecimentos dos direitos básicos constitucionais e outros referentes à sua participação no processo democrático nacional;
- . oferecer orientação e apoio ao indivíduo para o correto encaminhamento das demandas comunitárias, com vistas à sua satisfação, nas diversas áreas de atuação das políticas sociais;
- . orientar e apoiar a formação de entidades e associações de representação comunitária;
- . colaborar na aquisição de equipamentos e materiais visando a ampliação, conservação, recuperação e construção de instalações de organizações comunitárias;
- . apoiar estudos e projetos de interesse da comunidade e que resultem em benefícios diretos aos processos de organização comunitária;
- . encaminhar e apoiar pleitos e reivindicações das comunidades aos organismos públicos e institucionais, visando a melhoria de qualidade de vida da população e o fortalecimento da base comunitária;
- . buscar a participação e o engajamento das associações e grupos comunitários nas ações de relevância social implementadas pelas Instituições Governamentais.

7. PROGRAMA DE APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS

A Fundação Rondon assume, com este Programa, o papel de Órgão de Apoio a Estudos e Pesquisas que venham em benefício das comunidades atuadas e/ou cujos resultados sejam voltados para a contribuição ao desenvolvimento regional.

O tipo de apoio ofertado refere-se tanto às instalações físicas como à inserção de estudantes e técnicos em projetos específicos.

Para tanto, o Rondon estabelece as diretrizes:

- 7.1. apoiar pesquisas experimentais e exploratórias bem como pesquisa-ação que resultem necessariamente em contribuições concretas para a melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres do País, prioritariamente nas áreas de educação, saúde comunitária, produção e abastecimento, cultura, esporte e lazer, habitação e meio ambiente e mobilização e organização de comunidades;
- 7.2. contribuir para melhoria de desempenho de Órgãos Setoriais do campo social;
- 7.3. apoiar ações de entidades de pesquisas, visando o desenvolvimento de experiências de interesse da população estudantil.

Objetivos:

- . contribuir para a produção e sistematização de conhecimentos científicos, para a solução de problemas concretos da comunidade, através do favorecimento de condições físicas e financeiras para estudos e pesquisas;
- . incentivar a participação de alunos e professores em estudos repassados para a população;
- . participar da avaliação de desempenho e de resultados de programas governamentais no campo social, através da aplicação de pesquisas direcionadas para diagnósticos institucionais e respectivas reprogramações, visando o atingimento de objetivos propostos.

8. PROGRAMA DE APOIO INSTITUCIONAL

Com esse Programa, o Rondon visa centrar esforços para articular harmonicamente o desenvolvimento de atividades-meio, com as atividades-fim dos demais Programas.

Fundamenta-se no princípio da valorização dos recursos humanos nas relações internas de trabalho, bem como na interação com o estudante voluntário, professores, colaboradores e membros da comunidade.

Para isso, são fixadas as diretrizes:

- 8.1. obter unidade de linguagem e procedimento do quadro técnico na execução de suas atribuições, diante da nova linha programática adotada, mediante sua capacitação;
- 8.2. garantir a execução da política institucional nos diferentes níveis de trabalho;
- 8.3. participar e contribuir para o debate sobre os diferentes temas de importância para o projeto de mudança social do País, tais como: Reforma Universitária, Reforma Agrária, Reforma Tributária e outros temas de importância e interesse nacional;
- 8.4. prestar apoio mediante assessoramento à Administração Municipal de cidades de pequeno porte, através de articulação com Órgãos especializados no setor;
- 8.5. prestar apoio ao estudante, grupos ou entidades estudantis;
- 8.6. buscar a integração com os diferentes níveis da Administração Pública, Federal, Estadual e Municipal.

Objetivos:

- . garantir o desenvolvimento da nova linha programática do Projeto Rondon, através do treinamento do seu quadro de pessoal, para ações específicas necessárias ao trabalho;
- . apoiar a realização de Seminários e Cursos que possibilitem a capacitação do quadro técnico e administrativo da Instituição;
- . racionalizar a atuação da Instituição, adaptando o seu funcionamento ao novo sistema de planejamento e operações, visando aperfeiçoar a ação da Fundação Projeto Rondon, inclusive descentralizando os processos de operacionalização e administração da Instituição;
- . buscar o atingimento de resultados efetivos que usem conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida das populações carentes;
- . informar à população sobre temas de interesse nacional (Reforma Agrária, Reforma Universitária, etc) e incentivar, no âmbito das Instituições de Ensino e das comunidades, debates sobre questões técnico-científicas, social e cultural, através de Seminários, Conferências e Simpósios;
- . contribuir para o fortalecimento da Administração Municipal, Estadual e Federal, através de assessoramento e de ação conjunta, prioritariamente com as Prefeituras de Municípios de pequeno porte;
- . agregar às entidades, comunidades e instituições públicas a contribuição profissional de técnicos especializados;

- . ampliar a visão do estudante quanto às questões técnico-administrativas e políticas com ênfase na base do sistema federativo;
- . apoiar o estudante através de estágio e ações que possibilitem o intercâmbio de conhecimentos;
- . apoiar Grupos de Estudantes, Diretórios, Casas de Estudantes e outras Entidades, visando o fortalecimento do processo organizativo do estudantado brasileiro.

9. PROGRAMA EDITORIAL

A Fundação Rondon pretende, neste programa, através da publicação de textos de aula, fascículos e manuais, transmitir, prioritariamente, conhecimentos e informações que possibilitem a integração do estudante e das comunidades na realidade brasileira, com análises do arcabouço institucional e constitucional, do quadro econômico, político, social e da formação histórica do País, visando o exercício pleno da cidadania e participação no processo de desenvolvimento.

Será buscada, ainda, a complementação cultural do estudante através de ensinamentos universais e a transferência de conhecimentos e informações práticas que possibilitem a melhoria de qualidade de vida das populações com as quais o Rondon interagirá.

Serão, portanto, diretrizes deste Programa:

- 9.1. a publicação de textos com conhecimentos regionais e universais visando a complementação da formação de estudante universitário e de nível médio;
- 9.2. a confecção e edição de fascículos e manuais que possibilitem repassar conhecimentos que atuem na melhoria de qualidade de vida de populações carentes;
- 9.3. a edição de textos sobre o nosso quadro constitucional, buscando qualificar o diálogo político, ministrando ao cidadão instrumental para melhorar a avaliação e compreensão dos seus direitos e deveres.

A N E X O V

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E OPERACIONAL DA FUNDAÇÃO

PROJETO RONDON

1. PRESIDÊNCIA

Presidente:

- . Chefe de Gabinete: Renan Monteiro Soares
- . Assessoria de Imprensa: Magno Martins da Fonseca
- . Assessoria de Relações Públicas: Antonio Carlos B. Lago
- . Assessoria de Editorial: Norma Guimarães Azeredo
- . Auditoria: Dumont Torres Cuoco
- . Procuradoria Jurídica: Celso Ribas

2. DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Antonio Carlos Dequech José

- . Coordenadoria de Modernização Administrativa: Vanilda Campos Ottoni
- . Divisão de Pessoal: Francisco Gois de Oliveira
- . Divisão de Contabilidade: Valdenora Pereira de Oliveira
- . Divisão de Material e Patromônio: Jorge Luiz Rodrigues
- . Divisão de Serviços Gerais: Isanil Sávio Lopes Jardim

3. DIRETORIA DE OPERAÇÕES

Diretor: Aldo Pinheiro da Fonseca

- . Coordenadoria de Programação: Aracy Costa Paiva
- . Coordenadoria de Acompanhamento: Jaime Quirino da Costa

4. DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Diretor: Francisco das Chagas Souza Luna

- . Coordenadoria de Planejamento: Fernando Dal'Ava
- . Coordenadoria de Avaliação; Rita de Cássia da Silva
- . Coordenadoria de Informática: Maria de Jesus C. Ferraz
- . Coordenadoria de Prog. Orçamentária: Dinair Pamplona Beltrão Luna
- . Centro de Documentação: Maria de Lourdes P. Cardoso

A N E X O V I

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR ENVOLVIDAS NO PROGRAMA "CAMPUS AVANÇADO" DO PROJETO RONDON

01. CAMPUS AVANÇADO DE RARAIMA
Universidade Federal de Santa Maria
02. CAMPUS AVANÇADO DE TIETÊ
Universidade Federal de Juiz de Fora
03. CAMPUS AVANÇADO DE PARINTINS
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
04. CAMPUS AVANÇADO DO MÉDIO ARAGUAIA
Fundação Universidade de Brasília
05. CAMPUS AVANÇADO DE RONDÔNIA
Fundação Universidade Federal do Mato Grosso
06. CAMPUS AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL
Universidade Estadual de Campinas
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Escola Superior de Agronomia e Engenharia Florestal Luiz de
Queiróz (USP)
07. CAMPUS AVANÇADO DE XAPURI
Fundação Universidade Federal do Acre
Universidade Federal do Ceará
08. CAMPUS AVANÇADO DE SANTARÉM
Universidade Federal de Santa Catarina
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
09. CAMPUS AVANÇADO DE ALTAMIRA
Universidade Federal de Viçosa
Faculdades Integradas de Uberaba
Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
10. CAMPUS AVANÇADO DE BARREIRAS
Universidade federal da Bahia
11. CAMPUS AVANÇADO DE MARABÁ
Universidade de São Paulo

12. CAMPUS AVANÇADO DE IRECÊ
Universidade Mackenzie
Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Associação de Ensino "João Ramalho"
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Organização Santamarense de Educação e Cultura
Faculdade Metropolitanas Unidas
13. CAMPUS AVANÇADO DE PICOS
Universidade Federal de Goiás
Fundação Universidade Federal do Piauí
Faculdade de Odontologia João Prudente de Anápolis - GO
Escola Superior de Educação Física de Goiás
14. CAMPUS AVANÇADO DE IMPERATRIZ
Universidade Federal do Paraná
Universidade Federal do Maranhão
15. CAMPUS AVANÇADO DE HUMAITÁ
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Faculdade de Educação de Avaré
Fundação Educacional de BAURU
Fundação Universidade do Amazonas
16. CAMPUS AVANÇADO DO ALTO SOLIMÕES
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
17. CAMPUS AVANÇADO DE ITAITUBA
Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
Fundação Educacional da Região de Blumenau
Fundação EDUCACIONAL do Sul de Santa Catarina
Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense
18. CAMPUS AVANÇADO DO AMAPÁ
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Centro de Estudos Superiores do Pará
Faculdade Estadual de Medicina do Pará
19. CAMPUS AVANÇADO DE CÁCERES
Universidade Federal de Pelotas
Universidade Católica de Pelotas
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

20. CAMPUS AVANÇADO DO VALE DO JEQUITINHONHA
Universidade Católica de Minas Gerais
Escola Superior de Agricultura de Lavras
21. CAMPUS AVANÇADO DE PARNAÍBA
Universidade Federal do Espírito Santo
22. CAMPUS AVANÇADO DE LIMOEIRO DO NORTE
Fundação Universidade Estadual de Londrina
Universidade Estadual do Ceará
23. CAMPUS AVANÇADO DO ALTO RIO NEGRO
Universidade Federal Rural de Pernambuco

DISTRIBUIÇÃO DOS CAMPI AVANÇADOS EM 1984



A N E X O V I I

Campus Avançado: Entidades Convenentes e Respectivos Encargos

Universidade(s)/GTU/Departamentos	Planejamento e Execução de toda a Programação Desenvolvida no Campus Avançado, Equipamento e Material Especializado para as Atividades
Universidade(s)/GTU	<p>Coordenação dos trabalhos de preparação de equipes a serem enviadas ao Campus Avançado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recrutamento • Treinamento • Articulação com departamentos e professores/pesquisadores • Providências relativas à viagem dos participantes <p>– Acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas no Campus Avançado, bem como eventuais intervenções</p> <p>– Articulações necessárias com outras entidades convenentes, especialmente da localidade, e com a Fundação Projeto Rondon/Gerência de Campus Avançado</p> <p>– Preparação de relatórios operacionais periódicos</p> <p>– Expedição de certificados de participação</p>
Universidade/Reitor	<p>– Responsabilidade geral dos encargos assumidos pela universidade</p> <p>– Nomeação do diretor e do administrador do Campus Avançado</p> <p>– Responsabilidade pelos recursos recebidos da Fundação Projeto Rondon e de outras entidades</p> <p>– Assinatura do convênio suas alterações ou rescisão</p> <p>– Responsabilidade pela remuneração ordinária dos professores/pesquisadores ou funcionários da universidade enviados ao Campus Avançado</p>
Fundação Projeto Rondon/ Diretoria de Administração	<p>– Entrega do patrimônio do Campus Avançado – inclusive equipamento de rádio e responsabilidade da(s) universidade(s)</p> <p>– Exame de prestação de contas dos recursos transferidos</p>
Universidade(s)GTU/Departamentos	Planejamento e Execução de toda a Programação Desenvolvida no Campus Avançado, Equipamento e Material Especializado para as Atividades
Fundação Projeto Rondon/ Coordenações Estaduais	<p>– Comunicação com a direção do Campus Avançado e GTU para eventual atuação como base de apoio</p> <p>– Participação na programação, acompanhamento e avaliação das atividades do Campus Avançado, em sua área de jurisdição</p> <p>– Atuação conjunta com a diretoria do Campus Avançado/GTU, visando a assegurar apoio operacional e logístico às atividades do Campus Avançado</p>
Órgãos Regionais de Desenvolvimento	<p>– Participação nas articulações iniciais para a implantação ou ampliação de Campus Avançado em sua área de jurisdição</p> <p>– Participação como convenente no processo de implantação e manutenção dos <i>campi</i> avançados</p> <p>– Participação na definição de projetos e colaboração, inclusive financeira, no desenvolvimento das atividades</p>
Entidades Públicas Locais (Prefeituras, Secretarias de Estado, Fundações Estaduais ou Municipais, etc.)	<p>– Participação na elaboração do programa de trabalho do Campus Avançado e eventual colaboração, inclusive financeira, na manutenção das atividades</p> <p>– Possível participação no convênio ou nos termos aditivos</p> <p>– Participação no planejamento, execução e avaliação dos trabalhos do Campus Avançado</p> <p>– Participação na avaliação dos trabalhos desenvolvidos</p>

Campus Avançado: Entidades Convenentes e Respective Encargos

Universidade(s)GTU/Departamentos	Planejamento e Execução de toda a Programação Desenvolvida no Campus Avançado, Equipamento e Material Especializado para as Atividades
<p>Fundação Projeto Rondon/ Presidência</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Entendimentos e articulações iniciais com entidades convenentes, especialmente as universidade(s) - Responsabilidade geral pelos encargos de apoio, sobretudo financeiro, ao Campus Avançado - Supervisão dos encargos da Fundação Projeto Rondon - Assinatura do convênio, suas alterações e rescisão
<p>Fundação Projeto Rondon/ Diretoria de Operações/ Gerência de Campus Avançado</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Articulações com órgãos governamentais e privados, visando a abrir novas oportunidades de programação e financiamento, encaminhando-as à consideração da(s) universidade(s) - Transferência regular de recursos ao diretor do Campus Avançado para despesas de hospedagem, alimentação, conservação, transporte na área de influência e demais compromissos financeiros - Providências relativas ao seguro de vida e acidente dos participantes - Providências relativas ao transporte universidade(s) — sede do Campus Avançado <ul style="list-style-type: none"> - Universidade(s) - Participação na elaboração do programa de trabalho do Campus Avançado - Acompanhamento dos trabalhos da(s) universidade(s) e presença periódica junto ao Campus Avançado - Análise dos relatórios dos participantes, do diretor do Campus Avançado da(s) universidade(s)/GTU, para as providências necessárias

A N E X O V I I I

Normas para Funcionamento de um Campus Avançado*

1. FINALIDADE

O presente documento tem por finalidade estabelecer normas que permitam o perfeito funcionamento dos Campi Avançados.

2. OBJETIVOS DO PROGRAMA CAMPUS AVANÇADO

O Programa Campus Avançado se constitui numa estratégia de interiorização do desenvolvimento pela Universidade, através de base permanente instalada em um município do interior brasileiro.

Propõe-se a desenvolver atividades referentes à formação sócio-profissional dos estudantes universitários, vinculados às necessidades das comunidades interioranas e à participação mais efetiva da Universidade no desenvolvimento nacional, tendo como objetivos fundamentais:

2.1. possibilitar às Instituições de Ensino Superior, participação efetiva no processo de desenvolvimento sócio-econômico-cultural, oportunizando a concretização da Política de Educação Superior;

2.2. proporcionar aos universitários aprendizado sócio-profissional vinculado às necessidades do país, mediante participação em trabalhos integrados aos currículos e conteúdos programáticos das Instituições de Ensino Superior;

2.3. colaborar, com recursos humanos qualificados, em conjunto com Órgãos Públicos e Privados, a níveis nacional, regional, estadual e local sob a forma de estágio, pesquisa, prestação de serviços e outras modalidades de trabalho, visando contribuir para o desenvolvimento local;

2.4. estimular a participação das comunidades no seu próprio processo de desenvolvimento;

2.5. estimular a fixação de recursos humanos qualificados na área de atuação do Campus.

Para a consecução desses objetivos os Campi Avançados necessitam de diretrizes que permitam homogeneizar e sistematizar as relações, quer de planejamento, quer administrativas, entre o Projeto Rondon e as Instituições de Ensino Superior.

(*) Texto produzido pela Gerência do PROEX - Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior da Fundação Projeto Rondon, em fevereiro de 1982.

3. COMPETÊNCIAS

3.1. Cabe à Instituição de Ensino Superior

3.1.1. sensibilizar o corpo docente, a partir de uma mobilização a nível departamental, no sentido de que os planos de trabalho didáticos sejam integrados por atividades de ensino, pesquisa e extensão;

3.1.2. criar na Instituição de Ensino Superior, órgão coordenador dos trabalhos do Campus Avançado, devendo o mesmo ficar vinculado, preferencialmente ao órgão central de coordenação de Extensão ou similar e ser constituído dos seguintes elementos:

- a) um coordenador, membro de Corpo Docente da Instituição de Ensino, indicado pelo Órgão de Extensão com a aprovação da Reitoria, com carga horária disponível que lhe permita desempenhar suas atividades;
- b) um representante de cada Departamento, Curso ou Unidade de Ensino, a fim de que haja a participação efetiva de todos os setores e disciplinas;
- c) um representante do corpo discente;

3.1.3. compatibilizar as ações a serem desenvolvidas pelos "Campi" Avançados aos planos, programas e projetos dos Órgãos de Desenvolvimento a nível regional, estadual e local, procurando, desta forma, uma maior integração entre as Políticas de Educação e Desenvolvimento.

3.1.4. baixar atos regulamentares à participação do corpo docente e discente nas atividades do Campus Avançado, estabelecendo, expressivamente, que os Projetos e Atividades desenvolvidos pelos universitários e professores, serão incorporados ao currículo escolar, com o devido registro em instrumentos apropriados a tal fim;

3.1.5. levar os Departamentos a se responsabilizar pela programação, execução, supervisão e avaliação do Programa Campus Avançado.

3.1.6. estimular a participação das Instituições de Ensino Superior sediadas na área de atuação do Campus, dos Órgãos Regionais, Estaduais e Locais, e da Comunidade na elaboração, execução e avaliação da programação do Campus Avançado;

3.1.7. elaborar e/ou atualizar regimento interno do Campus Avançado;

3.1.8. introduzir, nos orçamentos anuais da Instituição, dotações especiais destinadas às atividades do Campus Avançado;

3.1.9. responsabilizar-se pela remuneração ordinária dos professores ou funcionários enviados ao Campus Avançado;

3.1.10. fornecer material necessário aos trabalhos a serem desenvolvidos no Campus Avançado, quando os mesmos não constarem do orçamento previamente apresentado ao Projeto Rondon ou se tratar de material técnico.

3.2. Cabe ao Projeto Rondon

3.2.1. participar da elaboração da Programação dos Campi Avançados;

3.2.2. acompanhar e avaliar as atividades dos Campi Avançados, em conjunto com as Instituições de Ensino Superior e Órgãos envolvidos, de modo a verificar a coerência do trabalho executado frente aos aspectos conceituais-operacionais propostos para o Programa, implementando quando necessário, as ações corretivas;

3.2.3. promover a divulgação do Programa e suas potencialidades junto às Instituições de Ensino Superior e aos órgãos públicos ou entidades privadas da área de atuação dos Campi Avançados, a fim de despertar seu interesse e participação;

3.2.4. articular-se com órgãos governamentais e privados, visando abrir novas oportunidades de programação e financiamento de projetos para os Campi Avançados;

3.2.5. apoiar, através de suas Coordenações nas regiões onde estão situadas as Instituições de Ensino Superior, o treinamento básico dos participantes do Campus Avançado;

3.2.6. responsabilizar-se pela manutenção financeira dos Campi Avançados;

3.2.7. prestar apoio logístico às atividades dos Campi Avançados, responsabilizando-se pelo transporte e remanejamento das equipes;

3.2.8. promover treinamento para os novos diretores, Administradores dos Campi Avançados e responsáveis pelo órgão coordenador e Coordenadores dos trabalhos do Campus na Universidade, com o objetivo de informar sobre a Estrutura e Funcionamento do Projeto Rondon e sobre os Aspectos Conceituais e Operacionais do Programa Campus Avançado;

3.2.9. conceder moradia na sede do Campus ou, na falta de mesma, aluguel de imóvel residencial para o Diretor Geral e Administrador dos Campi Avançados, desde que os mesmos sejam do quadro da Universidade;

3.2.10. conceder passagens de ida e volta ao Campus para as Direções dos Campi Avançados, assim como aos seus dependentes, devidamente reconhecidos em assentamentos funcionais, ao início e término de suas gestões;

3.2.11. conceder passagens para retorno à origem e volta aos Campi Avançados, tanto para a Direção como para seus dependentes, em caso de doença.

3.3. Órgão de Coordenação dos Trabalhos do Campus Avançado

A Coordenação do Programa Campus Avançado na Instituição de Ensino Superior, está situada junto ao órgão central de coordenação da extensão ou similar e será exercida por um membro do corpo docente da Instituição de Ensino Superior,

o qual terá sob sua responsabilidade a coordenação dos trabalhos do Campus, em conjunto com representantes dos Departamentos, Cursos ou Unidades de Ensino.

3.3.1. Ao Órgão de Coordenação dos Trabalhos compete:

3.3.1.1. criar uma sistemática de articulação e divulgação do Programa Campus de maneira que os Departamentos e demais segmentos da Instituição de Ensino possam conhecê-lo e utilizá-lo como base para as atividades do ensino, pesquisa e extensão;

3.3.1.2. elaborar o regimento interno do Campus;

3.3.1.3. indicar entre os membros do corpo docente o nome do Diretor Geral do Campus, submetendo-o à aprovação da Reitoria;

3.3.1.4. selecionar, em conjunto com a Direção do Campus, elemento da comunidade que possa assumir a Direção Administrativa do Campus;

3.3.1.5. estabelecer o cronograma de reuniões do programa Campus Avançado, remetendo-o à Diretoria de Operações da Fundação Projeto Rondon - Gerência do Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior - PROEX;

3.3.1.6. coordenar e elaborar a programação do Campus;

3.3.1.7. selecionar em conjunto com os Departamentos e/ou Cursos os participantes do Campus Avançado;

3.3.1.8. estabelecer uma sistemática de treinamento às equipes que se destinam ao Campus, visando assegurar perfeito desempenho dos trabalhos no Campus Avançado;

3.3.1.9. responsabilizar-se pela organização geral da equipe que irá participar do Campus Avançado;

3.3.1.10. coordenar e supervisionar, permanentemente, as atividades do Campus, em estreito relacionamento com o Diretor do Campus Avançado;

3.3.1.11. responsabilizar-se pelo envio mensal da lista de participantes à Agência Seguradora;

3.3.1.12. retirar as passagens aéreas quando for o caso;

3.3.1.13. devolver ao Projeto Rondon as passagens não utilizadas;

3.3.1.14. enviar mensalmente à Coordenação Estadual do Projeto Rondon a relação de universitários que se deslocam nos vôos FAB, quando for o caso;

3.3.1.15. responsabilizar-se pelo envio à Diretoria de Operações /Gerência do PROEX/Projeto Rondon, até 15 dias após o final de atuação de cada equipe, o relatório dos participantes e da Direção do Campus;

3.3.1.16. enviar à Diretoria de Operações/Gerência do Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior/Projeto Rondon, relatório trimestral a respeito do trabalho do Campus;

3.3.1.17. avaliar o programa Campus Avançado semestralmente, aferindo os seus resultados a nível de Universidade e da comunidade;

3.3.1.18. promover uma vez ao ano, em conjunto com o órgão competente na unidade, a realização de um Seminário sobre Extensão Universitária e Campus Avançado.

3.4. A Direção do Campus Avançado

A Direção do Campus Avançado será exercida por elemento do corpo docente da Instituição de Ensino Superior, indicado pelo Órgão Coordenador dos Trabalhos na Instituição de Ensino Superior e designado pela Reitoria, e/ou Diretoria, devendo permanecer no Campus por um período mínimo de 01(um) ano e máximo de 02(dois) anos, e preencher os seguintes requisitos:

- . ter boa capacidade de relacionamento;
- . conhecer os Fundamentos Básicos e a Estrutura do Projeto Rondon e de maneira especial, o Programa Campus Avançado;
- . exercer liderança entre os universitários;
- . ter sensibilidade para trabalho social com comunidade;
- . ter conhecimento de administração;
- . ser, preferencialmente, casado.

Em resumo, a atuação de um Diretor de Campus Avançado pode ser descrita como, basicamente, uma ação pedagógica.

Além disso, trata-se de uma ação política voltada para a comunidade da micro-região onde está situado o Campus Avançado.

Sugere-se que ao final da gestão do Diretor do Campus, o mesmo permaneça aproximadamente 15 dias com seu substituto, quando então passará de maneira minuciosa a Direção do Campus.

Ao Diretor Geral do Campus Avançado compete:

3.4.1.1. propiciar ambiente familiar ao Campus Avançado;

3.4.1.2. cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Campus Avançado;

3.4.1.3. ministrar treinamento às equipes na área, com o objetivo de propiciar informações de caráter cultural operacional programático;

3.4.1.4. dar amplo apoio aos universitários;

3.4.1.5. estabelecer contatos com os líderes da comunidade;

3.4.1.6. contatar com órgãos de desenvolvimento que atuam na área visando a compatibilização do planejamento das atividades do Campus Avançado com os programas dos mesmos;

3.4.1.7. divulgar os trabalhos realizados na área;

3.4.1.8. manter ligação sistemática e harmônica com o Órgão Coordenador do Programa Campus Avançado na Instituição de Ensino Superior enviando-lhe relatório mensal dos trabalhos desenvolvidos durante o período de permanência de cada equipe na área;

3.4.1.9. empenhar-se na realização da integração entre as Universidades convenientes, quando for o caso;

3.4.1.10. responsabilizar-se pela utilização adequada dos recursos enviados pelo Projeto Rondon, para manutenção do Campus Avançado, e/ou execução de projetos;

3.4.1.11. responsabilizar-se pela conservação e preservação do patrimônio colocado à disposição do Campus, quer seja da Fundação Projeto Rondon e/ou outros órgãos;

3.4.1.12. subsidiar ou co-participar da elaboração da programação do Campus;

3.4.1.13. acompanhar a execução da programação do Campus;

3.4.1.14. cultivar o sentido do retorno;

3.4.1.15. elaborar ao fim da atuação de cada equipe, relatório enfocando o trabalho desenvolvido, assim como os aspectos operacionais administrativos e financeiros do Campus Avançado, enviando-o para a Gerência do Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior;

3.4.1.16. recolher e enviar à Gerência do Programa de Apoio às Instituições de Ensino Superior os Questionários de atuação dos universitários, no último dia de permanência da equipe no Campus.

3.5. A Administração do Campus Avançado

A ação do Administrador deve estar voltada para o funcionamento interno do Campus no sentido de assegurar uma infra-estrutura de apoio às equipes que se deslocam para o Campus Avançado.

O Administrador deverá ser um elemento do quadro da Universidade ou elemento contratado na própria área do Campus Avançado pela Instituição de Ensino Superior, com formação de nível médio, com prática de contabilidade.

3.5.1. Ao Administrador compete:

3.5.1.1. administrar o Campus Avançado de acordo com as diretrizes e ordens do Diretor do Campus Avançado;

3.5.1.2. responsabilizar-se pelo almoxarifado do Campus Avançado;

3.5.1.3. responsabilizar-se pela elaboração das prestações de contas do Campus Avançado;

3.5.1.4. responsabilizar-se pela manutenção das instalações físicas e dos bens móveis do Campus Avançado;

4. O PLANEJAMENTO

O Planejamento deverá ser coordenado pelo Órgão responsável pelos Departamentos ou órgãos similares, através de seus professores. Tal planejamento será definido através de programas anuais ou plurienais, compatibilizados com os objetivos de ensino e pesquisa da Instituição de Ensino Superior, com os programas dos Órgãos de desenvolvimento regionais, estaduais e locais e com os objetivos do Projeto Rondon para Campus Avançado, contando, para tanto, com a participação da comunidade local.

Após elaborada a programação do Campus Avançado, deverá a mesma ser remetida ao Projeto Rondon, para acompanhamento e negociações dos projetos específicos junto aos órgãos financiadores.

A Programação de um Campus Avançado deverá fazer parte integrante do convênio de funcionamento, assinado entre o Projeto Rondon, a Instituição de Ensino Superior e demais órgãos envolvidos.

5. AS EQUIPES

Os universitários que se deslocam para o Campus Avançado devem ser informados das normas de ação em vigor para o Programa Campus Avançado.

Toda equipe deverá ter um representante designado pelo Órgão Coordenador dos trabalhos na Instituição de Ensino Superior, ao qual caberá a responsabilidade pelo grupo durante o transporte/aéreo/terrestre/fluvial e remanejamento, assim como representá-la e falar em nome dela sempre que necessário.

As equipes deverão ter a supervisão de um professor durante sua atuação no Campus.

O universitário, ao final de sua atuação no Campus, deverá preencher o "Questionário de atuação" e entregá-lo ao Diretor do Campus, que por sua vez o enviará ao Projeto Rondon - Gerência do PROEX.

O universitário que no final de seu trabalho quiser se desligar do restante da equipe, para fazer outro percurso de volta à origem, poderá fazê-lo desde que assine o termo de desligamento e o faça com recursos próprios. Caberá então ao Diretor do Campus o recolhimento da passagem aérea comercial, se for este o sistema de transporte utilizado, assim como a assinatura do termo.

6. O TREINAMENTO

Todas as equipes de universitários que se deslocam para o Campus Avançado devem receber treinamento adequado nos seguintes níveis:

. ao Órgão Coordenador dos trabalhos em conjunto com a Coordenação Estadual do Projeto Rondon cabe o treinamento Básico das equipes;

. o treinamento específico deverá ser realizado pelo Departamento, Coordenação de Cursos ou Organismos similares das Instituições de Ensino Superior, visando dar ao participante instrumental que permita a realização das atividades previamente estabelecidas na programação;

. à Direção do Campus cabe ministrar parte do treinamento com o objetivo de proporcionar informações de caráter cultural e operacional aos participantes, em sua chegada à sede do Campus;

. cabe à Instituição de Ensino Superior, no entanto, através das Pró-Reitorias, Órgãos Coordenadores dos trabalhos do Campus Avançado, Departamentos, Coordenações de Cursos ou organismos similares e corpo discente a realização de Treinamento Permanente, através de Seminários, reuniões de debates e avaliações no sentido de que o processo ensino-aprendizagem seja assegurado através de circulação da experiência vivenciada no Campus.

7. O SEGURO

Os universitários que se deslocam para o Campus Avançado estarão segurados contra acidentes pessoais.

É de responsabilidade do Órgão Coordenador dos trabalhos na Instituição de Ensino Superior, o envio da lista de participantes à Companhia Seguradora, devendo a mesma ser preenchida corretamente e postada no Correio do dia do embarque da equipe.

Em caso de um prolongamento da permanência de algum participante no Campus Avançado, o Órgão Coordenador dos trabalhos na Instituição de Ensino Superior deverá incluí-lo na relação da equipe referente ao mês subsequente.

8. O LAZER

O Campus Avançado deverá proporcionar aos universitários, lazer e recreação, fornecendo equipamentos necessários e promovendo jogos e torneios esportivos com a comunidade. Ao Projeto Rondon e à Instituição de Ensino Superior cabem criar estas condições.

9. O TRANSPORTE

O transporte das equipes dos Campi Avançados é de responsabilidade do Projeto Rondon, sendo feito via terrestre, via fluvial e via aérea, em vôos comerciais e em vôos da FAB, conforme as distâncias geográficas entre as Instituições de Ensino Superior e às sedes dos Campi Avançados.

As passagens dos vôos comerciais são liberadas através das Companhias Aéreas, conforme o trecho a ser voado, devendo ser retiradas pelo Coordenador do Órgão Coordenador dos trabalhos dos Campi nas Instituições de Ensino Superior dias antes da data da partida das equipes.

As passagens retiradas e não utilizadas no devido tempo, terão que ser devolvidas ao núcleo central do Projeto Rondon para o processamento do crédito.

Cabe ainda ao Projeto Rondon, através de suas Coordenações Estaduais, prestar o apoio logístico às equipes, quando de sua locomoção.

O Órgão Coordenador dos trabalhos na Instituição de Ensino Superior deverá observar rigorosamente o cronograma do transporte das equipes ao Campus, elaborado pelo Projeto Rondon com a concordância da Instituição de Ensino Superior. Não serão permitidas, em caso de vôos comerciais, a troca de vôos para outra Companhia Aérea, ou a modificação do cronograma de transporte das equipes, sem prévia consulta e autorização da Gerência do Programa.

10. O PATRIMÔNIO

Constituem patrimônio do Projeto Rondon todos os bens adquiridos ou a ele doados, que se encontrem no Campus Avançado.

É de responsabilidade da Instituição de Ensino Superior a conservação e manutenção desse patrimônio colocado à sua disposição.

A Instituição de Ensino Superior é responsável também pela reposição de bens que, por má utilização, tenham se tornado inservíveis.

A cada nova gestão no Campus, o Projeto Rondon enviará elemento da estrutura de seu Núcleo Central, para realizar levantamento da situação patrimonial e financeira.

11. A MANUTENÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO

O Projeto Rondon enviará os recursos necessários para atender a manutenção dos Campi Avançados às Instituições de Ensino Superior - IES responsáveis pelos mesmos.

As despesas decorrentes da manutenção do Campus deverão se pautar rigorosamente dentro dos recursos repassados àquelas Instituições de Ensino, conforme o Plano de Aplicação constante do convênio assinado entre as partes.

12. A PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos enviados às Instituições de Ensino Superior deverão seguir as normas de Administração Orçamentária e Financeira do Projeto Rondon para os Campi Avançados.

13. A AUDITORIA

O Projeto Rondon, através de sua Assessoria de Auditoria, se fará presente nos Campi Avançados, uma vez ao ano, podendo ser repetida, por ocasião da troca do Diretor ou ainda conforme as necessidades, a fim de proceder Auditoria de rotina e assessoramento ao Órgão Auditoriado, visando maior eficiência nos controles internos.

14. OS CONVÊNIOS

Todos os convênios, ajustes ou contratos a serem firmados pelas Instituições de Ensino Superior responsáveis pelos Campi Avançados com outras Instituições de Ensino Superior e/ou órgãos públicos e privados, quer seja para integração entre esses, execução ou financiamento da programação do Campus Avançado, deverão incluir o Projeto Rondon como parte conveniente.

15. A LICENÇA DE SERVIDORES PÚBLICOS PARA ESTAGIAREM NO CAMPUS AVANÇADOS

Ao Órgão de Coordenação dos trabalhos do Campus Avançado na Instituição de Ensino Superior caberá solicitar a autorização de afastamento para os professores universitários que forem funcionários públicos civis ou militares baseada no Decreto nº 84782 de 10 de junho de 1980, que regulamenta o assunto.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sintetizados foram, portanto, os principais aspectos relacionados ao funcionamento de um Campus Avançado. Cremos que o perfeito entendimento sobre a matéria em muito contribuirá para a eficiência do trabalho como um todo e, em particular, para o crescente aperfeiçoamento do Programa Campus Avançado.

Os casos omissos ao presente documento que possam surgir, serão solucionados pela Instituição de Ensino Superior e Projeto Rondon.

A N E X O I X

"CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL - ACRE

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I

DO "CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL

- Art. 1º - O "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul, da Universidade Estadual de Campinas, que se regerá pelo presente Regimento Interno, esta localizado no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, e é resultante de convênio firmado entre a UNICAMP, o GOVERNO DO ESTADO DO ACRE, a PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO SUL, a PRELAZIA DO ALTO JURUÁ e a FUNDAÇÃO PROJETO RONDON.

Capítulo II

DA FINALIDADE

- Art. 2º - O "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul (CACS) tem por finalidade:-
- I - transformar a micro-região em polo de desenvolvimento;
 - II - trabalhar em conjunto com os órgãos de desenvolvimento, observando as metas governamentais;
 - III - transmitir e proporcionar ao universitário uma visão global e dinâmica da realidade nacional;
 - IV - motivar as populações locais para que participem desse esforço comum;
 - V - favorecer a aplicação prática de conhecimentos adquiridos na Universidade, que sejam de utilidade para as populações;
 - VI - promover a adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e política de fixação de técnicos;
 - VII - realizar pesquisas de interesse para a Comunidade de Cruzeiro do Sul;
 - VIII - realizar pesquisas de interesse cultural e científico em nível graduado e pós-graduado;
 - IX - proporcionar aos estagiários um maior conhecimento das condições e possibilidades de nosso país;
 - X - realizar estágios supervisionados em graduação e em pós-graduação;
 - XI - promover cursos de extensão universitária;
 - XII - promover cursos de formação profissional;
 - XIII - orientar treinamento de mão-de-obra.

Capítulo III

DA ORGANIZAÇÃO

- Art. 3º - O "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul (CACS) compõe-se de:-
- I - Coordenadoria, sediada em Campinas, Estado de São Paulo;
 - II - Sede localizada em Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.
- Art. 4º - A Coordenadoria do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul corresponde no âmbito da FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, à designação genérica de GRUPO TRABALHO CRUZEIRO DO SUL (G.T.C.S.)
- Art. 5º - A Sede do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul, situada na cidade de Cruzeiro do Sul, possui as dependências administrativas do "Campus" Avançado e serve de base de operações para os serviços dos estagiários.

Capítulo IV

DA FINALIDADE DO G.T.C.S.

- Art. 6º - A Coordenadoria do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul (CACS), Órgão Universitário subordinado à Reitoria da UNICAMP, tem por finalidade:-
- I - coordenar, em Cruzeiro do Sul, os trabalhos necessários à atuação do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul;
 - II - supervisionar e fiscalizar as ações do "Campus" Avançado;
 - III - sistematizar o entrosamento necessário entre as diretrizes do Governo do Estado do Acre, da FUNDAÇÃO PROJETO RONDON e da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP).

Capítulo V

DA COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO G.T.C.S.

- Art. 7º - A Coordenadoria do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul terá um Coordenador designado pelo Reitor.

- Art. 8º - O Coordenador será auxiliado por um Coordenador Associado designado pelo Reitor, por proposta do Coordenador do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul, escolhido entre os membros do G.T.C.S.
- Art. 9º - O G.T.C.S. será composto de Docentes da UNICAMP, de outras Instituições de Ensino Superior e de Estabelecimentos de Nível Médio que colaborem no envio de alunos ao "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul.
- Art. 10 - O G.T.C.S. divide-se nos seguintes setores:-
- I - SAÚDE
 - 1. Medicina
 - 2. Odontologia
 - 3. Farmácia
 - 4. Enfermagem
 - 5. Bioquímica
 - II - EDUCAÇÃO
 - 1. Pedagogia
 - 2. Educação Física
 - 3. Letras
 - 4. Biblioteconomia
 - 5. Psicologia
 - III - SÓCIO-ECONÔMICO
 - 1. Direito
 - 2. Ciências Econômicas
 - 3. Ciências Contábeis
 - 4. Administração de Empresas
 - 5. Ciências Sociais
 - 6. Estudos Sociais
 - 7. Serviço Social
 - 8. Artes e Comunicações
 - 9. Ciências Domésticas
 - IV - TECNOLÓGICO
 - a) Nível Superior
 - 1. Engenharia Civil
 - 2. Engenharia Mecânica
 - 3. Engenharia Elétrica
 - 4. Tecnologia Sanitária
 - 5. Tecnologia em Construção Civil
 - 6. Tecnologia em Obras e Solos
 - 7. Geologia e Mineralogia

b) Nível Médio

1. Edificações
2. Estradas

V - AGRO-PECUÁRIO

1. Engenharia de Alimentos
2. Engenharia Agrícola
3. Engenharia Química
4. Biologia
5. Agronomia
6. Veterinária

Art. 11 - A Coordenadoria terá uma Secretaria, conduzida por um Secretario Executivo designado pelo Reitor, por proposta do Coordenador do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul.

Art. 12 - Ao COORDENADOR compete:-

- I - submeter ao Reitor os nomes dos componentes do G.T.C.S.;
- II - elaborar o Regimento Interno do "Campus" Avançado, encaminhando ao Reitor, para aprovação pelo Conselho Diretor;
- III - presidir os trabalhos do G.T.C.S.;
- IV - apresentar ao Reitor e encaminhar à FUNDAÇÃO PROJETO ROMXON:-
 - a) Planejamento Anual de Atuação
 - b) Planejamento Anual Financeiro
 - c) Relatórios de Administração, recebidas do "Campus" Avançado
 - d) Prestações de Contas, recebidas do "Campus" Avançado
 - e) Avaliação Anual das Atividades
 - f) Alterações das Programações
- V - constituir, preparar e enviar as Equipes de estagiários;
- VI - promover treinamento básico e específico de cada Equipe antes do embarque;
- VII - realizar reunião de avaliação após o regresso de cada Equipe;
- VIII - exigir vacinação dos participantes das Equipes antes do embarque;
- IX - providenciar todas as medidas que se relacionem com transporte;
- X - divulgar os trabalhos do "Campus" Avançado na esfera de influência da Universidade, através de palestras, conferências, publicações etc., com o objetivo de difundir sua filosofia e os trabalhos realizados;

- XI - manter contatos permanentes com Reitores de Universidades, Diretores de Faculdades, Coordenadores de Cursos, Chefes de Departamentos, Professores, Diretórios Acadêmicos e todos os que se encontrarem em contato com universitários e Professores da UNICAMP a fim de estar sempre a par da apreciação dos Corpos Docente e Discente com relação ao "Campus" Avançado;
- XII - encaminhar ao Reitor, para apreciação, e, posteriormente, à FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, as Minutas de Convênios que sejam necessários ao melhor desempenho das atividades do "Campus" Avançado;
- XIII - providenciar a remessa de quaisquer materiais obtidos por doação, ou por fornecimento de órgão universitário, destinados ao trabalho no "Campus" Avançado, observadas as determinações legais quanto ao material permanente e/ou equipamentos e instalações;
- XIV - fazer os contatos necessários com a FUNDAÇÃO PROJETO RONDON;
- XV - fazer preencher os Certificados de Estágio no "Campus" Avançado;
- XVI - aplicar as sanções previstas pela FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, e solicitar ao Reitor as que correspondam à UNICAMP, para os estagiários que apresentarem desempenho negativo;
- XVII - elaborar o Planejamento Anual de atuação das Equipes, para aprovação pelo Reitor e posterior remessa à FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, até, no máximo, um mês antes da data prevista para a partida da primeira Equipe do ano;
- XVIII - elaborar o Planejamento Anual Financeiro, para ser apresentado ao Reitor e remetido à FUNDAÇÃO PROJETO RONDON para aplicação, no exercício seguinte, contendo a previsão orçamentária das despesas necessárias à atuação anual, com classificação legal, e obedecidas também as normas da FUNDAÇÃO PROJETO RONDON;
- XIX - fazer, periodicamente, visitas de inspeção ao "Campus" Avançado ou designar para esse fim seu representante.
- Art. 13 - Compete ao Coordenador Associado substituir o Coordenador em seus impedimentos e desempenhar as funções que por este lhe forem delegadas.
- Art. 14 - Ao SECRETÁRIO EXECUTIVO compete:--
- I - manter os arquivos de Convênios, correspondências, planejamentos, relatórios, prestações de contas, relações de Equipes, relações de materiais, fichas de controle e tudo mais que se relacionar com a administração e desenvolvimento da atuação do "Campus" Avançado;

- II - abrir inscrições, por intermédio dos CENTROS, CURSOS E DEPARTAMENTOS, selecionando e quantificando os inscritos de acordo com as necessidades da atuação na área amazônica;
- III - preencher as Listas de Voo para embarque das Equipes;
- IV - preencher as fichas do pessoal estagiário;
- V - fazer assinar o Termo de Compromisso, em uma via, que será arquivada.

Capítulo VI

DA ORGANIZAÇÃO DA SEDE DO "CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL

- Art. 15 - O "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul possui um conjunto de servidores denominado "Corpo Permanente".
- Art. 16 - O "Corpo Permanente" será composto por uma Diretoria constituída de:-
 - I - Diretor
 - II - Diretor Associado
 - III - Administrador
 - IV - Servidores, cujo número variará de acordo com as necessidades e com a evolução do "Campus" Avançado.
- Art. 17 - O Diretor será necessariamente portador de diploma de Curso Superior.
- Art. 18 - Os membros da Diretoria serão indicados para suas funções pelo Coordenador do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul e serão designados pelo Reitor.

Parágrafo único - Os servidores serão indicados pelo Diretor do "Campus" Avançado e recrutados tanto quanto possível no mercado de trabalho de Cruzeiro do Sul.
- Art. 19 - O "Corpo Permanente" terá gratificação ou remuneração por seus serviços pagos pela UNICAMP com recursos fornecidos pela FUNDAÇÃO PROJETO RONDON obedecida a legislação pertinente.

Parágrafo único - No caso de já pertencerem aos quadros da UNICAMP, continuarão percebendo ainda seus vencimentos.

- Art. 20 - A administração do "Campus" Avançado terá sua organização elaborada pela Direção do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul, de conformidade com este Regimento Interno.
- Art. 21 - A Diretoria será assessorada por uma Secretária, a quem compete entre outras atribuições:-
- I - manter arquivos de Convênios, correspondências, planejamentos anuais e mensais, cópias de relatórios de administração e de atuação, prestações de contas, relações de Equipes, plantas de imóveis, contratos de alugueis e toda a espécie de documentação que se relacionar com as atividades do "Campus" Avançado, objetivando o seu controle e possibilitando o fornecimento de informações quando lhe forem solicitadas;
 - II - organizar e manter atualizado o fichário dos bens patrimoniais que constituem o acervo do "Campus" Avançado, em fichas padronizadas pela FUNDAÇÃO PROJETO RONIXON, onde será relacionado todo o material permanente;
 - III - manter atualizadas e em arquivos as fichas padronizadas, para pessoal permanente e estagiários, da FUNDAÇÃO PROJETO RONIXON, informando a esta e à UNICAMP, através da Direção do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul, qualquer alteração de pessoal;
 - IV - organizar e preencher as Listas de Voo de regresso das Equipes;
 - V - comunicar à FUNDAÇÃO PROJETO RONIXON, com 08 (oito) dias de antecedência à partida, as alterações nas Listas de Voo de regresso em relação às da ida.
- Art. 22 - Os pedidos, comunicações de recebimento e outros assuntos referentes ao material devido ou fornecido pela FUNDAÇÃO PROJETO RONIXON ou UNICAMP, deverão ser encaminhados pela Diretoria à Coordenadoria do G.T.C.S.
- Art. 23 - Semestralmente, será enviado à FUNDAÇÃO PROJETO RONIXON, o Mapa de Controle do material do "Campus" Avançado, pela Administração do "Campus" Avançado em impresso padronizado pela FUNDAÇÃO

- Art. 24 - Quando da chegada das Equipes o "Corpo Permanente" do "Campus" Avançado deverá estar preparado para instruí-la quanto às condições da atuação, de forma a complementar a preparação dada pelo G.T.C.S.
- Art. 25 - O "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul deve perseguir a meta de sua auto-suficiência financeira.
- §1º - Os serviços prestados pelo "Campus" Avançado passarão paulatinamente, a ser cobrados de acordo com o critério a ser determinado pela Coordenadoria do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul.
- §2º - Convênios poderão ser articulados para atingir a meta de auto-suficiência.
- Art. 26 - A Direção deverá enviar para a Coordenadoria do G.T.C.S., mensalmente, os relatórios de Administração e, trimestralmente, as Prestações de Contas.
- §1º - A Direção do "Campus" Avançado enviará, com a Equipe, que retornar, o Relatório de Administração, contendo:-
- a. comentários sobre os trabalhos realizados por setor;
 - b. dificuldades encontradas;
 - c. sugestões
- §2º - Serão enviados, ainda, os Relatórios dos Estagiários, para compilação de dados e fornecimento de Certificados de Estágio.

Capítulo VII

DO DIRETOR DO "CAMPUS" AVANÇADO

- Art. 27 - O Diretor do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul é o representante da UNICAMP naquela região, e como tal lhe compete:-
- I - dirigir o "Campus" Avançado, representando a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS perante o Governo do Estado do Acre e o Ministério do Interior, contando para isso com o auxílio do Diretor Associado e do Administrador;
 - II - receber as solicitações de assessoramento do Governo do Estado do Acre, tomando as providências que forem necessárias para a solução dos problemas mais prementes da região;

- III - auxiliar a comunidade de Cruzeiro do Sul, em todos os seus aspectos, utilizando para tal o "Campus" Avançado, os Professores, Coordenadores de Equipes e os universitários estagiários, coordenando normas de trabalho que sejam ditadas pelas condições de cada local ou situação;
- IV - providenciar para que os Professores e universitários em estágio em Cruzeiro do Sul, tenham o máximo de assistência e de atuação em todos os sentidos e inteirar-se do andamento de seus trabalhos para dar-lhes continuidade;
- V - solicitar através do Coordenador do G.T.C.S. à UNICAMP e à FUNDAÇÃO PROJETO RONDON a contratação de técnicos e funcionários que julgar necessários para o bom andamento da missão universitária e trabalho do "Campus" Avançado;
- VI - submeter à aprovação da FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, com o conhecimento ou solicitação do Governo do Estado do Acre e da UNICAMP, as providências que julgar necessárias para a ampliação dos serviços em benefício da região e que demandem despesas;
- VII - participar de organizações tais como Pactos Comunitários, Conselhos de Desenvolvimento e etc., que visem o bem estar social das populações;
- VIII - designar, juntamente com as autoridades e dirigentes das organizações interessadas, os jovens que deverão vir para a Sede da UNICAMP, com bolsas de estudo, devendo ser, desde logo, elaborado um regulamento, em separado, com as normas de escolha e compromissos decorrentes dessa designação;
- IX - regular, juntamente com as autoridades governamentais, os tipos de prestações de serviços, estabelecendo os horários de atendimento e locais onde deverão ser instalados;
- X - estabelecer as normas que deverão ser seguidas pelos universitários no "Campus" Avançado e em localidades sob sua jurisdição;
- XI - informar-se, permanentemente, junto ao Governo do Estado do Acre, da situação das comunidades no âmbito de sua jurisdição, com vistas à Assistência Social, visando o conhecimento das necessidades primordiais, para que sejam satisfeitas pelas equipes de Professores e universitários;
- XII - procurar obter e conservar a auto-suficiência do "Campus" Avançado, visando a redução das despesas do Governo do Estado do

- XIII - autorizar a contabilização e a reinversão, no próprio "Campus" Avançado, dos rendimentos produzidos pela prestação de serviços ou produções diversas;
- XIV - solicitar através do Coordenador do G.T.C.S. ao Governo do Estado do Acre, se for o caso, elementos conhecedores da região, para acompanhar as Equipes que se deslocarem para o interior, caso em que um dos universitários será designado como líder, devendo responsabilizar-se pelo comportamento dos demais nos deslocamentos e nos serviços;
- XV - autorizar a formação de processo competente, em caso de acidente com quaisquer dos elementos do "Campus" Avançado, Professores ou universitários;
- XVI - promover, juntamente com as autoridades, os programas de atendimento social (saúde, educação, orientação social, cooperativismo, extensão rural, curso e etc.), procurando a formação rápida de elementos que, por sua vez, continuarão o tipo de trabalho para o qual foram treinados;
- XVII - enviar, mensalmente, à Universidade Relatório de Administração e os Relatórios dos Estagiários e, nas épocas oportumas, enviar as respectivas Prestações de Contas;
- XVIII - providenciar, apoio às Equipes das "OPERAÇÕES NACIONAIS", da FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, que estiverem atuando em Cruzeiro do Sul;
- XIX - coordenar as medidas de planejamento para instalação paulatina das ampliações do "Campus" Avançado;
- XX - hospedar os visitantes ilustres ou convidados da INICAMP que forem ao "Campus" Avançado;
- XXI - elaborar o quadro de horário de trabalho do "Campus" Avançado, de conformidade com a legislação em vigor;
- XXII - manter reuniões periódicas com os membros da Diretoria, para debater os assuntos de interesse da vida do "Campus" Avançado;
- XXIII - manter o comportamento e disciplina dos estagiários, podendo tomar as seguintes medidas:-
- a. advertência
 - b. comunicação da ocorrência ao G.T.C.S. para outras providências que o caso requeira.

Capítulo VIII

DO DIRETOR ASSOCIADO DO "CAMPUS" AVANÇADO

Art. 28 - O Diretor Associado do "Campus" Avançado substituirá o Diretor em seus impedimentos e desempenhará as atribuições que por este lhe forem delegadas.

Capítulo IX

DO ADMINISTRADOR DO "CAMPUS" AVANÇADO

Art. 29 - Ao Administrador do "Campus" Avançado compete:-

- I - zelar pelas instalações, patrimônio e demais pertences do "Campus" Avançado, em sua sede, solicitando ao Diretor as providências que forem necessárias para o cumprimento de suas atribuições;
- II - relacionar o patrimônio do "Campus" Avançado e mandar relacionar, em todas as repartições, o material existente, conforme TERMO DE RESPONSABILIDADE que assinará;
- III - organizar o fichário para controle patrimonial dos materiais do "Campus" Avançado;
- IV - dirigir o pessoal administrativo da sede;
- V - organizar as folhas de pagamento do "Campus" Avançado, para a aprovação do Diretor;
- VI - realizar os recolhimentos legais com aprovação do Diretor;
- VII - gerir, em conjunto com o Diretor, as finanças do "Campus" Avançado, depositando em bancos o numerário que existir em caixa, cuja movimentação far-se-á sempre com duas assinaturas autorizadas;
- VIII - movimentar o numerário, para fins de pagamento ou recebimento, com prévia autorização do Diretor e competente registro contábil;
- IX - efetuar a programação financeira para atender os encargos de administração e funcionamento do "Campus" Avançado, enquadrando esses encargos nos Elementos Econômicos que a legislação exige, respondendo, juntamente com o Diretor, pela sua exata aplicação.

- X - dar ciência ao Diretor, em tempo oportuno, das necessidades de suprimento para o "Campus" Avançado;
- XI - providenciar transporte para o pessoal e estagiários do "Campus" Avançado nas suas missões;
- XII - providenciar para que as Equipes de estagiários, que sigam para o interior, sejam supridas do necessário;
- XIII - organizar um ambiente hospitaleiro nos alojamentos do "Campus" Avançado para Professores e universitários em estágio;
- XIV - ter a seu cargo a parte administrativa do "Campus" Avançado no que concerne à execução dos programas de Saúde, Educação, Assistência Social e etc., tomando providências e estabelecendo horários a fim de que sejam obedecidos;
- XV - propor ao Diretor a contratação de funcionários que julgar necessários;
- XVI - manter-se sempre em condições de prestar informações com relação ao andamento das tarefas e serviços;
- XVII - cooperar com o Diretor na redação dos Relatórios mensais de administração;
- XVIII - organizar as Prestações de Contas;
- XIX - participar das reuniões determinadas pelo Diretor; para debates dos assuntos de interesse do "Campus" Avançado.

Capítulo X

DO COORDENADOR DE EQUIPE

- Art. 30 - Os encargos do Coordenador de Equipe são:-
- I - zelar pela disciplina da Equipe durante as viagens de ida e de volta, no interior das aeronaves e de outros meios de transporte, como também nas escalas;
 - II - tomar as medidas indicadas em qualquer caso de incidente de viagem, sempre em ligação com o representante da FUNDAÇÃO PROJETO RONIXON que estiver a bordo acompanhando as Equipes;
 - III - auxiliar a Direção do "Campus" Avançado nos aspectos disciplinares de comportamento e os componentes de sua Equipe em aspectos técnicos ou didáticos;
 - IV - enfatizar o relacionamento com a Comunidade;

- V - comunicar-se com a Direção do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul, para intercâmbio de idéias gerais e para posteriores informações ao G.T.C.S.

Capítulo XI

DOS ESTAGIÁRIOS

- Art. 31 - São considerados estagiários do "Campus" Avançado os Professores, universitários, alunos de Cursos de Nível Médio e funcionários que se tenham deslocado para o estágio normal, por suas habilitações ou qualificações, ao Estado do Acre.

Parágrafo Único - Constituem obrigações dos Estagiários:-

- I - ter em mente que funcionam como verdadeiros representantes de seu Estado, da UNICAMP e da FUNDAÇÃO PROJETO RONDON;
- II - manter padrão moral irrepreensível durante as viagens e estadas no "Campus" Avançado;
- III - cumprir a missão específica para a qual forem designados com a maior perfeição e dedicação possível; ..
- IV - estar ciente que sua meta no "Campus" Avançado é servir e que as distrações e compensações são apenas consequências;
- V - colaborar com a Equipe e a todo custo manter o "espírito de equipe" e o saber "viver em coletividade";
- VI - colaborar com o "Corpo Permanente" do "Campus" Avançado, para tornar as realizações uma vitória comum.

Capítulo XII

DAS EQUIPES DE ESTAGIÁRIOS

- Art. 32 - Cada Equipe que se desloque, mensalmente, para o "Campus" Avançado será montada segundo uma estrutura básica, em cinco setores, conforme sistemática adotada pela FUNDAÇÃO PROJETO RONDON.

- §1º - Não é obrigatória a presença dos cinco Setores ou de todos os Cursos em cada Equipe, variando de acordo com as necessidades do momento na área, e com a disponibilidade de lugares no transporte aéreo.
- §2º - Em princípio, os alunos que integrarem as Equipes deverão ser de últimos semestres de seus Cursos.
- §3º - A Coordenadoria do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul abrirá as vagas para o mês em causa e as Unidades Universitárias farão a seleção, indicando os nomes, tendo em conta a responsabilidade moral e a conduta do candidato a estagiário.
- §4º - É conveniente haver em cada Equipe um Professor.
- §5º - Em função das necessidades apontadas pelo "Campus" Avançado, poderão contar das Equipes, funcionários administrativos ou técnicos da UNICAMP, convidados pelo Coordenador e autorizados pelo Reitor.
- § 6º - Terão prioridade máxima na formação das Equipes os funcionários da Coordenadoria do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul e do Corpo Permanente do "Campus" Avançado, que necessitam deslocar-se entre Campinas e Cruzeiro do Sul.

Capítulo XIII

DA PREPARAÇÃO E ENVIO DAS EQUIPES

- Art. 33 - Após a seleção e montagem de cada Equipe, a Coordenadoria do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul exigirá sua vacinação e providenciará sua preparação dentro do Plano de Trabalho.
- §1º - A preparação será feita na Sede da Coordenadoria, podendo, a seu critério, ser por setor ou para a totalidade da Equipe.
- §2º - Os Professores encarregados de Setores darão por escrito e explicarão ao estagiário a missão que desempenhará no respectivo Setor em Cruzeiro do Sul.

Capítulo XIV

DOS RELATÓRIOS

- Art. 34 - Cada Estagiário fará seu Relatório Individual de Atividades e cada Equipe montará um "Diagnóstico e Avaliação", segundo modelos da FUNDAÇÃO PROJETO RONIXON.

- §1º - Após o recebimento desses trabalhos, o Coordenador do "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul fará uma apreciação calcada nos Relatórios de Atividades, remetendo-o à FUNDAÇÃO PROJETO RONDON, juntamente com uma via integral dos "Diagnósticos e Avaliação".
- §2º - A apreciação do Coordenador deverá conter:-
- a) facilidades de relacionamento e de comunicação;
 - b) comportamento da Equipe;
 - c) condições de saúde.

Capítulo XV

DA AVALIAÇÃO ANUAL DAS ATIVIDADES

- Art. 35 - Ao final do período anual de Trabalho será feita uma " Avaliação das Atividades ", focalizando os aspectos operacionais e administrativos do funcionamento do "Campus" Avançado.
-

A N E X O - X

DECRETO-LEI N.º 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do art. 2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13-12-1968, decreta:

Art. 1.º — Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que

I — alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe desse movimento,

II — atente contra pessoas ou bens, tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele;

§ 1.º — As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I — se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco anos;

II — se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos.

§ 2.º — Se o infrator for beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco anos.

§ 3.º — Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada do território nacional.

Art. 2.º — A apuração das infrações a que se refere este decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável de 20 dias.

Parágrafo único — Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo, a instauração de inquérito policial.

Art. 3.º — O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de 48 horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de 96 horas.

III — pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe;

IV — conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V — seqüestre ou matenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI — use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública

§ 1.º — O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprego, ou, se for estudante, proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2.º — Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3.º — Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de 48 horas, especificando a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4.º — Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de 48 horas, sob pena do crime definido no art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no item I do § 1.º do art. 1.º deste decreto-lei.

§ 5.º — Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4.º — Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcir-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5.º — O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de 30 dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução deste decreto-lei.

Art. 6.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário (Carvalho, 1975: 54-6).

A N E X O X I

- Questionários aplicados a) ao corpo docente da Unicamp
- b) aos coordenadores de área do GTU
 - c) aos ex-rondonianos
 - d) à população de Cruzeiro do Sul
 - e) às escolas para obtenção de dados atuais
 - f) à escola normal

QUESTÕES DIRIGIDAS AO CORPO DOCENTE DA UNICAMP

1. DADOS PESSOAIS:
 - a) Unidade a que pertence: _____
 - b) Departamento: _____
 - c) Trabalha com: () graduação () pós-graduação () ambos
 - d) Ingressou como docente na Unicamp em: _____

2. Qual seu conceito de Extensão Universitária?

3. Tem conhecimento dos trabalhos de Extensão Universitária realizados pela Unicamp?
 - () Sim. Como adquiriu essas informações? _____

 - () Não. Por quê? _____

4. Qual a sua opinião a respeito desses trabalhos?

5. Conhece o Projeto Rondon? () Sim () Não
6. Seu conhecimento se deu através de:
 - () propagandas da Fundação Projeto Rondon (panfletos, revistas, televisão, etc)
 - () propagandas da Unicamp
7. Conhece o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul (CACS)?
 - () Sim () Não
8. Acha válida a atuação de estagiários no CACS? Por quê?

9. Na sua opinião, o que o aluno traz de positivo para a universidade com a participação no Projeto Rondon?
 - () a sua realização pessoal
 - () contribuição para sanar ou melhorar os problemas apresentados nas regiões onde atuam
 - () mencione outros aspectos: _____

10. Seus alunos o consultam para informações a respeito dos trabalhos desenvolvidos no CACS?

11. Em sua opinião o que leva os alunos a desejarem participar do Projeto Rondon:

- () o conhecimento das condições do interior do país;
- () necessidade de adequar sua formação acadêmica à realidade nacional;
- () participação e integração do estudante ao compromisso social junto a comunidade assistida;
- () realização pessoal;
- () mencione outras variáveis: _____

12. Gostaria de fornecer algumas sugestões para futuros trabalhos em Cruzeiro do Sul por sua Unidade?

QUESTÕES DIRIGIDAS AOS COORDENADORES DE ÁREA JUNTO AO
PROJETO RONDON

É coordenador da área de _____
da Faculdade ou Instituto de _____
está na função desde _____
durante esse período, quais projetos foram elaborados para atuação no CACS?

baseado em que dados foram elaborados tais projetos? Houve alguma enquete jun
to à população atendida por sua área em Cruzeiro, para se obter as diretrizes
e elaboração dos projetos?

senhor(a) já esteve em Cruzeiro do sul? () Sim () Não
Qual é sua opinião sobre o Projeto Rondon e o trabalho no CACS?

Do seu ponto de vista, como a Unicamp encara o Projeto Rondon e o trabalho
no CACS?

Considera que a Universidade incentive a participação dos alunos no P.Ro? Como?

Na sua opinião, o trabalho de sua área atinge os objetivos da Universidade e
da população de Cruzeiro? Justifique..

0. Em seu parecer, o que o aluno traz de positivo para a universidade, com a participação dele no Projeto Rondon?
- a sua realização pessoal
 - contribuição para sanar ou melhorar os problemas apresentados
 - mencione outros aspectos positivos _____
-

1. As sugestões ou críticas contidas nos relatórios dos estagiários foram aproveitadas:
- como forma de corrigir possíveis falhas da Coordenadoria
 - como sugestão para futura incorporação às atividades administrativas
 - não são aproveitadas
 - mencione outras variáveis _____
-

2. Quais foram as principais críticas dos rondonianos durante seu período como coordenador?

0. O senhor(a) crê que a avaliação das atividades desenvolvidas pelos alunos (em Cruzeiro do Sul) através dos relatórios de participação dos estagiários e com a presença descontínua "in loco" do professor coordenador, é possível:

- descobrir desvios e falhas
 - perceber que as atividades se distanciaram dos objetivos
 - avaliar o processo de acordo com o desenvolvimento do programa
 - ter uma atitude crítica e num espírito de humildade necessários ao planejador, aceitar erros cometidos
 - buscar uma forma mais eficiente de avaliação
 - mencione outras variáveis _____
-

0. Como o senhor(a) percebe o treinamento dado até 86 aos estagiários e realizado pela Coordenadoria do Projeto Rondon em Campinas?

- bom e deve continuar como antes
 - bom mas deve ser reformulado
 - deve sofrer modificações gerais em sua metodologia e conteúdos
 - mencione outras sugestões de possível mudança _____
-
-

Dados Pessoais:

- a) Idade:
- b) Sexo:
- c) Curso que efetuou:
- d) Data da conclusão do curso:
- e) Atualmente:
 - () trabalha como profissional na área de formação
 - () faz curso de pós-graduação
 - () trabalha em outras áreas que não a de sua formação
 - () está desempregado
 - () Outros. Quais? _____

Qual o seu conceito sobre Extensão Universitária? _____

Conheceu, durante seu período na Universidade, outros trabalhos de Extensão Universitária realizados pela Unicamp, além do CACS?

() Sim. Como os conheceu? _____

() Não. Por quê? _____

Como conheceu o Projeto Rondon?

- () Através de propagandas da Fundação Projeto Rondon (panfletos, revistas, televisão, etc)
- () Através de propagandas da Unicamp

Em sua opinião, a Unicamp incentiva a participação no Projeto Rondon?

() Sim. Como? _____

() Não. Por quê? _____

Qual a sua opinião sobre o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul (CACS)?

Foi preparado por um Coordenador de Área para sua atuação em Cruzeiro do Sul?

() Sim. Que tipo de treinamento recebeu? _____

() Não. Por quê? _____

Qual ou quais trabalhos realizou no CACS, durante seu período de atuação?

Acha que foi válida a sua experiência no CACS? Por quê?

Acredita que haja condições de aplicação "in loco" dos projetos elaborados pelos Coordenadores de área, na Unicamp?

O que percebe do treinamento dado aos estagiários e realizado pela Coordenação do Projeto Rondon em Campinas?

() bom e deve continuar como é.

() bom mas deve ser reformulado.

() deve sofrer modificações gerais em sua metodologia e conteúdos.

() mencione outras sugestões de possível mudança _____

Avalie se o treinamento recebido pela Coordenação ajudou ou facilitou o trabalho em Cruzeiro do Sul? Por quê?

Na sua opinião, como a população de Cruzeiro do Sul recebe os estagiários e como reage aos trabalhos executados pelos rondonistas?

Gostaria de formular algumas sugestões relativas as atividades desenvolvidas no CACS?

QUESTÕES DESTINADAS À POPULAÇÃO

1. a) Profissão/Atividade _____
b) Idade _____ c) Sexo _____ d) Estado Civil _____
e) Mora em Cruzeiro do Sul desde _____.

2. Numere de 1 a 10 os itens abaixo, em ordem de importância para você, como o tipo de lazer que você mais valoriza.

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> televisão | <input type="checkbox"/> esportes |
| <input type="checkbox"/> danças regionais | <input type="checkbox"/> bares |
| <input type="checkbox"/> cultura indígena | <input type="checkbox"/> boates |
| <input type="checkbox"/> cinema | <input type="checkbox"/> festas regionais |
| <input type="checkbox"/> bailes | <input type="checkbox"/> festas religiosas |
| <input type="checkbox"/> Outros. Quais ? _____ | |

3. O Campus Avançado da Unicamp funciona em Cruzeiro do Sul desde 1971. Di-
ga há quanto tempo você têm contato com este trabalho. _____

4. Você saberia dizer em que a presença da Unicamp contribuiu para a melho-
ria da qualidade de vida da população da região de Cruzeiro do Sul?

5. Ocorreram dificuldades no contato entre professores e alunos da Universi-
dade e a população e vice-versa?

- Sim Não
 Por quê? _____

6. Estas dificuldades foram superadas com o decorrer dos trabalhos das equi-
pes? Sim Não

Por quê? _____

7. O contato entre professores e alunos da Universidade e a população possi-
bilitou o aprender um com o outro?

- Sim Não
 Por quê? _____

8. Em sua opinião o que os professores e alunos da Universidade ganharam no
contato com a população de Cruzeiro do Sul?

9. A população participa na elaboração de soluções para seus problemas jun-
to com as equipes do Rondon?

- Sim Não
 Por quê? _____

10. Em que poderia ser melhorada a participação da população no trabalho do Campus Avançado?
11. De que maneira as Equipes do Rondon poderiam melhorar sua contribuição à população?
12. O que você acha que a população ganhou no contato com os membros das Equipes do Rondon?
13. Você acha que as equipes deixaram algumas marcas negativas?
 Sim. Quais ? _____

 Não. Por quê? _____

14. Aponte algumas mudanças concretas efetuadas pelos trabalhos de Equipes do Rondon, na vida de Cruzeiro do Sul?
15. Sua atividade como profissional e como cidadão manteve ou tem mantido alguma ligação com trabalhos desenvolvidos pelas Equipes?
16. Numere de 1 a 10, em ordem de importância, as áreas de atuação da Unicamp que você mais valoriza?
- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Agronomia | <input type="checkbox"/> Ciências Sociais |
| <input type="checkbox"/> Educação Física | <input type="checkbox"/> Educação |
| <input type="checkbox"/> Enfermagem | <input type="checkbox"/> Direito |
| <input type="checkbox"/> Medicina | <input type="checkbox"/> Odontologia |
| <input type="checkbox"/> Engenharia de Alimentos | <input type="checkbox"/> Engenharia Civil |
17. Você gostaria que a Unicamp continuasse trazendo alunos e professores para atuarem em Cruzeiro do Sul?
 Sim Não
 Por quê? _____

18. Você consideraria as atividades da Unicamp em Cruzeiro do Sul, ao longo de seus 15 anos de atuação, como:
- Excelente
 - Boa, com muitos aspectos positivos
 - Boa, com aspectos positivos e negativos
 - Poderia ter sido melhor
 - Muito fraca, distante das reais necessidades da comunidade
19. Você diria que os trabalhos desenvolvidos pelos alunos e professores da Universidade em Cruzeiro do Sul foram, na sua maioria:
- paliativos, meramente assistencialistas sem chegar a propostas concretas que auxiliassem a comunidade
 - efetivas, auxiliando a população a procurar seus próprios caminhos de progresso
21. O que gostaria de acrescentar à sua entrevista?



UNICAMP

DADOS SOBRE AS ESCOLAS

Nome da Escola: _____

Endereço: _____

a) Dados Físicos da Escola:

Localização: () Rural
() Urbana

Instituição: () Municipal
() Estadual
() Particular

nº de salas de aula: _____

Outras dependências: () sala de Direção
() sala de Secretaria
() sala dos Professores
() refeitório
() pátio
() play ground
() banheiros. Quantos? (discriminar fem./mas)

() Outros. _____

b) Escola de 1º grau (); 2º grau (); Outro () (Proj. Educar/Mobr etc) Qual _____

nº de salas de aula por período

manhã

tarde

noite

1a. série

2a. série

3a. série

4a. série

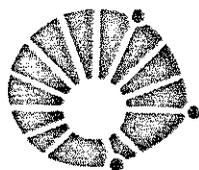
5a. série

6a. série

7a. série

8a. série

1º Grau



UNICAMP

2.

(cont.)

2º grau e/ou Outros	nº de salas de aula por período		
	Manhã	Tarde	Noite
1a. série			
2a. série			
3a. série			

	nº de alunos por classe			Sexo	
	Manhã	Tarde	Noite	F	M
1º Grau	1a. série				
	2a. série				
	3a. série				
	4a. série				
	5a. série				
	6a. série				
	7a. série				
	8a. série				
2º Grau e/ou Outros	1a. série				
	2a. série				
	3a. série				



UNICAMP

3.

Nome	Idade	Escolaridade*	série(s) em que leciona	período em que leciona	Regime de trabalho (parcial, integral, etc)

* c = completo
i = incompleto



UNICAMP

5.

De que forma considera mais necessária e eficaz a atuação de estagiários e profissionais? (Cursos, em sala de aula, com os alunos, etc).

Gostaria da atuação de estagiários junto à administração e supervisão educacional? Por quê? Como?

Quais os Resultados que observou (efetivos) da atuação do Projeto Rondon desde sua implantação? O que modificou-se a nível pedagógico e a nível social?

Obs.:

(Para as questões, não sendo suficiente, utilize o verso da folha para as respostas)



UNICAMP

ESCOLA NORMAL

Nome da Escola: _____

Endereço: _____

Dados físicos:

Localização: () Rural
() Urbana

nº de salas de aula: _____

Outras dependências: () Sala de Direção
() Sala de Professores
() Sala de secretaria
() Refeitório
() banheiros: quantos? _____

() Outros. Quais _____

Dados sobre os professores: (Anexo)

Dados sobre a Direção:

Nome do Diretor _____

Idade _____

Escolaridade _____

. Como é absorvida a mão de obra preparada pela escola?



UNICAMP

2.

2. Seria possível fornecer-nos o currículo do Curso?

3. Os alunos cumprem horas de estágio? Quantas? Como? _____

4. Gostariam que o Projeto Rondon atuasse junto à Escola Normal? Como pensam ser a melhor forma de atuação? (junto ao currículo, aos professores, aos alunos, cursos aos professores, etc) _____



UNICAMP

Dados sobre os alunos:

nº de alunos distribuídos por classe:

	manhã	Tarde	Noite	Sexo
				F M
1a. série				
2a. série				
3a. série				

Idade: entre e anos

Possuem outra formação/habilitação (emprego, cursos técnicos, etc)

Estado Civil: (Discriminar quantos do sexo feminino e quantos do se
xo masculino)

Alunos que já lecionavam antes de ingressar na Escola Normal: _____

Alunos que lecionam desde que começaram o Curso _____

Desempregados: _____

A N E X O X I I

DOCUMENTOS VÁRIOS, DISTRIBUÍDOS NAS REUNIÕES DE
TREINAMENTO, AOS ESTAGIÁRIOS, PELO GTU



UNICAMP

TREINAMENTO BÁSICO

- CACS -

LOCAL:- COORDENADORIA DO CAMPUS AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL - ACRE

EQUIPE:- nº 156

PARTIDA:- 26.01.84

REGRESSO:- 10.01.85

HORÁRIO DE TREINAMENTO:-

INÍCIO:- 14:30

TÉRMINO:- 18:00

DIAS DE TREINAMENTOS:-

07.11.84

08.11.84

13.11.84

20.11.84

21.11.84

'CAMPUS' AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE
TREINAMENTO BÁSICO

PLANEJAMENTO

Ao confirmar sua viagem você questiona:-

- O que farei lá ? Em que locais vou atuar ? Por que? O que pretendo atingir? Como farei? De quanto tempo disponho? Com que recursos posso contar? ISTO É PLANEJAR !

PLANEJAMENTO é , pois, atividade pela qual se procura atingir certos fins através da manipulação do meio ambiente.

Você vai receber um Plano de atividades.

PLANO é o documento que dá corpo às decisões tomadas durante o Planejamento. O Plano é o retrato da idéia do Processo de Planejamento.

Seu Plano de Atividades está inserido num PROJETO.

PROJETO é o documento que dá corpo às decisões tomadas durante a Projetação.

Diversos Projetos foram montados para o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul, referentes às diversas áreas. A Projetação se fez após contatos dos Professores responsáveis pelas áreas com a Comunidade, com autoridades locais e regionais.

Todos os Projetos estão inseridos no PLANEJAMENTO ANUAL DO CAMPUS AVANÇADO e este , na PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO PROJETO RONDON.

No processo de Planejamento houve empenho em:-

- sondar as necessidades reais da região atingida
- avaliar custos e recursos disponíveis
- considerar o tempo disponível
- prever as alternativas de estratégia
- considerar as limitações imprevisíveis

Mesmo após o desencadeamento da execução do PLANO, o Processo de Planejamento prossegue, porque, através de instrumentos de controle, pode-se chegar à conclusão de que é conveniente um RE-PLANEJAMENTO. As avaliações parciais constituem, pois componentes indispensáveis na execução das atividades previstas no seu PLANO DE ATIVIDADES.

Considerando a flexibilidade prevista durante a execução do seu Plano de Atividades, cabe a você dinamizá-lo com base nos conhecimentos adquiridos em seu curso, na necessidade real da comunidade e na sequência indispensável ao êxito dos trabalhos.

COORDENAÇÃO DO "CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL - AC.

TREINAMENTO BÁSICO DOS PARTICIPANTES DO CAMPUS AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL-AC

LOCALIZAÇÃO:- Avenida Andrade Neves, 1716

- Fone:- 41-0289

ÓRGÃO RESPONSÁVEL:- Grupo de Trabalho de Cruzeiro do Sul (GTCS)

I - OBJETIVOS

1. Gerais:-
 - Levar os participantes a adquirirem uma compreensão técnico-científica da realidade brasileira, a fim de proporcionar um engajamento melhor no processo de desenvolvimento.
 - Promover pré-condições de natureza técnica que possam assegurar maior rentabilidade aos participantes em atuação.
 - Levar os *treinandos* ao reconhecimento da importância da Ação Integrada, iniciando-os em trabalhos de equipes interdisciplinares.

2. Específicos:-
 - Proporcionar aos universitários os conceitos básicos da Filosofia do Projeto Rondon, seus objetivos, estrutura, formas de ~~em~~ ação integrada.
 - Estimular o universitário a observar a realidade da região.
 - Levar os universitários a entender sua parcela de responsabilidade na consolidação e dinamização do Campus Avançado de Cruzeiro do Sul.
 - Conhecer o regulamento Interno do Campus Avançado de Cruzeiro do Sul.
 - Conhecer as normas de conduta e deveres dos participantes.
 - Habilitar o universitário na elaboração de projetos para a área de atuação.
 - Habilitar o universitário na execução de projetos na área de atuação.

II - PLANEJAMENTO OPERACIONAL

A - Duração

O Treinamento dos participantes do Campus Avançado de Cruzeiro do Sul es
tã dividido em cinco períodos, num total de 25 (vinte e cinco) horas.

B - Recursos Humanos

Responsáveis pelo Treinamento

- Coordenador do GTCS
- Coordenador Associado
- Professores Membros do GTCS
- Monitores
- Ex-estagiários

C - Recursos Materiais

- pasta com documentos
- lápis
- papel
- jornais
- folhetos
- crachãs
- etiquetas
- camisetas
- slides
- lanches

COORDENAÇÃO DO "CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL - ACRE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

- EQUIPE

1. As Equipes que integram o "Campus" Avançado deverão permanecer em Cruzeiro do Sul-Acre, num período de 35 (trinta e cinco) dias.
2. Seja um elemento responsável e ativo.
3. Saiba aceitar a liderança do seu Coordenador de Equipe escolhido por você e por seus colegas.
4. Lembre, quando responsável pela Equipe, que deve respeitá-la, não auferindo benefícios pessoais ou impondo a sua vontade ao grupo.
5. Participar ao responsável pela Equipe qualquer problema que por ventura ocorra, a fim de que este tome as providências necessárias, ou caso não seja possível, comunique à Direção do "Campus" Avançado.
6. Cumprir o calendário estipulado pelo G.T.C.S. (Grupo de Trabalho de Cruzeiro do Sul).
7. Adaptar, quando for o caso, os Planos de Trabalho às condições locais, porém, com o conhecimento da Direção do Campus Avançado.
8. Cuidar para que o tempo seja aproveitado no cumprimento da tarefa, evitando ociosidade ou baixo rendimento.
9. Acatar as decisões e orientações do Campus Avançado e do Coordenador de Equipe.
10. Respeito a seus companheiros de grupo.
11. Auxílio aos colegas no cumprimento de suas tarefas.
12. Respeito às opiniões alheias, na formulação de trabalhos aceitos pela maioria mesmo quando não coincidem às suas.
13. Cuidar para que as críticas sejam feitas em local e tempo oportunos, evitando discussões presenciadas por integrantes da Comunidade onde o Campus Avançado se desenvolve.
14. Evitar a divulgação de notícias infundadas ou precipitadas.
15. Não fazer promessa que não possa cumprí-la.

- PARA COM A COMUNIDADE:-

1. Integrar-se ao meio ambiente e momento cultural.
2. Ser sociável - nunca isolar-se
3. O convívio com a população é importante ao êxito do trabalho.
4. Não gracieje com a pronúncia local. Ela é tão legítima e digna quanto a nossa.
5. Respeitar os costumes da comunidade que o acolhe, cuidando para não chocá-la com seus modos, atitudes ou até mesmo com roupas consideradas avançadas, embora normais nos centros mais desenvolvidos.

- EMBARQUE:-

1. O transporte aéreo das Equipes dos "Campi" Avançados será feito por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).
2. O uso da camiseta do Projeto Rondon se faz obrigatório durante a viagem (ida e volta), para facilitar a identificação dos participantes nos Aeroportos de escala e no desembarque em Cruzeiro do Sul - Acre.
3. O horário de embarque dos universitários está previsto para as 07:00 horas, devendo chegar ao AEROPORTO DE VIRACOPOS - CAMPINAS às 06:00 horas, para a pesagem e embarque da bagagem.

- ROUPA:-

1. Leve mais roupas fortes e usadas e de fácil lavagem.
2. O que é que não pode esquecer?
 - material de higiene pessoal
 - medicamentos de uso pessoal
3. E, "aquela roupa de domingo" sempre faz falta. São frequentes convites às comemorações oficiais, festas comunitárias, onde o costume da terra pede que se use "roupa de festa".
4. Mesmo sendo comum o uso de calça para moças é uma questão de delicadeza em certos locais estarem de saia, por isso não as esqueça.
5. Um agasalho - às vezes há queda de temperatura à noite, embora os dias sejam bastante quentes.

1. O transporte aéreo das Equipes dos "Campi" Avançados será feito por aviões da Força Aérea Brasileira (FAB).

6. OUTRAS SUGESTÕES:-

- um conjunto de roupas de banho
2. O uso da camiseta do Projeto Rondon se faz obrigatório durante a viagem (ida e volta), para facilitar a identificação dos participantes nos Aeroportos de escala e no desembarque em Cruzeiro do Sul - Acre.
- sandália de borracha.

- COMUNICAÇÃO:-

3. O horário de embarque dos universitários está previsto para as 07:00 horas, devendo chegar ao AEROPORTO DE VIRACOPOS - CAMPINAS às 06:00 horas, para a pesagem e embarque da bagagem.
- CRUZEIRO DO SUL possui um correio, telefone e Rádio Amador que poderão servi-lo para comunicar-se com Campinas e outras localidades.

- OBS:- ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:-

- Nome
 - 1. Leve mais roupas fortes e usadas e de fácil lavagem.
 - "Campus" Avançado de Cruzeiro do Sul - Projeto Rondon
 - 2. O que é que não pode esquecer?
 - material de higiene pessoal
- CEP:- 69.980

- COMPETE AO PARTICIPANTE:-

1. Estar presente ao Aeroporto, junto com a Equipe, no horário marcado pelo Coordenador do GTCS.
2. Não ultrapassar 15 (quinze) kilos de bagagem individual - não será permitido excesso. Além deste 15 kilos é permitido levar pequena bagagem na mão, como frásqueira, pasta, gravador portátil, etc.

3. Estar munido de Carteira de Identidade para o momento do embarque (não se apresentar sem ela) de banho

4. O Coordenador de Equipe deve dirigir-se ao representante da Fundação Projeto Rondon, que esteja a bordo acompanhando as Equipes para solucionar problemas que porventura surjam a bordo.
5. É expressamente proibido nos aviões o transporte de:
 - materiais explosivos
 - artigos facilmente inflamáveis
 - reagentes de odor forte e constantes
 - fogos
 - líquido de qualquer espécie (com exceção de medicamentos, desde que devidamente acondicionados)
 - animais de qualquer espécie
 - munição e armas
 - ácidos corrosivos
 - plantas
6. Portarem-se a bordo das aeronaves como se fossem passageiros comerciais, restringindo ao indispensável sua movimentação e atendendo aos sinais e avisos emitidos durante o voo.

"CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

"REGULAMENTO INTERNO"

A DIREÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP), VISANDO MAIOR RENDIMENTO DOS TRABALHOS, RESOLVE BAIXAR O SEGUINTE REGULAMENTO INTERNO:

- ARTIGO 1º - Os universitários após sua instalação no Campus Avançado serão convidados a participar de uma reunião inicial, onde será feita a apresentação da Equipe aos funcionários do Campus Avançado.
§ ÚNICO - ~~Outras Reuniões serão realizadas~~ durante o período de atuação, onde serão abordados os Planos de Trabalho e suas normas de execução.
- ARTIGO 2º - Durante sua permanência no Campus Avançado, os universitários serão assistidos pela Direção, a qual se encarregará de manter os entendimentos com os órgãos Públicos, Particulares e Autoridades, dos quais venham depender para execução dos seus planos, bem como prover os meios necessários, dentro de suas possibilidades materiais e financeiras.
§ ÚNICO - É vedado ao universitário o entendimento direto com os órgãos acima citados, salvo mediante autorização expressa da Direção.
- ARTIGO 3º - Os transportes e quaisquer outros serviços necessários à execução do Plano de Trabalho, deverão ser solicitados com a devida antecedência à Direção.
- ARTIGO 4º - A alimentação será fornecida na sede do Campus Avançado, no horário fixado pela Direção.
§ ÚNICO - No caso de alimentação fora da sede do Campus Avançado, ou fora do horário normal, deverão ser mantidos os entendimentos pelo interessado, junto à Direção, com a devida antecipação, para aprovação e as providências necessárias.

§ Segundo - Os funcionários deverão atender os setores que lhes forem atribuídos, especificamente.

ARTIGO 12º - Fica proibido o acesso à ala feminina por elementos masculinos e vice-versa, sob qualquer pretexto.

ARTIGO 13º - A Direção facilitará meios de recreação e passeios nos dias de folga, dentro da Área de Influência do Campus Avançado, dependendo das condições climáticas e financeiras.

§ UNICO - As recreações não programadas deverão ser comunicadas à Direção para conhecimento e aprovação.

ARTIGO 14º - No relacionamento com a comunidade o universitário deverá pautar seu comportamento, no sentido de elevar o bom nome do Projeto Rondon, Campus Avançado e da Classe Universitária.

ARTIGO 15º - Ficam sujeitos ao presente regulamento os profissionais interiorizados, visitantes e demais pessoas hospedadas no Campus Avançado de Cruzeiro do Sul-Acre, da Universidade Estadual de Campinas, naquilo que lhe fôr aplicado.

-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-

COORDENAÇÃO DO "CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL-ACRE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)
FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

OBJETIVOS DO CAMPUS AVANÇADO

1. Transformar a Região em polo de desenvolvimento;
2. Trabalhar em conjunto com os órgãos de desenvolvimento, observando as metas governamentais;
3. Transmitir e proporcionar ao universitário uma visão global e dinâmica da realidade nacional.
4. Motivár as populações locais para que participem desse esforço co mum;
5. Favorecer a aplicação prática de conhecimentos adquiridos na Un versidade, que possam ser de utilidade para as populações;
6. Promover a adequação do exercício profissional às peculiaridades da região e política de fixação de técnicos;
7. Realizar pesquisas de interesse cultural e científico em nível - graduado e pós - graduado;
8. Realizar pesquisas de interesse para a comunidade de Cruzeiro do Sul;
9. Proporcionar aos estagiários um maior conhecimento das condições e possibilidades de nosso país;
10. Realizar estágios supervisionados em graduação e pós graduação;
11. Promover cursos de Extensão Universitária;
12. Promover cursos de Formação Profissional
13. Orientar o treinamento de mão de obra.

"CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL - ACRE

TREINAMENTO BÁSICO

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

QUE É

É forma pela qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento à organizações, à outras instituições e à população de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação do ensino e da pesquisa.

JUSTIFICATIVA

O Ensino não pode restringir-se a uma mera transmissão de conhecimentos - já elaborados, mas deve associar uma visão crítica do saber adquirido, exercendo uma atividade criadora.

COMO SE PROCESSA

Processa-se sob a forma de cursos, serviços, projetos de ação comunitária, difusão cultural e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a Instituição se encontra inserida.

PROPORCIONA

Proporciona aos corpos docentes e discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e participação no processo geral de desenvolvimento.

VINCULAÇÃO

Está vinculada ao Sistema de Ensino e a missão da Universidade, porque é PROJECÇÃO DO ENSINO E DA PESQUISA.

CARACTERIZAÇÃO

Caracteriza-se pela programação a nível de Instituições de Ensino Superior, partindo dos Programas dos Departamentos ou cursos e compatibilizando-se com planos, programas ou projetos da Comunidade Local onde se dá a ação extensionista.

SITUAÇÃO ATUAL

A Coordenação Nacional da Política de Extensão Universitária cabe ao MEC. O Plano de Trabalho do MEC para as atividades de Extensão será executado pelo DAU - Departamento de Assuntos Universitários - por meio da CODAE. As atividades extensionistas tem sido desenvolvidas atualmente por: Experiências de Extensão incentivadas pelo MEC, por iniciativa das próprias Universidades e em função de interesses estratégicos, através de - Projetos de Integração de Universidades, da Escola/Empresa/Governo e do Projeto Rondon. Todas as experiências extensionistas se articulam a nível nacional através da atuação da CODAE, do DAU e do MEC.

G.T.C.S. DO "CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

CÓDIGO RONDONIANO

1. -Qualquer promoção de caráter individual deve ser recusada.
2. -Em hipótese alguma, poderá ser aceito pagamento ou qualquer tipo de vantagem pessoal como retribuição no trabalho realizado junto à comunidade.
3. -As tradições e costumes das localidades de atuação devem ser respeitadas.
4. -O interesse coletivo poderá exigir limitações à liberdade individual.
5. -A solidariedade e companheirismo com os demais integrantes da Equipe deve caracterizar as atitudes do Rondoniano.
6. -A participação em manifestações de cunho político, ideológico ou racial deve ser evitada.
7. -Prestar declarações e estabelecer contatos em nome do Projeto Rondon são tarefas que dependem de autorização da Coordenação.
8. -É vedado o uso de armas.

G.T.C.S. DO "CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL-ACPE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

ALGUNS MANDAMENTOS RONDONIANOS

01. Devemos respeitar o próximo como ser humano.
02. Devemos evitar cortar a palavra de quem fala.
03. Controlando nossas reações agressivas, evitamos indelicadezas inúteis.
04. Às vezes o Representante da Equipe não está presente no momento em que se faz necessário tomar uma decisão. Assumir o comando nesta hora é legítimo, mas o representante deve ser informado.
05. Devemos procurar conhecer a personalidade de todos os elementos do grupo para criar um bom convívio
06. Não nos cabe assumir as responsabilidades atribuídas a outros, a não ser a pedido dele ou em casos de emergência.
07. Se a gente tenta localizar a causa de nossa antipatia, fica mais fácil e gostoso conviver com as pessoas.
08. Um sorriso sempre ajuda
09. O sentido das palavras ganha um significado especial numa discussão em grupo. Se a gente leva isso em consideração, evita mal entendidos.
10. E se em plena discussão, a gente admitir que o outro pode ter razão? Os especialistas em relações humanas acham que essa possibilidade existe. Daí é bom a gente ter sempre uma boa dose de modestia.

"CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZETIRO DO SUL - ACRE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

ALGUMAS ATITUDES QUE FACILITAM A COMUNICAÇÃO

- 01) Diga sempre: NÓS. NUNCA DIGA: VOCÊS. Envolve-se, profundamente, no grupo. Dirija-se ao grupo todo, mesmo referindo-se a apenas um. Não se exclua ao falar, dizendo vocês.
- 02) Não forme "PANELINHAS". Não sente junto aos íntimos. Procure sentar-se junto aos que você conhece menos. Dê chances aos demais de conhecê-lo. Apresente-se. Entre - viste e outro.
- 03) Não fale baixo com o companheiro ao lado: parece agressão ao grupo: podem pensar que critica algum do grupo. Fale alto, dirigindo-se a todos. O grupo é o feedback do grupo.
- 04) Não diga: NÃO CONCORDO. Discordo sem dizer que está discordando. Todos percebem sua distância. Expressões assim criam barreiras intransponíveis. Não se emocione e não agrida.
- 05) Quando CONCORDAR, faça sinal de concordância. A concordância cria coesão e faz o grupo progredir. A concordância transmite confiança.
- 06) Se o grupo vai mal, proponha uma parada para examinar o que está impedindo a produtividade. Não deixe para criticar depois e fora da reunião. Seja LEAL AO GRUPO.
- 07) Quem não sabe o assunto é, também, útil ao grupo: faz PERGUNTAS ESTIMULADORAS E ORGANIZADAS. É bom o grupo ter alguém que não entenda do tema. Talvez, seja ele o criativo ou o lógico.
- 08) Procure elogiar em cada um o que for elogiável. As pessoas crescem quando são doigiadas no que tem de positivo. Faça todos CRESCEREM. Melhore a imagem do outro. Seja generoso.
- 09) Não use expressões como: "óbvio" - "você não entendeu", etc.. Lembre-se: você é que tem obrigação de ser claro. Não agrida no grupo pondo nele a culpa. Diga: "Não consegui ser claro".
- 10) Se você for tímido (todo mundo é tímido...) não cuide de você mesmo. timidez é o excesso de preocupação com você mesmo. Pense no tema, não pense em você.
- 11) Não seja parasita, tirando e nada dando. Você é "único" no mundo. O grupo precisa de VOCÊ. Transmita ao grupo sua experiência e colabore com sua inteligência.
- 12) A participação gera responsabilidade. Se você não se sentir responsável você não é deste grupo. Todo homem livre é responsável. Ser responsável é desempenhar um papel (não ser marginal).
- 13) Seja espirituoso (não se trata de contar anedotas...): indivíduo inteligente sabe rir. A mediocridade é competetrada e formal. O riso revela a compreensão das situações equívocas.

OS DEZ MANDAMENTOS DAS
RELAÇÕES HUMANAS

- 1º) FALE com as pessoas. Nada há tão agradável e animado quanto uma palavra de saudação, particularmente hoje em dia quando precisamos mais de "sorrisos amáveis".
- 2º) SORRIA para as pessoas. Lembre-se que acionamos 72 músculos para franzir a testa e somente 14 para sorrir.
- 3º) CHAME as pessoas pelo nome. A música mais suave para muitos ainda é ouvir o seu próprio nome.
- 4º) SEJA amigo e prestativo. Se você quiser ter amigos, seja amigo.
- 5º) SEJA cordial. Fale e aja com toda sinceridade: tudo o que você fizer, faça-o com todo o prazer.
- 6º) INTERESSE-SE sinceramente pelos outros. Lembre-se que você sabe o que sabe, porém você não sabe o que outros sabem. Seja sinceramente interessado pelos outros.
- 7º) SEJA generoso em elogiar, cauteloso em criticar. Os líderes elogiam. Sabem encorajar, dar confiança, e elevar os outros.
- 8º) SAIBA considerar os sentimentos dos outros. Existem três lados numa controvérsia: o seu, o do outro, e o lado de quem está certo.
- 9º) PREOCUPE-SE com a opinião dos outros. Três comportamentos de um verdadeiro líder: ouça, aprenda e saiba elogiar.
- 10º) PROCURE apresentar um excelente serviço. O que realmente vale em nossa vida é aquilo que fazemos para os outros..

(Dinâmica de Grupo de Relações Humanas)

- Silvino José Fritzer

- 4º volume

EU TENHO VALOR

Apesar de minha máquina de escrever ser um modelo antigo, funciona bem, com exceção de uma tecla. Há 42 teclas que funcionam bem, menos uma, e isso faz uma grande diferença.

Temos o cuidado para que o nosso grupo seja como essa máquina de escrever e que todos os seus membros trabalhem como devem.

Ninguém tem o direito de pensar:- "Afiml, sou apenas uma pessoa e sem dúvida não fará diferença para o nosso grupo".

Compreendemos que, para um grupo poder progredir eficientemente, precisa da participação ativa de todos os seus membros.

Sempre que você pensar que não precisam de você, lembre-se da minha velha máquina de escrever e diga a si próprio: "Eu sou uma das teclas importantes nas nossas atividades e os meus serviços são muito necessários".

(Dinâmica de Grupo e de Relações Humanas)

- Silvino José Fritzen

- 3º volume

O Ser humano é alguém que anda sempre à procura. Os endereços buscados variam de nome, de localização e de idade. Os caminhos pelos quais nos atiramos, como também o ritmo de nossa marcha, são múltiplos. Mas a essência da nossa jornada é sempre a mesma: somos criaturas que buscam.

Tudo aquilo que nos apetece; tudo aquilo que nos fascina, empolga e atrai; tudo aquilo que julgamos útil e válido; tudo aquilo que nos parece essencial para viver, para triunfar, para sermos mais gente; tudo que entra espontaneamente na arena aberta e tão ampla de nossas preocupações, nossas buscas, nossos anseios e inquisições: felicidade, amor, realização, prestígio, amizade, dinheiro, cultura, conforto, praias, trabalho, descanso, automóvel, televisão e um milhão de coisas e coisinhas mais...

O certo é que passamos a vida perguntando, procurando. Porém, encontrar-se a si mesmo, em profundidade, é uma longa jornada, um exercício diário. A gente nunca fica pronto

Mas, o mais importante é a dedicação e o empenho que você coloca em seu trabalho, em sua missão. Não importa onde. Tanto faz o lugar e a idade. O essencial é ser uma presença, ser alguém.

É com grande satisfação que vemos surgir entre nós grupos de universitários que sentem a necessidade de assumir compromissos sérios e concretos.

Por isso, agradecemos o esforço para estarem aqui presentes, o entusiasmo que os anima, e por escolherem o Projeto Rondon como um dos caminhos para a sua realização.

TREINAMENTO BÁSICO

-CACs-

ASSUNTO: - O COORDENADOR DE EQUIPE

O Coordenador de Equipe será escolhido por você e por seus colegas de grupo. A escolha deste representante é de grande importância para o bom andamento do trabalho que vocês irão desenvolver durante a atuação. Portanto, no momento de elegê-lo, gostariamos que você analisasse as características pessoais que um coordenador de equipe deve ter: liderança, equilíbrio, iniciativa, maturidade, senso de responsabilidade, facilidade de relacionamento, interesse pelos problemas que afetam o grupo e boa vontade de solucioná-los.

As características negativas de um coordenador de Equipe são: autoritarismo, vaidade, egocentrismo, instabilidade emocional, irresponsabilidade, arrogância, ineficiência, deslealdade, enfim, tudo que possa prejudicar o bom andamento dos trabalhos.

Lembre-se que a principal função do representante do grupo é coordenar e não dar ordens, solucionar qualquer problema que surja, juntamente com outros participantes.

Caso um dos elementos da Equipe tenha conduta incompatível com o espírito do grupo, contrária ao Código de Conduta e aos objetivos do Projeto Rondon, deve ser advertido e comunicado o fato ao Diretor do Campus Avançado.

O Coordenador do grupo deve estar informado de toda atuação de sua Equipe, de maneira a poder responder a qualquer pedido de informações sobre seus colegas.

O grupo deverá reunir-se sempre para discutir os problemas que deverão ser solucionados em conjunto com o Diretor do Campus Avançado.

O Coordenador de Equipe é responsável pela imagem do grupo perante o Campus Avançado e a Comunidade, isto é, deve impedir condutas ofensivas aos costumes locais, desonestidade, embriaguez, etc.

Também é o responsável pelo cumprimento das determinações da Coordenação de Campinas pelo Grupo.

COORDENADOR DE EQUIPE

A - ENCARGOS

- a) zelar pela disciplina da Equipe durante as viagens de ida e volta, no interior das aeronaves e de outros meios de transporte, como também nas escalas;
- b) responsabilizar-se pela carga técnica e pela correspondência oficial;
- c) cumprir os horários estabelecidos nas escalas e remanejamentos;
- d) elaborar o Relatório de Viagem (ida e volta), observando hora de partida, chegada, escalas, remanejamentos, alimentação, etc...
- e) auxiliar a Direção do Campus Avançado nos aspectos disciplinares de comportamento da Equipe;
- f) colaborar com os companheiros da Equipe, procurando ajudá-los a desenvolver suas tarefas.
- g) enfatizar o relacionamento com a Comunidade;
- h) propor reuniões à Equipe para discussão de problemas, que serão debatidos em grupo e, também, quando convocados pela Direção do Campus;
- i) manter-se sempre em condições de prestar informações, com relação ao andamento das atividades desenvolvidas;
- j) dar ciência ao Diretor, em tempo oportuno, das necessidades de sua Equipe;
- k) fazer com que a Equipe mantenha sempre o Espírito de Grupo.

"CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

TREINAMENTO BÁSICO

ATRIBUIÇÕES DOS COORDENADORES DOS ALOJAMENTOS FEMININO E MASCULINO

- MANTER DISCIPLINA E ORDEM NOS ALOJAMENTOS;
- CONSERVAR OS MATERIAIS DOS ALOJAMENTOS (CONSUMO E PERMANENTE) NAS CONDIÇÕES QUE LHEM FOREM ENTREGUES;
- ESTABELECEER AS TROCAS DE ROUPAS DE USO PESSOAL, ENTRE OS UNIVERSITÁRIOS E LAVANDERIA (ENTREGAR E RECEBER), MEDIANTE REQUISIÇÃO;
- COMUNICAR À DIREÇÃO QUALQUER IRREGULARIDADE OCORRIDA NOS ALOJAMENTOS;
- PROVIDENCIAR JUNTO À DIREÇÃO, MATERIAL QUE ESTEJA FALTANDO OU DANIFICADO NO ALOJAMENTO, COMO: PAPEL HIGIÊNICO, LÂMPADAS, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, LIMPEZA, ETC.;
- ASSESSORAR O COORDENADOR DE EQUIPE.

"CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL - ACRE
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO GLOBAL

I - IDENTIFICAÇÃO

- A - Setor
- B - Área
- C - Projeto
- D - Equipe
- E - Nome (s)
- F - Universidade / Faculdade
- G - Semestre
- H - Período de Atuação

II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- A - Plano de Trabalho (Planejamento X Execução)
- B - Objetivos
- C - Órgão (s) Envolvido (s)
- D - Local de Atuação
- E - Nº de Alunos (quando fôr o caso)
- F - Nº de pessoas atendidas (quando fôr o caso)
- G - Recursos utilizados ou envolvidos
 - 1. humanos
 - 2. materiais
- H - Sugestões e observações para a próxima Equipe
- I - Ocorrências sócio-culturais durante o período de atuação.

OBSERVAÇÕES:-Todo material utilizado na execução dos trabalhos, como:- aposti
las , textos, folhetos, etc, deverão ser anexados ao Relatório Global.

- O Programa de Rádio, deverá ser anexado ao Relatório Global.

"CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

ROL DE ROUPAS ENVIADAS À LAVANDERIA

DATA: - ____/____/____

EQUIPE Nº _____

COORDENADOR DO ALOJAMENTO: - _____

ALA: - _____

"CAMPUS" AVANÇADO DE CRUZEIRO DO SUL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FUNDAÇÃO PROJETO RONDON

RELATÓRIO DIÁRIO

NOME: -

ÁREA: -

SETOR

EQUIPE Nº

DIA

LOCAL DE TRABALHO	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	HORÁRIO	
		INÍCIO	TÉRMINO

VISTO

COORDENADOR DE EQUIPE

VACINA CONTRA A FEBRE AMARELA

É aplicada às quintas-feiras, das 9 às 12 horas, no Centro de Imunizações do Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (Prédio dos Ambulatórios, 4º andar, bloco 8).

A excelente capacidade protetora dessa vacina tem dez anos de duração.

Devem receber a vacina em questão as pessoas que, por motivos de várias ordens, dirigem-se aos Estados do Acre, do Amazonas, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul, do Pará, do Paraná (proximidades de Mato Grosso) e de Rondônia, assim como ao Território de Roraima. Igualmente, precisam ser vacinados os indivíduos que viajarão para outros países, para cumprir determinação legal em vigor.

No Brasil, é possível contrair febre amarela em áreas silvestres das regiões citadas.